

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

O JORNALISMO AMBIENTAL:

Três perspectivas em cinco décadas de especialização no Brasil megadiverso

ROBERTO VILLAR BELMONTE

PORTO ALEGRE

2020

ROBERTO VILLAR BELMONTE

O JORNALISMO AMBIENTAL:

Três perspectivas em cinco décadas de especialização no Brasil megadiverso

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS).

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ilza Maria Tourinho Girardi

PORTO ALEGRE

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Belmonte, Roberto Villar

O jornalismo ambiental: três perspectivas em cinco décadas de especialização no Brasil megadiverso / Roberto Villar Belmonte. -- 2020.

256 f.

Orientadora: Ilza Maria Tourinho Girardi.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Jornalismo ambiental. 2. Jornalismo especializado. 3. Sociologia ambiental. 4. Megadiversidade. 5. Teoria do enquadramento. I. Girardi, Ilza Maria Tourinho, orient. II. Título.

Para meu filho
João Pedro O. Belmonte
que me faz pensar no
presente e no futuro
do planeta.

AGRADECIMENTOS

Só consegui chegar até aqui graças ao incentivo que recebi de pessoas queridas em todas as etapas do meu caminho. Quase desisti várias vezes por diversas razões, principalmente nos últimos meses. Terminar essa tese de doutorado em quarentena devido à pandemia de um novo coronavírus, trabalhando como professor em *home office* com aulas síncronas em plataforma digital, foi desafiador.

Minha pesquisa ganhou vida graças aos debates proporcionados pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental – CNPq/UFRGS (GPJA) e ao acolhimento da Prof^a. Dr^a. Ilza Maria Tourinho Girardi, orientadora dessa jornada. A paciência dela com minha condição de aluno que também trabalha como docente e, principalmente, como doutorando com mais de 50 anos de idade foi fundamental para eu chegar até aqui.

Colegas no GPJA e no PPGCOM/UFRGS me ajudaram a ser mais crítico em relação ao Jornalismo. E isso é muito importante para alguém como eu apaixonado até hoje pela profissão porque essa paixão, quando intensa, ofusca o juízo. Ângela Camana, Carine Massierer, Cláudia Moraes, Débora Gallas Steingleder, Eliege Fante, Eutalita Bezerra da Silva e Patrícia Kolling muito obrigado pela troca sempre sincera de saberes.

Um agradecimento especial à pesquisadora Eloisa Beling Loose, minha principal interlocutora dentro do GPJA na segunda metade dessa pesquisa de doutorado. Seu retorno ao PPGCOM da UFRGS como pós-doutoranda revigorou o debate epistemológico no grupo de pesquisa com novas perspectivas. Foi durante nossas conversas que surgiu o nome do terceiro tipo de prática proposto nessa tese, o jornalismo ambiental de perspectiva cidadã.

Também gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Alex Primo pelas aulas sobre relações mediadas por computador, fundamentais para pensar o contexto atual do Jornalismo; e ao Prof. Dr. Jalcione Almeida e a Prof^a. Dr^a. Lorena Fleury por me apresentarem o panorama da Sociologia Ambiental na disciplina Tecnociência, Natureza e Sociedade cursada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS.

Não poderia deixar de fazer aqui um agradecimento póstumo à professora e pesquisadora Luciana Mielniczuk (1969-2018). A Luti, como era carinhosamente chamada na Fabico, propôs em 2016/2 um esforço conjunto de dois grupos de pesquisa do PPGCOM da UFRGS e criou a disciplina Jornalismo Ambiental em Dados. Tive o privilégio de ser aluno nessa experiência inédita no segundo semestre do meu doutorado.

Sou muito grato ainda às professoras doutoras e pesquisadoras Christa Berger, minha professora na graduação (1987-1991), e Virginia Fonseca, minha professora na disciplina Sociologia do Jornalismo no mestrado (2013-2015). As reflexões metodológicas que elas apresentaram na Banca de Qualificação sobre a Teoria dos Campos e sobre o Método Tipo Ideal foram fundamentais nos procedimentos finais da pesquisa.

Durante quatro anos, entre 2014 e 2017, ministrei a disciplina Jornalismo Ambiental no curso de Jornalismo do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) em Porto Alegre (RS). Com a extinção da disciplina, segui tratando do tema em outras cadeiras. Por isso sou muito grato às dezenas de alunos e alunas que aceitaram minhas provocações e produziram reportagens ambientais nos últimos seis anos.

Foi essa minha convivência com estudantes de Jornalismo em sala de aula que me propiciou colocar em teste, na prática docente, vários postulados e procedimentos nos seminários teóricos e também no dia a dia de apurações supervisionadas. Como professor de texto, percebi que não se pode cobrar em uma notícia o que só é possível em uma reportagem, confusão frequente encontrada em críticas à cobertura ambiental.

Orientando trabalhos de conclusão de curso sobre jornalismo ambiental, visitei diversos objetos de análise e por essa parceria na pesquisa e na aprendizagem agradeço a Ana Hoffmann, o Anderson Mello, a Daniela Dutra Fragomeni, o Gabriel Almeida do Amaral Ribeiro, o Jorge Leandro da Silva Osório, a Mariana Pacchioni, a Paola Rebelo Casagrande, a Rarissa Grissutti, a Sharon Nunes e a Vitória Kubiaki.

Também gostaria de agradecer aos meus pais, João Carlos e Ligia, e ao meu irmão Ricardo. A torcida da família sempre me deu forças para prosseguir.

Por fim agradeço ao Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) pela oportunidade que me foi dada de conduzir por quatro anos uma disciplina obrigatória de jornalismo ambiental e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por ter possibilitado essa pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico).

Muito obrigado!

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

CARTA DA TERRA

Preâmbulo

RESUMO

Esta tese objetiva identificar as perspectivas dominantes na cobertura especializada dos temas ambientais no Brasil nas últimas cinco décadas. O jornalismo ambiental é compreendido como um campo (BORDIEU, 2004) formado por sujeitos ecológicos (CARVALHO, 2002) que surge no processo de ambientalização (LOPES J., 2006; ACSELRAD, 2010) de uma sociedade de risco (BECK, 2011) no país com a maior megadiversidade do planeta (MITTERMEIER, 1997). A coleta de dados foi feita em bibliografia, documentos e entrevistas por questionário enviado por e-mail para oito jornalistas de referência no país; já a metodologia de tratamento dos dados foi a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016; HERSCOVITZ, 2010) orientada pela Teoria do Enquadramento (GOFFMAN, 2012; ENTMAN, 1993; SÁDABA, 2007). O corpus de análise é composto pelas autodescrições de 33 serviços jornalísticos em atividade, as respostas do questionário com dez perguntas abertas sobre aspectos da profissão e o conteúdo de cinco reportagens indicadas pelos participantes da pesquisa. Após discussão teórica sobre o Jornalismo em geral e o jornalismo ambiental (BUENO, 2007; GIRARDI, 2012; GAVIRATI, 2013; FERNÁNDEZ-REIS, 2003) em particular, e análise dos materiais coletados, uma periodização e uma tipologia são propostas. A pesquisa sugere que o jornalismo ambiental brasileiro já passou por três períodos: o da conquista da credibilidade (anos 1970 e 1980), o das soluções sustentáveis (anos 1990 e 2000) e o do engajamento multimídia (anos 2010 em diante). Nesses três momentos históricos demarcados pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e por um processo de mudança estrutural da profissão (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011), três tipos de perspectivas foram identificados: um jornalismo ambiental de perspectiva científica, um jornalismo ambiental de perspectiva econômica e um jornalismo ambiental de perspectiva cidadã.

Palavras-chave: Jornalismo ambiental. Jornalismo especializado. Sociologia ambiental. Megadiversidade. Teoria do enquadramento.

ABSTRACT

This doctoral research aims to identify the dominant perspectives in the specialized coverage of environmental issues in Brazil in the last five decades. Environmental journalism is understood as a field (BORDIEU, 2004) formed by ecological subjects (CARVALHO, 2002) that appears in the process of environmentalization (LOPES J., 2006; ACSELRAD, 2010) of a risk society (BECK, 2011) in the country with the largest megadiversity on the planet (MITTERMEIER, 1997). Data collection was carried out in bibliography, documents and interviews through a questionnaire sent by e-mail to eight leading journalists in the country; the data treatment methodology was Content Analysis (BARDIN, 2016; HERSCOVITZ, 2010) guided by the Framing Theory (GOFFMAN, 2012; ENTMAN, 1993; SÁDABA, 2007). The analysis corpus consists of the self-descriptions of 33 active journalistic services, the answers to the questionnaire with ten open questions about aspects of the profession and the content of five reports indicated by the research participants. A periodization and typology are proposed after theoretical discussion on Journalism in general and environmental journalism (BUENO, 2007; GIRARDI, 2012; GAVIRATI, 2013; FERNÁNDEZ-REIS, 2003) in particular, and analysis of the collected materials. The research suggests that there are three historical periods in Brazilian environmental journalism.: gaining credibility (1970s and 1980s), sustainable solutions (1990s and 2000s) and multimedia engagement (since 2010s). In these three historical moments marked by the United Nations Conference on Environment and Development and by a process of structural change in the profession (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011), three types of perspectives were identified: environmental journalism from a scientific perspective, environmental journalism from economic perspective and environmental journalism from a citizen perspective.

Key-words: Environmental journalism. Specialized journalism. Environmental sociology. Megadiversity. Frame analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Blue Marble (1972)	31
Figura 2 - Biomas brasileiros	47
Figura 3 - Aumento na temperatura do planeta entre 1880 e 2019	51
Figura 4 - Desertos de notícias por regiões brasileiras	55
Figura 5 - Denúncia de Miriam Leitão	86
Figura 6 - Capa do serviço criado pelo NEJRS	121
Figura 7 - Capa do primeiro portal de notícias sobre meio ambiente no Brasil	122
Figura 8 - Mapa mental com unidades de registro da categoria Informar	124
Figura 9 - Capa do portal Conexão Planeta	125
Figura 10 - Mapa mental com unidades de registro da categoria Promover	127
Figura 11 - Capa do site da revista Meio Ambiente Industrial	128
Figura 12 - Mapa mental com unidades de registro da categoria Educar	130
Figura 13 - Site da revista Eco 21	131
Figura 14 - Mapa mental com unidades de registro da categoria Mobilizar	132
Figura 15 - Capa do site Repórter Brasil	133
Figura 16 - Mapa mental com unidades de registro da categoria Investigar	135
Figura 17 - Site da Agência Pública	136

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perguntas do questionário enviado aos participantes da pesquisa.....	26
Quadro 2 - Matriz de tipificação das fontes de notícias	61
Quadro 3 - As diferenças entre a cobertura diária e a reportagem investigativa	68
Quadro 4 - Quem cobre temas ambientais no Brasil	74
Quadro 5 - Unidades de registro com objetivos dos serviços jornalísticos especializados na cobertura ambiental	110
Quadro 6 - Categorias e unidades de registro com os objetivos autodeclarados nos serviços especializados	115
Quadro 7 - Perfil dos participantes da pesquisa	138
Quadro 8 - Unidades de registro das respostas da pergunta dois	139
Quadro 9 - Unidades de registro das respostas das perguntas um e quatro.....	141
Quadro 10 - Unidades de registro das respostas da décima pergunta	145
Quadro 11 - Unidades de registro das respostas das questões cinco e nove	148
Quadro 12 - Unidades de registro das respostas da sétima pergunta	152
Quadro 13 - Unidades de registro das respostas da sexta pergunta	154
Quadro 14 - Unidades de registro das respostas da oitava pergunta	155
Quadro 15 - Análise da reportagem 1	160
Quadro 16 - Análise da reportagem 2	165
Quadro 17 - Análise da reportagem 3	170
Quadro 18 - Análise da reportagem 4	174
Quadro 19 - Análise da reportagem 5	177
Quadro 20 - Periodização e tipologia	184
Quadro 21 - Autodescrição dos serviços jornalísticos	227
Quadro 22 - Teses de doutorado que tratam de maneira direta ou indireta da cobertura jornalística de temas ambientais	243

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABJC – Associação Brasileira de Jornalismo Científico
ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância
APIA - Asociación de Periodistas de Información Ambiental
CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CI – Conservation International
CFJ – Center for Foreign Journalists
CLUA - Climate and Land Use Alliance
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ENPJA – Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental
FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas
GDI – Grupo de Investigação do jornal Zero Hora
GPJA – Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental
GREEN PRESS - Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IRE – Investigative Reporters and Editores
IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change
LABJOR - Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade de Campinas
MAPBIOMAS - Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil
NASA - National Aeronautics and Space Administration
NEJRS – Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul
NOAA - National Oceanic and Atmospheric Administration
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PPCERRADO - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RBJA – Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEJ – Society of Environmental Journalists
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SIMCOSTA - Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira
STF – Supremo Tribunal Federal
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNCED – United Nations Conference on Sustainable Development
UNEP – United Nations Environment Programme
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWF – Fundo Mundial para a Natureza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Campo e enquadramento	19
1.2	Procedimentos metodológicos	24
2	AMBIENTALIZAÇÃO DA SOCIEDADE	29
2.1	Risco e metamorfose	32
2.2	Epistemologias ecológicas	35
3	UM PAÍS MEGADIVERSO	41
3.1	Biomias ameaçados	45
3.2	Mudança do clima	50
4	JORNALISMO(S)	54
4.1	Especialização em temas ambientais	69
4.1.1	<i>Cientistas como fontes</i>	90
4.1.2	<i>Em busca de soluções econômicas</i>	95
4.1.3	<i>A missão educativa</i>	105
5	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	109
5.1	Informativo	123
5.2	Promocional	126
5.3	Educativo	129
5.4	Mobilizador	132
5.6	Investigativo	134
6	A VISÃO DOS JORNALISTAS	137
6.1	Funções do jornalismo diante dos temas ambientais	138
6.2	Motivação pessoal	141
6.3	A especialização no Brasil	144
6.4	Interesses econômicos	147
6.5	A reportagem	152
6.5.1	<i>Boas pautas</i>	153
6.5.2	<i>Escolha das fontes</i>	154
6.5.3	<i>Trabalhos destacados</i>	156
7	ANÁLISE DE REPORTAGENS	158
7.1	A rede de sementes do Parque Indígena do Xingu.....	159
7.2	O cerco aos Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna em Rondônia	164
7.3	O avanço dos carros elétricos	170
7.4	A noção de tempo na discussão da sustentabilidade	174
7.5	A vida e a luta de José Lutzenberger	177
8	PERIODIZAÇÃO E TIPOLOGIA	183
8.1	Jornalismo ambiental de perspectiva científica	188
8.2	Jornalismo ambiental de perspectiva econômica	189
8.3	Jornalismo ambiental de perspectiva cidadã	191
9	JORNALISMO ORIENTADO ECOLÓGICAMENTE	200
	REFERÊNCIAS	207
	APÊNDICE A – Autodescrição dos serviços especializados	227
	APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido	240
	ANEXO A – Resumos de teses de doutorado	243
	ANEXO B – Parecer consubstanciado do CEP	253

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo ambiental é uma especialização profissional presente na Europa, nas Américas, na África e na Ásia (DETJEN, 2002). No Brasil, a cobertura jornalística especializada em temas ambientais começou a ganhar forma durante a ditadura civil-militar que fomentou no país uma ocupação mais intensa da região amazônica. Essa “conquista do oeste” aumentou significativamente a destruição dos biomas Amazônia e Cerrado atraindo a atenção do mundo. Os primeiros passos do jornalismo brasileiro especializado na cobertura ambiental foram dados com amparo do movimento ambientalista emergente e de técnicos de órgãos oficiais e cientistas mais críticos ao modelo de desenvolvimento econômico predador. As pautas ambientais, ao longo das últimas cinco décadas, passaram a mobilizar também outros movimentos sociais e setores do empresariado.

Como deve ser feita a cobertura jornalística dos temas ambientais para dar conta dos enormes desafios no Brasil, país megadiverso que enfrenta diariamente as consequências de alterações locais e globais causadas pela mudança do clima e por modelos de desenvolvimento que historicamente consideraram a natureza como fonte inesgotável de recursos? Tal questionamento está comigo¹ há três décadas e apareceu de diversas maneiras ao longo da minha trajetória profissional no mercado jornalístico e na academia. Essa tese de doutorado é a forma mais elaborada teoricamente das minhas inquietações acerca dessa especialização.

Eu sei exatamente quando e onde o jornalismo ambiental surgiu pela primeira vez na minha vida. Nos dias 14 e 15 de abril de 1988, estudante do segundo semestre do curso de Jornalismo na PUCRS, acompanhei um seminário promovido em Porto Alegre pelo Instituto Goethe sobre a proteção do meio ambiente e os meios de comunicação de massa. Ouvi intrigado o relato de jornalistas da Alemanha e do Rio Grande do Sul, entre eles Annette Heckrath, produtora do programa Com Ciência da TVE-RS, Ivo Stigger, editor de Ciência e Tecnologia do jornal Zero Hora, e Renato Hoffmann, repórter de geral do Diário do Sul, jornal do Grupo Gazeta Mercantil que circulou no Rio Grande do Sul entre 1986 e 1988.

Fiquei tão impactado com aquele evento que escrevi um relato para um jornal mural que havia criado na sala de aula e com essa matéria concorri na categoria texto na primeira edição do Set Universitário, evento da Faculdade de Comunicação Social da PUCRS que anos depois virou referência no ensino da Comunicação Social no Brasil. Quem ganhou o prêmio foi a formanda Eliane Brum, já repórter talentosa na época da faculdade, que desde 2017 vive em Altamira (PA) trabalhando com temas ambientais.

¹ Optei por escrever a Introdução e o último capítulo dessa tese na primeira pessoa do singular devido ao meu envolvimento com o tema dessa pesquisa nos últimos 30 anos.

Percebi durante o evento do Instituto Goethe que queria fazer as reportagens que aqueles jornalistas produziam usando a imprensa para ajudar a salvar o mundo em risco crescente de emergência ambiental. A principal função do jornalismo passou a ser essa para mim, ainda na época da faculdade: ajudar a salvar o mundo. Com 52 anos e mais de três décadas de atuação profissional ainda tenho essa chama vibrando em mim e por isso apresento agora, em meio à pandemia global de Covid-19, essa pesquisa de doutoramento.

Esse fogo aceso no Instituto Goethe começou a arder com mais força no final do curso de graduação. Em meados de 1991, repórter recém-contratado pela Rádio Gaúcha, fui informado pelo jornalista Luciano Klöckner, um dos coordenadores da emissora na época, que eu seria um dos enviados especiais ao Rio de Janeiro em junho de 1992 para cobrir a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Não é comum um repórter receber um pauta com tanto tempo de antecedência. Isso geralmente ocorre no planejamento de grandes eventos, como Copa do Mundo e Olimpíada.

Informado com um ano de antecedência da minha primeira grande pauta ambiental, busquei o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, entidade criada em 1990, com apoio da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), para difundir e qualificar a cobertura jornalística das questões ambientais; também recorri à professora de jornalismo Ilza Maria Tourinho Girardi, organizadora de um seminário preparatório para a cobertura da Conferência do Rio realizado na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Por isso não seria exagero afirmar que Ilza Girardi é minha orientadora há quase 30 anos.

Em função da relevância internacional da Rio 92, a Rádio Gaúcha transmitiu oito horas de programação diária direto do Rio de Janeiro (RJ). Passei meu aniversário de 24 anos, dia 11 de junho de 1992, nos corredores do Centro de Convenções Riocentro, na Barra da Tijuca, cobrindo os movimentos finais das negociações diplomáticas que moldaram o modo como os governos passaram a lidar com o desenvolvimento sustentável, a mudança do clima e a biodiversidade do planeta. Essa experiência internacional no início da carreira foi um acontecimento marcante para mim, uma espécie de epifania. Voltei de lá decidido a dedicar minha vida profissional à cobertura dos temas ambientais.

E foi isso que fiz durante a última década do século XX criando programas de meio ambiente nas rádios Gaúcha e CBN de Porto Alegre; escrevendo reportagens nos jornais alternativos Oi Menino Deus e Jornal Já; participando de eventos de formação em jornalismo ambiental nos Estados Unidos, na França, na Alemanha, na Suécia e no Equador; até que em 1998, depois de vários ensaios, ajudei a criar a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental,

articulação na internet que contribui até hoje com a disseminação da cobertura especializada em temas ambientais.

No século XXI, novos desafios surgiram e as respostas à inquietação sobre o modo de cobrir os temas ambientais também foram mudando com minha participação como gestor de comunicação de um importante programa ambiental, o Pró-Guaíba, na gestão de Olívio Dutra (1999-2002) no Governo do Estado do Rio Grande do Sul; com os debates proporcionados pelas três primeiras edições do Fórum Social Mundial; e com a esperança de uma política ambiental nas mãos de Marina Silva no início do ciclo dos governos petistas no Palácio do Planalto. As primeiras tentativas de pensar teoricamente o jornalismo ambiental são dessa época, em projetos de livros e nos estudos linguísticos em uma especialização realizada no Instituto de Letras da UFRGS com a orientação da professora e pesquisadora Maria José Bocorny Finatto. Um passo adiante foi dado na pesquisa de mestrado, orientado pela professora Ilza Maria Tourinho Girardi, orientadora também dessa pesquisa de doutorado finalizada em um momento histórico de desesperança e desespero. No Brasil e no mundo.

As atividades humanas já causaram um aumento na temperatura da superfície do planeta de aproximadamente 1,0 °C em relação aos níveis pré-industriais, com um intervalo provável de 0,8 °C a 1,2 °C. Se as emissões de gases estufa se mantiverem nas taxas atuais, o aquecimento global pode alcançar 1,5 °C entre 2030 e 2052 (IPCC, 2018), intensificando a ocorrência de fenômenos climáticos extremos. Em função do crescente impacto humano na Terra, acelerado nos últimos dois séculos com a revolução industrial, a Comissão Internacional de Estratigrafia² está prestes a definir o marco inicial de uma nova época geológica chamada Antropoceno. O marco provável é o início das explosões atômicas.

Mudanças ambientais globais já foram constatadas pelos cientistas: na erosão e no transporte de sedimentos, ocasionadas pela colonização, agricultura e urbanização; na composição química da atmosfera, oceanos e solos, com significativa perturbação nos ciclos do carbono, nitrogênio, fósforo e vários metais; nas condições ambientais causadas por perturbações (aquecimento global, acidificação e ampliação de zonas mortas nos oceanos); na biosfera terrestre e marítima, como resultado de perda de habitats, predação, invasão de espécies e alterações físicas e químicas no ambiente (SUBCOMMISSION ON QUATERNARY STRATIGRAPHY).

Essas mudanças ambientais globais e os seus riscos passaram a ser tratados com mais frequência pelo jornalismo no último quarto do século XX, dando origem à especialização

² Disponível em: <<http://quaternary.stratigraphy.org/workinggroups/anthropocene>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

temática reconhecida internacionalmente como jornalismo ambiental. No Brasil, é possível identificar jornalistas dedicados a reportar com regularidade as relações sociedade-natureza desde os anos 1970, nas grandes redações e também nos veículos alternativos.

Uma produção jornalística nunca é resultado apenas da intencionalidade do jornalista, ela também é determinada pela intencionalidade das fontes consultadas e pelas condições de produção, que incluem política editorial e capacidade de custear reportagens, por exemplo. Os produtos do jornalismo ambiental, por serem produções jornalísticas, são fruto dos saberes de reconhecimento, de procedimento e de narração do(a) jornalista, da relação do(a) jornalista com as suas fontes e ainda do modelo de negócio necessário para viabilizar essa atividade profissional especializada que, para ser realizada, muitas vezes tem que enfrentar interesses econômicos e políticos. A motivação pessoal do(a) jornalista, os interesses das fontes mobilizadas, as condições de produção e os interesses econômicos e políticos influenciam diretamente no enquadramento dos produtos produzidos e publicados.

Quais perspectivas de jornalismo ambiental podem ser identificadas na cobertura especializada realizada no Brasil desde os anos 1970? A meu ver a tentativa de responder a este questionamento é uma contribuição importante para os estudos teóricos do jornalismo ambiental, visto que não se tem notícia de pesquisa que tenha apresentado tal tipo de abordagem (BARROS, 2003, 2008; AGUIAR, 2011; BARROS; LIMA, 2012). O jornalismo ambiental praticado no Brasil é, portanto, o tema dessa pesquisa de doutorado. A hipótese que formulo é a existência de três tipos de jornalismo ambiental praticados pelo jornalismo brasileiro: o jornalismo ambiental de perspectiva científica, o jornalismo ambiental de perspectiva econômica e o jornalismo ambiental de perspectiva cidadã. Uma hipótese é uma resposta provisória dada ao problema de pesquisa. Além de guiar a investigação, ela também tem por finalidade “colocar o pesquisador em estado de perturbação criadora e em movimento, mobilizar procedimentos metodológicos e ajustá-los às assertivas teóricas, ao mesmo tempo em que pode contribuir para a própria reconstrução dessas mesmas assertivas” (BARROS, 2017, p.11). Ainda segundo o mesmo autor, nas ciências sociais e humanas hipóteses são demonstradas ou não. De acordo com Lopes (2010, p.140), “ao sugerirem relações entre conceitos e variáveis, as hipóteses se definem como meios pelos quais a teoria intervém na investigação e nos fatos”.

Identificar as perspectivas dominantes na cobertura especializada dos temas ambientais nas últimas cinco décadas no Brasil propondo uma tipologia e uma periodização para contribuir com o debate teórico e a prática do jornalismo ambiental no país mais megadiverso do planeta é como formulei o objetivo geral dessa pesquisa de doutorado. Para chegar lá, seis objetivos

específicos foram traçados, três deles ajudaram a configurar o referencial teórico apresentado nos capítulos 2, 3 e 4. São eles: descrever o processo de ambientalização da sociedade que originou uma especialização jornalística focada na cobertura de temas ambientais; descrever a megadiversidade brasileira e os desafios no país diante da mudança do clima que apontam a necessidade de um jornalismo ambiental qualificado e atuante no Brasil; e compreender a história do campo jornalismo ambiental no Brasil à luz das teorias do jornalismo. Os outros três objetivos específicos ajudaram a configurar a análise apresentada nos capítulos 5, 6, 7 e 8. São eles: mapear o tipo de jornalismo prometido pelos serviços jornalísticos que oferecem no país cobertura jornalística especializada sobre temas ambientais; compreender a visão de jornalistas ambientais de referência em atividade no Brasil sobre sua prática profissional; e analisar os traços típicos de reportagens de referência publicadas por jornalistas que se destacam na cobertura especializada de temas ambientais no país.

O objetivo geral passou por três alterações ao longo dos quase cinco anos que durou essa pesquisa até chegar a esta configuração final descrita acima. Em sua primeira versão, apresentada à banca de seleção do doutorado em setembro de 2015, a proposta era estudar as concepções de jornalismo e natureza em duas gerações de profissionais de referência na cobertura dos temas ambientais no Brasil. Já no primeiro ano a noção de geração foi abandonada pela dificuldade de delimitar gerações na cobertura ambiental. Assim como a ideia de natureza foi deixada de lado após os primeiros estudos de Sociologia Ambiental quando ficou evidente que somente a relação sociedade-natureza faria sentido. No segundo ano, comecei a pensar a noção de ethos do jornalismo ambiental brasileiro e os conflitos e configurações que surgiam a partir dos interesses econômicos mobilizados pelo campo. Em função de compromissos profissionais, acabei não organizando a metodologia para submeter ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e novos interesses foram surgindo à medida que outros estudos iam sendo realizados no âmbito do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS).

No terceiro ano, o projeto que foi avaliado na Banca de Qualificação ganhou forma e chegou a ser discutido com pares no IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental, realizado em Porto Alegre, na Fabico/UFRGS, nos dias 27 e 28 de setembro de 2018. Comecei a considerar em minha pesquisa o método de construção de tipos ideais e nesse evento apresentei uma versão do projeto que falava em jornalismo, ambiente, ativismo e sustentabilidade: uma proposta de tipos ideais. Os tipos ideais do jornalismo ambiental brasileiro acabou sendo o projeto aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa no dia 21 de dezembro de 2018 e avaliado na Banca de Qualificação no dia 13 de maio de 2019 com o título praticamente igual: Os tipos ideais do jornalismo ambiental no Brasil. Na época, a análise das

autodescrições dos serviços especializados ainda era uma proposta metodológica, seis jornalistas apenas tinham respondido ao questionário e somente uma reportagem tinha recebido um primeiro movimento de análise.

A avaliação da Banca de Qualificação me ajudou a perceber que deveria focar a pesquisa na descrição do jornalismo ambiental praticado no Brasil. Após analisar todos os dados coletados constatei que os três tipos ideais discutidos na Banca de Qualificação – o jornalismo ambiental de perspectiva científica, o jornalismo ambiental de perspectiva econômica e o jornalismo ambiental de perspectiva cidadã – são, na verdade, três posições em disputa dentro do campo jornalismo ambiental identificadas nessa tese como perspectivas que enquadram e orientam a prática profissional. Percebi também que é possível pensar um jornalismo orientado ecologicamente como tipo ideal.

Em uma reflexão acerca do discurso jornalístico sobre mudança do clima, Gavirati (2013) propõe dois tipos de categoria: um jornalismo ambiental empírico (estudado dentro do discurso jornalístico) e um jornalismo ambiental conceitual (analisado desde o discurso dos movimentos sociais ambientalistas, do discurso político e do discurso acadêmico). “*Entre lo que es y lo que puede ser existe una gran brecha, que consideramos fundamental en el abordaje de la crisis ambiental, do que su resolución implica una clara intervención en el futuro (mediato o inmediato)*” (GAVIRATI, 2013, p.221). Assim o jornalismo ambiental é entendido de duas maneiras, como especialização profissional e como renovação do jornalismo, ambas relacionadas entre si.

Ainda segundo o mesmo autor, é preciso distinguir uma notícia que trata de um tema ambiental de uma notícia que é comunicada de uma perspectiva ambiental. Ambas, no entanto, podem fazer parte do campo do jornalismo ambiental. Essa distinção entre notícias sobre temas ambientais e notícias comunicadas de uma perspectiva ambiental está presente em estudos do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS) e também é levada em consideração nesse trabalho. Essa distinção feita por Gavirati (2013) entre o jornalismo que é e o jornalismo que pode ser inspirou a formulação das três perspectivas de jornalismo ambiental feita nessa pesquisa e também o jornalismo orientado ecologicamente como um tipo ideal capaz de orientar pesquisas futuras e sinalizar caminhos à profissão.

Como explica Seibt (2019, p.15), o método tipo ideal foi desenvolvido pelo sociólogo alemão Max Weber “para compreender os sentidos das ações sociais. Trata-se da concepção de um ‘caso limite’, uma elaboração teórica que serve de modelo de comparação com a realidade empírica”. O tipo ideal sistematizado por Weber, segundo Charron e De Bonville (2016, p.36), é uma representação abstrata da realidade “com apenas alguns traços julgados típicos ou

característicos pelo pesquisador”. Ainda segundo os mesmos autores, ele serve de guia para a observação da realidade e a formulação de hipóteses. Ao discutir, em Metodologia das Ciências Sociais, a formação do conceito de economia urbana, Weber explica que um tipo ideal é obtido pela acentuação de um ou mais pontos de vista.

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou de vários pontos de vista e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. É impossível encontrar empiricamente na realidade este quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia. (WEBER, 2016, p. 252).

Esse caráter utópico do tipo ideal proposto por Max Weber significa, segundo Barbosa e Quintaneiro (1999), que ele não pretende ser um reflexo do real, mas sim uma tentativa de compreender o real em seus traços considerados essenciais. Apesar de reconhecer a possibilidade de trabalhar com o método tipo ideal, optei pela Teoria do Enquadramento para identificar as três perspectivas presentes na prática do jornalismo especializado em temas ambientais no Brasil. Ao discutir os fundamentos do campo jornalismo ambiental, problematizando as práticas profissionais e as posições dominantes dentro desse campo, essa pesquisa busca um diálogo com estudos das teorias do jornalismo. Espero que ela possa contribuir de alguma forma com o ensino na graduação e com a qualificação da cobertura.

1.1 Campo e enquadramento

O jornalismo ambiental é entendido nessa tese como um campo com suas leis próprias (BORDIEU, 2004). Um campo, o do jornalismo especializado na cobertura de temas ambientais, possui regras do jogo e desafios específicos; ele é um espaço de lutas, “uma arena onde está em jogo uma concorrência ou competição entre os agentes que ocupam as diversas posições” (LAHIRE, 2017, p.65). Ainda segundo o mesmo autor, “o objetivo dessas lutas reside na apropriação do capital específico do campo (obtenção do monopólio do capital específico legítimo) e/ou a redefinição desse capital”. Na teoria dos campos de Bourdieu, a cada campo corresponde um sistema de disposições incorporadas que o sociólogo chamou de *habitus*. O jornalista para fazer parte do campo do jornalismo ambiental precisa incorporar o *habitus* ecológico desse campo para ser capaz de disputar o jogo.

De acordo com Bourdieu (2004, p.20), “para compreender uma produção cultural (literatura, ciência etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco

referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto”. Entre esses dois polos – texto e contexto – existe um universo intermediário no qual estão inseridos os agentes, as instituições. “Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (BOURDIEU, 2004, p.20). Para estudar um campo, é preciso conhecer as posições que os agentes ocupam dentro dele.

É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. Isto significa que só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado num campo (um economista, um escritor, um artista etc.) se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos “de onde ele fala”, como se dizia de modo um tanto vago por volta de 1968 – o que supõe que pudemos e soubemos fazer, previamente, o trabalho necessário para construir as relações objetivas que são constitutivas da estrutura do campo em questão – em vez de nos contentarmos em nos reportar ao lugar que supostamente ele ocupa no espaço social global, o que a tradição marxista chama de sua condição de classe. (BOURDIEU, 2014, p. 23-24).

Ainda segundo Bourdieu, a posição dos agentes sociais dentro de um campo depende do capital adquirido, assim como a estratégia desenvolvida por eles dentro desse campo depende da posição ocupada. Na teoria desenvolvida pelo sociólogo francês, o núcleo da análise não é o ator individual, mas as relações entre os atores ou as relações entre as posições no interior de um campo que importam (JOAS; KNÖBL, 2017). Ainda de acordo com os mesmos autores, é o observador sociológico quem determina as estruturas de um campo social, estruturas essas que impõem restrições aos atores. “Sua abordagem sociológica busca levar absolutamente em conta a capacidade e poder dos atores em agir” (JOAS; KNÖBL, 2017, p.411). No entendimento de Champagne (2017), há na obra de Bourdieu ferramentas teóricas para pensar o jornalismo. “Uma parte do que se produz no mundo do jornalismo só é compreensível se esse microcosmo for pensado como tal, e se houver um esforço de compreensão dos efeitos que as pessoas envolvidas nesse microcosmo exercem umas sobre as outras” (CHAMPAGNE, 2017, p.270).

A Teoria do Enquadramento foi utilizada na identificação das três perspectivas do jornalismo ambiental praticado no Brasil nos últimos 50 anos, ou seja, as três posições em disputa dentro do campo, e também orienta a análise de conteúdo das cinco reportagens estudadas nessa pesquisa. O jornalismo, no entendimento de Soares (2009, p.21), “é necessariamente um relato particular dos acontecimentos, ou seja, uma narrativa construída sobre um aspecto do mundo selecionado”. Por isso, ainda segundo o mesmo autor, o conceito

de enquadramento vem sendo utilizado para analisar como informações corretas e verificáveis são selecionadas, valorizadas, destacadas, omitidas ou atenuadas.

Trazido aos estudos do jornalismo, o enquadramento diz respeito à capacidade dos meios de produzirem e disseminarem implicitamente uma interpretação do mundo, por intermédio de uma retórica implícita, entranhada na própria estrutura das matérias jornalísticas, indicando o papel dos meios noticiosos na construção das representações públicas. (SOARES, 2009, p.56).

Nas reportagens, os enquadramentos resultam de um processo complexo que começa com a escolha da pauta, passa pela intenção do jornalista, pelos interesses das fontes consultadas e também pelas condições de produção do serviço jornalístico, principalmente a política editorial do veículo e a sua forma de financiamento. O enquadramento é um processo de seleção e saliência que pode ser identificado na análise de conteúdos jornalísticos.

Enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicante, de modo a promover uma definição de problema particular, interpretação causal, avaliação moral e / ou recomendação de tratamento para o item descrito. (ENTMAN, 1993, p.52, tradução nossa³).

Comentando o enquadramento dado à Guerra Fria, Entman (1993) afirma ainda que os quadros podem ter quatro funções: definem problemas, diagnosticam causas, fazem julgamentos morais e sugerem soluções. “Uma única sentença pode executar mais de uma dessas quatro funções de enquadramento, embora muitas sentenças em um texto possam executar nenhuma delas” (ENTMAN, 1993, p.52, tradução nossa⁴). Ainda segundo o mesmo autor, os frames são encontrados em quatro locais: no comunicador, no texto, no receptor e na cultura. E em todos esses locais tem funções semelhantes: seleção, destaque e uso dos elementos destacados para construir um argumento sobre problemas e suas causas, avaliação e/ou solução. Por isso os quadros destacam algumas informações e não outras. O enquadramento pode ser usado para orientar uma análise de conteúdo.

A principal tarefa de determinar o significado textual deve ser identificar e descrever quadros; a análise de conteúdo informada por uma teoria do enquadramento evitaria tratar todos os termos ou enunciados negativos ou positivos como igualmente relevantes e influentes. Muitas vezes, os codificadores simplesmente armazenam todas as mensagens que julgam positivas e negativas e tiram conclusões sobre os significados dominantes. Eles

³ Framing essentially involves selection and salience. To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described.

⁴ A single sentence may perform more than one of these four framing functions, although many sentences in a text may perform none of them.

negligenciam medir a saliência de elementos no texto e não medem os relacionamentos dos clusters mais salientes de mensagens - os quadros - com os esquemas do público. Não guiada por um paradigma de enquadramento, a análise de conteúdo muitas vezes produz dados que deturpam as mensagens de mídia que a maioria dos membros do público está realmente captando. (ENTMAN, 1993, p.57, tradução nossa⁵).

A Teoria do Enquadramento foi originalmente proposta pelo sociólogo Ervin Goffman (1922-1982) em 1974 no livro *Frame analysis: an essay on the organization of experience*, traduzido no Brasil pela Editora Vozes somente em 2012 com o título *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Segundo Sádaba (2007), o quadro (frame) para Goffman é tanto um marco social como um esquema mental. “*Un marco que designa el contexto de la realidad y un esquema o estructura mental que incorpora los datos externos objetivos. [...] La organización de la experiencia pasa así por marcos sociales y esquemas mentales, fusionados en los frames*”. (SÁDABA, 2007, p.33). Ainda segundo a mesma autora, “*los frames de Goffman son formas transmitidas y compartidas por la sociedad, a través de las cuales se mira la realidad*” (SÁDABA, 2007, p.35).

Segundo Goffman (2012), quando a pergunta “O que está acontecendo aqui?” é feita de maneira explícita, em situações de dúvida e confusão, ou tacitamente em situações de certeza habitual, a resposta a esta pergunta é sempre dada a partir de quadros de compreensão, os enquadramentos.

Pressuponho que as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais - e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que eu sou capaz de identificar. Essa é a minha definição de quadro. Minha expressão “análise de quadros” é um slogan para referir-me ao exame, nesses termos, da organização da experiência. (GOFFMAN, 2012, p.34).

Quando um indivíduo reconhece determinado acontecimento, ele usa um ou mais esquemas de interpretação que Goffman (2012) chamou de tipo primário. Existiriam na vida cotidiana em sociedade duas grandes classes de esquemas primários: os naturais e os sociais. “Os esquemas naturais identificam as ocorrências consideradas não dirigidas, não orientadas, não animadas, não guiadas, ‘puramente físicas’. Tais acontecimentos não guiados são aqueles

⁵ The major task of determining textual meaning should be to identify and describe frames; content analysis informed by a theory of framing would avoid treating all negative or positive terms or utterances as equally salient and influential. Often, coders simply tote up all messages they judge as positive and negative and draw conclusions about the dominant meanings. They neglect to measure the salience of elements in the text, and fail to gauge the relationships of the most salient clusters of messages – the frames – to the audience’s schemata. Unguided by a framing paradigm, content analysis may often yield data that misrepresent the media messages that most audience members are actually picking up.

considerados totalmente devidos, do começo ao fim, a determinantes ‘naturais’” (GOFFMAN, 2012, p.45-46). Já os esquemas sociais fornecem compreensão para acontecimentos que incorporam vontade, objetivo e esforço de controle de uma inteligência, “de um agente vivo, sendo o principal deles o ser humano” (p.46).

A diferença entre os dois tipos de esquemas primários, os naturais e os sociais, pode ser percebida no enquadramento de notícias sobre chuvas intensas do tipo *Deslizamento após enxurrada mata famílias*. O enquadramento natural atribui a causa do acontecimento à natureza (enxurrada) e coloca em segundo plano ou silencia totalmente sobre a responsabilidade humana que, por sua vez, fica em quadro com manchetes do tipo *Deslizamento em ocupação irregular autorizada pela Prefeitura mata famílias*. Quando os eventos climáticos extremos que vem ocorrendo por todo o planeta são noticiados sem relação à mudança do clima de causa antrópica há também um enquadramento natural, como se o clima não estivesse mudando devido aos interesses econômicos das grandes corporações e dos países que mantêm a emissão de gases estufa mesmo diante das evidências científicas que sugerem o caminho oposto.

Além dos esquemas primários, a formação dos quadros de compreensão dos acontecimentos depende ainda de um processo de tonalização. Tons básicos utilizados pela sociedade ajudam a modular os quadros de compreensão dos acontecimentos. Entre eles Goffman (2012) cita o faz-de-conta (a jocosidade, a fantasia, os roteiros dramáticos); as competições; os cerimoniais; as reconstituições técnicas (treino, demonstração, documentação, ou tom documental, desempenho de papéis e experimento); e os reposicionamentos (execução de uma atividade por razões consideradas diferentes). Além da tonalização, outro tipo básico de transformação de como uma faixa de atividade é percebida são as maquinações (induzida por outros – benigna ou exploratória – e autoimposta), o “esforço intencional de um ou mais indivíduos, destinado a manobrar uma atividade de modo que uma ou mais pessoas sejam induzidas a ter uma falsa convicção a respeito daquilo que está ocorrendo” (GOFFMAN, 2012, p. 118). Uma maquinação bem conhecida no campo ambiental é a maquiagem verde utilizada por corporações poluidoras.

Sádaba (2007) sugere quatro maneiras para entender os meios de comunicação desde a perspectiva simbólica da Teoria do Enquadramento: a influência do jornalista na produção da notícia (etnia, educação, sexo, faculdade de jornalismo, experiências profissionais, atitudes pessoais, crenças, percepção pessoal); as rotinas profissionais (pirâmide invertida, horários, fontes consultadas); a organização do meio; e o conteúdo.

A Teoria do Enquadramento já foi utilizada em outras duas teses (Anexo A) do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS). Na tese de Eloisa Beling Loose (2016)

sobre os riscos climáticos no circuito da notícia local, além de a pesquisadora constatar e discutir problemas na mediação jornalística realizada pelo jornal Gazeta do Povo de Curitiba (PR) diante da noção de risco da mudança do clima, ela utilizou a Teoria do Enquadramento para analisar o conteúdo das notícias. Loose (2016) encontrou quatro macroenquadramentos: científico, político, econômico e do desastre. Depois foram trabalhados os enquadramentos sobre riscos, certeza e incerteza científica, enfrentamento e responsabilização. Cláudia Moraes (2015) também utilizou a Teoria do Enquadramento em sua tese sobre clima e economia: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*. “Consideramos a noção de enquadramento produtiva para a reflexão sobre as possibilidades de construção de acontecimentos jornalísticos. Isso porque há sempre mais de uma maneira de dizer/entender um fato [...]” (MORAES, 2015, p.96). A pesquisadora constatou a solução da economia verde como um enquadramento comum no discurso das revistas semanais analisadas.

1.2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa bibliográfica em livros e artigos foi a metodologia utilizada na revisão teórica realizada sobre sociologia ambiental, megadiversidade, biomas brasileiros, mudança do clima, teorias do jornalismo, história do jornalismo ambiental, educação ambiental e epistemologia ambiental. Como ressalta Stumpf (2012, p.54), “a revisão da literatura acompanha o trabalho acadêmico desde a sua concepção até sua conclusão”. Ela ajudou na compreensão da questão ambiental como consequência das relações sociedade-natureza dialogando com estudos sociológicos; e também no mapeamento das mudanças e permanências do jornalismo contemporâneo a partir de ensaios teóricos e pesquisas empíricas.

Para mapear os tipos de jornalismo prometido pelos serviços que realizam cobertura especializada de temas ambientais no país, um quadro foi montado com a autodescrição de 33 serviços especializados. Eles foram selecionados do mapeamento sobre quem cobre temas ambientais no Brasil (Quadro 4) construído com informações obtidas em mensagens que circularam pela Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental nas últimas duas décadas. Primeiro se verificou quais serviços com cobertura de temas ambientais tinham autodescrição disponível na internet e citavam em sua apresentação um ou mais temas ambientais.

Depois foi realizada uma pré-análise em conteúdos publicados, escolhidos aleatoriamente, para ver quais serviços atendiam ao critério da abordagem em profundidade (BUITONI, 2013; FERNANDES, 2017), característica do jornalismo especializado discutida no Capítulo 4. Então as autodescrições (disponíveis no Apêndice A) foram analisadas (Capítulo

5) com a metodologia Análise de Conteúdo, a partir de cinco categorias: informar, promover, educar, mobilizar e investigar.

Para compreender a visão de jornalistas ambientais de referência em atividade no Brasil sobre sua prática profissional, foi enviado um questionário no dia 8 de janeiro de 2019 primeiramente para dez jornalistas (sete homens e três mulheres) considerados referência no jornalismo ambiental, que trabalham nas regiões Sul (um), Sudeste (seis), Centro-Oeste (um) e Norte (dois), todos especializados na cobertura de temas ambientais, com experiência profissional na área que varia entre 15 e 50 anos.

Como até o final de setembro de 2019 dois ainda não tinham respondido à solicitação (um homem da Região Norte e uma mulher da Região Sudeste), mais três jornalistas mulheres foram convidadas a participar da pesquisa por e-mail enviado no dia 04 de outubro de 2019, duas delas com atuação destacada na Região Norte e a outra setorista de um dos principais jornais da Região Sudeste. Nenhuma respondeu. Assim, dos 13 jornalistas de referência convidados por e-mail, oito aceitaram participar da pesquisa.

Os oito participantes receberam o questionário com dez perguntas abertas por e-mail, enviado no dia 8 de janeiro de 2019, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para leitura, com a instrução de enviar o documento assinado e digitalizado anexado ao e-mail com as respostas das dez perguntas, se a participação na pesquisa fosse aceita. Oito questionários foram respondidos por jornalistas que atuam nas regiões Sul (um), Sudeste (cinco), Centro-Oeste (um) e Norte (um).

Entre os jornalistas especializados que participaram da pesquisa, dois (um homem e uma mulher) trabalham como setoristas de meio ambiente em veículos jornalísticos de um grande grupo de comunicação; quatro (três homens e uma mulher) atuam em serviços jornalísticos especializados na temática ambiental, fora dos grandes grupos de comunicação do país; outro (homem) atuou como setorista em um dos principais jornais da Região Sudeste e há cerca de cinco anos assumiu a assessoria de comunicação de um projeto nacional de mobilização ambiental e também atua como repórter freelancer; e o outro (homem) manteve por mais de duas décadas na Região Sudeste mídia ambiental especializada e recentemente passou a trabalhar apenas como consultor ambiental. Os oito (seis homens e duas mulheres) responderam as dez questões apresentadas a seguir.

Quadro 1 – Perguntas do questionário enviado aos oito participantes da pesquisa

1. Descreva-se como jornalista. Que tipo de jornalista você é?
2. Qual deve ser a função ou as funções do jornalismo diante dos temas ambientais?
3. Cite três reportagens que você sente orgulho de ter feito na área ambiental. Inclua referências para que elas possam ser consultadas.
4. O que lhe motiva a fazer reportagens sobre temas ambientais?
5. Descreva o modelo de negócio do veículo que você atua ou atuou como jornalista cobrindo temas ambientais.
6. O que é uma boa pauta ambiental?
7. Como deve ser uma boa reportagem ambiental?
8. Que atributos você considera relevante na escolha de suas fontes?
9. Que tipo de interesses econômicos surgem durante a realização de reportagens sobre temas ambientais e como eles interferem no trabalho jornalístico?
10. Você acredita que o jornalismo ambiental já é uma especialização consolidada no jornalismo brasileiro? Por quê?

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

Antes do envio dos questionários, o projeto foi previamente enviado para análise da Comissão de Pesquisa da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS e em seguida para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por meio da Plataforma Brasil, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) submetido aos participantes, juntamente com o questionário, explicando os objetivos da pesquisa e como os dados obtidos seriam utilizados e divulgados.

O Parecer consubstanciado do CEP está no Anexo B. O projeto de tese foi aprovado em Exame de Qualificação realizado no dia 13 de maio de 2019, com Banca Examinadora constituída pela Prof^a. Dr^a. Virgínia da Silveira Fonseca (PPGCOM/UFRGS) e pela Prof^a. Dr^a. Christa Berger (Unisinos). O projeto inicial previa entrevistas em profundidade com os participantes após o recebimento dos questionários. Pelas dificuldades logísticas envolvidas e diante da possibilidade de redundância nas respostas discutida na Banca de Qualificação, decidi trabalhar apenas com os oito questionários recebidos, sem a realização das entrevistas em profundidade. A meu ver as respostas recebidas por e-mail foram suficientes para os objetivos estabelecidos para a pesquisa.

Nos capítulos 2, 3 e 4, procuro dar conta dos três primeiros objetivos específicos. Começo fundamentando a ambientalização da sociedade para entender o jornalismo ambiental como parte desse processo social que emerge da sociedade de risco (BECK, 2011). Logo em seguida sistematizo dados científicos sobre a megadiversidade brasileira para mostrar o porquê da importância da pauta ambiental no país. Depois discuto teoricamente o Jornalismo, o jornalismo especializado e a história do jornalismo ambiental nas últimas cinco décadas. Uma tentativa de levantamento nacional com veículos e jornalistas dedicados à temática ambiental é apresentada, com limites impostos pela extensão do país.

O primeiro gesto de análise (Capítulo 5) partiu do levantamento nacional citado anteriormente (Quadro 4) e chegou a 33 serviços especializados que prometem algum tipo de cobertura ambiental nas suas autodescrições. Análise do conteúdo categorial desses textos autodeclaratórios permitiu identificar cinco funções para o jornalismo ambiental brasileiro: informar, promover soluções, educar, mobilizar politicamente e investigar. Segundo Bardin (2016, p.147), “as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos”. Ainda segundo a mesma autora, os critérios podem ser semântico (categorias temáticas), sintático (verbos, adjetivos), léxico (palavras classificadas segundo o sentido) e expressivo (perturbações da linguagem). “Classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com os outros” (BARDIN, 2016, p.17). Boas categorias devem ter as seguintes qualidades: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade (das variáveis e índices) e produtividade (com resultados férteis).

As respostas às dez perguntas abertas do questionário enviado por e-mail, descritas e analisadas (Capítulo 6) à luz das teorias do jornalismo e da teoria dos campos, permitiram compreender a visão de oito jornalistas de referência no jornalismo ambiental brasileiro acerca dos seguintes aspectos da prática profissional: funções do jornalismo, motivação pessoal, a especialização no Brasil, interesses econômicos mobilizados pela temática ambiental, a reportagem, as boas pautas, o processo de escolha das fontes e os trabalhos de referência.

Com o objetivo específico de analisar os traços típicos presentes em reportagens publicadas por jornalistas de referência, cada participante foi solicitado a indicar três reportagens sobre temas ambientais das quais sentisse orgulho de ter feito (questão 3 no Quadro 1), com referências para que elas pudessem ser consultadas. No Capítulo 7, a metodologia da Análise de Conteúdo foi utilizada para identificar os enquadramentos presentes em cinco das 24 reportagens indicadas pelos oito participantes. Também foram identificados tema, método de apuração, funções e fontes. As reportagens produzidas foram estudadas à luz das respostas fornecidas pelos seus autores no questionário. A Análise de Conteúdo, segundo Herscovitz (2010), pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos, e também para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias. A identificação dos enquadramentos presentes nas reportagens foi realizada como teste de análise da tipologia formulada nessa tese.

Por fim a pesquisa sugere que o jornalismo ambiental brasileiro já passou por três períodos: o da conquista da credibilidade (nos anos 1970 e 1980), o das soluções sustentáveis (nos anos 1990 e 2000) e o atual chamado de engajamento multimídia (a partir dos anos 2010 em diante). Nesses três momentos históricos que são demarcados pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, e por um processo de mudança estrutural da profissão (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011), três tipos de perspectivas foram identificadas: um jornalismo ambiental de perspectiva científica, um jornalismo ambiental de perspectiva econômica e um jornalismo ambiental de perspectiva cidadã. No próximo capítulo, descrevo o processo de ambientalização da sociedade que influencia o surgimento dessa especialização temática do Jornalismo e ao mesmo tempo é influenciado pelo campo jornalismo ambiental: macro e microcosmo se retroalimentam.

2 AMBIENTALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

A meu ver, a questão decisiva para a espécie humana é saber se, e em que medida, a sua evolução cultural poderá controlar as perturbações trazidas à vida em comum pelos instintos humanos na agressão e autodestruição. Precisamente quanto a isso a época de hoje merecerá talvez um interesse especial. Atualmente os seres humanos atingiram um tal controle das forças da natureza, que não lhes é difícil recorrerem a elas para se exterminarem até o último homem. Eles sabem disso; daí, em boa parte, o seu atual desassossego, sua infelicidade, seu medo. Cabe agora esperar que a outra das duas “potencias celestiais”, o eterno Eros, empreenda um esforço para afirmar-se na luta contra o adversário igualmente imortal. Mas quem pode prever o sucesso e o desenlace?

Sigmund Freud

Quando o pai da psicanálise publicou a primeira edição de *O mal-estar na civilização*, em 1930, obra cujo último parágrafo está reproduzido na epígrafe desse capítulo, a população mundial do planeta Terra recém tinha atingido a marca surpreendente, na época, de 2 bilhões de habitantes. A crise ambiental, no entanto, já estava em gestação e acabou eclodindo depois do final da II Guerra Mundial (1939-45). O termo *ambientalização* [da sociedade] é um neologismo que designa “novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo” (LOPES J., 2006, p.34). As bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki (HERSEY, 2002); os testes e usos bélicos de artefatos nucleares em diversas partes do mundo (MAKHIJANI; HU; YIH, 1995); a descoberta e a denúncia dos impactos da industrialização na natureza, causados pelos agrotóxicos (CARSON, 2010), pelos gases de efeito estufa provenientes da queima de combustíveis fósseis (IPCC, 2018) e por outros poluentes químicos como o ozônio fotoquímico e a dioxina (HARTE *et al.*, 1991); a ocorrência de catástrofes de repercussão internacional (BECK, 2011); o avanço do conhecimento sobre o planeta (LOVELOCK, 1988; ONE STRANGE ROCK, 2018); e a consolidação do movimento ambientalista (ADLER, 1995; URBAN, 2001) colocaram as questões ambientais na agenda pública na segunda metade do século XX potencializando o processo de *ambientalização* da sociedade. Como a crise ambiental é decorrente dos modos como compreendemos e habitamos o mundo, “a questão ambiental se transforma em uma questão socioambiental, dos modos como se constitui a ordem social e o esquecimento de suas condições naturais” (LEFF, 2016, p.141).

As preocupações ambientais já estavam presentes no século XIX. Os estudos do alemão Alexander von Humboldt (1769-1859), por exemplo, revolucionaram a forma de ver o mundo natural. Cientista à frente do seu tempo, “ele alertou que os humanos estavam interferindo no clima e que isso poderia ter um impacto imprevisível sobre as ‘futuras gerações’” (WULF, 2016, p.29). Nos Estados Unidos, John Muir (1838-1914), um dos fundadores do Sierra Club (1892), já defendia que a natureza tem valor em si, independente do seu uso econômico (ADLER, 1995). A reflexão sobre a destruição da natureza também faz parte da história do pensamento brasileiro e está presente na obra de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), Joaquim Nabuco (1849-1910), André Rebouças (1838-1898), Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879) entre outros (PÁDUA, 2002). No entanto, foi o risco global que colocou definitivamente a questão ambiental na agenda pública mundial.

As bombas atômicas de urânio-235 e plutônio-239 lançadas pelos Estados Unidos nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki nos dias 6 e 9 de agosto de 1945, respectivamente, não apenas marcaram o fim da II Guerra Mundial (1939-1945) - e podem ser o marco inicial do Antropoceno -, mas também são um dos marcos do que Beck (2011) chamou de Sociedade de Risco. Na década seguinte, uma nuvem de poluição oriunda da queima de carvão matou pelo menos 4 mil pessoas em Londres em apenas quatro dias, na primeira semana de dezembro de 1952 (CROOKS, 2013); na cidade japonesa de Minamata, em 1956, animais e humanos começaram a apresentar comportamentos estranhos: convulsões e perda ou descontrole das funções motoras. Após estudos, verificou-se que a doença estava relacionada ao envenenamento das águas com mercúrio e outros metais pesados, afetando também peixes e mariscos (MINAMATA DISEASE MUSEUM, 2016). Entre os anos 1960 e 1970, a crise ambiental já era considerada uma crise planetária.

Essa crise foi um acontecimento histórico, uma emergência tão inédita quanto inesperada que sacudiu a certeza do progresso da humanidade. Este evento não é uma catástrofe ecológica, um fenômeno da natureza. A questão ambiental emerge como uma crise do conhecimento, gerada por modos de pensar, de conhecer e de intervir no mundo; de um modo de produção da realidade do mundo que, ao tornar-se hegemônico, dominante e global, construiu um mundo insustentável. O dualismo ontológico cartesiano, ao dissociar o objeto e o sujeito do conhecimento, assentou as bases metodológicas para a construção dos paradigmas científicos da Modernidade derivados da compreensão metafísica do mundo. A disjunção entre a natureza e a sociedade – o real e o simbólico, o corpo e o espírito, a razão e a emoção – deu lugar a uma racionalidade social forjada no esquecimento da natureza e das condições da vida. O iluminismo da razão produziu a ideia fantasiosa de um progresso sem limites da Modernidade desconhecendo as leis-limite da natureza nas quais se configura a vida. (LEFF, 2016, p.140).

A emergência da crise ambiental trouxe consigo um processo de questionamento dessa racionalidade social forjada no esquecimento da natureza e das condições da vida problematizada por Leff (2016). A corrida espacial iniciada depois da II Segunda Guerra Mundial levou a humanidade para fora do planeta gerando imagens inéditas da Terra. A primeira foto feita do espaço foi disponibilizada em 1948 (EARTH, 2009), no entanto, a mais famosa pela sua nitidez e abrangência foi feita pelos astronautas da Apollo 17 no dia 7 de dezembro de 1972 e ficou conhecida como Blue Marble (bolita azul, em tradução livre).

Figura 1 – Blue Marble, 1972



Fonte: Nasa, 2007.

O impacto dessa visão geral da Terra vista do espaço é chamado de *overview effect* (efeito de visão geral, em tradução livre) e inspirou a primeira temporada da série documental Uma rocha estranha (ONE STRANGE ROCK, 2018) produzida pelo cineasta Darren Aronofsky. Essa visão geral do espaço mostrou nos anos 1970 a fragilidade e a finitude do

planeta⁶, aumentando a noção de risco global disseminada pelas notícias sobre os grandes desastres ambientais que marcaram os anos 1980, entre eles o vazamento de gases tóxicos na fábrica de agrotóxicos da Union Carbide em Bhopal, na Índia, que matou 5.200 pessoas em 1984; o acidente nuclear em Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, que lançou uma nuvem radioativa por toda a Europa; e o início da devastação da floresta amazônica. “Os problemas ambientais modernos disseminam a impressão de que nos defrontamos com um mundo sempre mais ameaçador e inóspito, construído por nós mesmos, e, nesse sentido, acabam constituindo-se num tipo especial de risco” (MATTEDI, 2002, p.130).

O ambiente se transformou em uma verdadeira questão “porque ele se configura como uma interrogação institucionalizada que mobiliza e organiza as representações sociais” (ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014, p. 25). A proposta de um desenvolvimento sustentável, ou seja, aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras também suprirem suas necessidades (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991), sintetiza uma tentativa de consenso global debatida no último quarto do século XX.

No Brasil, o processo de ambientalização da sociedade intensificou-se com a articulação da sociedade civil brasileira em prol da defesa do ambiente, que ganhou escala nos anos 1970 (URBAN, 2001) configurando nas décadas seguintes uma nebulosa associativa (ACSELRAD, 2010) com diversidade de agendas e distintas formas de atuação; mas também ocorreu nos órgãos oficiais de governo nas três esferas (federal, estadual e municipal), graças à criação da Política Nacional de Meio Ambiente (LEI Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981); e nas empresas, com o avanço das certificações e da noção de responsabilidade social (KISHINAME *et al.*, 2002), a partir nos anos 1990. O surgimento do jornalismo ambiental no Brasil como especialização do Jornalismo (discutido em 4.1) foi consequência desse processo de ambientalização da sociedade brasileira.

2.1 Risco e metamorfose

Relacionada com a presença da questão ambiental no debate público, a sociologia ambiental deu seus primeiros passos no início dos anos 1970 (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014). Diante dos riscos da sociedade industrial, o sociólogo Ulrich Beck (2011, p. 63) defendeu a necessidade de uma reforma, uma “fundamental reelaboração e reprogramação do paradigma vigente de modernização”. O projeto da modernidade precisaria

⁶ No Brasil dos anos 1970, essa visão do planeta visto do espaço inspirou Caetano Veloso a compor Terra, música que abre seu disco Muito (Dentro da Estrela Azulada) lançado em 1978.

de primeiros socorros, argumentou o sociólogo alemão em 1986, ano marcado pelo acidente nuclear na usina de Chernobyl (ALEKSIÉVITCH, 2016).

Em Sociedade de Risco, Beck colocou a questão ambiental como central para entender a sociedade global (GUIVANT, 2016). O risco, no entanto, não seria para o sociólogo alemão sinônimo de catástrofe ambiental, mas sim de antecipação destas catástrofes. “Eles existem em um estado permanente de virtualidade e passam a ser tópicos quando antecipados através de diversas técnicas de visualização, especialmente aquelas utilizadas pela mídia” (GUIVANT, 2016, p. 230).

Compreendendo o risco como destruições que ainda não ocorreram, algo que sem acontecer já produz ações, portanto, como algo construído socialmente, Beck faz em seu livro publicado em 1986 uma crítica sociológica aos limites das abordagens técnicas e probabilísticas dos riscos. Para ele, “os construtores de limites de tolerância são videntes, possuem o ‘terceiro olho’, são magos tardios na química industrial, trabalhando com a balbúrdia de séries experimentais e coeficientes” (BECK, 2011, p.83). Ainda segundo o sociólogo alemão, os tais limites de tolerância criados pelas abordagens meramente técnicas “viabilizam o célebre e controverso pouquinho” (p.78), a poluição permanente dentro dos padrões permitidos por lei.

“O pacto pelo progresso realizado entre ciência e indústria teria sido a origem da sociedade de risco, que agora vem até nós com um forte efeito bumerangue” (GUIVANT, 2016, p.230). O risco do sociólogo alemão é o risco da sociedade industrial. “Na modernidade tardia, a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos” (BECK, 2011, p.23).

Sobre a relação entre natureza e sociedade, Beck (2011) entende que um conceito não pode ser compreendido sem o outro. Na sociedade de risco há o fim da contraposição entre natureza e sociedade, pois a natureza não pode mais ser concebida sem a sociedade, e a sociedade não pode mais ser concebida sem a natureza. “O imprevisto efeito colateral da socialização da natureza é a socialização das destruições e ameaças incidentes sobre a natureza, sua transformação em contradições e conflitos econômicos, sociais e políticos” (BECK, 2011, p.98). Ainda segundo o mesmo autor, “no final do século XX, vale dizer: natureza é sociedade, sociedade (também) é ‘natureza’” (p.99).

Nesta sociedade que também é natureza, a banalização do risco [industrial] tem consequências sociais. “Quando tudo se converte em ameaça, de certa forma nada mais é perigoso. Quando já não há saída, o melhor afinal é não pensar mais na questão” (BECK, 2011, p.43). Esta apatia social em relação aos riscos generalizados resulta na indiferença com a poluição crônica da atmosfera, dos rios, dos mares e das terras, transformados em eventos

globais pelos meios de comunicação de massa e pela massa de meios digitais de compartilhamento de informação.

No século XXI, Beck passou a se perguntar sobre o significado desses eventos globais que se desenrolam diante dos nossos olhos na televisão. A resposta ele deu por meio da noção de metamorfose, em livro póstumo publicado por alunos. Sua teoria da metamorfose extrapola a teoria da sociedade de risco mundial: “ela não trata dos efeitos colaterais negativos dos bens, mas dos efeitos colaterais positivos dos males. Estes produzem horizontes normativos de bens comuns e nos impelem para além da moldura nacional, rumo a uma perspectiva cosmopolita” (BECK, 2018, p.16).

O risco climático, ainda segundo o mesmo autor, tira a nação do centro do mundo e as coloca girando em torno de um mundo em risco. Metamorfose seria um conceito migratório. Estaríamos em meio a uma espécie de virada copernicana 2.0, passando do nacionalismo metodológico ao cosmopolitismo metodológico. A imagem que temos do mundo estaria mudando em função de um enquadramento cosmopolita e de espaços de ação cosmopolizados. Tais espaços “são oportunidades abertas de ação sujeitas não à lógica da reprodução, mas à lógica da metamorfose da ordem social e política” (BECK, 2018, p.27). A metamorfose significava para o sociólogo alemão falecido em 2015 a era dos efeitos colaterais. E sugere a necessidade de outra racionalidade.

Essa outra racionalidade sugerida pelo sociólogo alemão está presente no ativismo cosmopolita da jovem sueca Greta Thunberg, que discursou na abertura do Encontro de Cúpula sobre Ação Climática na 74ª Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque (EUA), dia 23 de setembro de 2019. “Nós estamos vivenciando o começo de uma extinção em massa. E tudo o que vocês fazem é falar de dinheiro e de contos de fadas sobre um crescimento econômico eterno. Como vocês se atrevem?” (THUNBERG, 2019). Em seu discurso-manifesto, de repercussão internacional, a ativista adolescente falou em nome da geração futura e alertou os líderes das nações que o mundo está despertando.

Meses depois a humanidade foi surpreendida por uma pandemia de um novo coronavírus (Sars-Cov-2) que, devido ao seu impacto global, tem ampliado o debate sobre a necessidade de mudança de rumo civilizatório, de outra racionalidade. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, “doenças transmitidas de animais para seres humanos estão em ascensão e pioram à medida que habitats selvagens são destruídos pela atividade humana” (SURTO DE CORONAVÍRUS..., 2020). Nesse início dos anos 20 do Século XXI, marcado pelas mortes ocasionadas pela Covid-19, a necessidade de mudar o modo

de se relacionar com a natureza, com os outros seres vivos e consigo mesmo voltou a fazer parte da agenda pública mundial.

2.2 Epistemologias ecológicas

A construção de uma nova racionalidade ambiental passou a ser uma questão de sobrevivência para a espécie humana. A mente moderna é um produto da evolução⁷ (MITHEN, 2002). No entanto, a evolução do *Homo sapiens* para reagir de maneira cruel à escassez não condena a espécie a uma resposta sempre predadora. A cultura é capaz de substituir instintos biológicos arraigados (MAREAN, 2015). O conceito de natureza construído socialmente, portanto, tem consequências. “O que está em jogo, como acompanhamos pela ética da alteridade, é um diferente princípio de inteligibilidade do real, do ‘universo’, do sentido do humano como sentido primeiro acima da razão instrumental e do saber como poder e conquista do Outro” (PELIZZOLI, 2002, p.182).

A relação sociedade-natureza pode ser compreendida por meio de duas metáforas conceituais⁸. A primeira delas, a vida é uma máquina (cartesiana), desnuda o ponto de vista antropocêntrico que tem causado a devastação ambiental em escala global denunciada por ativistas desde os anos 1960 e recentemente pela jovem Greta Thunberg na ONU. A segunda delas, a vida é uma teia de relações, surge como uma reação dos movimentos ecológicos à predação desenfreada e parte de um olhar mais biocêntrico que considera e respeita a existência das demais formas de vida no planeta, não apenas para usufruto da espécie humana, mas por respeito ao direito à vida de todas as espécies. Trata-se, portanto, de outra racionalidade ambiental, distinta da ideia de usufruto e predação sem limite.

Com o Renascimento europeu, que privilegiou um modelo urbano de vida, a natureza selvagem passou a ser vista como o oposto da civilização. A animalidade passou a ser indesejada e objeto de domesticação, não apenas o animal na floresta, mas também a animalidade humana. A sociedade e a subjetividade modernas assumiram uma postura contra o natural. “É nesse momento que se constrói historicamente a representação da natureza como lugar da rusticidade, do incultivado, do selvagem, do obscuro e do feio” (CARVALHO, 2002, p. 41). Junto com este conceito de natureza domada também já havia, segundo Carvalho

⁷ De acordo com hipótese defendida pelo arqueólogo cognitivo Steven Mithen (2002), a mente humana passou por três estágios evolutivos: mentes regidas por um domínio de inteligência geral; mentes onde a inteligência geral foi suplementada por várias inteligências especializadas; e mentes onde as múltiplas inteligências especializadas parecem trabalhar juntas (fluidez cognitiva).

⁸ Sistema conceitual metafórico subjacente à linguagem (LAKOFF; JOHNSON, 2002) que influencia todo pensamento e toda ação. A metáfora conceitual faz parte da vida cotidiana. Na linguagem, ela está totalmente imbricada na vida humana sendo capaz de tornar a nossa própria vida uma experiência organizada.

(op.cit.), o conceito de naturalismo arcádico, de onde veio o conceito holístico que postula uma vida em harmonia com a natureza. É contra esta visão de mundo do humano em harmonia com o natural que se insurge o império da razão que vê a natureza como um objeto cujo único fim é servir ao homem. A partir do século XVIII, os efeitos da urbanização e da poluição industrial apareceram; assim como novas sensibilidades em relação à natureza. A nostalgia de uma natureza intocada dá lugar a uma ideia de natureza como reserva do Bem, da beleza e da verdade. Esta visão romântica recusa a metáfora iluminista do mundo e da vida como máquina e a sua consequente ética utilitária, egoísta e predatória.

Se natureza é sociedade, e sociedade também é natureza, como entendia Beck (1986), é possível pensar teoricamente a superação da dicotomia entre natureza e sociedade indo além do ponto de vista biocêntrico? De acordo com Carvalho (2014, p.76, grifo do autor), a noção de epistemologias ecológicas permite “tomar o conhecimento do mundo não como um saber *sobre* o mundo e os seres que o habitam, mas considerar regimes de conhecimento que se produzem *com e no* mundo”. Viver no mundo, por esse viés, não seria ocupar “um lugar em meio a um ambiente povoado de objetos, mas ao contrário, é juntar-se ao processo de formação e permanente transformação das coisas vivas, humanas e não humanas” (CARVALHO, 2014, p76).

Pensar o mundo a partir de uma simetria com as coisas não humanas seria reconhecer, por exemplo, o mundo das pedras sem falar pelas pedras, mas levando em conta que até as pedras tem um mundo. Ainda segundo a mesma autora, sermos humanos não impossibilita estar no mundo e produzir conhecimento reconhecendo a alteridade do mundo não humano, mais que humano ou além do humano ao qual pertencemos (CARVALHO, 2018). A noção de epistemologias ecológicas que vem sendo proposta não supera a ideia de um sujeito ecológico como tipo ideal desenvolvida pela mesma pesquisadora. O sujeito ecológico é um tipo ideal dentro do campo ambiental constituído na disputa pelo poder simbólico. Tal conceito também está presente na noção de epistemologias ecológicas definindo um lugar de constituição subjetiva e objetiva de crenças, valores e comportamentos.

O sujeito ecológico foi um conceito que surgiu da minha tese de doutorado que eu defendi em 2001. Mas pra mim ele é um conceito que está vigente. Eu acho que ele é útil até hoje. Eu não considero que epistemologias ecológicas seja um conceito que superou o outro conceito. Eu não nego o conceito de sujeito ecológico. Mas atualmente trabalho mais com o conceito de epistemologias ecológicas. E só tem uma razão isso. Porque quando a gente é pesquisador a gente vai criando novos problemas de pesquisa, então tem a ver com a pergunta de pesquisa que eu fazia na época e a pergunta que eu faço hoje. (CARVALHO, 2018).

A pesquisadora explica que em sua tese de doutorado ela queria entender o processo em que as pessoas iam se tornando mais ecológicas. Ela queria saber como as pessoas mudam a sua maneira de pensar, de ser e de agir a partir da internalização de valores ambientais.

Eu queria entender esse processo. Que ao mesmo tempo é um processo subjetivo e objetivo também. Por isso eu trabalhei com histórias de vida aonde o sujeito não é só esse sujeito interiorizado, mas ele é produzido pelas circunstâncias sociais e históricas em que ele vive. Então eu achei que aquela abordagem era boa porque não fica aquela Psicologia tão fechada como se tudo acontecesse dentro do sujeito. [...] Na verdade, se a gente pensar mais ecologicamente inclusive, não tem um dentro e um fora tão separado assim. A gente é as circunstâncias que a gente vive. Nós somos produzidos pela nossa história. E a história do mundo em que a gente vive no tempo histórico em que a gente vive. Pra mim é muito interessante enquanto psicóloga não ficar restrita a essa ideia de uma subjetividade como sendo um dentro, é quase independente do mundo. Não. A gente é muito mais dependente do ambiente, do mundo, da história, do mundo físico, do mundo social que a gente vive do que a gente imagina. *E eu queria saber então como é que era esse processo de alguém se tornar alguém ecologicamente orientado.* Essa foi até uma frase, uma expressão que uso bastante atualmente. Como é que você se torna alguém ecologicamente orientado? Que experiências te levam a isso? Que momentos de mudança na tua vida têm a ver com essa opção em termos de valores. (CARVALHO, 2018, grifo nosso).

Analisando relatos de histórias de vida de pessoas com uma trajetória ecológica, Carvalho (2002) encontrou um padrão, um tipo ideal com algumas características percebidas em todas as pessoas analisadas. Esse sujeito ecológico inclui uma gradação.

Ele não é um único tipo como uma forma que você põe numa pessoa e diz se ele é ou não é um sujeito ecológico. Coube ou não coube na forma. Não, é um conjunto de características, mas existe uma gradação. É um conjunto de características, por isso chama tipo ideal, porque ele não corresponde a pessoas reais. Ele é um tipo ideal porque ele é um modelo de identificação. Eu me identifico com algumas daquelas características. Então, por exemplo, tem pessoas cuja orientação ecológica é bastante superficial. Então, sei lá, tem gente que recicla o lixo, mas não faz outras coisas a não ser isso. Tem gente que muda toda a sua vida. Não tem carro. Muda pra uma casa longe. Num lugar de natureza. Vai morar numa ecovila, deixa seu trabalho. Tem gente que faz toda uma revolução na vida pra viver uma vida ecologicamente orientada. Tem gente que faz pequenas alterações na vida. E tem alguns comportamentos ecologicamente orientados. Então a gente tem uma adesão bastante limitada, superficial, reduzida a esse ideal do sujeito ecológico, até uma identificação muito intensa com esse ideal que faz com que a pessoa mude muitas coisas em sua vida. Pra mim o sujeito ecológico é um ideal imaginado do que seja alguém ecológico, mas ele atua tanto sobre pessoas que têm alguma orientação ecológica, quanto em pessoas que estão 100% identificadas com esse ideal. De fato ele inclui uma gradação, uma variação, na intensidade com a qual cada um se relaciona com esse ideário. (CARVALHO, 2018).

Esse sujeito ecológico como tipo ideal proposto pela autora é um modelo de identificação que está presente, em maior ou menor grau, nos jornalistas especializados na

cobertura dos temas ambientais porque todo jornalista ambiental é ecologicamente orientado, em diferentes gradações. Esta concepção de sujeito apresentada por Carvalho (2018), de uma subjetividade dependente do mundo físico e social, dialoga com o modo como Giddens (2018, p.102) enfrenta o problema da relação entre ação e estrutura: “As instituições efetivamente ‘resultam’ da atuação humana, mas são resultado da ação apenas na medida em que estão também envolvidas recorrentemente como meio de sua produção”.

O sujeito ecologicamente orientado dentro do Jornalismo tem um interesse específico socialmente constituído em seu campo (caracterizado por disputas entre seus participantes) que pode ser pensado pela noção de *illusio* adotada por Pierre Bourdieu em seus últimos trabalhos. De acordo com Aguiar (2017), essa noção é adotada no lugar de interesse para reforçar seu sentido de crença, de envolvimento, de empenho no jogo.

Investir e atuar nas disputas concorrenciais que estão à base da dinâmica de funcionamento de um campo – travadas em torno de capitais: recursos simbólicos ou objetivados interpretados como atrativos – significa reconhecer ali alvos dignos de serem perseguidos. Pertencer àquele universo e dele participar é, portanto, compartilhar da mesma *illusio*, da crença fundamental em seu interesse. (AGUIAR, 2017, p.231).

Ainda segundo Andréa Aguiar, o que a noção de *illusio* de Bourdieu reflete como interesse em um campo é uma cumplicidade e “o ajustamento entre as estruturas mentais dos sujeitos (seu *habitus* ou suas disposições) e as estruturas objetivas (os próprios campos, suas regularidades, os alvos em jogo, as disputas), manifestados numa tendência à ação, ao investimento, que nasce desse acordo” (AGUIAR, 2017, p.232). Pode se dizer, então, que todo jornalista ambiental é orientado ecologicamente e por isso compartilha em seu campo da mesma *illusio*, o que significa que há em comum as mesmas expectativas, esperanças e disposições. Todos querem contribuir por meio do seu trabalho, com diferentes pautas e perspectivas, com a solução dos problemas ambientais. De acordo com Aguiar (2017, p.232), essa ilusão necessária sobre si mesmo e sobre o mundo “decorre exatamente da adesão ao conjunto de dogmas implícitos, crenças fundamentais, enfim à mesma doxa, que veicula os valores daquele universo, determina o que é importante, as apostas em jogo, ou o que deve ser negligenciado”.

Tanto o sujeito ecológico como tipo ideal - que dialoga diretamente com a relação entre ação e estrutura e com a noção de *illusio* -, como a noção de epistemologias ecológicas proposta por Carvalho (2018) sugerem que o Jornalismo para dar conta, como instituição, dos riscos globais e do mundo em metamorfose precisará de profissionais cada vez mais ecologicamente orientados. E para isso, a lógica de dois valores de verdade utilizada no cálculo de verdadeiro ou falso da verdade factual das notícias (capítulo 4) deverá conviver com uma lógica de três

valores verdade que admite que algo “é” e “não é” ao mesmo tempo, ponderação necessária nas reportagens que tentam dar conta das grandes pautas ambientais.

Quando a gente pensa desde uma perspectiva ecológica nesse sentido de não reduzir, o adjetivo ecológico ali tem, sobretudo, o sentido de dizer não ao reducionismo. Uma lógica ecológica é uma lógica que não se reduz ao modo humano ocidental, a um modo humano de produzir verdade. A ideia de verdade fica profundamente questionada nessa perspectiva, sobretudo a ideia polar de verdade, a lógica existe, não existe, essa lógica binária que a gente está acostumado dentro de uma certa tradição filosófica ocidental, ela se torna muito pobre pra compreender as múltiplas manifestações e expressões do mundo. No mínimo isso implica uma postura relativista. No mínimo uma postura que relativize essa ideia de verdade: falso e verdadeiro. *Uma ideia da verdade em perspectiva.* É verdade, desde uma perspectiva religiosa, que a pedra cresce; de uma perspectiva geológica elas podem decrescer com a ação do tempo. Com uma perspectiva artística a pedra pode ter outro significado. Dentro da perspectiva da medicina oriental a pedra pode ter uma qualidade associada a um elemento de personalidade humana, a um elemento de saúde, enfim. A gente poderia fazer a hermenêutica da pedra. (CARVALHO, 2018, grifo nosso).

Essa ideia de verdade em perspectiva, que vai além da lógica binária do verdadeiro ou falso, é uma das características da cosmovisão andina do Bem Viver, uma síntese contemporânea inspirada na sabedoria dos povos originários dos Andes que expressa esse processo de ambientalização da sociedade. A capacidade de compreender que tudo é e não é ao mesmo tempo, que sempre há uma dualidade, pares contraditórios, é o que Solón (2019) chama de convivência na multipolaridade, um dos cinco elementos centrais que, segundo o autor, dão força ao Bem Viver. “O Bem Viver é aprender a conviver nessa dualidade. O desafio não é ‘ser’, mas ‘aprender a se inter-relacionar’. A existência não é algo dado: depende de um conjunto de relações” (SOLÓN, 2019, p. 27).

Os outros quatro elementos do Bem Viver são: sua visão do todo ou Pacha; a busca do equilíbrio; a complementaridade da diversidade; e a descolonização. “Na Pacha não existe separação entre seres vivos e corpos inertes: todos têm vida. A vida só se explica pela relação entre as partes do todo. A dicotomia entre seres vivos e objetos não existe, pois não há uma separação entre seres humanos e natureza” (SOLÓN, 2019, p. 25). O equilíbrio nunca é perfeito, sem contradições, ele é sempre dinâmico. Ainda segundo o mesmo autor, “tudo se move em ciclos, como um ponto de chegada e de partida para novos desequilíbrios, novas e mais complexas contradições e complementaridades” (p.29). Essa complementaridade da diversidade não reside na ideia de que opostos se neutralizam, mas “no reconhecimento das possibilidades que a diversidade forja no equilíbrio do todo” (p.30). Já a descolonização quer dizer “liberar mentes e almas capturadas por conceitos falsos e alheios” (p.32).

Um jornalismo ecologicamente orientado, pautado por essa cosmovisão do Bem Viver, talvez não devesse ser chamado de jornalismo ambiental, como a cobertura especializada dos temas ambientais é chamada no Brasil e em diversos países, mas de jornalismo ecológico ou orientado ecologicamente. Carvalho (2018) levou em consideração o conteúdo semântico quando optou por epistemologias ecológicas, e não ambientais: “[...] eu prefiro a ideia de ecológico porque pra mim está mais relacionada a esse contexto sistêmico, a esse contexto de uma continuidade entre humanos e não humanos. O ambiental às vezes me parece muito humanizado” (CARVALHO, 2018). Educar é uma das funções do jornalismo na cobertura dos temas ambientais (Capítulo 6). Formar essa sensibilidade ambiental seria talvez sua grande função, segundo a pesquisadora Isabel Carvalho.

E eu acho que o papel do jornalista é importantíssimo na formação de uma sensibilidade ambiental. Eu não vou nem dizer consciência. Pra usar um conceito ainda melhor que consciência, que inclui consciência e vai além, é uma sensibilidade ambiental. Sensibilizar as pessoas pra importância das questões ambientais. *Sensibilizar esteticamente. Afetivamente. Cognitivamente. Sensibilidade pra mim engloba um conjunto maior de percepções do que só um convencimento racional.* Você pode estar muito convencido de alguma coisa, ter plena consciência daquilo e agir completamente diferente. Apenas o convencimento racional não é suficiente para mobilizar uma atitude, uma mudança de atitude em relação às coisas, à vida. Por isso que acho sensibilidade um conceito interessante. E eu penso que o jornalista tem, sobretudo em relação a esse e outros campos, não só em relação ao meio ambiente, em relação à política, a vários campos importantes pro nosso funcionamento como sociedade, pro nosso laço societário, uma responsabilidade muito grande. (CARVALHO, 2018, grifo nosso).

Essa responsabilidade de sensibilizar a sociedade para as questões ambientais, sugerida pela autora, vem sendo assumida por jornalistas no Brasil desde os anos 1970, assunto que será discutido no Capítulo 4. Antes, porém, para melhor compreender o contexto do processo de ambientalização da sociedade e do surgimento do jornalismo ambiental no país, a megadiversidade brasileira é apresentada no capítulo a seguir.

3 UM PAÍS MEGADIVERSO

[...]

Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande,
 porque, a estender olhos, não podíamos ver senão
 terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata,
 nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos.
 Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e
 temperados como os de Entre Douro e Minho,
 porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que,
 querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer,
 me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser
 a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.

[...]

Pero Vaz de Caminha

Os últimos parágrafos da carta escrita em 1.500 pelo escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral para o rei português invasor Dom Manuel I, transcritos na epígrafe desse capítulo, prenunciaram o que aconteceria nos próximos séculos: a exploração predatória das riquezas naturais dessa terra onde “dar-se-á tudo, por bem das águas que tem” e a destruição dos povos indígenas originários com o objetivo de “salvar esta gente”. Faz sentido a interpretação de Vianna Moog (1961), publicada no seu livro *Bandeirantes e Pioneiros*, segundo a qual Caminha estava apenas querendo agradar ao rei quando asseverou que na nova terra das muitas águas tudo daria, pois não tinha ele como saber e sequer apresentou evidências para sua afirmação. De qualquer forma, com ou sem fundamento fático, foi o que acabou acontecendo, o Brasil vem sendo explorado há 520 anos como se aqui tudo desse, sem limite. E os índios foram dizimados física e culturalmente primeiro em nome de uma salvação divina, como apregoou o escriba cristão, e mais recentemente para viabilizar a abertura de novas fronteiras agrícolas. Darcy Ribeiro (1995, p.13) afirmou acertadamente que herdamos uma província da Terra imensamente bela e imensamente rica “que, lamentavelmente, mais temos malgastado que fecundado. Tamanho foi o desgaste que, hoje, tarefa maior é salvar toda a beleza prodigiosa da natureza que conseguiu sobreviver à nossa ação predatória”.

Tal beleza é fruto da biodiversidade brasileira, ou seja, a variedade da vida e as relações entre os seres vivos que ocorrem nos seis biomas⁹: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. O termo biodiversidade foi cunhado em 1986 por Walter Rosen, então diretor administrativo da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, dando nome ao Fórum Nacional sobre BioDiversidade, realizado em Whashington entre os dias 21 e 24 de setembro daquele ano. O objetivo era chamar a atenção do público para a importância da diversidade biológica do planeta, segundo relato do próprio biólogo Edward Osborne Wilson, organizador dos anais do evento publicado em 1988. “Alegaram que biodiversidade era mais simples, marcava mais, e assim o público teria mais facilidade em guardar. Como a questão requer certamente toda a atenção que possamos despertar para ela, e o mais rápido possível, acabei cedendo” (WILSON, 1997, p.354).

Nessa mesma publicação histórica que difundiu internacionalmente o termo biodiversidade, traduzida no Brasil pela Editora Nova Fronteira em 1997, o primatólogo Russell A. Mittermeier propôs o conceito “país de megadiversidade” para descrever os países mais ricos biologicamente, citando nesse seu artigo sobre primatas Brasil e Madagascar. “Não é necessário dizer que esses países com *megadiversidade* não são importantes apenas para os primatas” (MITTERMEIER, 1997, p. 195, grifo do autor). Seu grupo de pesquisa já compilava dados na época buscando identificar todos locais megadiversos do planeta.

O estudo Megadiversidade: os países biologicamente mais ricos do mundo foi publicado somente em 1997 com o Brasil¹⁰ no topo da lista dos 17 países¹¹ com 66% a 75% ou mais da biodiversidade total do planeta (na terra, na água doce e no mar). “A distribuição da biodiversidade no planeta não é uniforme, de modo que certas regiões são muito mais ricas do que outras em diversidade geral e em endemismos (espécies que só existem em um determinado lugar)” (MITTERMEIER; GIL; MITTERMEIER, 1997, p.17, tradução nossa¹²). O Brasil é considerado o país mais rico em biodiversidade terrestre e de água doce. Quando o ecossistema marinho é levado em conta, a Indonésia assume o posto. Por isso Brasil e Indonésia são

⁹ Bioma é um termo utilizado na Ecologia para denominar um grande biosistema regional ou subcontinental caracterizado por um tipo principal de vegetação ou outro aspecto identificador da paisagem (ODUM, 2012).

¹⁰ O Brasil tinha, segundo o estudo liderado por Russel Mittermeier, 524 espécies identificadas de mamíferos, 131 delas endêmicas; 1.622 espécies de aves, mais de 191 delas endêmicas; 468 espécies de répteis, 172 delas endêmicas; 517 espécies de anfíbios, 294 delas endêmicas; 3.131 espécies de vertebrados (exceto peixes), 788 delas endêmicas; e mais de 3 mil espécies de peixes de água doce.

¹¹ Os 17 países megadiversos, segundo a equipe de pesquisadores liderada por Russel Mittermeier, são: Brasil, Indonésia, Colômbia, México, Austrália, Madagascar, China, Filipinas, Índia, Peru, Papua Nova Guiné, Equador, Estados Unidos, Venezuela, Malásia, África do Sul e República Democrática do Congo (ex-Zaire).

¹² La distribución de la biodiversidad en el planeta no es uniforme, de modo que ciertas regiones son mucho más ricas que otras en diversidad general y en endemismos (especies que sólo existen en un lugar determinado).

considerados os países com maior biodiversidade do planeta. Ainda segundo os mesmos autores, uma das premissas do conceito de países de megadiversidade é que a biodiversidade de cada país é fundamental para a sobrevivência da nação, e por isso deve ser um componente básico de toda estratégia nacional ou regional de desenvolvimento.

Os autores também constataram que existe uma forte correlação entre as zonas de grande biodiversidade e uma grande diversidade de culturas. Essa megadiversidade de culturas humanas é constatada pela quantidade de línguas autóctones e de grupos étnicos. Segundo estudo publicado em 1996 pelo Instituto Socioambiental, o Brasil tinha cerca de 300 mil índios entre 1991 e 1995, 0,2% da população brasileira na época. Ainda segundo o mesmo estudo, predominavam microssociedades. Dos 206 povos indígenas, 71 (34%) tinham uma população de até 200 indivíduos. “Embora não sendo ‘naturalmente ecologistas’, aos índios se deve reconhecer o crédito histórico de terem manejado historicamente os recursos naturais de maneira branda, provocando poucas perturbações ambientais até a chegada dos conquistadores europeus” (RICARDO, 1996, p. 12). Quando os invasores portugueses chegaram em 1500 estima-se que “a população nativa girasse em torno de 1 milhão a 8 milhões, e que o ‘encontro’ com os europeus teria dizimado entre 25% e 95%” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p.15). Investigando o pertencimento étnico e utilizando pela primeira vez critérios de identificação internacionalmente reconhecidos, o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou 896.900 indígenas, 36,2% em área urbana e 63,8% na área rural; 305 etnias, a maior delas Tikúna (6,8% da população indígena); 274 línguas indígenas; e 505 terras indígenas (12,5% do território brasileiro) (CENSO 2010...).

Os indígenas são explorados desde a chegada de Cabral. Eles foram utilizados já na primeira atividade extrativista. O nome dado à nova colônia portuguesa foi uma referência à primeira riqueza natural expropriada, uma árvore chamada pau-brasil. “Calcula-se que na época existiam 70 milhões de espécimes, logo dizimados pelo extrativismo feito à base do escambo e a partir do trabalho da população nativa” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p.32). Uma parte dos nativos ajudou nessa devastação inicial, já os que não se converteram foram considerados inimigos e acabaram dizimados. Além do genocídio e da escravidão indígena, o modelo de desenvolvimento extrativista implantado pelos europeus trouxe para o território conquistado “4,9 milhões de [africanos] cativos, o equivalente a 47% do total desembarcado em todo o continente americano entre 1500 e 1850” (GOMES, 2019, p.255). Os primeiros ciclos econômicos, o da cana-de-açúcar e o do café, foram baseados no trabalho escravo, fazendo do Brasil o maior território escravocrata do hemisfério ocidental.

O conhecimento ecológico deste território marcado pelo genocídio, escravidão e devastação ambiental avançou nas últimas duas décadas. Desde a publicação da lista dos 17 países megadiversos em 1997, os cientistas continuam identificando novas espécies de fauna e flora no Brasil. Atualmente são reconhecidas 46.832 espécies para a flora brasileira, sendo 4.773 de Algas, 33.367 de Angiospermas, 1.571 de Briófitas, 5.720 de Fungos, 30 de Gimnospermas e 1.371 de Samambaias e Licófitas (FLORA DO BRASIL 2020 EM CONSTRUÇÃO). E segundo o Catálogo Taxonômico da Fauna no Brasil, 119.054 espécies válidas de animais são conhecidas no país.

[...] a sua enorme maioria de artrópodes (cerca de 85%, quase 94.000 espécies) e cordados (cerca de 10%). Todas as demais espécies representam outros grupos de invertebrados. De uma forma geral, exceto para alguns filos, o número de espécies da grande maioria excede aqueles apresentados em estimativas recentes. Especial destaque são os Annelida (com cerca de 1.600 espécies), Mollusca (com quase 3.100 espécies válidas conhecidas), Aves (quase 3.000), peixes ósseos (cerca de 4.400) e anfíbios (pouco mais de 1.000 espécies). Uma rápida análise indica que estamos muito longe de conhecermos nossas espécies de maneira integral. Muito trabalho a fazer pelos taxonomistas, muitos dados a introduzir no sistema. Esperamos que o CTFB, portanto, seja um facilitador e um incentivador para e incrementar estudos sobre a riqueza animal do Brasil! (CATÁLOGO TAXONÔMICO DA FAUNA NO BRASIL).

Esses dados recentes sobre a megadiversidade da flora e da fauna no Brasil devem ser lidos em seu contexto planetário: a vida na Terra enfrenta nesse momento a sexta onda de extinção em massa, desta vez causada por ações antrópicas, colocando em risco serviços ecossistêmicos vitais para sustentar a civilização (CEBALLOS et al., 2017). Eles assumem ainda mais relevância quando o contexto político nacional brasileiro é levado em consideração, o de um governo federal de extrema direita que faz questão de deixar claro, no discurso e nas ações, seu desprezo pelas políticas públicas ambientais, radicalizando a tradição histórica de malgasto dessa província imensamente bela e imensamente rica, como descreveu Ribeiro (1995). Tal tradição brasileira é a de um modelo de desenvolvimento que, como ressalta Franco (1997, p.400), “implica um grave comprometimento do meio ambiente em várias áreas e na exploração predatória dos nossos recursos naturais, tendo como outra face o empobrecimento e/ou exclusão de uma parte considerável da população”. Essa predação ocorre nos seis biomas brasileiros. Entre os principais vetores de perda da biodiversidade e de degradação ambiental no Brasil estão as mudanças no uso da terra “que resultam em conversão e fragmentação de habitats naturais para introdução de novos ambientes (áreas agrícolas e urbanas,

principalmente)” (BUSTAMANTE et al., 2019, p.97). Os seis biomas brasileiros são apresentados a seguir.

3.1 Biomas ameaçados

De acordo com Mittermeier et al. (2004, p.19, tradução nossa¹³), “a vida na terra enfrenta uma crise de proporções histórica e planetária”. Em novo estudo publicado em meados da primeira década do século XXI, os mesmos autores envolvidos na criação do conceito de país megadiverso chamaram a atenção para as 34 regiões mais ricas e ameaçadas do planeta, os *hotspots* da conservação, entre eles dois dos seis biomas brasileiros: a Mata Atlântica e o Cerrado. Dois critérios foram levados em conta para que uma área fosse considerada um *hotspot*: ela deveria ter pelo menos 1.500 espécies de plantas vasculares endêmicas e 30% ou menos de área original remanescente. Na época, a Mata Atlântica¹⁴ tinha apenas 8% da sua área original conservada e o Cerrado¹⁵ cerca de 22% da sua vegetação predominante ainda intacta.

A Mata Atlântica, encontrada em 15¹⁶ estados brasileiros, recuperou parte de sua cobertura vegetal e atualmente está com 12,4% de sua área original (HIROTA et al., 2019). Já segundo Joly et al. (2019), a cobertura vegetal nativa remanescente seria de 28%, e o bioma teria 16.146 espécies vegetais, sendo 1.544 ameaçadas, e a fauna seria de 2.420 espécies, 598 ameaçadas. A redução no desmatamento foi fruto do trabalho de instituições como a Fundação SOS Mata Atlântica e também resultado da aplicação de políticas públicas implantadas nas últimas duas décadas. Apesar de todos os esforços de conservação, pelos critérios explicados acima, ela ainda é considerada um *hotspot*. Foi essa floresta tropical que encantou o escriba português em 1.500 citado na epígrafe desse capítulo. Neste bioma estão localizados 3.429 dos atuais 5.570 municípios brasileiros (AQUI TEM MATA), em uma área que ocupa 13% dos

¹³ Life on Earth faces a crisis of historical and planetary proportions.

¹⁴ A Mata Atlântica teve a ocorrência de 20 mil espécies de plantas registradas na época, 8 mil delas endêmicas; 263 espécies de mamíferos, 71 delas endêmicas; 936 espécies de aves, 148 delas endêmicas; 306 espécies de répteis, 94 delas endêmicas; 475 espécies de anfíbios, 286 delas endêmicas; e 350 espécies de peixes de água doce, 133 delas endêmicas.

¹⁵ O Cerrado teve a ocorrência de 10 mil espécies de plantas registradas na época, 4,4 mil delas endêmicas; 195 espécies de mamíferos, 14 delas endêmicas; 605 espécies de aves, 16 delas endêmicas; 225 espécies de répteis, 33 delas endêmicas; 251 espécies de anfíbios, 26 delas endêmicas; e 800 espécies de peixes de água doce, 200 delas endêmicas.

¹⁶ Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina, Sergipe, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

8.510.821 km² do território nacional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019¹⁷), onde vivem cerca de 70% da população brasileira¹⁸.

O Cerrado, que ocupa 23,3% do território nacional, vem sofrendo nas últimas cinco décadas grande pressão antrópica, principalmente pelo avanço da agropecuária empresarial, com destaque para as grandes lavouras de commodities agrícolas como a soja e projetos de pecuária, e também pela produção de carvão vegetal para a indústria siderúrgica. O bioma, presente em 11 unidades da federação¹⁹, incluindo o Distrito Federal, e considerado a savana mais rica do mundo²⁰, com 5% da biodiversidade do planeta (PPCERRADO), já perdeu quase 50% da sua cobertura vegetal original (PLANOS DE AÇÃO...) e tem atualmente cerca de 20% de Savana Arborizada preservada, sua região fitoecológica predominante (MAPA DE COBERTURA...). Por estar no centro do Brasil, ele compartilha espécies com Amazônia, Pantanal, Caatinga e Mata Atlântica, e é considerado berço de águas porque nele estão nascentes de três importantes bacias hidrográficas: Prata, Amazônica e São Francisco (BUSCHBACHER, 2000).

O Brasil é um dos países com maior disponibilidade de recursos hídricos, com cerca de 12% da água doce disponível do planeta, de acordo com estimativa adotada pela Agência Nacional de Águas (ANA). Segundo dados do informe anual Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2019, a precipitação média anual é de 1.760 mm, com variação de menos de 500 mm na região semiárida do Nordeste até mais de 3.000 mm na região Amazônica. Aproximadamente 80% da água superficial do país encontra-se na Região Hidrográfica Amazônica. Estima-se que a disponibilidade hídrica superficial no Brasil²¹ seja em torno de

¹⁷ A área do território brasileiro e os respectivos percentuais dos biomas baseiam-se no relatório Biomas e sistema Costeiro-marinho do Brasil publicado em 2019 pelo IBGE.

¹⁸ O IBGE estima que a população brasileira atingiu 210 milhões de pessoas em 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

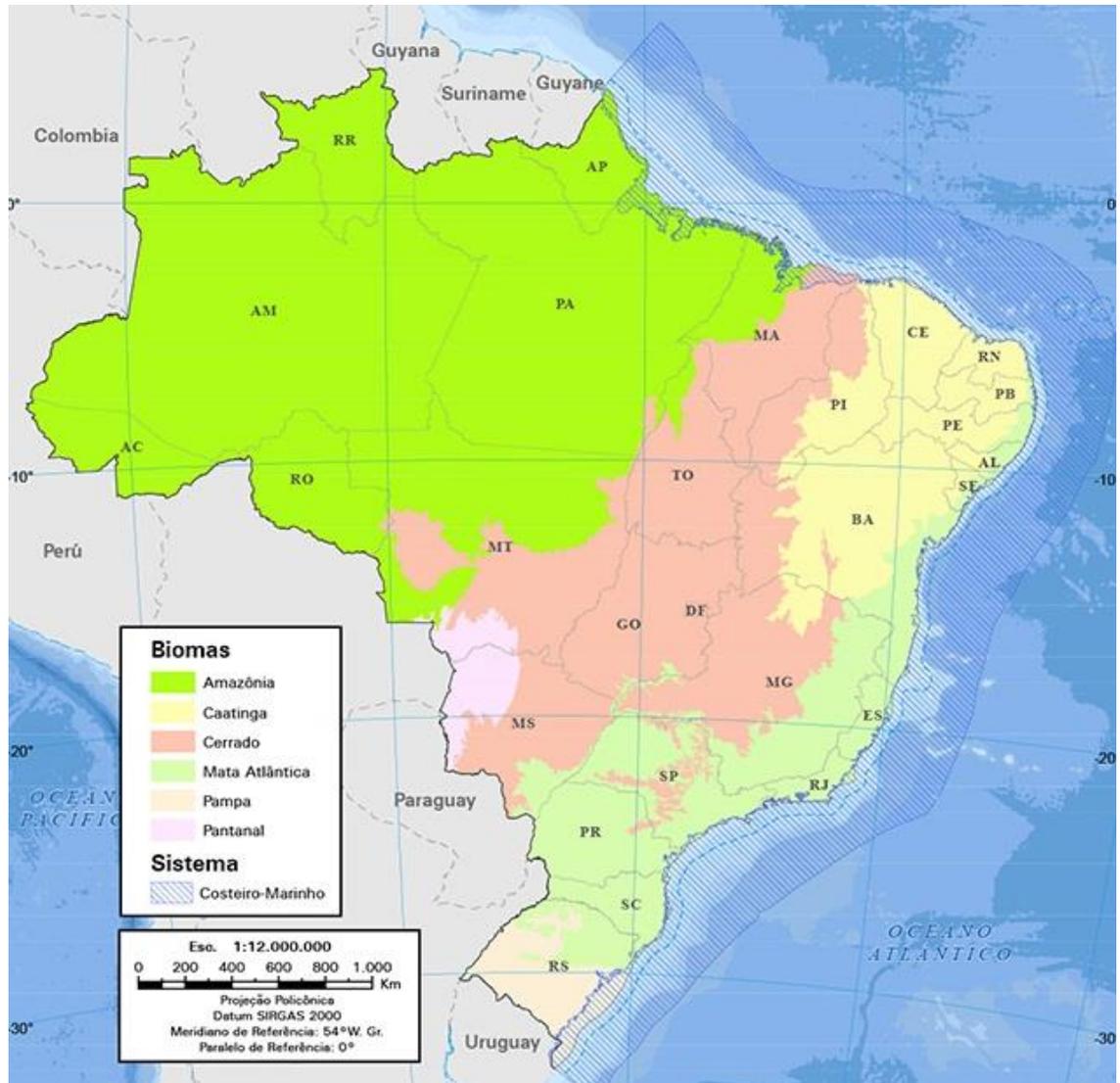
¹⁹ Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rondônia, São Paulo e Tocantins.

²⁰ “Do ponto de vista da diversidade biológica, o Cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo, abrigando 11.627 espécies de plantas nativas já catalogadas. Existe uma grande diversidade de habitats, que determinam uma notável alternância de espécies entre diferentes fitofisionomias. Cerca de 199 espécies de mamíferos são conhecidas, e a rica avifauna compreende cerca de 837 espécies. Os números de peixes (1200 espécies), répteis (180 espécies) e anfíbios (150 espécies) são elevados. O número de peixes endêmicos não é conhecido, porém os valores são bastante altos para anfíbios e répteis: 28% e 17%, respectivamente. De acordo com estimativas recentes, o Cerrado é o refúgio de 13% das borboletas, 35% das abelhas e 23% dos cupins dos trópicos. [...] Estima-se que 20% das espécies nativas e endêmicas já não ocorram em áreas protegidas e que pelo menos 137 espécies de animais que ocorrem no Cerrado estão ameaçadas de extinção”. (O BIOMA CERRADO/MMA)

²¹ As águas no território brasileiro percorrem 12 regiões hidrográficas, definidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) na Resolução nº32 de 2003. São elas: Amazônica, Tocantins-Araguaia, Atlântico Nordeste Ocidental, Parnaíba, Atlântico Nordeste Oriental, São Francisco, Atlântico Leste, Atlântico Sudeste, Paraná, Paraguai, Uruguai e Atlântico Sul. Disponível em: <<https://www.ana.gov.br/panorama-das-aguas/divisoes-hidrograficas>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

78.600 m³/s ou 30% da vazão média, sendo que 65.617 m³/s correspondem à contribuição da bacia amazônica ao total do País.

Figura 2 – Biomas brasileiros



Fonte: IBGE, 2019

Levantamento realizado pelo Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil (MapBiomias²²) mostra que o país perdeu, entre 1985 e 2018, 89 milhões de hectares de vegetação natural, área equivalente a quase o Estado de Mato Grosso, dos quais 82 milhões

²² MapBiomias é uma iniciativa iniciada em 2015 que envolve uma rede colaborativa com especialistas nos biomas, usos da terra, sensoriamento remoto, SIG e ciência da computação que utiliza processamento em nuvem e classificadores automatizados desenvolvidos e operados a partir da plataforma Google Earth Engine para gerar uma série histórica de mapas anuais de cobertura e uso da terra do Brasil.

de hectares referem-se a florestas naturais e outros 7 milhões de hectares são de vegetação natural não florestal.

Em 1985, as florestas naturais e a vegetação nativa representavam 77% de toda a cobertura e uso do solo no País, com mais 20% de ocupação pela agropecuária, 1% de áreas não vegetadas e 2% de água. Os dados de 2018 indicam que existem 66% de florestas naturais e vegetação nativa no território, 31% de áreas destinadas à agropecuária, 1% de áreas não vegetadas e 2% de água. (MAPBIOMAS...).

Ainda segundo o levantamento do MapBiomass, na Amazônia a perda foi de 47 milhões de hectares nos últimos 34 anos, mais da metade do total registrado no Brasil. No entendimento de Ab’Sáber (2005, p.19), “a porção brasileira da Amazônia, pelo seu tamanho e extensão, constitui o mais importante megadomínio de natureza tropical da Terra”. O número total de espécies ainda é desconhecido, mas já se conhece 12.354 de espécies vegetais e 9.201 de vertebrados, e também se sabe que a região apresenta 183 espécies de animais ameaçadas de extinção, sendo 122 endêmicas, e 86 espécies de plantas ameaçadas (JOLY et al., 2019). Ela ocupa 49,5% do território nacional e já perdeu quase 20% de sua cobertura vegetal original. Estima-se que 2/3 das florestas naturais do país estão localizados nesse bioma pan-americano²³ que no Brasil ocorre em nove estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

A destruição progressiva da floresta aumenta a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, turbinando o aquecimento global, e também coloca em risco o regime de chuvas no Brasil uma vez que há transporte de umidade da Bacia Amazônica para as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país²⁴ (FENÔMENO DOS RIOS VOADORES). Pelo incentivo à destruição da Amazônia capitaneado pelo atual governo federal, o Brasil recebeu em 2019 o prêmio Fóssil Colossal no final da 25ª Conferência das Partes da Convenção Quadro de Mudança do Clima das Nações Unidas realizada na Espanha e o presidente de extrema direita do país passou a ser

²³ O bioma Amazônia também ocorre em mais oito países: Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

²⁴ “A floresta amazônica funciona como uma bomba d’água. Ela puxa para dentro do continente a umidade evaporada pelo oceano Atlântico e carregada pelos ventos alísios. Ao seguir terra adentro, a umidade cai como chuva sobre a floresta. Pela ação da evapotranspiração da árvores sob o sol tropical, a floresta devolve a água da chuva para a atmosfera na forma de vapor de água. Dessa forma, o ar é sempre recarregado com mais umidade, que continua sendo transportada rumo ao oeste para cair novamente como chuva mais adiante. Propelidos em direção ao oeste, os rios voadores (massas de ar) recarregados de umidade – boa parte dela proveniente da evapotranspiração da floresta – encontram a barreira natural formada pela Cordilheira dos Andes. Eles se precipitam parcialmente nas encostas leste da cadeia de montanhas, formando as cabeceiras dos rios amazônicos. Porém, barrados pelo paredão de 4.000 metros de altura, os rios voadores, ainda transportando vapor de água, fazem a curva e partem em direção ao sul, rumo às regiões do Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil e aos países vizinhos”. (FENÔMENO DOS RIOS VOADORES).

considerado pela Climate Action Network como uma Bomba de Carbono Ambulante (FOSSIL OF THE DAY...).

Além do mais importante megadomínio de natureza tropical da Terra (AB’SÁBER, 2005), a Amazônia, e dos dois hotspots nacionais (MITTERMEIER et al., 2004), a Mata Atlântica e o Cerrado, os outros três biomas também estão ameaçados. Com uma rica biodiversidade²⁵, a Caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro, ocupa uma área de 862 mil km² (10,1% do território nacional), englobando dez estados, nove deles na Região Nordeste²⁶. Parte de sua fatura vegetal foi apresentada por Euclides da Cunha (2003) no início do século XX em *Os Sertões*, livro clássico da literatura brasileira e do jornalismo nacional. Na maior parte da região, “de porte limitado pelas condições menos favoráveis e pela ação humana, as alturas máximas das árvores pouco ultrapassam os 10 metros e as arvoretas esgalhadas e os arbustos são mais abundantes” (SAMPAIO, 2010, p. 35). Ainda segundo o mesmo autor, mais da metade da área original já foi devastada.

Cerca de 40% da área original ainda estão cobertos de vegetação nativa, mas quase toda ela é usada para a extração de lenha; como pastagem nativa para criação dos rebanhos de bovinos, caprinos e ovinos; ou como parte do sistema de agricultura itinerante, formando um imenso mosaico de áreas em distintos estádios de regeneração. Áreas de vegetação mais preservada são poucas, fragmentadas e geralmente localizadas nos pontos mais inacessíveis. (SAMPAIO, 2010, p.42).

Segundo relatório mais recente, a Caatinga ainda teria 57% de sua cobertura vegetal nativa remanescente (JOLY et al, 2019). Alguns autores a consideram o bioma brasileiro mais fragilizado em função do clima semiárido e do uso insustentável de seus solos e recursos naturais ao longo de centenas de anos de ocupação (GONÇALVES; MEDEIROS; MATIAS, 2016). O bioma Pampa também está bastante degradado. Segundo Joly et al. (2019), a cobertura vegetal nativa remanescente é de apenas 26%. No Brasil, ele ocorre apenas no Rio Grande do Sul, em uma área de 193 mil km², o equivalente 2,3% do território brasileiro e 68,8% do território gaúcho. O segundo menor bioma em área do país tem biodiversidade riquíssima. Nos campos sulinos do Pampa existem 2.150 espécies de plantas superiores, sem considerar musgos, samambaias ou líquens, com predominância de gramíneas (BOLDRINI; OVERBECK; TREVISAN, 2015). Existem 16 espécies de mamíferos que ocorrem exclusivamente nesse

²⁵ O bioma abriga 178 espécies de mamíferos, 591 de aves, 177 de répteis, 79 espécies de anfíbios, 241 de peixes e 221 de abelhas. Cerca de 27 milhões de pessoas vivem na região (GONÇALVES et al., 2016); além de 3.150 espécies vegetais, 724 delas endêmicas (JOLY et al., 2019).

²⁶ Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e parte do norte de Minas Gerais.

bioma localizado no extremo sul do Brasil (LUZA; GONÇALVES; BOLZAN; HARTZ, 2015); nele vivem 120 espécies de flora e 79 espécies de fauna ameaçadas (JOLY et al., 2019).

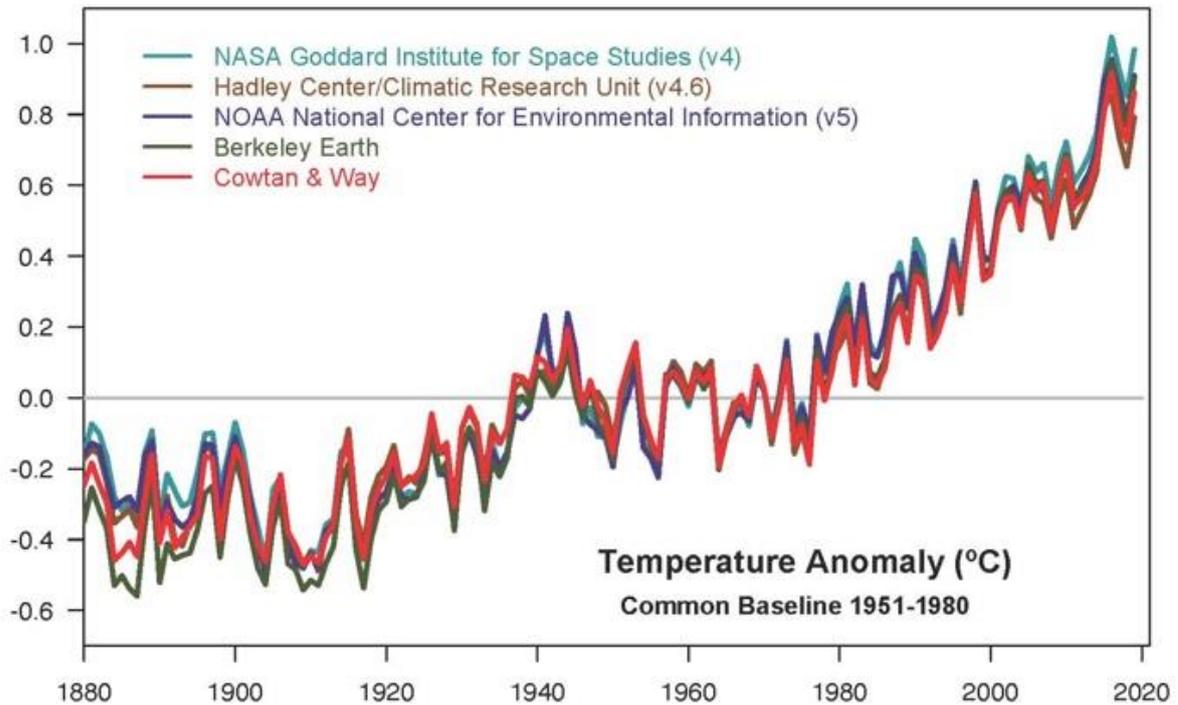
Situação igualmente preocupante ocorre no Pantanal, o menor bioma brasileiro em área, 150.988 km² (1,8% do território nacional). O Pantanal Mato-grossense é uma área úmida que foi reconhecida há duas décadas como Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Apesar da cobertura vegetal nativa remanescente de 73%, 21 das 1.577 espécies de flora estão ameaçadas e 36 das 1.117 espécies de fauna (JOLY et al., 2019). Trata-se de uma das maiores extensões de áreas úmidas contínuas do planeta, localizada no centro da América do Sul, na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, com 65% de seu território no estado de Mato Grosso do Sul e 35% em Mato Grosso (SOUZA; IRIGARAY, 2017). Além dos seis biomas citados acima – Mata Atlântica, Cerrado, Amazônia, Caatinga, Pampa e Pantanal -, o Brasil também tem um riquíssimo Sistema Costeiro-Marinho que ocupa em sua parte continental 194.837 km² (1,7% do território nacional) nos 17 estados da costa brasileira, ocorrendo com maior expressão no Rio Grande do Sul, no Paraná e no Maranhão (IBGE, 2019).

3.2 Mudança do clima

A mudança no clima do planeta já afeta o Brasil (RITTLL, 2006; NOBRE; MARENGO, 2017). Pesquisas recentes do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas “detectaram tendências importantes de chuvas, temperatura, hidrológicas, oceanográficas e de nível do mar em várias regiões do país, assim como de extremos climáticos” (NOBRE; MARENGO, 2017, p.17). Ainda segundo os mesmos autores, mudanças na variabilidade hidrológica na Amazônia, aumento nas chuvas e vazões nas regiões Sudeste e Sul e um aumento na temperatura média anual do ar de até 0,7°C nos últimos 50 anos em todas as regiões do país são alguns desses efeitos já mapeados. Cientistas também já constataram aumento do nível do mar em algumas regiões brasileiras e variação nos ciclones extratropicais.

Segundo Ambrizzi et al. (2017, p.70), “durante os séculos XX e XXI, sobre praticamente todo o globo, tem-se observado taxas de aquecimento nos extremos de temperatura mínima. As temperaturas máximas também mostram uma tendência de aumento, embora de menor magnitude”. A temperatura média global da superfície da Terra em 2019 foi a segunda mais quente desde 1880 (figura 3) e os últimos cinco anos são considerados os mais quentes dos últimos 140 anos (NASA, NOAA).

Figura 3 – Aumento na temperatura do planeta entre 1880 e 2019



Fonte: NASA, 2020

De acordo com Bustamante et al. (2019, p.96), “projeções indicam que o Brasil será afetado por mudanças climáticas, com um aumento médio da temperatura de 2 a 3°C até 2070, atingindo principalmente as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste”. Ainda segundo os mesmos autores, uma redução significativa das chuvas, com aumento na ocorrência de secas, também é esperada no leste da Amazônia, no Cerrado e na Caatinga. “Essa diminuição na precipitação poderá desencadear processos de savanização na Amazônia, desertificação na Caatinga e expansão da Mata Atlântica em direção ao Pampa” (BUSTAMANTE et al., 2019, p.96). Ainda segundo o primeiro diagnóstico da Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, os biomas com maior exposição e sensibilidade à mudança do clima são Amazônia e Caatinga. Já a Mata Atlântica e o Pampa apresentariam a menor capacidade de se ajustar, em função da perda e fragmentação de sua vegetação nativa e da baixa cobertura da rede de unidades de conservação.

Ainda são poucos os estudos que analisam, no Brasil, os efeitos das mudanças climáticas – decorrentes em grande parte da intensa emissão antrópica de gases de efeito estufa – sobre as espécies, os ecossistemas e os serviços providos por eles. Muitos desses estudos estão baseados em modelagem de nichos ecológicos e apresentam vieses taxonômicos (e.g. vertebrados terrestres e árvores) e geográficos (concentração de estudos na Mata Atlântica e Cerrado). Apesar

destas limitações, sabe-se que quanto mais rápido e mais severo for o ritmo das mudanças climáticas, mais impactantes serão as consequências no declínio de espécies e na redução da produtividade de vários ecossistemas. No Brasil, há evidências de efeitos sobre anfíbios, corais e espécies ameaçadas de extinção, assim como evidências de queda da produtividade ao longo dos últimos 15 anos na Amazônia e na Caatinga. Há um padrão projetado de deslocamento de mamíferos, aves e plantas para áreas mais ao sul do país. (BUSTAMANTE, 2019, p.97).

A Amazônia enfrenta outro desafio. Cientistas alertaram recentemente que os incêndios florestais na região serão potencializados pela mudança do clima emitindo ainda mais carbono na atmosfera (BRANDO et al., 2020). Segundo Lima (2018), as florestas primárias na Amazônia brasileira sofreram uma perda de 19,55% nas últimas três décadas devido à rápida expansão da pecuária, mas também pela mineração e pela agricultura em larga escala. A pecuária desenvolvida na região segue um modelo baseado em desmatamento, pouca tecnologia e baixa produtividade. A implantação e manejo precários das pastagens levam à sua rápida degradação e consequente expansão sobre novas áreas de florestas primárias.

De acordo com Scarano et al. (2018, p.10), “um estudo realizado por cerca de 100 cientistas de mais de 30 organizações mostra que a vegetação [na Amazônia] não está se recuperando de seguidos anos de escassez hídrica e maiores temperaturas, eventos que se somam aos impactos antrópicos”. Para Nobre e Marengo (2017), a função de reguladora do clima global, regional e local da Amazônia já está ameaçada. Os mecanismos de interação de suas florestas com o clima regional e global vêm sendo afetados por uma combinação entre mudança climática global e o desmatamento regional. A vegetação florestal controla uma série de processos físico-químicos que influenciam a taxa de formação de nuvens, a quantidade da concentração de vapor de água e o balanço de radiação de energia.

Ainda segundo Nobre e Marengo (2017), em um Brasil mais quente, 95% das perdas ocorrem em razão de inundações ou secas. Tais eventos serão cada vez mais frequentes, com perdas de 5 a 6 bilhões de reais ao ano até 2025. Algumas variedades adaptadas ao clima tropical poderão migrar para o Sul do Brasil, caso da cana-de-açúcar; ou regiões mais altas, para compensar o aumento na temperatura, caso do café. Essa migração pode resultar na concorrência entre as áreas, bem como na migração do trabalho rural para regiões mais favoráveis.

A mudança do clima impacta a dinâmica ambiental dos ecossistemas onde vivem vetores de doenças, principalmente insetos. De acordo com a Fiocruz, evidências sugerem que a variabilidade climática tem apresentado influência direta sobre a biologia e a ecologia de

vetores e, conseqüentemente, sobre o risco de transmissão de doenças como dengue, malária e febre amarela (OBSERVATÓRIO DO CLIMA E SAÚDE).

Quem vive na costa brasileira já sente os efeitos da mudança do clima. Diversas são as cidades costeiras que já sofrem com problemas de erosão, drenagem e inundações, os quais serão amplificados em cenários de mudanças climáticas. Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira (SiMCosta) está sendo operacionalizado através de diversas parcerias regionais (NOBRE; MARENGO, 2017).

O impacto da mudança do clima nas cidades brasileiras será significativo. Bustamante et al. (2019) observam que a população urbana mais que triplicou entre 1970 e 2010 no Brasil, alcançando 161 milhões (85% do total), enquanto que a população rural encolheu 28%, caindo para 30 milhões. Essa alta concentração populacional em áreas urbanas “significa que importantes desafios nacionais relativos ao desenvolvimento sustentável, à redução da pobreza, mitigação e adaptação às mudanças climáticas serão também questões urbanas” (BUSTAMANTE et al., 2019, p.102). Ainda segundo os mesmos autores, a urbanização desordenada gera fatores de contaminação de reservatórios de água.

A megadiversidade brasileira em risco, os desafios impostos pela mudança do clima e o processo de ambientalização da sociedade são o contexto natural e social do jornalismo ambiental no Brasil. O próximo capítulo discute os fundamentos do Jornalismo e da cobertura especializada em temas ambientais.

4 JORNALISMO(S)

O jornalista, quando mediador/cultural,
 não reivindica a objetividade pois,
 por reconhecer-se sujeito da história,
 sabe que ao olhar o mundo o faz
 desde um lugar social e que
 ao deescrevê-lo o produz na mesma
 dimensão de uma ação social –
 de referendamento ou transformação.
 Além do mais,
 ao mediar o mundo a seu leitor,
 o jornalista o conclama a elevar-se, também,
 à condição de sujeito-leitor.
 [...]

Importante é não esquecer que o jornalista,
 como todos os produtores da indústria cultural,
 é um trabalhador, cuja produção específica
 o qualifica como um trabalhador intelectual,
 pois a mercadoria que produz são
 ideias, valores, imagens e sons
 que explicam o mundo,
 lhe dão sentido e substrato para sonhá-lo.

Christa Berger²⁷

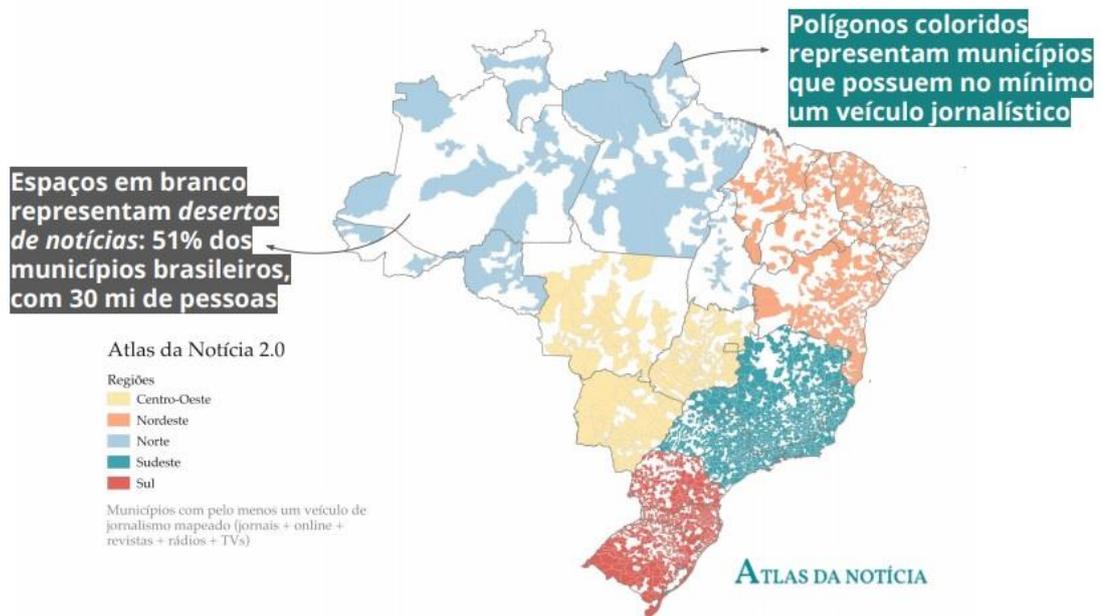
Mudanças estruturais estão sendo observadas no jornalismo profissional e elas incluem, na sistematização proposta por Pereira e Adghirni (2011), novas formas de produção de notícia, processos de convergência digital e crise da empresa jornalística enquanto modelo de negócios. A instituição jornalística está em reconfiguração e o fim desse processo ainda não é visível. No Brasil, estima-se que 64 milhões de pessoas (31% da população) vivem em desertos (sem veículo jornalístico) ou quase desertos (um ou dois veículos mapeados) de notícias produzidas local ou regionalmente.

A segunda edição do Atlas da Notícia (2018²⁸), que levou em consideração no estudo rádio, jornal, televisão, online e revista, também constatou que 49% dos municípios brasileiros têm ao menos um veículo jornalístico. Nessas 2.710 cidades vivem 177 milhões de pessoas (85% da população). A maior concentração de desertos de notícias está nos biomas Amazônia e Cerrado como pode ser observado no mapa na próxima página (Figura 4).

²⁷ Trecho extraído da página 33 do livro Campos em confronto, publicado em 1998 (ver em Referências).

²⁸ Disponível em: < https://www.atlas.jor.br/graficos/atlas_relatorio_v2.pdf >. Acesso em: 12 jan. 2020.

Figura 4 - Desertos de notícias por regiões brasileiras



Fonte: Atlas da Notícia, 2018

O mesmo estudo conseguiu mapear o fechamento de 81 veículos jornalísticos desde 2011, 31 deles em São Paulo, 27 em Minas Gerais, nove no Rio de Janeiro, quatro no Rio Grande do Sul, dois no Paraná e Santa Catarina e um no Acre, Alagoas, Amazonas, Paraíba, Pernambuco e Rondônia. De acordo com o Atlas da Notícia (2018), ainda há uma dependência no Brasil de rádio e de veículo impresso fora dos grandes centros (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília). Já nesses três grandes centros predominam os veículos jornalísticos digitais: 67% (SP), 62% (RJ) e 45% (DF).

Com o fechamento dos veículos jornalísticos e o enxugamento das redações, jornalistas têm buscado alternativas de trabalho viabilizadas pela internet. Apenas na Região Metropolitana de São Paulo, 70 arranjos econômicos alternativos às grandes corporações de mídia foram identificados por Figaro (2018), a maioria com participantes entre 20 e 35 anos e um número expressivo de mulheres fundadoras e dirigentes. Ainda segundo a mesma autora, as iniciativas são quase todas recentes, com menos de cinco anos, e o trabalho é financiado por fundações e instituições, crowdfunding, assinaturas, editais, projetos pontuais, voluntariado, publicidade, cursos, oficinas, palestras, vendas de conteúdo, doações e parcerias. A falta de receita é a realidade de muitos dos arranjos pesquisados. “Eles e elas se debatem com uma situação dramática de precariedade das condições de trabalho, com a densificação do trabalho, com extenuantes jornadas de trabalho em diferentes lugares e para diferentes fontes e finalidades” (FIGARO, 2018, p.226).

Além da crise da empresa jornalística enquanto modelo de negócios que alterou o ecossistema jornalístico no Brasil, com a proliferação de pequenos empreendimentos, muitos deles mesclando jornalismo e comunicação, novas formas de produção de notícia e processos de convergência digital também fazem parte desse processo de mudanças estruturais do Jornalismo. O jornalismo guiado por dados e a grande reportagem multimídia são exemplos dessas novas formas e processos com consequências profundas em duas etapas fundamentais da prática profissional: a apuração e a narração.

De acordo com Träsel (2014, p. 119), “o termo jornalismo guiado por dados se refere à aplicação da tecnociência às rotinas produtivas do jornalismo informativo, num contexto de comunicação em rede, com o fim de estabelecer reclamações mais sólidas de autoridade profissional”. Seu objetivo é a produção, tratamento e cruzamento de grandes quantidades de dados, “de modo a permitir maior eficiência na recuperação de informações, na apuração de reportagens a partir de conjuntos de dados, na distribuição em diferentes plataformas (computadores pessoais, smartphones, tablets), na geração de visualizações e infografias” (p.108). Ainda segundo o mesmo autor, “as práticas do jornalismo guiado por dados envolvem técnicas de reportagem assistida por computador, visualização de dados, infografia, criação e manutenção de bases de dados e a política de acesso à informação e transparência pública de governos” (TRÄSEL, 2014, p.106).

Duas leis federais sancionadas pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef foram fundamentais para a disseminação do jornalismo guiado por dados no Brasil. A primeira foi a Lei Complementar nº 131²⁹, de 27 de maio de 2009, conhecida como Lei da Transparência, acrescentando dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A segunda foi a Lei de Acesso a Informações (nº 12.527³⁰, de 18 de novembro de 2011), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988. No primeiro ano de seu mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a sancionar a Lei Nº 10.650³¹, de 16 de abril de 2003, de autoria do deputado federal Fábio Feldmann (PSDB-SP),

²⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 30 jun. 2020.

³⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 30 jun. 2020.

³¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.650.htm>. Acesso em: 30 jun. 2020.

da bancada ambientalista do Congresso Nacional da época, dispondo sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). No entanto, durante a revisão bibliográfica dessa pesquisa não foram encontradas referências a reportagens sobre temas ambientais com dados obtidos por essa legislação pioneira proposta por Feldmann.

A segunda década do século XXI consolidou outra novidade na prática jornalística, a grande reportagem multimídia, formato inaugurado com o especial *Snow fall, the avalanche at tunnel creek*³² publicado pelo jornal The New York Times em 2012. Esse novo formato de narrativa multimídia foi trazido para o jornalismo brasileiro pelo jornal Folha de S.Paulo em 2013 com o especial A batalha de Belo Monte³³, que teve entre seus enviados especiais os jornalistas Marcelo Leite e Lalo de Almeida, dois nomes de referência no jornalismo especializado na cobertura de temas ambientais no país.

A partir do final da década de 2000, com as possibilidades abertas pelo surgimento do HTML5, os produtos multimidiáticos jornalísticos se renovam, e anunciam o que pode ser uma consolidação desse tipo de formato expressivo enquanto gênero específico do webjornalismo, herdeiro da grande reportagem do impresso, que definimos como grande reportagem multimídia. (LONGHI, 2014, p.899).

Ainda segundo a mesma autora, desde meados dos anos 2000, “o avanço das ferramentas e tecnologias de acesso à web, assim como plataformas como PCs, tablets e celulares, tornaram mais fácil o acesso ao jornalismo, que se tornou onipresente no cotidiano” (LONGHI, 2014, p.900). Portais e jornais passaram a apostar “no que tem sido chamado de jornalismo long-form, matérias com mais de 4000 palavras, ou grandes reportagens com entre 10 e 20 mil palavras” (p.911). Essa tendência supera a ideia difundida entre jornalistas brasileiros no final do século XX³⁴ de que o texto na internet deveria ser enxuto e objetivo para proporcionar uma leitura rápida. Não é mais esse o padrão do bom jornalismo digital.

No início da prática jornalística no meio digital, há mais de 20 anos, a estrutura narrativa não trazia novidade. A linguagem era a mesma do jornalismo impresso (escrita e fotográfica); apenas se reproduzia o que os jornais já haviam publicado. A linguagem do jornalismo no ambiente digital está ainda em transformação, na medida em que as organizações midiáticas estão percebendo

³² Disponível em: <<http://www.nytimes.com/projects/2012/snow-fall/index.html#/?part=tunnel-creek>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

³³ Disponível em: <<https://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

³⁴ Quando era repórter da Rádio Gaúcha de Porto Alegre, o pesquisador participou como bolsista das aulas a distância do primeiro curso de extensão sobre jornalismo online promovido pela Unisinos em 1998.

os potenciais do meio e aproveitando as características para criar novas maneiras de contar histórias. (BACCIN, 2017, p.91-92).

Ainda segundo a pesquisadora Alciane Baccin (2017), as narrativas jornalísticas longform podem ser caracterizadas quanto à dimensão (narrativa longa, período de produção estendido e exigência de longo tempo de leitura); quanto aos recursos técnicos (design responsivo, predominância da verticalização e utilização do efeito “cortina”); e quanto aos elementos de qualidade (aprofundamento do tema, contextualização/memória, imersão, uso de base de dados, humanização da narrativa, hipertextualidade, multimídia e interatividade).

As iniciativas do jornalismo no ambiente digital de construir narrativas hipermídia longform têm garantido o aproveitamento de potencialidades do meio e possibilitado que a reportagem na web e nos dispositivos móveis inove e se reconfigure como um produto com características próprias deste ambiente. Com isso, essas narrativas representam para o jornalismo o espaço de reinvenção de práticas (algumas antigas e renovadas e outras que surgem com as novas exigências técnicas) e de garantia da oferta ao leitor de um jornalismo mais qualificado. (BACCIN, 2017, p.98).

Importante ressalva faz Campos (2019) quando lembra que a concepção da narrativa longform não é nativa da internet, pois essa necessidade de um tempo diferenciado na apuração e produção do produto jornalístico também faz parte da grande reportagem do impresso e de outras mídias, como a televisão e o rádio.

A preocupação em elaborar materiais jornalísticos diferenciados em termos de qualidade de informação e atrativo estético acompanha o jornalismo há décadas. A novidade do longform é trazer esse nível de profundidade para o ambiente digital, marcado por textos curtos e fragmentados. A disseminação de dispositivos móveis, impulsionado pela invenção dos smartphones e tablets ajuda a criar um bias propício ao consumo mais demorado, a partir da portabilidade e facilidade de leitura, com agregadores de conteúdo, como o *read it later*. (CAMPOS, 2019, p.158).

O rápido avanço da digitalização nas duas primeiras décadas do século XXI impactou diretamente o(s) trabalho(s) jornalístico(s). Nesse admirável mundo novo³⁵ em estado de metamorfose (BECK, 2018), do tudo ao mesmo tempo agora, das torcidas fanáticas de avatares, das avalanches de notícias fraudulentas (*fake news*), dos ciborgues em conexão compulsiva, dos terabytes de memória na ponta dos dedos, das intermináveis versões do mesmo, das muitas – mas tantas vezes inexploradas – possibilidades do diferente, das solidões interativas em

³⁵ No romance distópico Admirável Mundo Novo, publicado em 1932, o escritor inglês Aldous Huxley descreve um mundo autoritário dominado pela técnica e pelo conformismo.

múltiplas plataformas, das conexões sem encontros presenciais, qual ainda poderá ser o papel do Jornalismo nesse ciberespaço de fragmentos, subempregos e desinformações?

Ignacio Ramonet (2012), um dos organizadores do Fórum Social Mundial, afirmou acertadamente no início da segunda década do século XXI, que sobreviverá a esse turbilhão digital quem mantiver viva a essência do Jornalismo, centrando-se no que faz de melhor, e não em mais do mesmo. Essa pesquisa de doutorado é motivada pela convicção de que o futuro do Jornalismo como profissão e como instituição com relevância social nas sociedades democráticas passa necessariamente pela especialização profissional.

Um dos desafios do Jornalismo nessa metamorfose digital acelerada em que (quase) todos têm condições de informar é reposicionar-se em uma internet bifurcada onde, segundo Freedman (2012), há uma tensão constante entre uma esfera comoditizada, que opera como um mercado capitalista, e outra não-comoditizada, que opera baseada em bens comuns. Tal cenário sugere condições de possibilidade tanto para o jornalismo corporativo tradicional, quanto para os demais tipos de jornalismo - alternativo, independente, comunitário, popular - com mais vantagem para o primeiro devido a maior capacidade de geração de audiência.

Freedman (2012) observa ainda que apesar das previsões mais otimistas, permanece nessa nova economia não apenas a prática de mercados oligopolizados, mas um incentivo para as companhias produzirem blockbusters e uma aparente vontade de parte da audiência de consumi-los. Ainda segundo o mesmo autor, a mesma internet que promete dispersão premia a concentração, a mesma internet que tem a abertura como seu fetiche encoraja o comportamento proprietário. No entendimento de Bucci (2019, p.60), “as redes sociais acrescentam à paisagem globalitária um pacote inédito de perversidades. Agora, as notícias circulam segundo os ditames do entretenimento”.

Traquina (2005) já havia identificado dois polos predominantes no Jornalismo: o econômico ou comercial, que considera a informação como uma mercadoria de um negócio empresarial; e o ideológico ou intelectual, que a partir de valores éticos e normas deontológicas ressalta o papel político da informação nas democracias (AGUIAR, 2013). Visto por esse segundo viés, as notícias seriam “o alimento de que os cidadãos precisam para exercer os seus direitos democráticos” (TRAQUINA, 2005, p. 126). Bucci (2019) também entende que o Jornalismo é fundamental à democracia.

Nas empresas jornalísticas privadas, que atendem a dois clientes distintos - o anunciante e o leitor -, como problematizou há mais de um século o sociólogo Max Weber³⁶ (2006), os dois polos – comercial e ideológico - estão presentes e em permanente tensão.

No entremeio dessa relação jornalista-anunciante há que se reconhecerem ainda os interesses das fontes de informação, pois elas nunca são partes desinteressadas no processo de construção social da notícia, resultado dessa tríade: jornalista-anunciante-fonte. Fontes e jornalistas têm diferentes papéis, “articulados com cenários de gratificações e narratividade por parte das fontes e procura do exclusivo por parte dos jornalistas” (SANTOS, 1997, p.186). Ainda segundo o mesmo autor, a notícia seria um empreendimento negociável entre fonte e jornalista, assim como também ocorre disputa de pontos de vista entre repórter e editor.

De acordo com Charaudeau (2012), jogos de manipulação podem ser instaurados entre as mídias e as fontes. “De um lado, pressão de parte das instâncias de poder (Estado, governo) ou dos movimentos cidadãos (sindicatos, associações, manifestações); de outro, pressão das mídias junto a algumas dessas instâncias (oficiais ou não) para obter informações” (CHARAUDEAU, 2012, p.148). No entendimento de Santos (1997, p.164), uma fonte pode não dizer toda a verdade: “As fontes são especializadas na arte de dar certas quantidades de informação, não toda a informação, constituem-se como ‘filtros’”.

Segundo Lage (2001, p.21), “poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta. A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público”. Ainda segundo o mesmo autor, as fontes podem ser: oficiais (ligadas a instituições com algum poder de Estado), oficiosas (não autorizadas a falar em nome da instituição) e independentes (desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso); primárias (aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões e números) e secundárias (consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais); testemunhas (o testemunho é normalmente colorido pela emotividade e modificado pela perspectiva) e experts (geralmente fontes secundárias, que se procuram em busca de versões ou interpretações de eventos).

Levando em consideração essa classificação proposta por Lage (2001) e também de outros autores, Schmitz (2010) elaborou uma matriz de tipificação das fontes de notícias em

³⁶ Essa peculiaridade da empresa jornalística de servir a dois clientes com interesses muitas vezes distintos foi citada por Max Weber em sua conferência no I Congresso da Associação Alemã de Sociologia, realizada no ano de 1910 em Frankfurt, ocasião na qual ele apresentou uma proposta de pesquisa sobre Sociologia da Imprensa. O discurso do sociólogo alemão foi publicado em português no livro *A Era Glacial do Jornalismo* (Editora Sulina, 2006), organizado pelas pesquisadoras Christa Berger e Beatriz Marocco.

pesquisa de mestrado sobre as relações entre fontes empresariais e jornalistas de economia e negócios.

Quadro 2 - Matriz de tipificação das fontes de notícias

Categoria	Grupo	Ação	Crédito	Qualificação
Primária Secundária	Oficial Empresarial Institucional Individual Testemunhal Especializada Referência	Proativa Ativa Passiva Reativa	Identificada Sigilosa	Confiável Fidedigna Duvidosa

Fonte: Schmitz (2010)

O que Lage (2001) chamou de fonte independente, Schmitz (2010) classificou como institucional. Já a fonte especializada é aquela com notório saber específico (especialista, perito, intelectual) ou organização com conhecimento reconhecido.

Tem a capacidade de analisar as possíveis consequências de determinadas ações ou acontecimentos. O jornalista pode não saber, mas conhece quem sabe e recorre ao especialista para estabelecer conexões e analisar a complexidade do tema a ser noticiado; busca informações secundárias ou complementares, notadamente em situação de risco ou conflito, na cobertura de temas complexos ou confusos e no jornalismo científico. Esse tipo de fonte pode fornecer informação factual (fonte primária) ou interpretativa (secundária), conforme a sua expertise. (SCHMITZ, 2010, p.55).

Já a fonte de referência aplica-se à bibliografia, documento ou mídia consultada pelo jornalista. De acordo com o Manual de Redação do jornal Folha de S.Paulo, “a quantidade de fontes a serem consultadas dependerá da complexidade da pauta e do tempo disponível. O ideal é que o repórter conduza entrevistas e pesquisas até se sentir familiarizado com o tema” (MACHADO, 2018, p.68). Quanto mais proeminência (notoriedade, celebridade, posição hierárquica, elite, sucesso), mais valor-notícia³⁷ terá um fato ou acontecimento (SILVA, 2014). Declarações de fontes proeminentes são corriqueiramente transformadas em notícia, inclusive estultices presidenciais publicadas em redes sociais. “As fontes de informação jornalística constituem-se como ponto fulcral para a compreensão dos conteúdos jornalísticos e, por extensão, para o conhecimento do espaço público que os media noticiosos constroem através do seu trabalho” (LOPES, 2016, p.180).

³⁷ Adota-se nessa tese de doutorado o conceito de valor-notícia proposto por Silva (2014): atributos que orientam a seleção primária dos fatos e também interferem na seleção hierárquica desses fatos na hora do tratamento do material nas redações jornalísticas. Após ampla revisão bibliográfica, a autora propõe dez valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiados ou noticiáveis: impacto, proeminência, conflito, tragédia/drama, proximidade, raridade, surpresa, governo, polêmica, justiça, entretenimento/curiosidade e conhecimento/cultura.

No ecossistema digital que caracteriza o século XXI, as fontes não mais necessitam apenas dos veículos jornalísticos para comunicar algo, como era o caso no século passado. Sant’Anna (2009) chega a falar de uma mídia das fontes como um novo território jornalístico no Brasil. “Assim como as mídias alternativas, as mídias das fontes desenvolvem um trabalho de articulação e de difusão de pontos de vista setoriais, de grupos de interesse e de segmentos sociais, dentro outros” (SANT’ANNA, 2009, p.55). Na matriz proposta por Schmitz no Quadro 2, essas seriam as fontes proativas, que “produzem e oferecem notícias prontas, ostensiva e antecipadamente” (SCHMITZ, 2010, p. 57). No entanto, não é possível considerar jornalista qualquer pessoa que publica uma informação de interesse público. Segundo Kovach e Rosenstiel (2004), o dever de um jornalista de manter a independência em relação às pessoas que cobre é um dos princípios essenciais da profissão.

A atividade jornalística, segundo Franciscato (2005), opera com princípios que a singularizam, tais como: uma ideia de verdade do real; um compromisso normativo de cumprir esta tarefa de fidelidade ao real; uma produção de conteúdos que oferece a uma coletividade modos específicos de vivenciar situações em um tempo presente. Ainda segundo o autor, o Jornalismo como instituição social cumpre um papel específico, não executado por nenhuma outra instituição: “produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas” (FRANCISCATO, 2005, p. 167). Esta reconstrução discursiva faz parte do processo de construção social da realidade.

A realidade construída pelo Jornalismo é um dos discursos possíveis sobre o real. Este real jornalístico (discursivo) é construído através de uma relação dialética entre objetividade e subjetividade (MEDITSCH, 2010). É um discurso que emerge entre outros discursos já ditos sobre o real. A intersubjetividade é a condição de possibilidade do discurso (jornalístico), pois ele não tem como ser fruto de uma subjetividade única (nem isolada e nem transcendente). A subjetividade é intersubjetiva. O Jornalismo está submerso neste mundo intersubjetivo que o afeta, mas também é afetado por ele. Nesta perspectiva teórica, a realidade da vida cotidiana é aquela que se apresenta para cada um como um mundo intersubjetivo, do qual se participa juntamente com outras pessoas (BERGER E LUCKMANN, 2012).

Neste emaranhado da vida cotidiana, saber o que é notícia é a competência reivindicada pelos jornalistas como profissionais (TRAQUINA, 2005) e como comunidade interpretativa (ZELIZER, 2000). Como nem tudo que acontece é um acontecimento de relevância pública, há critérios de noticiabilidade que orientam a seleção, a produção e a divulgação de informações jornalísticas. Tais critérios são dinâmicos, alteram-se no tempo e também entre diferentes

veículos de comunicação. Gislene Silva (2014) propôs a seguinte sistematização dos critérios de noticiabilidade: na origem do fato; na apresentação do fato; e na visão dos fatos. As três instâncias interferem diretamente na prática jornalística. Dependendo do valor-notícia um tema pode ser mais ou menos investigado; a sua abordagem também está diretamente ligada às condições internas da organização para apurar e apresentar os fatos; e, também, com os fundamentos éticos e epistemológicos (as concepções de jornalismo) que orientam a prática jornalística.

A busca da informação comprovadamente correta – a verdade - é um dos valores do jornalismo de informação (BARSOTTI, 2014). No entendimento de Silva (2014), a verdade é um dos conceitos presentes na visão do fato, terceira instância dos critérios de noticiabilidade que atua concomitantemente com as outras duas, a origem do fato (seleção primária a partir de valores-notícia) e o tratamento do fato (seleção hierárquica). No documentário *O Mercado de Notícias*, lançado pela Casa de Cinema de Porto Alegre em 2014, o jornalista Mino Carta, citando Hannah Arendt, coloca a verdade factual no centro de sua definição de Jornalismo.

O jornalista teoricamente oferece aos leitores a oportunidade de confrontar opiniões, de ouvir versões e de também conhecer aquilo que eu chamo de verdade factual a fim de formar a sua própria posição em relação aos fatos da vida e do mundo. (CARTA, 2014, 6'55'').

Ainda segundo o entendimento de Mino Carta, apresentar a verdade factual, aquilo que realmente aconteceu, seria a missão do jornalista. Esta deveria ser a grande bandeira de luta dos jornalistas, defende ele no final do mesmo documentário. “O que há de ser um jornalista? Este homem que conta a verdade factual para garantir a sobrevivência humana. É uma questão de sobrevivência do homem, a defesa da verdade factual” (CARTA, 2014, 90'32''). Também inspirado no conceito de verdade factual de Hannah Arendt³⁸, Bucci (2019) publicou um livro recentemente defendendo que, diante das *fake news*, ou notícias fraudulentas, a democracia necessita da verdade factual para (r)existir. “O objeto em conflito, a joia em disputa, não é outra coisa que não o relato dos fatos, o entendimento dos fatos ou, como virou moda dizer, a disputa entre ‘narrativas’. A imprensa influi no poder – é para isso que ela existe, aliás -, mas não se confunde com ele” (BUCCI, 2019, p.105). A verdade factual que Carta (2014) e Bucci (2019)

³⁸ O termo verdade factual (factual truth) foi utilizado pela primeira vez por Hannah Arendt no artigo *Truth and Politics* publicado originalmente na revista *The New Yorker* no dia 25 de fevereiro de 1967 em resposta às críticas que recebeu pela cobertura que realizou pela mesma revista do julgamento de Adolf Eichmann, sequestrado em maio de 1960 pelo Mossad, serviço secreto de Israel, em Buenos Aires e julgado em Jerusalém.

colocam, inspirados ambos por Hannah Arendt, no centro da definição de Jornalismo, também pode ser compreendida a partir da definição de verdade utilizada no estudo da Lógica.

Que queremos dizer com ‘enunciado verdadeiro’? Em virtude da especificidade de nosso trabalho, limitar-nos-emos a um conceito restrito de verdade, entendendo-a como predicado de enunciados. Enunciados são sentenças que veiculam informações acerca de fatos, empíricos ou abstratos. Fatos não são verdadeiros nem falsos. Fatos ocorrem ou não. Não faz sentido dizer que um fato é falso. Do enunciado é que afirmamos ser verdadeiro ou falso, caso o fato em questão ocorra ou não. A noção de verdade que nos interessa coloca-se, pois, em termos de uma correspondência entre enunciados e fatos. Para se admitir uma definição dessa correspondência é preciso que ela especifique, para cada enunciado (existente ou possível), o fato (ou as condições) do domínio que o torna(m) verdadeiro. (CERQUEIRA; OLIVA, 1979, p.21-22).

A verdade factual do jornalismo é garantida pela notícia (enunciado) que necessariamente deve corresponder ao fato que aconteceu. Esse é o princípio (lógico) de verdade do real ao qual se refere Franciscato (2005). Essa verdade factual binária (aconteceu/não aconteceu) está presente na ponta da pirâmide deitada proposta por Canavilhas (2014). Segundo o pesquisador português, uma notícia (em ambiência digital) com todos os contextos necessários teria quatro níveis de leitura. O primeiro deles seria a sua unidade base, onde são respondidas as perguntas: O quê? Quem? Quando? Onde? Esse pode ser considerado o nível da verdade factual binária. O segundo seria o nível da explicação que tenta responder as perguntas: Como? Por quê? A partir desse nível o jornalista passa a trabalhar também com a verdade em perspectiva (CARVALHO, 2018); o mesmo acontecendo nos níveis de contextualização (desenvolve cada um dos aspectos fundamentais da notícia) e de exploração (estabelece ligações com outras informações).

Contar ou narrar uma verdade factual pressupõe a existência de duas instâncias da realidade, a realidade das coisas e a realidade semântica, construída intersubjetivamente. A partir de conceitos da filosofia realista tenta-se escapar de uma visão ingênua sobre a objetividade. O Jornalismo é uma das formas de conhecimento da realidade, tanto a exterior, a do mundo físico, quanto da realidade construída socialmente, como a cultura, as instituições, as normas, hábitos e crenças da vida cotidiana.

O jornalista a partir da sua subjetividade (ponto de vista) busca a verdade factual em acontecimentos previamente selecionados por juízos de valor (critérios de noticiabilidade, valores-notícia). Os dados brutos, obviamente, não têm qualquer valor se descolados da subjetividade de quem os percebe, no caso o jornalista, que é quem pode colocá-los em relação

e interpretá-los (MUÑOZ-TORRES, 2002). Disso não se segue que não existem fatos brutos ou a realidade das coisas no mundo exterior.

Ainda segundo o mesmo autor, a realidade, no entanto, não pode ser reduzida à experiência. Juízos de fatos estão imbricados com juízos de valor. Toda seleção (de uma notícia) implica um juízo de valor. A impossibilidade de separar fatos de valores não significa a não existência de fatos e nem da verdade factual. Os métodos de trabalho do Jornalismo buscam a certeza profissional acerca da verdade factual. E esta certeza, observa Muñoz-Torres (2002), é um estado mental, que diz respeito a um sujeito jornalista, portanto. A certeza tem, segundo ele, diversos graus que variam de acordo com a solidez das evidências apuradas e com a natureza da coisa.

A certeza sobre o tamanho de uma mancha de petróleo no mar, por exemplo, ocasionada por um vazamento, é mais fácil de ser obtida do que a certeza sobre a identidade dos responsáveis pelo desastre. Não faz sentido, portanto, falar de uma certeza absoluta, mas sim de graus de certeza de acordo com as evidências e a natureza da coisa. Na filosofia realista, subjetivo não significa algo duvidoso, porque não se pode medir, mas algo relativo a um sujeito. Todo ato de conhecimento exige uma relação entre sujeito e objeto (MUÑOZ-TORRES, 2002). O sujeito impõe necessariamente suas limitações ao conhecimento da realidade. Desta afirmação não se segue que o conhecido dependa em seu ser do sujeito que conhece, nem que o conhecimento humano tenha que ser absoluto (no sentido divino), para ser considerado um conhecimento autêntico (MUÑOZ-TORRES, 2002, p.175-176).

O conceito de verdade, na filosofia realista, possui, ainda segundo o mesmo autor, duas dimensões constitutivas e inseparáveis, a adequação, ou dimensão semântica (a correspondência do conteúdo proposicional de um juízo com a coisa a que ele se refere), e o assentimento que o sujeito concede ao juízo de adequação ou correspondência, ou dimensão pragmática da linguagem. Este assentimento tem diversos graus, que vão desde a certeza, o grau máximo de adesão à verdade de uma proposição, até a dúvida (a ausência de assentimento). Para que haja uma certeza jornalística é preciso o assentimento, mas também uma correspondência com o real, o que pode ser compreendido como a verdade factual citada por Carta (2014) e Bucci (2019). “Traduzindo a categorias contemporâneas, podemos afirmar que a verdade possui uma dimensão ‘objetiva’ e outra ‘subjetiva’” (MUÑOZ-TORRES, 2002, p.178). O autor ressalta ainda que o objeto real (metafísico), que existe à margem do sujeito, e o objeto conhecido (epistemológico) estão em planos distintos de sentido.

Pensando nos formatos textuais - notícia e reportagem - do jornalismo é possível pensar que a verdade factual poderia ser considerada a principal característica da notícia; já uma

reportagem deve possibilitar uma compreensão do mundo a partir de uma diversidade de pontos de vista e por isso, sem abrir mão da verdade factual, a verdade em perspectiva poderia ser pensada como sua principal característica.

É a verdade em perspectiva que está por trás da abordagem autoral, uma das técnicas utilizadas no jornalismo literário, ou seja, a perspectiva do autor presente no texto sem subterfúgio, inclusive com textos escritos na primeira pessoa do singular. Presença essa que é disfarçada na notícia escrita na terceira pessoa do singular a partir da técnica de redação conhecida como pirâmide invertida: a manchete informa o mais importante do fato relatado e essa informação mais relevante sempre é apresentada já no primeiro parágrafo do texto. Obviamente que a escolha da pauta, do que é mais importante para abrir o texto de uma notícia e o que precisa ser mais apurado antes da sua publicação também é uma escolha autoral do jornalista, subjetividade essa muitas vezes não reconhecida pelo profissional, convencido da imparcialidade de seus procedimentos, e nem pelo público leigo. Quando isso ocorre não se percebe que o objeto real (metafísico), que existe à margem do sujeito, e o objeto conhecido (epistemológico) são objetos em planos distintos de sentido; imagina-se de maneira equivocada a notícia como um espelho do real.

Existe uma compreensão de senso comum de que a objetividade seria o oposto da subjetividade e por isso procedimentos objetivos serviriam como uma espécie de antídoto para a subjetividade do jornalista. Imagina-se nesse jogo ilusório um sujeito jornalista separado do objeto notícia ou reportagem, como se tal separação não apenas fosse possível, mas também desejável. Para a jornalista e pesquisadora Fabiana Moraes (2019), esses dogmas produzidos por essa dimensão objetiva fragilizam o próprio Jornalismo como mediador crítico do mundo. Em tom provocativo, a autora propõe um jornalismo de subjetividade “para desestabilizar representações engessadas, estabilizadas, promovidas também pelo próprio campo noticioso” (MORAES, 2019, p.206). Para ela, uma prática ativista no jornalismo não deve desqualificá-lo como se ele fosse mais contaminado pela subjetividade do que o jornalismo baseado na lógica econômica e política, como se esse fosse isento de interesses e por isso digno de credibilidade. Como se o jornalismo político e econômico não fosse também um jornalismo causídico³⁹. “A escolha dos temas, das fontes e dos locais de observação, além do vital recorte das pautas, já demonstram uma tomada de posição que pode ou desestabilizar representações redutoras ou confirmá-las” (MORAES, 2019, p. 216). Ainda segundo a mesma autora, o jornalismo engajado

³⁹ Sobre essa defesa de causas no jornalismo autointitulado imparcial vale consultar a pesquisa de doutorado de Paula Puliti (2013) sobre a financeirização do noticiário econômico no Brasil como resultado de um lobby articulado do capital financeiro.

também deveria ser considerado bom jornalismo. “É preciso pensar em um jornalismo que se utilize, sem constrangimentos, da subjetividade, reconhecendo-a como um ganho fundamental na prática da reportagem e mesmo na notícia cotidiana” (MORAES, 2015, p. 159).

Nem toda verdade factual aparece no noticiário. Entre os elementos que determinam o que vira notícia, Alsina (2009) destaca a existência de uma variação perceptível e de uma imprevisibilidade. Segundo Rodrigues (2016), quanto menos previsível for um acontecimento, mais probabilidade ele tem de ser notado pelos jornalistas e se tornar notícia. Há, de acordo com o mesmo autor, três registros da notabilidade dos fatos: o registro do excesso, o registro da falha (caso dos desastres e crimes ambientais) e o registro da inversão. Este imperativo da variação bloqueia, no entendimento de Benetti (2010), a abordagem jornalística de problemas estruturais da sociedade. “São os casos da fome, das desigualdades e das injustiças sociais, que contemporaneamente costumam ser percebidas como ‘parte do sistema’” (BENETTI, 2010, p.146). É possível incluir nesta lista de pautas invisíveis outros processos longos (e estruturais) tais como a poluição crônica dos rios, dos mares, do ar e dos alimentos, a devastação cotidiana dos ecossistemas terrestres e a mudança do clima, todos eles presentes entre os assuntos da cobertura jornalística especializada de temas ambientais.

Além da verdade factual informativa e binária (aconteceu/não aconteceu) e da verdade em perspectiva (explicativa), é preciso fazer também uma distinção entre jornalismo convencional e jornalismo investigativo porque são práticas diferentes. O jornalismo investigativo, surgido nos Estados Unidos no início do século XX, é praticado de três formas, segundo Kovach e Rosenstiel (2004): reportagem de investigação original, reportagem de investigação interpretativa (a informação num novo contexto, mais completo, que proporciona ao público um entendimento mais aprofundado) e reportagem sobre investigações. Ainda segundo os mesmos autores, o jornalismo de investigação tem uma dimensão moral. “A reportagem de investigação implica não só chamar a atenção para determinado assunto, mas, regra geral, assumir um papel mais acusatório, se algo estiver errado” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.126). E para fazer isso, uma aliança com boas fontes é necessária no jornalismo investigativo (SILVEIRA, 2015).

O jornalismo investigativo não é a cobertura habitual, por isso não é correto afirmar que todo o jornalismo é investigativo. Ele envolve expor ao público questões ocultas (HUNTER, 2013). A cobertura diária e a reportagem investigativa exigem habilidades e processos distintos, conforme é apresentado no quadro a seguir.

Quadro 3 - As diferenças entre a cobertura diária e a reportagem investigativa

JORNALISMO CONVENCIONAL	JORNALISMO INVESTIGATIVO
Pesquisa	
Informações reunidas e relatadas a um ritmo fixo (diário, semanal, mensal).	Informações não podem ser publicadas até que sua coerência e completude estejam garantidas.
Pesquisa rápida, sem trabalho adicional.	Pesquisa continua até que a história esteja confirmada e pode continuar após publicação.
História se baseia em um mínimo necessário de informações.	História se baseia no máximo possível de informações.
Declaração de fontes podem substituir a documentação.	Reportagem requer documentação capaz de apoiar ou negar as informações das fontes.
Relação com as fontes	
Boa fé das fontes é presumida, frequentemente sem verificação.	Boa fé das fontes não pode ser presumida, qualquer fonte pode fornecer informações falsas; nenhuma informação pode ser utilizada sem verificação.
Fontes oficiais fornecem informações ao repórter livremente, para promoverem a si e às suas metas.	Informações oficiais são ocultadas do repórter, porque a sua revelação pode comprometer os interesses de autoridades ou instituições.
O repórter deve aceitar a versão oficial da história, ainda que ele possa contrastá-la com comentários ou afirmações de outras fontes.	O repórter pode desafiar ou negar explicitamente a versão oficial de uma história, com base nas informações de fontes independentes.
O repórter dispõe de menos informações do que a maioria das suas fontes.	O repórter dispõe de mais informações do que qualquer uma de suas fontes, considerada individualmente, e de mais informações do que a maioria deles em conjunto.
As fontes são quase sempre identificadas.	As fontes frequentemente não podem ser identificadas, em nome de sua segurança.
Resultados	
A reportagem é vista como um reflexo do mundo, que é aceito assim como ele está dado. O repórter não espera obter resultados além de informar o público.	O repórter se recusa a aceitar o mundo como ele se apresenta. A história visa a penetrar ou expor uma dada situação, para que seja reformada ou denunciada, ou, em certos casos, para que se promova um exemplo de um caminho melhor.
A reportagem não requer um engajamento pessoal por parte do repórter.	Sem um engajamento pessoal do repórter, a história nunca será completada.
O repórter busca ser objetivo, sem viés ou juízo de valor em relação a qualquer uma das partes envolvidas em uma história.	O repórter busca ser justo e escrupuloso em relação aos fatos da história, e com base nisso pode designar as suas vítimas, heróis e malfeitores. Ele também pode oferecer um juízo de valor ou veredito sobre a história.
A estrutura dramática da reportagem não é de grande importância. A história não precisa ter um final, pois as notícias continuam.	A estrutura dramática da história é essencial para o seu impacto, e leva a uma conclusão que é oferecida pelo repórter ou por uma fonte.
Erros podem ser cometidos pelo repórter, mas eles são inevitáveis e, normalmente, não têm muita importância.	Os erros expõem o repórter a sanções formais e informais, e podem destruir sua credibilidade e do meio de comunicação.

Fonte: Hunter, 2013.

Nesse quadro proposto por Hunter (2013) é possível perceber que no jornalismo investigativo há sempre um engajamento do repórter porque ele nunca pode aceitar de maneira passiva o que suas fontes dizem como muitas vezes acontece, por exemplo, na cobertura de uma entrevista coletiva em que os repórteres procuram, no jornalismo convencional, reproduzir de maneira fidedigna o que determinada autoridade diz. E muitas vezes o que é dito por tal autoridade vira a manchete, o fato principal da notícia. A verdade factual nesse tipo de jornalismo declaratório é o que diz a autoridade. E não há problema nisso. São práticas jornalísticas diferentes. Ambas, no entanto, devem ter em comum o interesse público, o que é

cada vez mais difícil diante da supremacia do entretenimento na disputa por audiência nas redes sociais. De acordo com Sartor (2016, p.238, grifo do autor), “o interesse público se apresenta atualmente como um valor de *resistência* da identidade jornalística e de seu discurso de legitimação”.

De uma maneira geral, a função do Jornalismo é defender a democracia, como salienta Bucci (2019), mas, pensando no quadro acima sistematizado por Hunter (2013), é possível afirmar que também é função do jornalismo investigativo revelar informações ocultadas de interesse público, assim como do jornalismo convencional informar o que acontece de relevante no cotidiano das cidades, dos estados e do país.

Sistematização realizada por Reginato (2016) mostra que, além de contribuir com a democracia, informar, verificar, apurar e investigar, também são consideradas funções do Jornalismo: ajudar o homem a entender e viver sua época; contextualizar e organizar a informação; criar para o leitor experiências de satisfação estética que o ajudem a interpretar a própria vida; defender o cidadão; divertir; estimular o engajamento e mobilizar a participação cívica na vida pública; formar a opinião pública; instruir, orientar e educar; interpretar; manter a sociedade unida e integrada; mediar; mostrar a diversidade da sociedade; reforçar a cidadania; selecionar os temas significativos; ser a memória da sociedade; trazer a verdade; vigiar o governo e os serviços públicos e denunciar os abusos do poder.

Muitas são as funções do Jornalismo nas sociedades democráticas. Várias delas citadas acima estão mais presentes no jornalismo especializado em temas ambientais, como informar, interpretar, contextualizar, investigar, instruir, educar, orientar, estimular o engajamento e reforçar a cidadania, conforme será discutido a seguir.

4.1 Especialização em temas ambientais

Em obra publicada em 1960, na Alemanha, Otto Groth (2011), considerado um dos pais da Ciência dos Jornais, entendia que diante do volume de acontecimentos existentes nas grandes cidades, os repórteres deveriam se especializar para melhor abastecer os jornais com notícias. “Eles [os repórteres] conseguem por meio destas [especializações] as maiores experiências, os relacionamentos mais produtivos na área que eles escolhem para o seu trabalho” (GROTH, 2011, p.382). Era o setorista, na perspectiva do teórico alemão que foi aluno de Max Weber, que se transformava em especialista.

Segundo os pesquisadores espanhóis Javier del Moral e Francisco Ramírez (1993), o colaborador precedeu o jornalista especializado assim como alguns correspondentes das duas grandes guerras, que acabaram se especializando em temas bélicos. Segundo os mesmos

autores, o jornalista especializado em temas científicos e tecnológicos surgiu no século XX para atender às distintas necessidades da nova sociedade industrial diante da segmentação do conhecimento, com receptores exigindo cada vez mais profundidade informativa. “A informação jornalística especializada pode oferecer uma via intermediária tentando aproximar os conhecimentos científicos mediante a adaptação destes temas a uma linguagem jornalística acessível ao grande público” (MORAL; RAMÍREZ, 1993, p.93). Bueno (2015) também entende o jornalismo especializado como resultado de um processo de segmentação.

O jornalismo especializado representa a consolidação de um processo vertiginoso de segmentação, que articula conteúdos e audiências, mediado pela produção e circulação de discursos intrinsecamente associados a jargões, termos técnico-científicos, neologismos e conceitos compartilhados pelos diversos campos de conhecimento. Assim, podemos falar em jornalismo científico, esportivo, econômico, cultural, em saúde, ambiental ou agropecuário, para só citar alguns casos, legitimados, muitas vezes, por associações ou grupos, formal ou informalmente constituídos, que congregam profissionais e/ou estudiosos que se dedicam à sua produção e análise. (BUENO, 2015, p. 281).

Bueno (2015) entende que o jornalismo especializado é resultado de um processo de segmentação, no entanto, é preciso diferenciar os dois processos porque especialização não é a mesma coisa que segmentação, como observa Buitoni (2013).

Especialização e segmentação comportam algumas interfaces, apresentam alguns pontos em comum e diferenciam-se em outros. Historicamente, o conceito de jornalismo especializado é anterior. Em termos gerais, a especialização caminha num sentido de aprofundação temática, sem tanta relação com um público definido, enquanto a segmentação implica mais o recorte do público e menos a concentração temática, podendo cobrir vários assuntos. (BUIIONI, 2013, p.110).

O tema é o foco da especialização, diferente do jornalismo segmentado, que leva em consideração mais o público e seus nichos (segmentos). O jornalismo especializado pode ser entendido, então, como aquele que aborda em profundidade determinado tema (FERNANDES, 2017). Segundo a mesma autora, os seus atributos são: foco, aprofundamento, linguagem diferenciada e profissionais especializados. Moral e Ramírez (1993) concordam que uma característica da especialização é a necessidade de uma formação permanente por parte dos profissionais. Essa formação é necessária para que haja uma abordagem em profundidade e qualificada. Para Bueno (2015), a cobertura qualificada é uma característica definidora do jornalismo especializado.

A prática profissional e também a subárea de estudos e pesquisas em Jornalismo que contemplam o processo de produção jornalística voltado para a cobertura

qualificada de temas específicos. Ele se manifesta a partir de fontes reconhecidas como competentes e autorizadas em determinadas áreas de conhecimento, e pela apropriação de um discurso especializado, que incorpora termos e expressões comuns (e muitas vezes exclusivos) dessas áreas. Na maioria dos casos, o Jornalismo Especializado se localiza em espaços (páginas, cadernos, programas, portais etc.) determinados, seja como resultado do trabalho individual de profissionais (jornalistas ou não) capacitados para exercê-lo, seja como fruto do trabalho de um grupo de profissionais, reunidos em editorias específicas. (BUENO, 2015, p.284).

O jornalismo especializado é, portanto, aquele que apresenta uma abordagem em profundidade (BUITONI, 2013; FERNANDES, 2017) e qualificada (BUENO, 2015) de um tema. Bueno (2015, p. 291) também entende que “o discurso no jornalismo especializado deve ir além das fontes, incorporando a experiência, as intenções, as visões sobre o mundo e sobre o objeto da pauta dos profissionais de imprensa”. Esse engajamento do jornalista é uma das características do jornalismo investigativo, segundo Hunter (2013). Os dois autores, Hunter (2013) e Bueno (2015), entendem que tal postura seria necessária para que o jornalista não seja usado inocentemente por suas fontes.

O mesmo alerta faz Garcia (2006, p.31): “A noção genérica de que os cientistas são neutros e apenas se preocupam com a verdade – um mito universal que alguns também acreditam aplicar-se ao jornalismo - é uma armadilha no caminho de um repórter de ambiente”. Em suma, o jornalista especializado precisa diferenciar a verdade factual da verdade em perspectiva, conforme discutido na primeira parte desse capítulo, e conhecer o tema para produzir reportagens em profundidade. Entre os temas ambientais presentes na cobertura especializada no Brasil estão: mudança do clima, destruição de biomas, poluição industrial, agrotóxicos, saneamento, mobilidade urbana, políticas públicas e desastres ambientais. Tais temas ambientais são abordados no Brasil com diferentes enfoques ou perspectivas, entre eles o científico (discutido em 4.1.1). A reportagem especializada em ciência e tecnologia, segundo Lage (2001), cumpre algumas funções básicas: informativa; educativa; social; cultural; econômica; político-ideológica.

Ao informar, complementa e atualiza conhecimentos e, neste sentido, educa; ao transmitir conhecimento, atua sobre a sociedade e a cultura, determinando escolhas econômicas e, no final, opções político-ideológicas. A pouca divulgação da atividade científica brasileira, por exemplo, articula-se com uma representação de atraso que nem sempre corresponde à realidade do país, mas serve a objetivos políticos e institucionais claros. (LAGE, 2001, p.54).

O jornalismo ambiental começou a ser claramente tratado no Brasil como uma das especializações do jornalismo, descolado do jornalismo científico, a partir da véspera da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED, na sigla em inglês) realizada em 1992 no Rio de Janeiro, conforme discutido em Belmonte (2017). Eventos e cursos preparatórios realizados pelo país antes e depois do encontro diplomático internacional incentivaram a disseminação dessa prática especializada fortemente influenciada em seu início pelo jornalismo científico e pelo movimento ecologista. Um indicador do processo de ambientalização da sociedade brasileira, do qual o jornalismo ambiental faz parte, influenciando e ao mesmo tempo sendo influenciado, são as pesquisas de opinião que tentam mapear a consciência ambiental no país.

O nível de conhecimento e a consciência dos brasileiros sobre as questões ambientais cresceu fortemente, quando se examina o período de 14 anos que vai de 1992 a 2006. É um crescimento presente em todos os estratos sociais, ainda que mais evidente entre os brasileiros de maior escolaridade e nível de renda e também entre os residentes em cidades de maior porte. (CRESPO, 2006, p.6).

Ainda segundo a mesma pesquisa, “o crescimento do nível de informação e de consciência – que foi excepcional e mesmo surpreendente, no período examinado - não corresponde, na mesma medida, um crescimento na disposição em participar ativamente da solução dos problemas ambientais” (2006, p.6). Como salientou Carvalho (2018) no Capítulo 2, apenas o convencimento racional não é suficiente para mobilizar uma mudança de atitude. Pesquisa recente realizada pelo Instituto Datafolha mostrou que 89% dos brasileiros consideram o aquecimento global um problema real e 72% entendem que a origem do problema é humana (GARCIA, 2019). Pesquisa semelhante foi realizada pelo mesmo instituto em 2010. Diferenças metodológicas não permitem comparação direta, mas sugerem que não houve avanço. O percentual de pessoas que se consideram bem informadas sobre o tema era de 34% em 2010, contra 28% em 2019. O percentual de pessoas que disseram nunca ter ouvido falar sobre aquecimento global era de 10% em 2010 e de 11% em 2019. Especialistas ouvidos pelo jornal afirmam que uma melhor difusão de informações sobre mudança do clima passa pela educação, comunicação e política.

Apesar da atenção crescente dada a temas como poluição, desmatamento e aquecimento global, o jornalismo ambiental enfrenta severos desafios no Brasil, afirmaram recentemente Mourão e Sturm (2018) em capítulo de livro sobre a cobertura ambiental na América Latina e no Caribe publicado nos Estados Unidos. Segundo as pesquisadoras da Michigan State University e da Texas University, faltariam aos repórteres brasileiros recursos para a produção

de reportagens em profundidade e suporte jurídico para proteger a liberdade de imprensa diante, inclusive, de ameaças físicas.

Internacionalmente o jornalismo ambiental é entendido como a cobertura jornalística especializada em temas ambientais, não apenas nos Estados Unidos (DETJEN, 2002). Antologia publicada por Acharya e Noronha (2010) traz uma série de artigos sobre a cobertura de temas ambientais na Índia e no Sul da Ásia. A obra é apresentada por Darryl D'Monte, jornalista indiano que já presidiu a extinta Federação Internacional de Jornalismo Ambiental (IFEJ, na sigla em inglês). Na China, o surgimento de um jornalismo ambiental investigativo, com a anuência do partido comunista chinês, foi discutido por Tong (2015). Na América Latina essa cobertura especializada também está presente, como demonstra manual lançado recentemente na Colômbia sobre a cobertura de desastres (RAMÍREZ, 2018). No Brasil, a imprensa (jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, portais de notícia, projetos independentes de jornalismo) cobre temas ambientais, no entanto, os jornalistas especializados que trabalham em grandes redações e os cerca de 30 serviços jornalísticos que acompanham a pauta ambiental com regularidade são insuficientes quando se leva em conta a dimensão territorial do país e o processo de devastação em todos os seus seis biomas descritos no capítulo anterior.

Uma análise quantiquantitativa de revistas e jornais realizada no Brasil pelo projeto Mídia e Amazônia, desenvolvido pela ANDI – Comunicação e Direitos em 2017, com o apoio da *Climate and Land Use Alliance* (CLUA), indentificou 721 notícias em 40 dias de monitoramento sobre emissão de gases de efeito estufa ou sobre mudanças climáticas propriamente ditas. Foram analisados pelo projeto seis jornais e quatro revistas semanais de circulação nacional, além de 38 jornais regionais⁴⁰. O estudo revelou ainda uma associação relativamente baixa entre o desmatamento e as mudanças climáticas (EMISSÕES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS, 2017).

Nem toda a cobertura de temas ambientais realizada no Brasil pode ser considerada especializada (abordagem de um tema em profundidade e qualificada produzida por um jornalista profissional especializado). No entanto, o jornalismo ambiental especializado é praticado em veículos de massa e em empreendimentos jornalísticos de pequeno porte. Os jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Valor Econômico têm jornalistas interessados e/ou especializados na cobertura de temas ambientais, assim como a Globo News e a TV Globo. O mesmo acontece nos sites Amazônia Real, Envolverde, Observatório do Clima

⁴⁰ Disponível em: <http://midiaeamazonia.andi.org.br/sites/default/files/universo_am_desmatamento.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

e Pública – Agência de Jornalismo Investigativo. O Quadro 4, construído a partir de informações que circularam na Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental nos últimos 20 anos, mostra um levantamento parcial de quem cobre temas ambientais no país. Devido às dificuldades de localizar jornalistas especializados e/ou interessados nos municípios menores, ainda não existe pesquisa publicada com quadro completo do jornalismo ambiental praticado em todo Brasil. O quadro a seguir contribui para preencher essa lacuna.

Quadro 4 – Quem cobre temas ambientais no Brasil

TELEVISÃO	
GLOBONEWS Programa Cidades e Soluções https://globosatplay.globo.com/globonews/cidades-e-solucoes/	André Trigueiro Fernando Gabeira Miriam Leitão
GLOBO Globo Repórter Fantástico Jornal Nacional	André Trigueiro Sônia Bridi Francisco José
TV CULTURA Repórter Eco (criado em fev. 1992) http://tvcultura.com.br/programas/reportereco/	Márcia Bongiovanni
RECORD NEWS Eco Record News Amazônia https://noticias.r7.com/record-news/conheca-o-programa-eco-record-news-amazonia-18022020	Viviane Barbosa
CANAL FUTURA Um pé de quê? http://www.umpedeque.com.br/	Regina Casé
TV BRASIL Amazônia Legal https://tvbrasil.ebc.com.br/amazonia-legal Nova Amazônia http://tvbrasil.ebc.com.br/novaamazonia	
EPTV / GLOBO CAMPINAS Terra da Gente http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/	
TV JUSTIÇA Momento Ambiental http://www.tvjustica.jus.br/index/ver-detalle-programa/idPrograma/322103	
JORNAL DIÁRIO	
O Estado de S.Paulo https://sustentabilidade.estadao.com.br/	Giovana Girardi
Valor Econômico https://www.valor.com.br/colunistas/Daniela%20Chiaretti	Daniela Chiaretti
Folha de S.Paulo https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/	Marcelo Leite Ana Carolina Amaral Fabiano Maiosonnave
O Globo	Ana Lúcia Azevedo Miriam Leitão
Zero Hora https://gauchazh.clicrbs.com.br/ultimas-noticias/tag/meio-ambiente/	Humberto Trezzi Rodrigo Lopes
Correio do Povo	Simone Schmidt Veridiana Dalla Vechia
Jornal do Comércio	Patrícia Comunello
JORNAL MENSAL ESPECIALIZADO	

Folha do Meio Ambiente (Mensal, criado em junho de 1989; desde janeiro de 2016 somente online) http://www.folhadomeio.com.br/fma_nova/index.php	Silvestre e Rodrigo Gorgulho
OUTROS JORNAIS MENSAIS	
Já Porto Alegre http://www.jornalja.com.br/	Elmar Bones
Extra Classe https://www.extraclasse.org.br/tag/ambiente/	Gilson Camargo
REVISTAS ESPECIALIZADAS	
Eco 21 (dez. 1990) https://eco21.eco.br/	Lúcia Chayb e René Capriles
Senac Ambiental (1992) http://www.dn.senac.br/imprensa/revistas/senac-ambiental/	Fausto Rêgo
Planeta https://www.revistaplaneta.com.br	
Meio Ambiente Industrial & Sustentabilidade (Mai. 1996) http://rmai.com.br	Criada por Júlio Tocalino Neto, foi vendida em 2015 para o grupo italiano Tecniche Nuove e atualmente é editada por Giulio Rossi. Contato: Sofia Jucon (sofia.jucon@bmcomm.com.br)
National Geographic Brasil (mai.2000) https://www.nationalgeographicbrasil.com/revista	
Página 22 (set.2006) http://pagina22.com.br/	Amália Safatle
Revista Ecológico (out.2008) (Mensal, digital) http://revistaecologico.com.br/revista/	Hiram Firmino
Plurale em Revista https://www.plurale.com.br/site/revista-digital.php	Sônia Araripe
OUTRAS REVISTAS	
Pesquisa Fapesp http://revistapesquisa.fapesp.br/	
Ciência Hoje http://cienciahoje.org.br/	
Superinteressante https://super.abril.com.br/	
Galileu https://revistagalileu.globo.com/	
ComCiência http://www.comciencia.br/	
Vida Simples https://vidasimples.co/	
Piauí https://piaui.folha.uol.com.br/	Bernardo Esteves Consuelo Dieguez
Proteção (Novo Hamburgo, RS) http://www.protecao.com.br/home/	
Emergência (Novo Hamburgo, RS) www.revistaemergencia.com.br	
Ecoturismo (2005) http://revistaecoturismo.com.br	
SITES ESPECIALIZADOS	
Agência Envolverde (jan.1998) http://envolverde.cartacapital.com.br/	Adalberto Marcondes
O Eco (ago.2004) https://www.oeco.org.br/	Marcos Sá Correia
Infoamazônia (jun.2012) https://infoamazonia.org	Gustavo Faleiros
Agência Amazônia Real (out.2013)	Kátia Brasil e Elaíze Farias

http://amazoniareal.com.br/	
Conexão Planeta http://conexaoplaneta.com.br/	Mônica Nunes, Marina Maciel e Suzana Camargo
Pública – Agência de Jornalismo Investigativo (2011) https://apublica.org/	Natália Viana e Marina Amaral
Agência Fapesp http://www.agencia.fapesp.br	
Nexo Jornal https://www.nexojornal.com.br/	Conrado Corsalette Denis R. Burgierman
Repórter Brasil (2001) https://reporterbrasil.org.br/	Leonardo Sakamoto
Direto da Ciência http://www.diretodaciencia.com	Maurício Tuffani
Ecoagência (jan.2003) http://www.ecoagencia.com.br	Eliege Fante e Ulisses Nenê
Fauna News http://www.faananews.com.br/	Dimas Marques
Agência Eco Nordeste (jan.2019) http://agenciaeconordeste.com.br/	Maristela Crispim
Notícia Sustentável (segundo semestre de 2019) https://www.noticiasustentavel.com.br/	Murilo Gitel
Eco Debate https://www.ecodebate.com.br/	Henrique Cortez
Ambiental Media http://ambiental.media/	
Ecoinforme http://ecoinforme.com.br/	Joel Leite
Plurale https://www.plurale.com.br/	
OUTROS SITES	
G1 https://g1.globo.com/natureza/ Blog da Amélia Gonzalez https://g1.globo.com/natureza/blog/amelia-gonzalez/	
UOL Ecoa – por um mundo melhor https://www.uol.com.br/ecoa/	
Colabora https://projetcolabora.com.br/tema/meio-ambiente/	
Brasil de fato https://www.brasildefato.com.br/	
Carta Maior https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Mae-Terra/3	
Instituto Humanitas Unisinos / Adital http://www.ihu.unisinos.br/	
Periferia em Movimento http://periferiaemmovimento.com.br/categoria/conteudo/reportagens/meio-ambiente/	
Sul 21 https://www.sul21.com.br/	
Século Diário https://seculodiario.com.br/public/jornal/materias/categorias/meio-ambiente	Fernanda Couzemenco Geraldo Hasse
Volt Data Lab https://www.voltdata.info/	
Fique Sabendo http://www.fiquemsabendo.com.br/category/meio-ambiente/	
Agência Livre.jor http://livre.jor.br/	

Coletivo Catarse http://coletivocatarse.com.br/	
Jornalistas Livres https://jornalistaslivres.org/	
Outras Palavras https://outraspalavras.net/	
Terra sem Males http://www.terrasemmale.com.br/	
De olho nos ruralistas https://deolhonosruralistas.com.br/	Alceu Castilho
Amazônia Latitude https://amazonialatitude.com/	
Matinal Jornalismo https://matinaljornalismo.com.br/	Naira Hofmeister
SERVIÇOS ESTRANGEIROS	
Agência Inter Press Service (IPS) http://www.ipsnoticias.net/	Mário Osava
El País Brasil https://brasil.elpais.com/	Eliane Brum
The Intercept Brasil https://theintercept.com/brasil/	Leandro Demori
Mongabay https://brasil.mongabay.com/	
Deutsche Welle Brasil https://www.dw.com/pt-br/noticias/s-7111	
Rádio França Internacional Brasil http://br.rfi.fr/	
BBC Brasil https://www.bbc.com/portuguese	
Pulsar Brasil http://brasil.agenciapulsar.org/category/meio-ambiente/	
Le Monde Diplomatique Brasil (2007) https://diplomatique.org.br/	Silvio Caccia Bava
BLOGS E SITES DE JORNALISTAS	
André Trigueiro https://mundosustentavel.com.br/	Rio de Janeiro
Giovana Girardi https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/	São Paulo
Alexandre Mansur https://exame.abril.com.br/blog/ideias-renovaveis/	
Liana John http://www.camirim.com.br/	Campinas
Maria Zulmira de Souza https://www.planetariacom.net/ https://www.youtube.com/channel/UC2BEwjZYuOfAIIa5-0kqC7A/featured	São Paulo
Ana Carolina Amaral http://ambiencia.blogfolha.uol.com.br/	São Paulo
Lúcio Flávio Pinto http://www.lucioflaviopinto.com/ https://lucioflaviopinto.wordpress.com	Pará
João Batista Santafé Aguiar https://agirazul.com/	Rio Grande do Sul
Isis Nóbile Diniz http://scienceblogs.com.br/xixxis/	São Paulo
Fernando Gabeira http://gabeira.com.br/	Rio de Janeiro
Eliane Brum http://desacontecimentos.com/	São Paulo

Altino Machado http://www.altinomachado.com.br	Acre
João Lara Mesquita https://marsemfim.com.br/	São Paulo
Rosana Jatobá http://www.universojatoba.com.br/	Rio de Janeiro
Ricardo Voltolini https://www.ideiasustentavel.com.br/	São Paulo
Cecy Oliveira http://www.aguaonline.com.br/	Porto Alegre
Silvia Marcuzzo https://www.facebook.com/silvia.franzmarcuzzo	Porto Alegre
Aldem Bourscheit https://us15.campaign-archive.com/?u=05a6c213e17dbfc06f6661e28&id=f716cdcee8	Brasília
Sucena Shkrada Resk (2007) https://cidadaosdomundo.webnode.com	São Paulo
Jaqueline B. Ramos http://ambientesecom.blogspot.com/	
Reinaldo Canto http://ecocanto21.com.br/	São Paulo
Maria Nilda http://www.deslocamentocriativo.com.br/	São Paulo
RÁDIO	
Natureza Viva (1992) http://radios.ebc.com.br/natureza-viva http://radios.ebc.com.br/nacionalamazonia http://35nacionalamazonia.blogspot.com/2012/08/natureza-viva.html	Mara Regia
Vozes do Planeta / Rádio Vozes https://radiovozes.com/vozes-do-planeta	Paulina Chamorro
Mundo Sustentável – Podcast https://mundosustentavel.com.br/podcast/	André Trigueiro
Não tem Fora / Podcast do jornal Correio do Povo https://open.spotify.com/show/5CsQ7FSpmM737e0k9jmDZNY	Veridiana Dalla Vechia
Salão Verde / Rádio Câmara http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/programa/168-SALAO-VERDE.html	
Uirapuru Ecologia (Passo Fundo, RS) http://rduirapuru.com.br/meio-ambiente/ Sábado, das 11h às 12h.	Ivanildo Tasca
Rádio Yandé (RJ) http://radioyande.com	Renata (jornalista) renata@radioyande.com
Globo Natureza / Rádio Globo https://radioglobo.globo.com/quadros/quadro/285/globo-natureza.htm	Rosana Jatobá
Agência Radioweb https://agenciaradioweb.com.br	Paulo Gilvane
SERVIÇOS INFORMATIVOS DE FONTES	
Observatório do Clima http://www.observatoriodoclima.eco.br/	
Amazônia Notícia e Informação https://amazonia.org.br/	
Instituto Socioambiental https://www.socioambiental.org/pt-br	
Instituto Centro de Vida – ICV (MT) https://www.icv.org.br/	
Ecoa – Ecologia em Ação (MS) http://ecoa.org.br/	
Greenpeace Brasil	

https://www.greenpeace.org/brasil/imprensa/	
SOS Mata Atlântica https://www.sosma.org.br/noticias/	
WWF Brasil https://www.wwf.org.br/	
Conservation International Brasil https://www.conservation.org/global/brasil/noticias/Pages/default.aspx	
AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia http://aspta.org.br/	
Instituto Escolhas http://www.escolhas.org/	
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável http://cebds.org/	
Instituto Trata Brasil http://tratabrasil.org.br/	
Canal Ibase http://www.canalibase.org.br/	
Imazon https://imazon.org.br/imprensa/	
Agapan http://www.agapan.org.br/	
Apedema RS https://apedemars.wordpress.com/	
Movimento Roessler http://movimentoroessler.org/projetos/jornal-do-roessler/	
Instituto Mira-Serra http://miraserra.org.br/	
Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá) http://www.gamba.org.br/category/noticias	
Observatório da Sociedade Civil http://observatoriosc.org.br/noticia/	
Itaipu http://www2.webradioagua.org/	
Planeta Orgânico http://www.planetaorganico.com.br	
Mobilize – Mobilidade Urbana Sustentável https://www.mobilize.org.br/	

Fonte: Mapeamento realizado pelo autor a partir de informações da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental

A cobertura qualificada de temas ambientais vem sendo incentivada por diversos prêmios jornalísticos no Brasil. O pioneiro nacional foi o Prêmio de Reportagem Sobre a Biodiversidade da Mata Atlântica (1999-2010), criado pelo jornalista Haroldo Castro e promovido pela Conservation International (CI) e pela SOS Mata Atlântica. O extinto Prêmio Esso, premiação de referência no país, concedeu o primeiro lugar da categoria Informação Científica, Tecnológica e Ambiental para duas reportagens produzidas por jornalistas especializados em temas ambientais: No Topo do Mundo (Valor Econômico, 2010), reportagem sobre o efeito das mudanças do clima no Ártico escrita por Daniela Chiaretti a bordo de um navio da Greenpeace; e Líquido e incerto: o futuro dos recursos hídricos no Brasil (Folha de S.Paulo, 2015), produzida por Marcelo Leite, Lalo de Almeida, Eduardo Geraque, Fernando Canzian, Rafael Garcia e Dimmi Amora.

Diante das limitações atuais de pessoas e de dinheiro que caracterizam as redações jornalísticas, o repórter Eduardo Geraque entende que “uma publicação [premiada] como a da crise hídrica, com uma quantidade grande de gente envolvida e com muitos deslocamentos de repórteres e fotógrafos pelo país, surge apenas com total envolvimento das instâncias superiores do jornal” (GERAQUE, 2018, p.45). Ainda segundo o jornalista, há sempre uma diferença entre a reportagem planejada e o material de fato publicado.

Reportagens complexas, mesmo depois da tomada de decisão de que elas realmente devem ser feitas, estão 100% das vezes sujeitas a orçamentos pequenos e, principalmente, a um curto período de tempo para serem produzidas e redigidas. Essas limitações fazem com que a pauta pensada e discutida, em quase todos os casos, não possa ser cumprida à risca. A leitura das reportagens do especial mostra de forma clara que não existe perfeição. A transformação do mundo ideal, teorizado, para aquilo que acaba sendo publicado, sempre vai gerar um frio na barriga. No caso de Líquido e Incerto, os repórteres tiveram algumas semanas para entregar seus textos. O que mostra mais uma vez como é importante que exista uma boa pauta, com perguntas coerentes e precisas. Mais do que isso, se o treino para se ter um olhar transversal não for feito todos os dias, mas apenas nas reportagens carimbadas como especiais, os caminhos ficarão mais longos. (GERAQUE, 2018, p.46).

Além do extinto Prêmio Esso, que destacou a reportagem cujo processo de produção é analisado por Eduardo Geraque no livro *Jornalismo ambiental: teoria e prática* (2018), o Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos também tem premiado reportagens especiais sobre temas ambientais, caso da 41ª edição⁴¹ que concedeu duas menções honrosas para reportagens ambientais: *O meio ambiente como estorvo* (Produção Jornalística em Texto), publicada por Bernardo Esteves na edição 153 (jun. 2019) da revista *Piauí*; e *Chico Mendes, a voz que não cala* (Produção Jornalística em Áudio), trabalho realizado por Sarah Oliveira Fernandes e Danilo Ramos para o Brasil de Fato de Santo André (SP). Até o ano de 2019 existiam sete prêmios regionais de jornalismo ambiental: Prêmio José Lutzenberger de Jornalismo Ambiental; Prêmio Octávio Brandão de Jornalismo Ambiental; Prêmio IMA de Jornalismo Ambiental; Prêmio Unochapecó-Caixa de Jornalismo Ambiental; Prêmio Prolagos de Jornalismo Ambiental; Prêmio Águas Guariroba de Jornalismo Ambiental; e Prêmio Ambiental de Jornalismo Águas de Teresina.

Uma das primeiras vezes em que o termo jornalismo ambiental apareceu no Brasil foi dando nome a um evento realizado na capital paulista entre os dias 25 e 27 de outubro de 1991,

⁴¹ A lista completa das reportagens premiadas na 41ª edição do Prêmio Vladimir Herzog está disponível aqui: < <http://premiomvladimirherzog.org/vencedores-do-41o-premio-vladimir-herzog/> >. Acesso em: 12 abr.2020.

o Seminário Internacional sobre Jornalismo Ambiental, promovido pela Funatura, *The Center for Foreign Journalists* e Companhia Energética de São Paulo. Meses depois ele também foi usado na tradução da *Belo Horizonte Declaration*, carta do Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento – *Green Press*, realizado entre os dias 20 e 24 de maio de 1992, com a presença de 955 jornalistas de 30 países, um dos eventos oficiais que antecederam a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Uma das recomendações era buscar recursos para a constituição de uma rede mundial de *jornalismo ambiental* (CARTA DE BELO HORIZONTE, 2004, grifo nosso). Tal rede chegou a ser criada formalmente e funcionou durante cerca de uma década com o nome de Federação Internacional de Jornalismo Ambiental, com sede administrativa em Paris. Ela deixou de existir por falta de entendimento entre seus membros.

O termo também foi utilizado na apresentação do livro *Dez Dicas Práticas para Reportagens sobre o Meio Ambiente*, primeiro manual de jornalismo ambiental a circular no Brasil, distribuído no país pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) em 1994, e republicado em 1998 pelo Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul. “O jornalismo ambiental é um fenômeno relativamente recente. Trinta anos atrás, poucos repórteres escreviam com profundidade sobre esse tema” (NELSON, 1994, p.9). Em seu manual, publicado originalmente nos Estados Unidos, há uma concepção de jornalismo que defende uma postura, segundo o autor, equilibrada do profissional de grandes veículos.

Um jornalista que escreva para uma revista de meio ambiente talvez concorde com a necessidade de advogar abertamente em favor das causas ambientais. Mas, na opinião de muitos profissionais, os repórteres que trabalham para grandes veículos desempenharão melhor seu papel e prestarão um melhor serviço aos leitores e telespectadores *se não abraçarem nenhuma causa*. Ninguém é a favor da poluição, mas há diferenças de opinião quanto ao que fazer a esse respeito, e quanto ao custo-benefício dos programas de despoluição. São assuntos sobre os quais é legítimo discordar. O mundo está cheio de opiniões conflitantes. [...] Os jornalistas não devem impor seus valores ao redigir uma reportagem. (NELSON, 1994, p.49, grifo nosso).

Avaliar criticamente a cobertura jornalística dos temas ambientais no Brasil, com mais ou menos engajamento e ativismo, foi uma das motivações que levou à criação da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA), no segundo semestre de 1998⁴², ajudando a consolidar o termo jornalismo ambiental no Brasil. Não há uma data precisa porque nos seus

⁴² Quando era repórter de meio ambiente da Rádio Gaúcha e integrante do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, o pesquisador foi um dos criadores da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental juntamente com o jornalista João Batista Santafé Aguiar, da organização não governamental Pangea e da revista *Agir Azul*.

primeiros meses de vida foram várias tentativas de configuração. A sua formatação, como uma rede de e-mails de jornalistas interessados na temática ambiental, ocorreu depois de vários encontros presenciais e de alguns anos de experimentação online nas conferências eletrônicas do Alternex, serviço pioneiro de comunicação digital lançado em 1992 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Além da troca de experiências e ajuda profissional, era também objetivo original da RBJA avaliar a qualidade do jornalismo ambiental brasileiro. Este viés crítico é característico do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJRS), entidade responsável, junto com a Pangea/Agir Azul, pelos primeiros anos de vida da rede (BELMONTE, 2020). Em 2017, a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental foi formalizada juridicamente como Organização da Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos em São Paulo (SP). Por meio da RBJA, sete congressos nacionais de jornalismo ambiental já foram realizados em seis cidades: Santos (2005), Porto Alegre (2007), Cuiabá (2010), Rio de Janeiro (2011), Brasília (2013) e São Paulo (2015 e 2019).

O jornalismo ambiental também passou a fazer parte dos cursos de graduação de jornalismo. A disciplina pioneira surgiu em formato de laboratório em 2003/2 na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e depois passou a ser ofertada como disciplina eletiva (GIRARDI, 2004). Atualmente, a temática ambiental está presente em boa parte dos cursos de jornalismo das universidades públicas da Região Sul (GERN, 2017).

Em 2008, foi registrado o Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental - CNPq/UFRGS (GPJA). O GPJA já organizou quatro encontros nacionais de pesquisadores em jornalismo ambiental no Rio de Janeiro (2011), Porto Alegre (2014 e 2018) e São Paulo (2015). Entre 2005 e 2017, 20 teses de doutorado foram defendidas no Brasil tratando direta ou indiretamente do jornalismo ambiental (Anexo A).

Na época da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, quando a especialização em temas relacionados ao ambiente foi amplamente disseminada pelo jornalismo brasileiro, dois termos eram usados para a denominação do profissional que atuava nessa nova área: jornalista ambiental e ecojornalista. O primeiro, mais próximo do jornalismo científico, era influenciado pelo jornalismo estadunidense onde foi criada em 1990 a Sociedade de Jornalistas Ambientais (SEJ, na sigla em inglês). O segundo, mais alinhado ao movimento ecologista, ganhou destaque no país com a criação, também em 1990, do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, primeira entidade brasileira a congregar jornalistas engajados na luta ambiental. Ambos, o jornalista ambiental e o ecojornalista, eram considerados entre seus pares como jornalistas especializados.

O Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul utiliza o termo ecojornalismo como sinônimo de jornalismo ambiental: “Hoje o NEJRS é uma ONG que se constitui em referência nacional sobre jornalismo ambiental, com participação ativa nos principais eventos relacionados ao tema” (O NEJ, 2008). A distinção entre os termos também não foi feita por Girardi (2004, p.203) quando apresentou a primeira disciplina de jornalismo ambiental implantada no Brasil: “Este texto tem como proposta demonstrar a dimensão educativa do ecojornalismo a partir do relato da experiência da implantação da Disciplina Jornalismo Ambiental”. No entanto, o termo ecojornalista tem uma carga semântica diferente, como constata Petrarca (2008) em estudo sociológico sobre os ecojornalistas no Rio Grande do Sul.

A utilização do termo ‘eco jornalista’, ou ‘jornalista ambientalista’, representava uma importante estratégia para romper com os jornais comerciais e vincular o jornalismo a defesa do meio ambiente, tornando-o mais próximo dos interesses do movimento ecológico. (PETRARCA, 2008, p.38-39).

Essa proximidade com o movimento ecológico não era bem vista por parte dos jornalistas da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), como demonstrou a inclusão do termo ecojornalista em uma lista de vinte coisas consideradas “nada mais chato que...” publicada em importante coluna do jornal Zero Hora no dia 3 de julho de 1995 (STERZI, MARTINS FILHO, TEIXEIRA, 1995, p. 3). A lista incluía também sindicalista com e sem a língua presa. O jornal acabou publicando seis cartas de desagravo nos dias 10 e 16 de julho do mesmo ano, duas delas vindas do exterior, resultado da utilização pioneira que os ecojornalistas faziam da internet.

Fora do Rio Grande do Sul, o termo jornalismo ecológico também era usado para designar essa proximidade do jornalismo com os movimentos ecológicos, como nessa manifestação feita pelo jornalista Fernando Gabeira em sua palestra no Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) em 1989, evento que influenciou a criação do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul.

Um outro obstáculo que eu acho, também, fundamental no Brasil é a falta de investimento dos patrões no processo de formação dos jornalistas que cuidam do meio ambiente. Eu observo que isso foi uma iniciativa dos próprios jornalistas. Os patrões jamais, ou em pouquíssimos casos, se preocupam em formar gente no Brasil. Eu acho que o *jornalismo ecológico* no Brasil está chegando a um impasse parecido com o do movimento ecológico. Nós denunciemos demais. Nós estamos com quase todas as grandes denúncias do Brasil mapeadas, mas temos pouquíssimas soluções para os problemas que nós denunciemos. (GABEIRA, 1989, p.52, grifo nosso).

O termo jornalismo ecológico citado por Gabeira (1989) também foi uma das designações utilizadas na Espanha para descrever o jornalismo especializado em temas ambientais. No entanto, prevaleceu o uso de jornalismo ambiental para evitar a carga semântica militante embutida no termo ecológico.

A finales de 1994 ya apareció el vocablo fijado en la Asociación de Periodistas de Información Ambiental (APIA). Con ello, los profesionales de la especialidad se desvinculaban de las confusiones que podía acarrear el nombre “ecológico” por su carga ideológica y se reafirmaban en lo ambiental como un ejercicio profesional. (FERNÁNDEZ-REYES, 2003, p.148).

O termo ambiental acabou prevalecendo na Espanha e também no Brasil. “*Lo ecológico, en cambio, resulta más conflictivo pues se asocia a ideología, compromiso, adoctrinamiento, dogma, militancia, lucha, etc. Es sin duda, un término cargado de intencionalidad y hasta de resonancias revolucionarias para muchos*” (FERNÁNDEZ, 1995 apud FERNÁNDEZ, 2003, p.147). Tal distinção semântica entre o ambiental e o ecológico também foi citada por Carvalho (2018) no Capítulo 2 quando ela explica que preferiu o termo epistemologias ecológicas à epistemologia ambiental porque para ela a ideia de ecológico estaria mais relacionada a um contexto sistêmico, de uma continuidade entre humanos e não humanos, já o ambiental pareceria, segundo ela, muito humanizado.

O modo como um jornalista se apresenta, ressaltando seu lado profissional ou seu lado militante, depende do seu maior ou menor engajamento com o movimento ecológico. “O engajamento dos jornalistas com a problemática ambiental e as relações estabelecidas com membros do movimento ambiental contribuem para certas modificações no eu do jornalista e em seu esquema de imagens para julgar a si e aos outros” (PETRARCA, 2008, p.43-44). Ainda segundo a socióloga que estudou os ecojornalistas gaúchos, esses jornalistas buscariam uma posição na fronteira entre as regras do jornalismo e a questão ambiental.

Esses jornalistas constroem uma posição de ‘mediadores’, de ‘especialistas’ que conhecem os mecanismos de funcionamento da imprensa e fazem a ponte entre movimento ambiental e a imprensa cotidiana, jornalistas que, ao mesmo tempo, conhecem os problemas do movimento ambiental e por isso podem falar sobre o meio ambiente com mais propriedade que os demais jornalistas. (PETRARCA, 2008, p.49-50).

No Brasil, assim como na Espanha, o termo ecojornalista ou ecojornalismo vem sendo silenciado. No entanto, a carga ativista do afixo eco está presente na definição de jornalismo ambiental desenvolvida não apenas por Girardi et al.(2012), mas também por Frome (2012) e Tong (2015), e também na prática de vários jornalistas especializados que atuam muitas vezes

assumindo uma postura midiativista, indo além da mediação de informação, agindo claramente como militantes para alterar a realidade social estabelecida.

Midiativismo só se faz com midiativistas, sujeitos portadores de uma vontade solidária, que empreendem ações diretas transgressivas e intencionais, e veem as próprias capacidades de intervenção social, antes localizadas, sendo potencializadas. Isso, por meio de um registro midiático que visa necessariamente amplificar conhecimento, espriar informação, marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa. (BRAIGHI; CÂMARA, 2018, 36).

Ainda segundo os mesmos autores, o midiativista utiliza o registro midiático para potencializar uma ação direta, construindo conhecimento por meio de uma narrativa paralela à da mídia corporativa de massa. “O midiativismo é o que se faz dele, desde que não se perca de vista o propósito de mudança social, o efetivo envolvimento e que se mantenha a transgressão solidária como norte” (BRAIGHI, CÂMARA, 2018, p.39). Estudo recente realizado por Moraes e Fante (2018) identificou três tipos de midiativismo ambiental em Porto Alegre: nas entidades ambientalistas com assento em fóruns e conselhos; na atuação individual de ambientalistas em blogs e rede social; e em parceiros, como comunicadores, com atuação profissional engajada nas questões ambientais, entre eles o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul.

Constatamos que a finalidade da atuação midiativista ambiental em Porto Alegre é tanto alcançar a atenção do maior número possível de pessoas – especialmente para públicos além do próprio grupo de apoiadores e simpatizantes, quanto de agendar a grande imprensa e fornecer as informações ambientais. O discurso mais comum é de contraponto ao da mídia hegemônica, porém pode ser, ademais, de ampliação e aprofundamento do conteúdo difundido pela imprensa. (MORAES; FANTE; 2018, p.353).

Na mesma linha de pensamento, Girardi et al. (2011, p.108) entendem que “os jornalistas ambientais têm o intuito de conduzir os seus públicos à ação, contribuindo com a diminuição das agressões ambientais e tentando preservar a qualidade de vida”. No Brasil megadiverso, o jornalismo ambiental é claramente ativista e esta característica está presente tanto nos serviços jornalísticos alternativos quanto na grande imprensa, caso, por exemplo, do podcast Mundo Sustentável, de André Trigueiro, e em diversas intervenções do jornalista no canal fechado de televisão Globo News.

Outro exemplo de ativismo é o da jornalista Miriam Leitão, também do Grupo Globo. No dia 17 de janeiro de 2019, ela usou seu prestígio como jornalista para denunciar no jornal O Globo, utilizando texto em primeira pessoa (Figura 5), que terras indígenas estavam sendo

invasoras por fazendeiros no Maranhão baseada em depoimento do cacique da aldeia Maçaranbuda (LEITÃO, 2019). Nenhuma outra fonte foi citada, mostrando a intenção ativista da jornalista de querer alterar uma realidade social por meio de sua ação no jornalismo.

Figura 5 – Denúncia de Miriam Leitão

O GLOBO | Quinta-feira 17.1.2019 País | 9

Indígenas denunciam invasão de terras no Maranhão

Fazendeiros já se instalam na região da tribo Awá Guajá, onde houve retirada de ocupantes ilegais em 2014

MIRIAM LEITÃO
miriamleitao@globo.com.br

A Terra Indígena dos Awá Guajá, na qual houve a desintrusão (retirada de ocupantes ilegais) em 2014, está sendo novamente invadida. Há fazendeiros já instalados, árvores foram derrubadas e rebanhos estão pastando por lá.

Nas últimas horas mantive vários contatos com uma liderança indígena no Maranhão na terra ao lado de onde estive em 2013 fazendo uma reportagem para O GLOBO junto com o fotógrafo Sebastião Salgado. Falei também com outras pessoas da área.

Os Awá Guajá são definidos pela Funai como "de recente contato". A maioria só fala Guajá. Antonio Guajajara, da Terra Caru, falou que eles estão correndo extremo perigo. Existem também, desse mesmo povo, alguns grupos isolados, os quais, os que recusam contato.

No Maranhão, os remanescentes de Floresta Amazônica estão em três terras indígenas: Awá Guajá, na qual fiz a reportagem, Caru, onde vivem os Guajajara e onde tem mais duas aldeias de Awá e a TI Alto Turiaçu onde vivem os Kalapor.

GUARDIÕES
Os Guajajara, depois da desintrusão, formaram dois grupos de vigilantes: os Guardiões da Floresta, e as Guerrelhas da Floresta, para fiscalização e conscientização da importância da preservação.

Neste fim de semana foram feitas reuniões de grileiros para planejar novas invasões, segundo informação que eu consegui com moradores da região.



Usurpação. Índios da tribo Awá Guajá denunciam invasão de terras por fazendeiros, que derrubaram árvores e criaram pasto para rebanho em área de proteção



ÁREAS DE PROTEÇÃO



Fonte: Funai
Editora de Arte

Fonte: Jornal O Globo, 17 jan. 2019

Com a criação do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS) registrado em 2008 para realizar estudos que venham a contribuir com a constituição de um referencial teórico para a área sintonizado com paradigmas emergentes, um esforço começou a ser feito para que o jornalismo ambiental deixasse de ser apenas um termo e passasse a ter um conceito prescritivo que contemplasse o engajamento dos jornalistas, aparentemente evitado na concepção jornalística defendida por Nelson (1994).

Não há uma definição consensual sobre jornalismo ambiental e o que afeta diretamente sua prática. Embora existam casos em que ele é tido como uma especialidade ou especialização jornalística, relacionada à cobertura de temas

ambientais, entendemos que o jornalismo ambiental extrapola a ideia de ser uma cobertura centrada nos assuntos de meio ambiente. A concepção é outra, independente, baseada na pluralidade de vozes e na visão sistêmica, para além de uma cobertura factual ou programada. (GIRARDI et al., 2012, p.137).

O jornalismo ambiental, segundo esse conceito prescritivo, precisa ser sistêmico e baseado na pluralidade de vozes. Ser sistêmico, na prática, significa que o repórter deve tentar perceber o fenômeno principal da pauta associado a outros fenômenos, e que só assim, tentando perceber o todo, será capaz de apresentar de maneira aprofundada os problemas com causas, consequências e possíveis soluções. Daí também a necessidade de uma diversidade de fontes. A pluralidade de vozes e a visão sistêmica se enquadram no que os autores citados anteriormente entendem por jornalismo especializado, aquele que apresenta uma abordagem aprofundada e qualificada de um tema. A cobertura factual dificilmente dá conta desse desafio. Por isso o jornalismo ambiental privilegia reportagens em profundidade. Ele é mais difícil de ser encontrado no noticiário fragmentado do jornalismo diário, com raras exceções, caso das notícias exclusivas com repercussão na sociedade e da cobertura regular realizada por sites especializados como O Eco, lançado em 2004.

Segundo Girardi, Loose e Silva (2018), o jornalismo ambiental requer contextualização, pluralidade de vozes, saber ambiental, cobertura sistêmica, apresentação de soluções e responsabilidade com a mudança do pensamento diante das injustiças e desigualdades ambientais. O conceito do Grupo de Pesquisa da UFRGS incorpora o ethos engajado do jornalismo ambiental proposto por Bueno (2007).

O jornalismo ambiental deve propor-se política, social e culturalmente engajado, porque só desta forma conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interesses. (BUENO, 2007, p.29).

Ainda segundo o mesmo autor, a pauta ambiental surgiria de uma militância cívica. Ela não apenas informa, mas também teria uma função pedagógica garantindo condições para que o cidadão comum participe do debate ambiental (BUENO, 2007). Para Girardi et al. (2012, p. 138), o jornalismo ambiental “demanda a ampliação do número de fontes, a profundidade do conteúdo, a abordagem qualificada e plural, inerentes ao compromisso social, eixo primordial do fazer jornalístico”. No entendimento de Camana e Almeida (2017, p.38), “*en una perspectiva pos-contruccionista, el Periodismo Ambiental se configuraria como una práctica marcada por coberturas sistemáticas y complejas, que se independizan de acontecimientos puntuales*”. O

jornalista ambiental seria aquele que informa com a intenção de transformar, mobilizar e promover o debate.

O jornalismo ambiental, partindo de um tema específico (mas transversal), visa ser transformador, mobilizador e promotor de debate por meio de informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade plena. Para sua concretização é necessário buscar respaldo em olhares mais abrangentes, que possibilitem ver as conexões, superar a fragmentação reiterada. Fundem-se, desta forma, a natureza do jornalismo especializado com as demandas socioambientais que acabam por compor o horizonte de reflexão dos paradigmas emergentes. (GIRARDI et al., 2012, p.148).

Com o objetivo de averiguar se esse conceito apresentado acima já era reconhecido pelos profissionais, o Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental - GPJA (CNPq / UFRGS) realizou pesquisa, entre 2014 e 2018, sobre o jornalismo ambiental na concepção dos jornalistas que fazem a cobertura de meio ambiente na América Latina, Caribe, Portugal, Espanha e países africanos de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe). No Brasil, 41 jornalistas responderam ao questionário eletrônico disponibilizado em redes sociais e sites (GIRARDI *et al.*, 2018a). Descobriu-se que muitos profissionais entendem o jornalismo ambiental apenas como uma especialização temática, sem engajamento. Os resultados dessa pesquisa internacional ajudaram a mostrar a necessidade de aprofundar os estudos do jornalismo ambiental no Brasil. Para disseminar o ensino do jornalismo ambiental nos cursos de graduação, o GPJA publicou recentemente o e-book *Jornalismo ambiental: teoria e prática* (GIRARDI et al., 2018b).

A postura militante (BUENO, 2007) e a intenção de transformar (GIRARDI et al., 2012) estão presentes em outra obra escrita nos Estados Unidos e trazida para o Brasil, desta vez pela Universidade Federal do Paraná e pela Fundação O Boticário. Trata-se do livro em formato de cartilha do jornalista Michael Frome.

O jornalismo ambiental é diferente do jornalismo tradicional. Ele é jogado segundo regras baseadas em uma consciência diferente daquela predominante na sociedade. Ele é mais do que uma forma de fazer reportagens e escrever, mas uma forma de viver, de olhar para o mundo e para si próprio. Ele começa com um conceito de serviço social, dá voz à luta e às demandas e se expressa com honestidade, credibilidade e finalidade. Ele quase sempre envolve, de alguma forma, em algum lugar, riscos e sacrifícios. (FROME, 2008, p.60).

Ainda segundo o mesmo autor, o jornalismo ambiental “deve ser claro e compreensível, baseado em dados precisos e pesquisa extensa, sem deixar de refletir a imaginação do autor, seus sentimentos mais profundos e seu desejo de promover a causa de um mundo melhor”

(FROME, 2008, p. 63). Na mesma linha argumentam Girardi et al. (2012, p.149) quando dizem que o jornalismo ambiental reconhece os princípios do jornalismo científico, “mas ultrapassa-o ao se propor sistêmico e complexo, fundamentado em uma ética e em uma cidadania ambiental, a ponto de sugerir que o ambiental, em sua transversalidade, ‘contamine’, ainda, as demais editorias”. Essa noção de jornalismo engajado também está presente entre os jornalistas chineses que praticam o jornalismo ambiental investigativo (TONG, 2015), um método de apuração também presente na cobertura especializada de temas ambientais realizada no Brasil, principalmente nos serviços independentes de jornalismo.

Pesquisa recente desenvolvida por Tong (2015) mostrou a importância do jornalismo ambiental investigativo na China. Devido à grave situação ambiental do país, o governo central incentivaria desde a última década do século passado uma abordagem investigativa da poluição para acelerar mudanças de postura da sociedade chinesa. Depois de realizar entrevistas em profundidade com 42 repórteres chineses que trabalharam com investigação de temas ambientais na China, a pesquisadora concluiu que os participantes precisam possuir quatro tipos de conhecimento para entender os tópicos que relatam: conhecimento especializado, experiencial, esquemático e de julgamento.

O caso chinês demonstra assim que a formação do conhecimento desse grupo de jornalistas investigativos ambientais se dá em um processo de verificação e construção do "verdadeiro". Essa abordagem epistemológica adotada por eles incorpora um tipo de jornalismo engajado (advocacy) e etnográfico que visa não só informar os leitores sobre o que está acontecendo com o meio ambiente, mas também esclarecê-los sobre o significado do que está acontecendo. As interpretações desse significado sendo geradas partem do início da investigação dos participantes e durante o processo de formação do conhecimento e justificação de crenças. Portanto, a epistemologia do jornalismo investigativo ambiental não é sobre se a prática é ou não objetiva, mas sobre quando e como os significados e opiniões são gerados. Isso ocorre em parte porque o que eles buscam é, por sua própria natureza, a verdadeira explicação da realidade e não as representações objetivas da realidade; embora em suas reivindicações profissionais tendam a substituir a verdade pela objetividade. (TONG, 2015, p.17, tradução nossa⁴³).

⁴³ The Chinese case thus demonstrates that the knowledge formation of this group of environmental investigative journalists takes place in a process of verifying and constructing the "true". This epistemological approach taken by them embodies a type of advocacy and ethnographic journalism that is aiming not only at informing readers about what is happening to the environment but also enlightening them about the meaning of what is happening. The interpretations of this meaning being generated start from the outset of the participants' investigation and during the process of knowledge formation and belief justification. Therefore, the epistemology of environmental investigative journalism is not about whether or not the practice is objective, but about when and how meanings and opinions are generated. This is partly because what they pursue is, by its very nature, the true account of reality rather than the objective representations of reality; although in their professional claims they tend to replace truth with objectivity.

No Brasil, ainda não há estudo semelhante ao realizado na China. A prática do jornalismo ambiental investigativo está mais presente em serviços que se apresentam como alternativos e independentes como Pública – Agência de jornalismo investigativo, The Incerpt Brasil e Repórter Brasil. O Grupo de Investigação (GDI) do jornal regional Zero Hora chegou a publicar em 2016 reportagens investigativas sobre contrabando de agrotóxicos e sobre fraudes no sistema de drenagem urbana de Porto Alegre (RS) utilizando técnicas de apuração do jornalismo investigativo. De uma maneira geral, o jornalismo ambiental no Brasil busca dar prioridade às abordagens científicas e econômicas, e a intenção de educar o público também é uma constante, conforme discutido nos próximos três itens desse capítulo.

4.1.1 Cientistas como fontes

A atuação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fundada em 1948, e a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC), fundada em 19 de setembro de 1977, impulsionaram significativamente o surgimento do jornalismo ambiental no Brasil, considerado no seu início uma espécie de jornalismo científico com pauta ambiental. “O diferencial da década de 1980 em relação a 1970 foi o aumento do volume de informações [sobre meio ambiente] e a maior presença de fontes científicas” (BARROS; LIMA, 2012, p. 4). Randau Marques⁴⁴, profissional autodidata e um dos primeiros jornalistas a se especializar na temática ambiental no Brasil, foi um dos que sempre defendeu que os repórteres se apropriassem do conhecimento científico.

Nada contra os núcleos [de jornalismo ambiental], desde que seus integrantes também pertençam à Associação Brasileira de Jornalismo Científico, pois só com uma visão transdisciplinar do conjunto da ciência pode o jornalista conquistar a credibilidade da opinião pública, ficando por conta de seu talento decodificar as complexidades e traduzir em prosa escurrita e cativante o linguajar acadêmico, sem inquinhar ou distorcer a seriedade desta. (MARQUES, 1994, p. 9).

Assim como o repórter Randau Marques, o jornalista brasileiro radicado em Portugal Ricardo Garcia (2006) entende a cobertura ambiental pelo viés científico quando descreve os quatro elementos em comum presentes em uma notícia ambiental: a noção de risco, boa parte dos casos associada a processos longos, a incerteza científica e a complexidade técnica. Todas

⁴⁴ Randau Marques teve um infarto fulminante dia 9 de abril de 2020 e morreu aos 70 anos. Em depoimento ao Museu da Pessoa (16 mai.2005) ele relatou como usou fontes científicas para fundamentar suas reportagens. Disponível em: <<https://www.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/e-preciso-enxergar-o-homem-na-paisagem-46578>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

essas quatro características permitem considerar esse tipo de cobertura como jornalismo especializado, e estão diretamente relacionados ao jornalismo ambiental. Ainda segundo Garcia (2006, p.28), os “cientistas que trabalham para associações de defesa do ambiente, ou que alinham em torno de causas ambientais, são mais bem vistos [pelos jornalistas como fontes] do que os que são contratados pelos governos ou empresas”. Para o jornalista e pesquisador brasileiro radicado em Portugal, é importante refletir sobre a relação entre jornalistas e a comunidade científica porque é do meio acadêmico que saem – direta ou indiretamente – o grosso dos argumentos a favor ou contra posições em matéria de ambiente. “No jornalismo de ambiente, os próprios cientistas são uma das principais, mas fiáveis e mais frutíferas fontes de informação” (GARCIA, 2006, p.30).

Outra pioneira do jornalismo ambiental brasileiro, a jornalista Liana John, contou em palestra no IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental (ENPJA), realizado na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, nos dias 27 e 28 de setembro de 2018, que houve um esforço dos jornalistas que cobriam temas ambientais nos anos 1980 de se aproximarem do viés científico para dar credibilidade às reportagens.

Não era só eu, tinha outros jornalistas que começaram a trabalhar nessa área, a tentativa de aproximar o jornalismo ambiental do científico. Como é que você vai falar que tal poluente causa o nascimento de crianças com anencefalia? Você tem que se basear em levantamentos e estudos. A gente não tinha internet na época. A gente dependia... O fato de falar inglês, por exemplo, me facilitou muito porque todas as viagens que eu fiz pra fora eu trazia material. Eu trouxe, por exemplo, um livro que era só sobre produtos perigosos, vários tipos de produtos, o que eles causavam pra saúde e pro meio ambiente. [...] Aos poucos foi com muito custo que a gente conseguiu ir passando do jornalismo [ambiental feito por um] bando de hippie, maluco, um jornalismo menor, para um jornalismo que tinha importância. Que podia entrar. Que podia ser uma página de jornal. Que podia dar capa. Que podia ter chamada na capa da Veja. Realmente foi um trabalho que eu considero muito importante, a reportagem e esse embasamento científico. (JOHN, 2018).

Estudo realizado por Barros (2003) também sugere o uso da ciência para aumentar a credibilidade das reportagens sobre temas ambientais. Após analisar as revistas *Veja* e *Isto É*, e os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, entre 1972 e 1992, o pesquisador constatou que “a imprensa só passou a atribuir grande importância ao assunto quando este passou a ser considerado saber científico, legitimado pela comunidade científica e pela sociedade em si” (BARROS, 2003, p.85). Ainda segundo o mesmo autor, o conteúdo do discurso da imprensa sobre meio ambiente na época estudada se relacionava mais diretamente com o discurso oficial do Estado do que com o discurso científico.

De acordo com a jornalista Liana John, era importante ouvir também o lado do poluidor, não apenas os cientistas que embasavam as consequências da poluição e da devastação ambiental. “O máximo de parcialidade que a gente admitia nesse jornalismo era bom eu sou a favor do meio ambiente. Isso eu sou. Agora você tem que saber do que você está falando. Você tem que ler sobre as coisas que está falando. Isso foi uma coisa dos anos 80” (JOHN, 2018). O trabalho desenvolvido pela jornalista na Agência Estado entre 1988 e 2003 ajudou a disseminar a pauta ambiental pelo Brasil devido à abrangência nacional do serviço jornalístico do Grupo Estado.

Um dia teve uma visita [na redação]... Foi uma época que começou a sair o levantamento do desmatamento da Amazônia feito pelo INPE. Houve uma disputa entre o Estadão e a Folha porque a Folha falou uma coisa, o Estadão falava outra. E eu fiquei encarregada de ir no INPE e fazer as reportagens todas. Então eu tinha vários pesquisadores que eu conhecia no INPE que trabalhavam com isso e esse pesquisador o Alberto Setzer que trabalhava com as queimadas. Aí teve uma visita porque a gente foi celebrar lá um acordo pra área de meteorologia, previsão do tempo, e eu combinei com o Alberto Setzer de desviar a comitiva dos editores e levar eles pra ver as imagens de satélite que mostravam os pontos de queimadas. E fizemos isso. Vem vê uma coisinha aqui. O Alberto Setzer pôs na tela do computador. Você via ali delimitada a área da Amazônia Legal e dentro da Amazônia Legal aquele monte de pontinho que eram as queimadas. Nesse desvio que a gente fez nasceu a série que nós fizemos que era a Amazônia em Chamas. E nasceu a cobertura que a gente começou a fazer de queimadas. (JOHN, 2018).

Esse exemplo relatado por Liana John durante o IV ENPJA, da relação da jornalista com instituições de pesquisa durante seu trabalho na Agência Estado, sugere que esse jornalismo ambiental também está muito próximo da divulgação científica. De acordo com Graça Caldas (2003), as funções da divulgação científica são: informativa, educativa (complementando a educação formal), social, cultural, econômica e político-ideológica. Ainda segundo a mesma autora, o jornalista científico competente é aquele bem informado, com postura analítica que atua como intérprete da ciência e tecnologia.

Atualmente a cobertura de temas ambientais pelo viés científico é realizada com regularidade pelos jornalistas Marcelo Leite, do jornal Folha de S. Paulo, e Maurício Tuffani, do site especializado Direto da Ciência. A mesma abordagem é utilizada pelo jornalista Claudio Angelo na plataforma Observatório do Clima, mantida no Brasil por entidades não governamentais. E também pode ser encontrada no site O Eco, nas revistas Pesquisa Fapesp, Ciência Hoje, Superinteressante e Galileu, e na revista eletrônica ComCiência do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Unicamp.

A última versão do Manual de Redação do jornal Folha de S.Paulo, lançada em 2018, dedica um verbete ao tema ciência e ambiente na quarta parte da publicação, reservada aos anexos temáticos. Definições dos principais conceitos e expressões da área são apresentadas “de forma a auxiliar no didatismo e a evitar os erros mais comuns no exercício do jornalismo científico” (MACHADO, 2018, p.261). Em caso de dúvida, a publicação recomenda consultar um especialista. Como encontrar uma boa fonte especialista é uma das preocupações discutidas no primeiro manual de jornalismo ambiental publicado em meados dos anos 1990 nos Estados Unidos. “O especialista é realmente um especialista? O especialista fornece informação factual ou opinião? O especialista é imparcial?” (WEST; SANDMAN; GREENBERG, 1995, p.282, tradução nossa⁴⁵). Garcia (2006) também recomenda em seu manual de jornalismo ambiental publicado em Portugal manter contato com a comunidade científica: “O meio acadêmico é um vasto campo fértil onde se podem semear e colher notícias de ambiente” (p.65).

Segundo Lage (2001, p.54), “as fontes da reportagem científica e tecnológica⁴⁶ são cientistas ou pesquisadores, de ciência básica ou aplicada, como engenheiros, físicos, químicos, matemáticos, biólogos e outros especialistas das ciências exatas, biológicas e da terra”. Diferente do jornalismo científico, uma reportagem do campo do jornalismo ambiental não pode consultar apenas cientistas e membros da academia. O ambiental é mais amplo do que o científico, por isso são especializações jornalísticas próximas, mas diferenciadas. Pela sua complexidade, as pautas ambientais demandam pluralismo e polifonia⁴⁷.

“A abundância de informações não basta, por si mesma, para garantir o pluralismo na procura da verdade. Também é preciso que a sua escolha seja submetida a uma diversidade de pontos de vista, ou seja, de interpretações” (CORNU, 1999, p.358). Uma reportagem ou notícia apenas com cientistas como fontes pode ser considerada uma boa produção no jornalismo científico, mas não no ambiental, pois deixa de fora outras dimensões que também fazem parte do acontecimento. O uso excessivo de fontes ligadas ao mundo científico em reportagens sobre temas ambientais é problematizado no Brasil por Bueno (2007).

⁴⁵ Is the expert really an expert? Is the expert providing factual information or opinion? Is the expert unbiased?

⁴⁶ Nilson Lage (2001) diferencia o jornalismo científico do jornalismo de produção. Este trata de técnicas e é praticado em veículos jornalísticos que informam sobre informática, economia (como e quando investir) e agricultura (como produzir). Esse jornalismo de produção, segundo o autor, difunde informações de ciência e tecnologia, mas não é jornalismo científico.

⁴⁷ “Termo emprestado da música, que alude ao fato de que os textos veiculam, na maior parte dos casos, muitos pontos de vista diferentes: o autor pode fazer falar várias vozes ao longo do seu texto” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p.384).

O jornalismo ambiental brasileiro, equivocadamente, tem sido acometido pela “síndrome Lattes⁴⁸”, ou seja, tem priorizado (ou, o que é mais dramático, se reduzido a) fontes que dispõem de currículo acadêmico, produtores de conhecimento especializado e que, muitas vezes têm, por viés do olhar ou em muitos casos por má índole, se tornado cúmplices de corporações multinacionais que pregam o monopólio das sementes ou fazem a apologia dos insumos químicos ou agrotóxicos, cinicamente chamados de defensivos agrícolas. O protagonismo no jornalismo ambiental, como de resto em qualquer campo do jornalismo, não se limita ao pesquisador ou ao cientista, mas inclui, obrigatoriamente, os que estão fora dos muros da Academia (muitas vezes excluídos em virtude de uma situação social injusta), como o povo da floresta, o agricultor familiar, o cidadão da rua. (BUENO, 2007, p.15).

Ainda segundo o mesmo autor, o jornalismo ambiental não diz respeito apenas a questões complexas que necessitam de tecnologias de última geração, mas também incorpora soluções simples. Daí porque o jornalismo ambiental é um jornalismo mais amplo do que o científico. Para Schwaab (2018, p.71), é preciso fazer conexões que sejam fruto de reflexão e “puxar os diferentes fios que tecem uma realidade e desdobrar suas aparências, sondar soluções e propostas são atitudes que têm muito a ver não só com o bom Jornalismo, mas com uma ecologia da experiência no espaço que habitamos”.

A reportagem especial Crise do clima: no rastro do aquecimento global⁴⁹, publicada na versão digital do jornal Folha de S. Paulo entre abril e junho de 2018, mostrou que o esforço de consultar cientistas e também realizar reportagem de campo para entrevistar as pessoas diretamente afetadas é capaz de oferecer ao leitor uma perspectiva muito mais ampla dos problemas e soluções possíveis.

Pesquisa monográfica realizada no Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) sobre esse especial escrito pelos jornalistas Fabiano Maisonnave, Giuliana Miranda, Marcelo Leite, Mariana Versolato e Patrícia Campos Mello, com imagens de Avener Prado e Lalo de Almeida, identificou que o enquadramento do risco local predominou, assim como as soluções igualmente locais.

Também chamou a atenção o enquadramento chamado de risco transcendental (no sentido de divino), presente em cinco das nove reportagens analisadas, “pois ele mostra que apesar das crescentes evidências ao redor do globo, as mudanças do clima ainda são atribuídas

⁴⁸ Em agosto de 1999, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) lançou e padronizou o Currículo Lattes como sendo o formulário de currículo a ser utilizado no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia e CNPq. O nome é uma homenagem ao físico curitibano César Lattes (1924-2005), codescobridor do méson π , partícula que mantém o núcleo atômico coeso, atualmente chamada de π on. O líder da equipe, Cecil Powell, recebeu o Prêmio Nobel de Física em 1950 pela descoberta.

⁴⁹ Disponível em: <<https://arte.folha.uol.com.br/ciencia/2018/crise-do-clima/introducao/>>. Acesso em: 3 jul. 2020.

em parte a uma causa sobrenatural, não humana e, portanto, não econômica” (GRISSUTI; BELMONTE, 2019, p.12).

Essa riqueza de enquadramentos só foi possível porque os repórteres não se restringiram apenas às fontes científicas, procedimento profissional recomendado por Bueno (2007). Infelizmente esse especial do jornal Folha de S. Paulo, realizado com reportagens de campo em três continentes, é uma exceção na imprensa brasileira cada vez com menos recursos para realizar trabalhos de fôlego com viagem de campo, fundamental na pauta sobre problemas ambientais.

A utilização de estudos científicos e de cientistas como fontes foi fundamental para consolidar o jornalismo ambiental no Brasil nos anos 1980 (BARROS, 2003; JOHN, 2018). No entanto, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992 reconfigurou o jornalismo ambiental brasileiro em formação na época. Depois da Cúpula da Terra, a busca por soluções econômicas entrou de vez na pauta ambiental, conforme discutido a seguir.

4.1.2 Em busca de soluções econômicas

Além de passar a ouvir mais fontes científicas nos anos 1980 (BARROS, 2003) para ser reconhecido como um jornalismo que tinha importância (JOHN, 2018), a cobertura de temas ambientais começou a sofrer outra transformação naquela época. Entre 1972 e 1992, os principais jornais brasileiros - O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil -, e as revistas Veja e Isto É, passaram a destacar “a dimensão econômica do ecologismo porque o ‘mercado verde’ se tornou um negócio rentável, tanto pela existência de leitores interessados no assunto, como pelo suporte publicitário” (BARROS, 2003, p.91). O jornal Gazeta Mercantil, principal diário de economia no último quarto do século XX, abriu espaço para os temas ambientais criando uma editoria específica já em 1988. Segundo Ungaretti (1998), a ideia para criá-la surgiu do número crescente de empresas acionadas judicialmente por desrespeitar a legislação ambiental.

Na avaliação do jornalista Ricardo Arnt (1994), nome importante na história do jornalismo ambiental no Brasil, a principal dificuldade para começar a tratar dos temas ambientais na imprensa brasileira foi a presença entre os proprietários e editores dos principais veículos jornalísticos de uma ideologia pró-modernização de qualquer maneira. Por isso, segundo ele, era preciso passar a abordar o meio ambiente de uma perspectiva menos exótica e mais econômica. “Para o ambientalismo crescer na política brasileira, vai ter que se apossar

dessa coisa de recursos naturais e agendá-las numa perspectiva modernizante” (ARNT, 1994, p.79). Tal viés foi assumido pelo jornalismo ambiental.

Para avaliar a cobertura antes, durante e depois da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, Ramos (1996) fez uma análise quantitativa de matérias publicadas nas edições dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo entre 1º de junho de 1991 e 11 de julho de 1992, e nos telejornais da Rede Globo e da extinta Rede Manchete entre 4 de maio de 1992 e 11 de julho de 1992. Também realizou uma análise qualitativa em uma amostra do material quantificado. Segundo essa pesquisa pioneira, o interesse econômico era prioritário na mensagem ambiental que chegava aos jornais. O estudo também considerou significativa a ocorrência de matérias que tratavam de negócios com produtos de caráter ecológico e avaliou como reduzidas as citações de fontes ligadas a organizações não governamentais, universidades e movimentos sociais. O viés econômico da cobertura ambiental vem sendo identificado por diferentes pesquisas.

A questão econômica tem sido apontada por diferentes trabalhos como um dos elementos que mais influenciam a cobertura ambiental. Em detrimento de um bem-estar coletivo está o predomínio da racionalidade economicista, fundamentada no elogio da produtividade e da eficiência como parâmetros globais. (GIRARDI et al., 2012, p.143-144).

Corporações empresariais que promovem esse elogio da produtividade e da eficiência sempre tiveram voz ativa nas conferências ambientais das Nações Unidas. O secretário geral das conferências da ONU sobre Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, e sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, foi o empresário da indústria canadense de petróleo Maurice Strong, ex-executivo de diversas empresas, entre elas a Dome Petroleum e a PetroCanada. (SHORT BIOGRAPHY, s/d). Ele também foi o primeiro presidente do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA ou UNEP, na sigla em inglês) criado em 1972. Não por acaso a criação de um mercado verde global é a ideia que fundamenta diversas iniciativas do PNUMA, conforme discutido em Belmonte (2015).

O então dirigente da ONU Maurice Strong convidou em 1990 o bilionário suíço Sthephan Schmidheiny, ligado à indústria do amianto⁵⁰, para atuar como seu conselheiro em indústria e comércio no processo de elaboração da Agenda 21, assinada na Rio 92. Schmidheiny, que no século XXI passou a ser denunciado mundo afora por familiares e vítimas

⁵⁰ Fibra mineral considerada carcinogênica para humanos utilizada durante décadas na fabricação de telhas e caixas d'água. O Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu em 2017 a produção, uso e comercialização do amianto branco no território brasileiro.

do amianto (BRUM, 2014), convocou na época 48 líderes empresariais para dar conta da tarefa encomendada por Strong no início dos anos 1990. Dois brasileiros participaram do que ficou conhecido como *Business Council for Sustainable Development*, Eliezer Batista da Silva, que presidia a Rio Doce International S.A., e o norueguês radicado no Brasil Erling Sven Lorentzen, da Aracruz Celulose S.A., ambos fundadores do Conselho Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), braço nacional dessa articulação internacional de grandes corporações criado no Brasil em 1997.

Dias antes do início da Rio 92, o relatório feito pelos líderes empresariais liderados pelo empresário do amianto Sthephan Schmidheiny foi divulgado em coletiva de imprensa⁵¹ no Rio de Janeiro (RJ). Mudando o Rumo – Uma Perspectiva Empresarial Global sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente foi publicado na época em português pela Editora da Fundação Getúlio Vargas. “O progresso em direção ao desenvolvimento sustentável faz sentido como uma boa atividade empresarial, pois cria vantagens competitivas e novas oportunidades. Requer, todavia, mudanças de longo alcance nas atitudes das empresas e novas maneiras de fazer negócios” (SCHMIDHEINY, 1992, p.14). Os empresários buscavam vantagens e novas oportunidades.

Ainda naquela época a Agenda 21 – adotada durante a Rio 92 – identificou nove grupos principais que deveriam ser fortalecidos, um deles foi o comércio e a indústria⁵², tratado no Capítulo 30, onde duas áreas de programas foram detalhadas: a promoção de uma produção mais limpa e a promoção da responsabilidade empresarial (AGENDA 21, 1997). Dez anos depois, o ex-presidente do CEBDS Fernando Almeida descreveu em livro o modo como as empresas brasileiras encaravam as questões ambientais na época da Rio 92.

No universo empresarial, a dimensão ambiental era vista, na melhor das hipóteses, como um mal necessário. No máximo, submetiam-se aos controles estabelecidos pelo poder público. Com frequência comandados por pessoas sem poder real na estrutura da organização, sistemas de controle da poluição raramente desfrutavam das mesmas atenções dispensadas aos sistemas de produção e de comercialização. Estações de tratamento de despejos industriais eram desligadas nos fins de semana, para economizar energia. Insumos indispensáveis a seu funcionamento deixavam de ser comprados, “por esquecimento”. As empresas mais pressionadas pela opinião pública buscavam tomar “banhos de verde”, recorrendo às pressas à ajuda de especialistas em marketing, na tentativa de mudar a imagem comprometida por décadas, às vezes

⁵¹ O pesquisador cobriu a coletiva de imprensa como enviado especial da Rádio Gaúcha de Porto Alegre (RS) para a conferência da ONU que ficou conhecida como Rio 92.

⁵² Os nove grupos principais cujo papel a Agenda 21 se propôs a fortalecer são: mulher; infância e juventude; populações indígenas; organizações não governamentais; autoridades locais; trabalhadores e seus sindicatos; comércio e indústria; comunidade científica e tecnológica; e agricultores.

séculos, de descaso ambiental. Faltava às empresas formular seu papel no mundo da sustentabilidade. (ALMEIDA, 2002, p.25).

Esta postura reativa das empresas descrita por Fernando Almeida aumentava a desconfiança e a má vontade dos ambientalistas e dos jornalistas mais conscientes em relação à indústria. Aos poucos a produção mais limpa e a responsabilidade empresarial – recomendadas na Agenda 21 – foram sendo disseminadas no país como oportunidade de negócio, enquanto novos regramentos internacionais de mercado iam surgindo, como as séries de certificações da *International Organization for Standardization* (ISO). Outro fato importante no cenário empresarial brasileiro foi a criação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social em 1998, entidade com uma postura mais inclusiva em relação ao CEBDS ligado a grandes corporações. Um de seus fundadores, Oded Grajew, empresário israelense naturalizado brasileiro, foi também um dos criadores do Fórum Social Mundial, articulação dos movimentos sociais e partidos de esquerda iniciada no início do século XXI.

Assim como as fontes científicas ajudaram a mudar o status do jornalismo especializado em temas ambientais no Brasil nos anos 1980, que deixou de ser visto como um jornalismo menor e passou a ser reconhecido como um jornalismo que tinha importância (JOHN, 2018), a ideia de negócios verdes possíveis e rentáveis abriu as portas das editorias de economia para os temas ambientais na última década do século XX. Na virada do século, o viés econômico já havia sido incorporado definitivamente na pauta ambiental.

Existem duas correntes, de acordo com Romeiro (2010), no debate acadêmico sobre economia do meio ambiente. Na Economia Ambiental, de matriz neoclássica, os recursos naturais não limitariam no longo prazo a expansão da economia. Com novas tecnologias e mais eficiência nos processos produtivos, tais recursos seriam considerados infinitos. Já a Economia Ecológica, segundo o mesmo autor, entende o sistema econômico como um subsistema de um sistema maior, o planeta Terra, e, portanto, com recursos finitos. Ambas correntes têm em comum a crença no capitalismo, no entanto, a economia ecológica é mais reformista do que a ambiental.

A lógica do processo de acumulação de capital se caracteriza pela criação incessante de novas necessidades de consumo (ROMEIRO, 2010). Para que esta roda continue girando, com crescimento econômico constante, como defendem os economistas ambientais, mais e mais recursos naturais são necessários. O problema é que o dote recebido pela humanidade no planeta Terra é limitado (GEORGESCU-ROEGEN, 2012), já está escasseando e um dia, não se sabe quando, vai acabar.

A Economia Ecológica inspirou o surgimento de uma terceira corrente chamada de Ecologismo Popular ou Ecosocialismo (MARTÍNEZ-ALIER, 1998) que pode ser considerada anticapitalista ou revolucionária. Essa maneira de ver, presente em parte dos movimentos sociais da América Latina, relaciona má distribuição ecológica com desigualdade econômica. “Em geral, no mundo, uma economia mais ecológica poderia ser uma economia mais equitativa, mais solidária”, defende Matínez-Alier (1998, p.19).

Nesta perspectiva do Ecologismo Popular, ou Ecologismo dos Pobres, emergem as pautas da justiça e do racismo ambiental, denunciando a contaminação maior de vizinhanças operárias ou de gente de cor e também a perda da posse de áreas de comunidades inteiras impactadas pelo ritmo elevado da exploração dos recursos naturais. Segundo Anguelovski (2016, p.73), a justiça ambiental diz respeito ao direito que uma pessoa tem de permanecer no seu lugar e no seu ambiente, “e de ser protegida do investimento e do crescimento descontrolados, da poluição, da concentração de terras, da especulação, do desinvestimento, da decadência e do abandono”.

Os conflitos ocorrem no campo e também nas áreas urbanas. “Nas cidades há protesto contra a deterioração da qualidade do ar, contra o amontoamento causado, em parte, pela especulação urbana” (MARTÍNEZ-ALIER, 1998, p.26). Na interpretação do autor, o ecologismo ocidental foi uma reação contra a destruição material dos recursos naturais, contra os resíduos da abundância, ou, como diria o sociólogo alemão Ulrich Beck (ver capítulo 2.1), a reação de uma Sociedade de Risco. No entendimento de Matínez-Alier (1998, p.33), “são reações aos perigos ou destruições provocadas pelo crescimento econômico”. Já nos países pobres ou em desenvolvimento a perspectiva ecológica seria outra.

[O Ecologismo dos Pobres] coloca razões para duvidar do triunfo definitivo do capitalismo, já que questiona a crença no crescimento econômico ilimitado para todos (crença que é o verdadeiro ópio dos povos pobres), e afirma, ainda, que a economia de mercado (que possui muitas virtudes, podendo contribuir, através dos seus incentivos, para ampliar a eficiência no uso de energia e materiais) não pode dar valores atualizados às externalidades irreversíveis e incertas provocadas pela atividade econômica, estando impossibilitada, portanto, de apresentar-se como mecanismo racional de alocação dos recursos, nem mesmo quando o mercado é ampliado mediante instituições e mecanismos que buscam “internalizar as externalidades”. (MARTÍNEZ-ALIER, 1998, p.44).

Em obra mais recente, Matínez-Alier (2016) descreve três correntes do ambientalismo: Culto ao Silvestre, Evangelho da Ecoeficiência e Mantra da Justiça Ambiental ou Ambientalismo dos Pobres. A primeira teria nascido da tradição dos primeiros naturalistas como John Muir, nos Estados Unidos, e sua principal preocupação teria sido desde o século

XIX a preservação da natureza intocada valorizando seus valores ecológicos e estéticos. Já a segunda, da ecoeficiência, seria o equivalente ao grupo da economia ambiental citado por Romeiro (2010). A terceira corrente, da qual Martínez-Alier faz parte, seria o que ele passou a chamar de ambientalismo dos pobres ligado à luta por justiça ambiental.

Essa perspectiva mais anticapitalista acerca da incapacidade do mercado resolver os problemas ambientais até hoje é rara na cobertura jornalística especializada dos temas ambientais no Brasil. No país, as primeiras soluções econômicas promovidas por algumas lideranças empresariais e também do meio acadêmico eram as da produção limpa ou mais limpa, nos anos 1990, que entendia resíduos como dinheiro posto fora e apontava o aumento da eficiência dos processos produtivos como a grande solução para os problemas ambientais. Daí vem o Evangelho da Eficiência criticado por Martínez-Alier. Já no século XXI, as soluções econômicas possíveis incorporaram uma ideia mais ampla de negócios verdes para consolidar uma economia verde, limpa ou de baixa emissão de carbono, sempre com chancela da ONU e com uma perspectiva mais ou menos reformista do capitalismo.

Para Lohman (2011, p.9), essa ideia de uma economia verde é uma nova e sofisticada ofensiva para enfrentar a crise endêmica do padrão civilizatório hegemônico sem colocar em questão as relações econômicas e políticas dominantes. Nessa mesma linha, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) divulgou no Brasil, em abril de 2011, documento propondo um movimento de resistência ao ambientalismo de mercado e de fortalecimento dos direitos e da justiça socioambiental, considerando a economia verde uma tentativa de impedir a formulação de novas utopias civilizatórias.

Em substituição ao esvaziado termo desenvolvimento sustentável, a agenda da Rio+20⁵³ busca apresentar a “economia verde” como uma nova fase da economia capitalista. Através do mercado verde, um novo ambientalismo, fundado no *business* verde, propõe a associação entre novas tecnologias, soluções pelo mercado e apropriação privada do bem comum como solução para a crise planetária. Esta reciclagem das clássicas formas de funcionamento do capitalismo, de seus modos de acumulação e expropriação, constitui-se em um estelionato grave de consequências profundas. Dá um novo fôlego a um modelo inviável e oferece como utopia somente a tecnologia e a privatização. Impede tomar consciência da crise que enfrentamos e dos verdadeiros impasses que está vivendo a humanidade. Portanto, impede que novas utopias sejam formuladas e alternativas civilizacionais construídas. (LEROY et al., 2011, p.2).

⁵³ Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro (RJ) entre os dias 20 e 22 de junho de 2012 com a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza como tema central.

Na mesma linha, Moreno (2012a) entende a economia verde como uma tentativa das forças hegemônicas de destruir a ideia de vida comunitária e de acabar com a possibilidade de uma vida sem a mediação da mercadoria, transformando a natureza em capital natural. “Agora querem nos fazer crer que se pode colocar a natureza a trabalhar (que ela não mais existe simplesmente, mas ‘produz’ e nos oferece ‘serviços ambientais’) e lucrar com o seu trabalho” (MORENO, 2012a, p.51). Ainda segundo a mesma autora, dar valor à natureza seria o único ambientalismo possível nessa economia verde difundida pela ONU e por grandes corporações, pois só o que é privado e tem dono pode ser preservado (MORENO, 2012b).

“O que faz o neoliberalismo ambiental é esvaziar o conteúdo político da ecologia e o converte em algo ‘técnico’, em ‘gestão do território’, [...] como se fosse mera gestão do ambiente e não essencialmente uma disputa de território, recursos e poder” (MORENO, 2012a, p.66-67). Nessa interpretação anticapitalista, a economia verde não teria nada de novo, e nem seria uma transição, apenas um complemento para justificar e manter a hegemonia da economia marrom das grandes corporações transnacionais, uma reciclagem do discurso hegemônico do desenvolvimento e do crescimento. “A disseminação da economia verde, como um slogan, tem sido muito efetiva – política e ideologicamente – para ajudar a forjar uma potente narrativa unificadora” (MORENO, 2013, p.67).

Com a consolidação da ideia de buscar soluções economicamente lucrativas para os problemas ambientais, amadurecida no final do século XX com a entrada em cena dos dirigentes empresariais no debate público sobre os problemas ambientais não apenas no Brasil, mas nos principais fóruns internacionais, jornalistas especializados na cobertura de temas ambientais assumiram em parte o discurso da sustentabilidade difundido pela ONU. Inclusive o termo jornalismo sustentável ou de sustentabilidade começou a ser utilizado em textos sobre jornalismo ambiental, primeiro nos Estados Unidos, depois na Europa e na América Latina.

Um novo tipo de jornalismo, chamado de jornalismo sustentável, foi defendido no início do século XXI por Jim Detjen (2002), presidente da *Society for Environmental Journalists* (SEJ) entre 1994 e 2000, como uma tentativa de unificar duas escolas distintas, segundo ele, a do jornalismo objetivo, que predominaria nos Estados Unidos, na Europa Ocidental e no Japão, e a do *advocacy journalism*, visão mais engajada e ativista que seria mais comum em revistas de meio ambiente, repórteres freelancers e jornalistas especializados de regiões em desenvolvimento do planeta, como América do Sul, África e partes da Ásia.

Detjen atribuiu a criação do termo a Carl Frankel, autor de um livro chamado *In Earth's Company: Business, Environment and the Challenge of Sustainability*, endossando a proposta do autor e incorporando a visão do jornalismo público ou cívico. Entre os componentes desse

novo jeito de fazer reportagem sobre temas ambientais, chamado de jornalismo sustentável, estaria o “aumento da cobertura de soluções promissoras para problemas ambientais complexos” (DETJEN, 2002, p.39, tradução nossa⁵⁴). Obviamente que, no contexto do capitalismo, promissoras são as soluções lucrativas.

Dois anos depois de Detjen defender a proposta de um jornalismo sustentável na revista Nieman Report, da Nieman Foundation, da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, o pesquisador espanhol Rogelio Fernández publicou artigo na Europa sugerindo o surgimento de uma subárea do jornalismo ambiental focada em sustentabilidade.

En el ámbito académico no tenemos constancia de que se hable aún de periodismo sostenible. Pero sí se aprecia un incipiente nacimiento en el ámbito profesional. [...] Aún así, los límites no están fácilmente definidos. ¿Cuál sería la diferencia esencial? Si el periodismo ambiental trata la información generada en la interacción del hombre o los seres vivos con su entorno o del entorno en sí, el periodismo sostenible trataría la información preeminentemente ambiental, económica o social que afecte a la disponibilidad de los recursos de las generaciones futuras. (FERNÁNDEZ-REYES, 2004, p.315).

Essa disponibilidade de recursos citada pelo pesquisador espanhol é um problema econômico. Ainda segundo Fernández-Reyes (2004), os pontos em comum do jornalismo ambiental e do jornalismo sustentável seriam a interdisciplinaridade, a proposta de mudança de conduta, atualidade trabalhada como processo e a realidade complexa. Mas o pesquisador espanhol também sugere diferenças entre o ambiental e o sustentável.

Entre las diferencias estarían el que el periodismo sostenible no está vinculado al periodismo científico como el ambiental, puede atender asuntos puramente sociales, o económicos, sin tratar lo ambiental, aunque lo ambiental sea prioritario dentro de la sostenibilidad; si el periodismo ambiental nació en el seno de las culturas alternativas, el periodismo sostenible tiene, además de la imprenta alternativa, la apuesta institucional; otra diferencia sería que, mientras el periodismo sostenible es antropocentrista (su centro lo componen las nuevas generaciones humanas), el periodismo ambiental abraza más bien la concepción de biocentrismo débil, entendiendo éste como sistema de valores que hace de la vida el principal valor, admitiendo una jerarquía por la cual la especie humana, en caso de conflicto, es prioritaria moralmente sobre otras especies. Concluyendo, no consideramos descalabrado admitir la aparición de una subespecialidad del periodismo ambiental centrada en el desarrollo sostenible. Quizás se trata de una incipiente especialización horizontal y temática que se relaciona con otras disciplinas, abordando la información generada sobre la disponibilidad de los recursos y de la calidad de vida a las próximas generaciones. (FERNÁNDEZ-REYES, 2004, p.316).

⁵⁴ Increased coverage of promising solutions to complex environmental problems.

Em conversa informal durante um dos intervalos do IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental (ENPJA), realizado em Porto Alegre (RS) nos dias 27 e 28 de setembro de 2018, Fernández-Reyes informou ao pesquisador que não prosseguiu com essa perspectiva do jornalismo sustentável como subárea do jornalismo ambiental nos seus demais trabalhos realizados posteriormente na Espanha.

O jornalista uruguaio Victor Bacchetta, um dos principais divulgadores da cobertura especializada em temas ambientais na América Latina, utilizou o termo jornalismo da sustentabilidade no título de artigo publicado em livro com os debates do II Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental realizado em Porto Alegre (RS) em outubro de 2007. No entanto, a sustentabilidade é entendida por ele como um processo de formação de cidadania e não um mero ajuste reformista de mercado.

Toda crise ambiental inclui uma história e um conflito de interesses que o jornalista deve investigar. Para chegar à sustentabilidade ambiental não há receitas, é um processo aberto que requer a participação ativa da comunidade. Exercer e contribuir com o exercício dos direitos da cidadania nesse contexto é o aporte específico do jornalismo ambiental. (BACCHETTA, 2008, p.84).

No entendimento do jornalista uruguaio, o jornalismo ambiental adquire seu verdadeiro perfil na investigação. Ele também afirma que o conceito de sustentabilidade sempre deve levar em conta quatro dimensões: ecológica, social, econômica e política. E recomenda evitar os donos da verdade, pois não há solução pré-determinada de sustentabilidade. “O desenvolvimento sustentável é uma aspiração e um processo em curso” (BACCHETTA, 2008, p.87). Segundo ele, a participação social seria fundamental.

A única forma séria e responsável de encarar o caminho até o desenvolvimento sustentável é convocar a todos os atores envolvidos e colocar em marcha um processo de informação, de discussão, de busca de soluções e de acordos. Para isso, é imprescindível gerar novas práticas políticas baseadas na participação direta e protagonista das pessoas na busca das alternativas. As soluções devem surgir de relações horizontais, superando as formas centralizadas tradicionais de exercício do poder. Definitivamente a sustentabilidade só é possível se for devolvido o poder de decisão ao povo. (BACCHETTA, 2008, p.87).

Ainda segundo o mesmo autor, cuja perspectiva se aproxima do Ecologismo Popular de Alier (1998), quando o jornalista ambiental consegue relacionar todos os fatores envolvidos em um problema ambiental, cumpre com sua principal função que seria “contribuir com a construção de uma cidadania preparada para participar ativamente na transição para a sustentabilidade” (BACCHETTA, 2008, p.88).

De acordo com Meditsch (2018, p.5), “historicamente, nos países ocidentais, o debate sobre as razões de ser do Jornalismo está associado ao pleno exercício da cidadania, e no Século XXI a consideração da cidadania não pode mais deixar em segundo plano a questão ambiental”. Bueno (2007) também defende que o conceito de sustentabilidade não seja reduzido a um problema de gestão empresarial, mas visto como qualidade de vida.

O desenvolvimento sustentável que deve ser objeto de preocupação do jornalismo ambiental é aquele que reduz as desigualdades, que denuncia a apropriação da água doce pela empresa agroindustrial, que alerta para o impacto real das novas usinas hidroelétricas, que enxerga a energia nuclear não apenas como fonte para novos investimentos industriais, mas como geradora de lixo perigoso para o qual não temos ainda destino seguro. O desenvolvimento sustentável para o jornalismo ambiental tem a ver com a qualidade de vida dos cidadãos e extrapola a vertente meramente econômica. Tem a ver inclusive com o monopólio dos meios de comunicação, que impede o livre debate das ideias e se sustenta pelo incentivo ao consumo exacerbado, quase sempre danoso ao meio ambiente. (BUENO, 2007, p.21).

Na busca cada vez mais difícil por recursos para financiar a cobertura especializada, há o risco permanente dos veículos e jornalistas ambientais serem capturados por empresas mais interessadas em limpar sua imagem no mercado do que viabilizar uma cobertura realmente independente dos temas ambientais. Segundo Bueno (2007, p.17), o jornalismo ambiental “deve suspeitar sempre do discurso pretensamente preservacionista de governos e organizações, buscando contemplar além de ações isoladas, quase sempre utilizadas como recursos mercadológicos ou propagandísticos”.

Com ou sem essa maquiagem verde citada por Bueno (2007), a cobertura ambiental feita com foco nas soluções econômicas possíveis, em muitos casos entendida como cobertura de temas relativos à sustentabilidade, foi incorporada principalmente nas redações de publicações que vendem anúncios e projetos especiais para empresas. Ela é mais saliente em revistas como Página 22, focada em promover debates sobre os grandes temas ambientais, e Ambiente Industrial & Sustentabilidade, focada em soluções tecnológicas, mas também está presente no site de notícias Envolverde, o primeiro do gênero no Brasil, e em diversas edições do Cidades & Soluções no canal por assinatura Globo News, o principal programa sobre temas ambientais na televisão brasileira. Os dois tipos de jornalismo ambiental discutidos até aqui, o que dá prioridade aos cientistas como fontes e o que busca soluções econômicas, têm em comum uma motivação: ambos querem educar seus públicos.

4.1.3 A missão educativa

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795, de 27 de abril de 1999), os meios de comunicação (jornalísticos e de entretenimento) são um dos responsáveis pela educação ambiental não formal, cabendo a eles colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação. Tal reconhecimento legal deve-se à capacidade da comunicação de expandir a noção de realidade para além das experiências pessoais, o que Thompson (2009) chamou de “mundanidade mediada”.

Se a mídia alterou a nossa compreensão do passado, criou também aquilo que poderíamos chamar de “mundanidade mediada”, nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas. Esta difusão dos produtos da mídia nos permite em certo sentido a experiência de eventos, a investigação de outros e, em geral, o conhecimento de um mundo que se amplia para muito além de nossos encontros diários. (THOMPSON, 2009, p. 38).

Ainda segundo o mesmo autor, “na recepção e apropriação das mensagens da mídia, os indivíduos são envolvidos num processo de formação pessoal e de autocompreensão – embora em formas nem sempre explícitas e reconhecidas como tais” (THOMPSON, 2009, p. 45). A pesquisadora Isabel Carvalho, uma das referências nos estudos de educação ambiental no Brasil, entende que há uma proximidade entre o papel dos jornalistas e o papel dos educadores diante das questões ambientais.

Às vezes eu acho que os conteúdos que estão nas mídias eles têm um efeito igual ou até maior do que uma intervenção educativa no campo da Educação. Acho que é muito próximo o papel, a função social de um jornalista e de um educador no que diz respeito à difusão de informações e a formação de um *habitus* ambiental, de uma atitude ambiental. *Habitus* aí tem esse sentido de uma disposição interna, ou seja, de uma atitude em relação ao meio ambiente. Nesse sentido eu vejo tanto o educador quanto o jornalista muito próximos. Acho que os movimentos ambientais também tiveram e tem esse papel de formar opinião. Mas acho que os jornalistas têm um lugar muito privilegiado porque as mídias tem uma visibilidade muito grande. E uma responsabilidade igual também. É uma responsabilidade de produzir bons conteúdos e trabalhar nesse processo de formação. De hábitos, de atitudes, de uma orientação ecológica que faça sentido pras pessoas. É isso que eu concluiria compartilhando com vocês essa responsabilidade, eu sou educadora, estou no campo da educação ambiental, mas acho que a gente trabalha em um campo muito parecido. (CARVALHO, 2018).

Essa função educativa aparece não apenas no campo da educação ambiental, mas também nos estudos de jornalismo. No entendimento de Bueno (2008), uma das funções básicas do jornalismo ambiental seria a função pedagógica que “diz respeito à explicitação das causas e soluções para os problemas ambientais e à indicação de caminhos (que incluem necessariamente a participação dos cidadãos) para a superação dos problemas ambientais” (BUENO, 2008, p.110). Na avaliação do jornalista André Trigueiro, criador do programa Cidades e Soluções da Globo News, “não há problema mais delicado para o meio ambiente, hoje, que o da comunicação” (TRIGUEIRO, 2005, p.15).

Para o jornalista e educador ambiental Vilmar Berna, a informação ambiental de qualidade seria uma ferramenta indispensável para a formação da cidadania ambiental, no entanto “informações deficientes, mentirosas ou incompletas podem levar à desmobilização da cidadania” (BERNA, 2008, p.89). Segundo Girardi et al. (2011, p.112), “a ética e a cidadania ambiental, quando incorporadas na produção de conteúdo noticioso, ampliam os valores de toda a sociedade”.

De acordo com Thompson (2009, p.107), “os indivíduos planejam suas atividades em parte baseados nas imagens e informações recebidas através da mídia”. Que o jornalismo tem uma função educativa é consenso entre os autores, no entanto o papel realmente desempenhado nesse processo vai depender de cada caso específico. “O papel desempenhado pela imprensa escrita na educação ambiental, no Brasil, é excessivamente variado, dependendo, quase em nível pessoal, dos jornalistas responsáveis pela redação dos artigos e reportagens sobre meio ambiente” (JOHN, 1996, p.153).

Em publicação anterior, John (1990, p.88) destacou a importância do jornalista como educador: “A tarefa – de informar educando – encontra algum paralelo no jornalismo científico, do qual o jornalismo ambiental faz parte, mas se mantém, de certa forma, à parte, devido à sua vertente ativista”. De acordo com Belmonte (2004), diante do agravamento dos problemas ambientais, os jornalistas não deveriam apenas informar, mas também assumir o seu papel de educadores (BELMONTE, 2004).

O repórter e colunista do jornal Folha de S. Paulo especializado em ciência e ambiente Marcelo Leite (1990, p.84), no entanto, preferiu “falar em informação e não em educação, quando se trata da missão da imprensa em relação às questões complexas da ciência e tecnologia, como genética e transgenética, Amazônia e mudança climática”. Esse cuidado buscou evitar a compreensão falsa de que há fatos objetivos e inquestionáveis produzidos por uma ciência isenta, quando, na verdade, a falta de consenso seria uma das características da

pesquisa científica. “Por isso, a primeira missão de jornalistas que cobrem essas questões, enfim, é vacinar-se contra o maniqueísmo” (LEITE, 1990, p.85).

Na mesma época da publicação desse artigo científico de Marcelo Leite, na edição de estreia da revista *Ciência & Ambiente*, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), foi criado em Porto Alegre o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, primeira entidade brasileira formada por jornalistas engajados na luta do movimento ambientalista. Segundo relato de uma de suas fundadoras, a professora e pesquisadora Ilza Maria Tourinho Girardi, orientadora dessa pesquisa de doutorado, a missão educativa estava presente nos objetivos dos profissionais que criaram a entidade.

Desde a criação do NEJ-RS, já entendíamos que o Jornalismo Ambiental tem sua dimensão educativa, por isso a ênfase na formação do jornalista e o foco nos cursos de extensão e seminários. Uma reportagem que trata a monocultura de eucaliptos como floresta, o uso de “defensivos agrícolas” (em vez de venenos) como uma necessidade para a produção de alimentos, ou a extinção de determinado peixe em um rio como algo sem importância, presta um desserviço para a educação ambiental do público. (GIRARDI, 2018, p.18-19).

Há um consenso entre os autores que tratam do jornalismo ambiental em torno da necessidade de explicar os termos técnicos e científicos. “É preciso traduzir o ‘ambientalês’ que os cientistas, governantes e organizações não governamentais falam, de forma a que os leitores, ouvintes ou telespectadores percebam do que se trata. E para explicar alguma coisa, é preciso entendê-la primeiro” (GARCIA, 2006, p.24). Mas também é consenso a necessidade de ir além dessa explicação terminológica. O organizador do livro *Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos* identificou um ponto em comum entre os seis autores dos capítulos do livro, todos concordam que “a imprensa deveria adotar um enfoque mais ativamente educacional, esclarecedor e orientador das ações do público, sem didatismos banais” (VILAS-BOAS, 2004, p.8). Como ressalta Girardi (2018), o jornalista ambiental é necessário na defesa da vida.

O Jornalismo exerce um papel social fundamental na informação e formação do cidadão, disponibilizando a este ferramentas para atuar na defesa de seus interesses e também dos interesses da sociedade. Nesses tempos tão conturbados, em que a ameaça de danos ao meio ambiente é constante, o Jornalismo Ambiental é necessário para imprimir um olhar cuidadoso e comprometido com a defesa da vida em todas suas dimensões. Isso exige engajamento e espírito investigativo para saber utilizar os métodos do próprio Jornalismo na intenção de desvendar processos que encobrem interesses prejudiciais ao meio ambiente e à saúde de todos. (GIRARDI, 2018, p. 21).

Mas também é preciso reconhecer que apenas engajamento, espírito investigativo e um noticiário bem produzido não bastam. O bom jornalismo ambiental, pautado por sua missão educativa, é necessário, mas não é suficiente. Se não reconhecêssemos esse limite, teríamos que endossar a teoria hipodérmica da comunicação segundo a qual bastaria transmitir uma informação (estímulo) para atingir determinado receptor e obter dele um resultado esperado (resposta) de acordo com as intenções do emissor (WOLF, 2010). No entanto, explica Edgar Morin, “a informação, se for bem transmitida e compreendida, traz inteligibilidade, condição primeira necessária, mas não suficiente, para a compreensão” (MORIN, 2000, p.94). Como salientou anos depois Dominique Wolton, informar não é comunicar. “Comunicar é cada vez menos transmitir, raramente compartilhar, sendo cada vez mais negociar e, finalmente conviver” (WOLTON, 2010, p.62). Um jornalismo ambiental consciente de sua missão educativa contribui com uma formação social orientada ecologicamente.

No Brasil, a missão educativa orienta muitos veículos e programas que buscam informar para educar e, assim, formar cidadania ambiental. Esse jornalismo ambiental mais educativo está presente na televisão – Cidades e Soluções (Globo News), Repórter Eco (TV Cultura); em revistas – Eco 21, Senac Ambiental, Planeta, National Geographic Brasil -; no rádio – Natureza Viva e Vozes do Planeta -; e em sites como Nexo Jornal e Conexão Planeta. No próximo capítulo, os procedimentos metodológicos dessa pesquisa são discutidos.

5 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Mapear o tipo de jornalismo prometido pelos serviços que oferecem no Brasil cobertura jornalística especializada sobre temas ambientais é o objetivo específico desse capítulo. O primeiro passo foi selecionar os serviços especializados com autodescrição disponível na seção <quem somos> dos seus sites. Esta primeira seleção foi realizada levando em consideração a relação completa de quem cobre temas ambientais no país (Quadro 4). Um quadro foi montado (Apêndice A) com a íntegra das 33 autodescrições encontradas nos sites dos serviços especializados – cinco programas de televisão, dois programas de rádio, um jornal mensal, sete revistas e 18 sites.

Outro critério de seleção utilizado foi a citação de algum tema ambiental na autodescrição. Por esse critério as revistas *Ciência Hoje* e *Revista Pesquisa Fapesp*, apesar de sempre publicarem reportagens sobre temas ambientais, ficaram de fora dessa análise porque não citam o tema na sua autodescrição disponível nos respectivos sites, enquadrando seu conteúdo ao jornalismo científico sem qualquer referência ao ambiental. Também ficaram de fora⁵⁵ desse mapeamento a cobertura especializada realizada pelos principais jornais diários do país com redação na Região Sudeste – *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Valor Econômico* – porque não há uma autodescrição em seus sites. Todavia estas seis exceções apresentadas acima não comprometem a análise porque entre os 33 serviços especializados mapeados estão os dois programas de televisão mais relevantes – *Globo News* e *TV Cultura* -; revistas reconhecidas nacionalmente no campo, como *Eco 21*, *Página 22* e *Ecológico*; e sites igualmente relevantes no cenário brasileiro como *Envolverde*, *O Eco*, *Amazônia Real*, *Pública* – Agência de Jornalismo Investigativo, *The Intercept Brasil*, *Repórter Brasil*, *Infoamazônia*, *Colabora* e *Conexão Planeta*.

O segundo passo, para mapear o tipo de jornalismo prometido, foi recortar nas autodescrições os objetivos anunciados por cada um dos 33 serviços especializados para que os tipos de jornalismo prometidos fossem então inferidos dos objetivos assumidos publicamente. Assim se um site diz que seu objetivo é expor a corrupção e a injustiça ele terá necessariamente que praticar um jornalismo investigativo cuja função é investigar e denunciar. Obviamente que nem sempre o que é dito é de fato feito por um serviço jornalístico. Um site qualquer, por exemplo, pode anunciar que trabalha para mudar o mundo informando sobre temas ambientais e na prática oferece um serviço com apuração ausente e sem qualquer relevância social. No entanto, como o objetivo específico neste capítulo é mapear o tipo de jornalismo prometido

⁵⁵ A agência de notícias ambientais *Mongabay* ficou de fora dessa seleção porque apenas recentemente passou a contratar jornalistas brasileiros para o seu noticiário em português.

entende-se que a autodescrição publicada nos sites analisados ajuda a descrever o campo. Todos os objetivos autodeclarados (missão, visão, princípios, enfoque) foram compilados no quadro apresentado a seguir.

Quadro 5 – Unidades de registro com objetivos dos serviços jornalísticos especializados na cobertura ambiental

Programas de televisão	
Repórter Eco TV Cultura	. abordar pesquisas para o desenvolvimento sustentável e conservação dos biomas brasileiros e temas sobre a proteção da rica diversidade biológica e cultural do país.
Cidades e Soluções Globonews	. abrir espaço para as experiências que dão certo, que transformam para melhor a vida das pessoas através do uso inteligente e sustentável dos recursos naturais no Brasil e no mundo.
Terra da Gente EPTV Campinas	. visitar locais de grande beleza e paz; . dar dicas sobre consumo consciente, uso inteligente dos recursos naturais e experiências de vida de defensores da natureza; . encontrar a emoção da pesca esportiva, o sabor da culinária popular e a boa música regional com a preservação da biodiversidade e a conscientização ecológica.
Eco Record News Amazônia	. mostrar belezas naturais e dar dicas de como levar uma vida mais sustentável.
Nova Amazônia TV Brasil	. buscar pessoas, comunidades e idéias com um olhar diferente sobre a região, um olhar de dentro, um olhar de quem vive aqui!
Programas de rádio	
Natureza Viva Rádio Nacional	. abrir espaço para discussões com lideranças rurais da Amazônia, como ribeirinhos, pescadores, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, trabalhadores extrativistas, indígenas, associação de jovens e de mulheres; . dar dicas para preservação do meio ambiente.
Rádio Yandê	. difundir a cultura indígena; . incentivar novos "correspondentes indígenas" no Brasil; . construir uma comunicação colaborativa.
Jornal mensal	
Folha do Meio Ambiente	. discutir os temas ambientais; . lutar pelo resgate da cidadania, pelo uso racional dos recursos naturais, pela educação e conscientização dos habitantes desse planeta; . abordar o tema pelo lado da Educação Ambiental pelo ângulo jornalístico; . orientar comportamento; . tratar o meio ambiente na perspectiva econômica, de formação cultural, de saúde pública, gestão ambiental, de oportunidades de negócios.
Revistas	
Eco 21	. divulgar documentos, ensaios, entrevistas e textos de informação ambiental; . abrir espaço para ciências e políticas ambientais; tratar o tema ambiental de um ponto de vista especializado com uma visão analítica e de, certa forma, educativa; . registrar todos os grandes momentos da política ambiental nacional e internacional; . traduzir e documentar textos específicos sobre as iniciativas ambientais, tanto oficiais quanto da sociedade civil; . dar prioridade ao desenvolvimento sustentável; . divulgar as iniciativas da ONGs nacionais e internacionais.
Planeta	. Apresentar conteúdos sobre sustentabilidade, tecnologia, questões ambientais e de responsabilidade social, pesquisas da UNESCO sobre patrimônios da humanidade, educação e ciência.
Meio Ambiente Industrial & Sustentabilidade	. ser um canal de comunicação para empresas e organizações que buscam melhorar suas atuações em prol da sustentabilidade; . servir como base de pesquisas para profissionais e estudantes do setor industrial; . apresentar soluções, tendências e perspectivas que supram a demanda de conteúdos técnico-informativo no universo ambiental.
Página 22	. provocar o debate livre e plural sobre as principais questões da atualidade e aglutina propostas para lidar com as rápidas transformações da sociedade;

	<ul style="list-style-type: none"> . informar de maneira clara visando a construção de políticas públicas que tragam bem-estar para todos.
Ecológico	<ul style="list-style-type: none"> . informar, esclarecer e formar opinião de qualidade sobre sustentabilidade para ampliação da consciência e mudança de comportamento das pessoas e organizações. . reportar os problemas e os desafios ambientais sob a ótica da solução e da comunhão coletiva entre o meio ambiente e o ser humano.
Vida Simples	<ul style="list-style-type: none"> . inspirar cada vez mais pessoas na busca por algo que faça sentido, e assim, ser melhor para si mesmo e para o outro. . [defender] que o consumo consciente, a economia circular e compartilhada salvará o planeta; . [advogar] que o capitalismo pode ser do bem e as empresas, lugares onde as pessoas são felizes e plenas por terem equilíbrio.
Plurale	<ul style="list-style-type: none"> . focar em meio ambiente e Terceiro Setor principalmente para empresas, especialistas da área e formadores de opinião.
Sites	
Envolverde	<ul style="list-style-type: none"> . produzir conteúdos sobre sustentabilidade; . ampliar o conhecimento social da sustentabilidade através do jornalismo e da comunicação; . ser parte do processo transformador da sociedade em direção à uma economia sustentável; . construir parcerias e redes sólidas com os mais diversos atores da sociedade, de forma a impactar a todos os públicos.
O Eco	<ul style="list-style-type: none"> . dedicar-se a cobertura de pautas sobre o meio ambiente. Nossa razão de ser é a conservação da natureza; . treinar e propiciar experiência a jovens (ou nem tanto) escritores, fotógrafos e cinegrafistas vocacionados à cobertura ambiental; . dar voz a bichos e plantas, através daqueles que se interessam em protegê-los; . apurar de maneira séria para produzir boas matérias . acolher controvérsias e estimular debates propositivos e não de ofensas vazias; . dividir o espaço do site e promover a participação dos leitores.
Pública – Agência de Jornalismo Investigativo	<ul style="list-style-type: none"> . investigar a administração pública, incluindo todos os níveis de governo e as casas legislativas; . investigar os impactos sociais e ambientais de empresas, suas práticas de corrupção e de antitransparência; . investigar o Poder Judiciário, sua eficácia, transparência e equidade; e a violência contra populações vulneráveis na cidade e no campo; . aliar preocupação social com jornalismo independente e de credibilidade; . produzir jornalismo investigativo . fomentar o jornalismo independente na América Latina. . promover os direitos humanos, o direito à informação e a qualificação do debate democrático; . praticar um jornalismo investigativo e inovador, com apuração isenta e criteriosa, baseada em fontes primárias; . estimular a formação de jornalistas éticos e competentes.
The Intercept Brasil	<ul style="list-style-type: none"> . responsabilizar os poderosos por meio de um jornalismo destemido e combativo; . investigar em profundidade; . analisar de maneira implacável a política, a corrupção, o meio ambiente, a segurança pública, a tecnologia, a mídia. . expor a corrupção e a injustiça.
Repórter Brasil	<ul style="list-style-type: none"> . identificar e tornar públicas situações que ferem direitos trabalhistas e causam danos socioambientais no Brasil visando à mobilização de lideranças sociais, políticas e econômicas para a construção de uma sociedade de respeito aos direitos humanos, mais justa, igualitária e democrática; . fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores no Brasil. . combater a escravidão contemporânea. . produzir informação e análises que subsidiam lideranças sociais, políticas e econômicas; . . difundir informações sobre direitos e intercâmbio de conhecimento . cobrir violações de direitos humanos e questões socioambientais . influenciar a formulação de políticas públicas;

	<ul style="list-style-type: none"> . servir como referência para outros veículos de imprensa. . ampliar o alcance de denúncias e colocar na agenda da sociedade brasileira temas de fundamental importância, tais como tráfico de pessoas, trabalho infantil, superexploração de trabalho em frigoríficos, no setor têxtil, impactos ambientais do uso de veneno, entre outros. . produzir documentários de temática socioambiental. . identificar e rastrear cadeias produtivas; . investigar e analisar problemas sociais, trabalhistas e ambientais em relações comerciais; . mapear cadeias produtivas de centenas de empresas com atuação no Brasil e no exterior, ampliando a transparência e fornecendo informação necessária para transformações.
Fauna News	<ul style="list-style-type: none"> . publicar entrevistas exclusivas ou matérias apuradas por Dimas Marques, além de artigos escritos por convidados. . oferecer informações e dados para quem deseja conhecer mais sobre o tráfico de animais e os impactos das estradas na fauna; . defender os silvestres com a conscientização dos seus leitores.
Ecoagência	<ul style="list-style-type: none"> . contribuir para a democratização da informação ambiental e a conscientização ecológica da sociedade com notícias, artigos e reportagens ambientais, publicadas no site e distribuídas por newsletter para todo o Brasil; . denunciar os crimes contra o meio ambiente; . alertar para os problemas ambientais; . acompanhar as políticas públicas do setor; . divulgar as iniciativas de preservação dos recursos naturais; . difundir as soluções sustentáveis; . promover a educação ambiental; . repercutir as opiniões e ações das organizações, entidades, lideranças, cientistas, educadores e comunidades envolvidas com estas questões. . formar consciência ambiental; . mobilizar a opinião pública em torno da preservação da natureza, do uso racional dos recursos naturais e da sustentabilidade planetária.
Direto da Ciência	<ul style="list-style-type: none"> . divulgar as decisões políticas, os bastidores, os conflitos internos e a exposição de temas de interesse público que em geral permanecem em nível restrito nos círculos acadêmicos e nos meios governamental e não governamental nas áreas de ciência e cultura, meio ambiente e ensino superior.
Amazônia Real	<ul style="list-style-type: none"> . fazer jornalismo ético e investigativo, pautado nas questões da Amazônia e de seu povo; . defender a democratização da informação, a liberdade de expressão e dos direitos humanos; . oferecer reportagens contextualizadas e investigadas, fotografias, vídeos e artigos de especialistas nos temas prioritários de sua cobertura: Meio Ambiente; Povos Indígenas; Questão Agrária; Economia & Negócios; Política e Cultura.
Infoamazonia	<ul style="list-style-type: none"> . agregar dados e notícias sobre a Amazônia, a maior floresta tropical contínua do planeta; . melhorar a percepção sobre os desafios para a conservação da floresta.
Conexão Planeta	<ul style="list-style-type: none"> . espalhar e disseminar histórias e notícias relevantes; . relatar a ação de pessoas, comprometidas e visionárias, que provam que sim, temos ferramentas, tecnologia e conhecimento necessários para seguir na direção de um futuro mais feliz; . reunir notícias e informações pertinentes, boas histórias, entrevistas e o olhar apurado de outros colegas, profissionais especializados, que também mostrarão iniciativas de pessoas – como nós – que apostam na mudança rumo a um mundo melhor; . noticiar desmatamento, violência, poluição, desigualdade, aquecimento global; . levar ao leitor o fato – preciso, apurado e verdadeiro; . compartilhar ideias e soluções; . mostrar que é possível fazer melhor; . espalhar por aqui e pelas redes sociais, histórias de empreendedores sociais, ONGs, empresas e indivíduos que, sozinhos ou coletivamente, realizam trabalhos de impacto social, cultural, econômico e ambiental; . inspirar para a ação; . estimular a tomar parte deste grande movimento;

	<ul style="list-style-type: none"> . mostrar o desejo de uma sociedade mais justa e igualitária; . inspirar você a agir agora e transformar o planeta em um lugar melhor e mais feliz para todos.
Agência Econordeste	<ul style="list-style-type: none"> . oferecer conteúdo diversificado sobre Sustentabilidade, considerando o tripé ambiental, social e econômico, a partir das muitas realidades da Região Nordeste do Brasil.
Ecodebate	<ul style="list-style-type: none"> . socializar a informação socioambiental com foco dos movimentos sociais . incentivar o conhecimento e a reflexão, através de notícias, informações, artigos de opinião e artigos técnicos; . discutir cidadania e meio ambiente, de forma transversal e analítica. . contribuir para que nossos leitores possam construir seus próprios conhecimentos e consciência crítica da realidade.
Ambiental Media	<ul style="list-style-type: none"> . produzir visualização de dados e infografia; reportagens e artigos jornalísticos; relatórios, análises e policy briefs; vídeos para as redes sociais; fotografia documental; estratégias de disseminação de conteúdo.
Ecoinforme	<ul style="list-style-type: none"> . contribuir para um mundo sustentável informando e opinando; . divulgar as boas ações de sustentabilidade do mundo corporativo. . veicular notícias, artigos, teses, idéias: uma tribuna de luta por uma sociedade mais justa; . contribuir para o desenvolvimento sustentável no Planeta.
Colabora	<ul style="list-style-type: none"> . produzir reportagens pautadas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU; . contribuir para a transformação do mundo em que vivemos.
Periferia em Movimento	<ul style="list-style-type: none"> . distribuir informação dos extremos ao centro. . fazer um jornalismo sobre, para e a partir das periferias, em nossa complexidade, para ocupar espaços que sempre nos negaram e garantir o acesso a direitos. . pautar a cidade a partir da visibilização de histórias de quem está nas frentes de luta pela garantia de direitos pela cultura, saúde, educação, mobilidade, moradia, preservação ambiental, trabalho e renda, com questões de gênero, raça e classe de forma transversal; . aproximar, representar e incidir politicamente dentro e fora dos territórios de atuação na busca pela garantia de direitos a partir da discussão sobre Jornalismo, Periferias e Direitos Humanos, por meio de encontros de aprendizagem (palestras, oficinas, cursos, vivências), curadoria e consultoria.
De Olho nos Ruralistas	<ul style="list-style-type: none"> . acompanhar a luta dos povos do campo por seus territórios, tradições e recursos naturais frente ao avanço do agronegócio; . [divulgar] conteúdo com foco em iniciativas inspiradoras e de determinação dos povos do campo, frente aos abusos do agronegócio.

Fonte: Dados da pesquisa

Após selecionar os 33 serviços especializados na cobertura de temas ambientais no Brasil com autodescrição disponível em seus sites (primeiro passo) e compilar os objetivos autodeclarados encontrados na missão, na visão, nos princípios e no enfoque descrito por cada serviço reunindo essas unidades de registro no quadro apresentado acima (segundo passo), o terceiro passo foi identificar as funções do jornalismo ambiental que podem ser encontradas no enquadramento dos objetivos analisados. Em livro com os debates do II Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, realizado em Porto Alegre (RS) em 2007, Bueno (2008) reconhece que o jornalismo ambiental desempenha inúmeras funções, mas ressalta três delas: a informativa, a pedagógica e a política.

A função informativa preenche a necessidade que os cidadãos têm de estar em dia com os principais temas que abrangem a questão ambiental, considerando o

impacto que determinadas posturas (hábitos de consumo, por exemplo), processos (efeito estufa, poluição do ar e água, contaminação por agrotóxicos, destruição da biodiversidade etc.) e modelos (como o que privilegia o desenvolvimento a qualquer custo) tem sobre o meio ambiente e, por exemplo, sobre a sua qualidade de vida. (BUENO, 2008, p.109-110).

Ainda segundo o mesmo autor, a função pedagógica “diz respeito à explicitação das causas e soluções para os problemas ambientais e à indicação de caminhos (que incluem necessariamente a **participação dos cidadãos**) para a superação dos problemas ambientais” (BUENO, 2008, p.110, grifo nosso). A participação dos cidadãos seria um dos caminhos que deveriam ser indicados, já a função política diria respeito à mobilização dos cidadãos.

A função política (aqui entendida em seu sentido mais amplo e não obviamente restrita à sua instância meramente político-partidária) tem a ver com a **mobilização dos cidadãos** para fazer frente aos interesses que condicionam o agravamento da questão ambiental. Incluem-se entre esses interesses a ação de determinadas empresas e setores que, recorrentemente, têm penalizado o meio ambiente para favorecer os seus negócios (indústria agroquímica, de biotecnologia, de mineração, de papel e celulose, agropecuária etc.). Incorpora também uma vigilância permanente com respeito à ação dos governantes que, por omissão ou comprometimento com os interesses empresariais ou de grupos privilegiados da sociedade, não elaboram e põem em prática políticas públicas que contribuem efetivamente para reduzir a degradação ambiental. (BUENO, 2008, p.110, grifo nosso).

Essas três funções ressaltadas pelo autor (informativa, pedagógica e política) não são suficientes para mapear os tipos de jornalismo presentes nas autodescrições dos serviços que prometem no Brasil uma cobertura especializada dos temas ambientais. Uma quarta função investigativa parece estar inserida nas funções informativa (impacto de posturas, processos e modelos) e política (explicitação das causas) propostas por Bueno (2008). No entanto, conforme visto no Capítulo 4, a diferença de procedimentos profissionais exige que se faça uma distinção entre jornalismo convencional e jornalismo investigativo (HUNTER, 2013). No convencional, por exemplo, a história se baseia em um mínimo necessário de informações e pode ser apresentada em um texto no formato de notícia.

Já no investigativo, ela se baseia no máximo possível de informações e exige, necessariamente, um texto no formato de reportagem. Nem todo jornalismo especializado em temas ambientais pratica necessariamente jornalismo investigativo. Um site especializado pode oferecer conteúdo qualificado publicando apenas notícias convencionais ou reportagens simples apuradas e checadas sem o uso das técnicas da investigação jornalística. Como existem no Brasil serviços jornalísticos que prometem (e praticam) um jornalismo investigativo sobre temas ambientais, e nem todos que se comprometem a fazer mobilização política em prol das

causas ambientais assumem a prática do jornalismo investigativo, entendeu-se necessário diferenciar nessa pesquisa a função investigativa das funções informativa e política propostas por Bueno (2008).

O corpus de análise desse capítulo, formado pelos objetivos recortados (unidades de registro) das autodefinições de 33 serviços especializados na cobertura de temas ambientais no Brasil, exige também que a função política proposta por Bueno (2008) seja entendida como mobilizar politicamente uma vez que há serviços que também se comprometem com uma mobilização voltada aos negócios. Alguns assumem como objetivo do serviço difundir boas práticas, empreendimentos inspiradores e até empresas comprometidas com soluções sustentáveis. Diante disso entendeu-se necessário adotar nessa pesquisa uma quinta função, a de promover, no sentido de promover soluções com uma perspectiva voltada para os negócios (verde, sustentável, de baixo carbono, ecológico), para diferenciá-la da função mobilizar, no sentido de mobilizar ações nas esferas políticas do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário). Em diálogo com Bueno (2008) e Hunter (2013), cinco são as funções apresentadas no quadro a seguir como categorias da Análise de Conteúdo realizada nesse capítulo: informar, promover, educar, mobilizar e investigar.

Quadro 6 - Categorias e unidades de registro com os objetivos autodeclarados nos serviços especializados

FUNÇÕES	OBJETIVOS
Informar	<ul style="list-style-type: none"> . divulgar documentos, ensaios, entrevistas e textos de informação ambiental. (Eco 21) . registrar todos os grandes momentos da política ambiental nacional e internacional. (Eco 21) . Apresentar conteúdos sobre sustentabilidade, tecnologia, questões ambientais e de responsabilidade social, pesquisas da UNESCO sobre patrimônios da humanidade, educação e ciência. (Planeta) . informar de maneira clara visando a construção de políticas públicas que tragam bem-estar para todos. (Página 22) . informar, esclarecer e formar opinião de qualidade sobre sustentabilidade para ampliação da consciência e mudança de comportamento das pessoas e organizações. (Ecológico) . reportar os problemas e os desafios ambientais sob a ótica da solução e da comunhão coletiva entre o meio ambiente e o ser humano. (Ecológico) . produzir conteúdos sobre sustentabilidade. (Envolverde) . dedicar-se a cobertura de pautas sobre o meio ambiente. Nossa razão de ser é a conservação da natureza. (O Eco) . apurar de maneira séria para produzir boas matérias. (O Eco) . produzir informação e análises que subsidiam lideranças sociais, políticas e econômicas. (Repórter Brasil) . difundir informações sobre direitos e intercâmbio de conhecimento. (Repórter Brasil) . cobrir violações de direitos humanos e questões socioambientais. (Repórter Brasil) . publicar entrevistas exclusivas ou matérias apuradas por Dimas Marques, além de artigos escritos por convidados. (Fauna News) . oferecer informações e dados para quem deseja conhecer mais sobre o tráfico de animais e os impactos das estradas na fauna. (Fauna News)

	<ul style="list-style-type: none"> . contribuir para a democratização da informação ambiental e a conscientização ecológica da sociedade com notícias, artigos e reportagens ambientais, publicadas no site e distribuídas por newsletter para todo o Brasil. (Ecoagência) . acompanhar as políticas públicas do setor. (Ecoagência) . agregar dados e notícias sobre a Amazônia, a maior floresta tropical contínua do planeta. (Infoamazônia) . espalhar e disseminar histórias e notícias relevantes. (Conexão Planeta) . reunir notícias e informações pertinentes, boas histórias, entrevistas e o olhar apurado de outros colegas, profissionais especializados, que também mostrarão iniciativas de pessoas – como nós – que apostam na mudança rumo a um mundo melhor. (Conexão Planeta) . noticiar desmatamento, violência, poluição, desigualdade, aquecimento global. (Conexão Planeta) . levar ao leitor o fato – preciso, apurado e verdadeiro. (Conexão Planeta) . oferecer conteúdo diversificado sobre Sustentabilidade, considerando o tripé ambiental, social e econômico, a partir das muitas realidades da Região Nordeste do Brasil. (Agência Econordeste) . socializar a informação socioambiental com foco dos movimentos sociais. (Ecodebate) . Produzir visualização de dados e infografia; reportagens e artigos jornalísticos; relatórios, análises e policy briefs; vídeos para as redes sociais; fotografia documental; estratégias de disseminação de conteúdo. (Ambiental Media) . contribuir para um mundo sustentável informando e opinando. (Ecoinforme) . veicular notícias, artigos, teses, idéias: uma tribuna de luta por uma sociedade mais justa. (Ecoinforme) . distribuir informação dos extremos ao centro. (Periferia em Movimento) . acompanhar a luta dos povos do campo por seus territórios, tradições e recursos naturais frente ao avanço do agronegócio. (De Olho nos Ruralistas)
Promover	<ul style="list-style-type: none"> . abordar pesquisas para o desenvolvimento sustentável e conservação dos biomas brasileiros e temas sobre a proteção da rica diversidade biológica e cultural do país. (Repórter Eco) . abrir espaço para as experiências que dão certo, que transformam para melhor a vida das pessoas através do uso inteligente e sustentável dos recursos naturais no Brasil e no mundo. (Cidades e Soluções) . visitar locais de grande beleza e paz. (Terra da Gente) . mostrar belezas naturais e dar dicas de como levar uma vida mais sustentável. (Eco Record News Amazônia) . buscar pessoas, comunidades e idéias com um olhar diferente sobre a região, um olhar de dentro, um olhar de quem vive aqui! (Nova Amazônia) . abrir espaço para discussões com lideranças rurais da Amazônia, como ribeirinhos, pescadores, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, trabalhadores extrativistas, indígenas, associação de jovens e de mulheres. (Natureza Viva) . difundir a cultura indígena. (Rádio Yandê) . tratar o meio ambiente na perspectiva econômica, de formação cultural, de saúde pública, gestão ambiental, de oportunidades de negócios. (Folha do Meio Ambiente) . dar prioridade ao desenvolvimento sustentável. (Eco 21) . divulgar as iniciativas da ONGs nacionais e internacionais. (Eco 21) . ser um canal de comunicação para empresas e organizações que buscam melhorar suas atuações em prol da sustentabilidade. (Meio Ambiente Industrial & Sustentabilidade) . apresentar soluções, tendências e perspectivas que supram a demanda de conteúdos técnico-informativo no universo ambiental. (Meio Ambiente Industrial & Sustentabilidade) . [advogar] que o capitalismo pode ser do bem e as empresas, lugares onde as pessoas são felizes e plenas por terem equilíbrio. (Vida Simples) . focar em meio ambiente e Terceiro Setor principalmente para empresas, especialistas da área e formadores de opinião. (Plurale) . construir parcerias e redes sólidas com os mais diversos atores da sociedade, de forma a impactar a todos os públicos. (Envolverde) . divulgar as iniciativas de preservação dos recursos naturais. (Ecoagência)

	<ul style="list-style-type: none"> . difundir as soluções sustentáveis. (Ecoagência) . repercutir as opiniões e ações das organizações, entidades, lideranças, cientistas, educadores e comunidades envolvidas com estas questões. (Ecoagência) . relatar a ação de pessoas, comprometidas e visionárias, que provam que sim, temos ferramentas, tecnologia e conhecimento necessários para seguir na direção de um futuro mais feliz. (Conexão Planeta) . compartilhar ideias e soluções. (Conexão Planeta) . mostrar que é possível fazer melhor. (Conexão Planeta) . espalhar por aqui e pelas redes sociais, histórias de empreendedores sociais, ONGs, empresas e indivíduos que, sozinhos ou coletivamente, realizam trabalhos de impacto social, cultural, econômico e ambiental. (Conexão Planeta) . divulgar as boas ações de sustentabilidade do mundo corporativo. (Ecoinforme) . contribuir para o desenvolvimento sustentável no Planeta. (Ecoinforme) . produzir reportagens pautadas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU. (Colabora) . [divulgar] conteúdo com foco em iniciativas inspiradoras e de determinação dos povos do campo, frente aos abusos do agronegócio. (De Olho nos Ruralistas)
Educar	<ul style="list-style-type: none"> . abordar pesquisas para o desenvolvimento sustentável e conservação dos biomas brasileiros e temas sobre a proteção da rica diversidade biológica e cultural do país. (Repórter Eco) . dar dicas sobre consumo consciente, uso inteligente dos recursos naturais e experiências de vida de defensores da natureza. (Terra da Gente) . encontrar a emoção da pesca esportiva, o sabor da culinária popular e a boa música regional com a preservação da biodiversidade e a conscientização ecológica. (Terra da Gente) . mostrar belezas naturais e dar dicas de como levar uma vida mais sustentável. (Eco Record News Amazônia) . dar dicas para preservação do meio ambiente. (Natureza Viva) . incentivar novos "correspondentes indígenas" no Brasil. (Rádio Yandê) . abordar o tema pelo lado da Educação Ambiental pelo ângulo jornalístico. (Folha do Meio Ambiente) . discutir os temas ambientais. (Folha do Meio Ambiente) . orientar comportamento. (Folha do Meio Ambiente) . abrir espaço para ciências e políticas ambientais; tratar o tema ambiental de um ponto de vista especializado com uma visão analítica e de, certa forma, educativa. (Eco 21) . traduzir e documentar textos específicos sobre as iniciativas ambientais, tanto oficiais quanto da sociedade civil. (Eco 21) . servir como base de pesquisas para profissionais e estudantes do setor industrial. (Meio Ambiente Industrial & Sustentabilidade) . provocar o debate livre e plural sobre as principais questões da atualidade e aglutina propostas para lidar com as rápidas transformações da sociedade. (Página 22) . informar, esclarecer e formar opinião de qualidade sobre sustentabilidade para ampliação da consciência e mudança de comportamento das pessoas e organizações. (Ecológico) . [defender] que o consumo consciente, a economia circular e compartilhada salvará o planeta. (Vida Simples) . inspirar cada vez mais pessoas na busca por algo que faça sentido, e assim, ser melhor para si mesmo e para o outro. (Vida Simples) . ampliar o conhecimento social da sustentabilidade através do jornalismo e da comunicação. (Envolverde) . treinar e propiciar experiência a jovens (ou nem tanto) escritores, fotógrafos e cinegrafistas vocacionados à cobertura ambiental. (O Eco) . acolher controvérsias e estimular debates propositivos e não de ofensas vazias. (O Eco) . estimular a formação de jornalistas éticos e competentes. (Pública) . fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores no Brasil. (Repórter Brasil) . defender os silvestres com a conscientização dos seus leitores. (Fauna News)

	<ul style="list-style-type: none"> . contribuir para a democratização da informação ambiental e a conscientização ecológica da sociedade com notícias, artigos e reportagens ambientais, publicadas no site e distribuídas por newsletter para todo o Brasil. (Ecoagência) . promover a educação ambiental. (Ecoagência) . formar consciência ambiental. (Ecoagência) . melhorar a percepção sobre os desafios para a conservação da floresta. (Infoamazônia) . incentivar o conhecimento e a reflexão, através de notícias, informações, artigos de opinião e artigos técnicos. (Ecodebate) . discutir cidadania e meio ambiente, de forma transversal e analítica. (Ecodebate) . contribuir para que nossos leitores possam construir seus próprios conhecimentos e consciência crítica da realidade. (Ecodebate)
Mobilizar	<ul style="list-style-type: none"> . construir uma comunicação colaborativa. (Rádio Yandê) . ajudar na luta por um futuro comum mais sadio. (Folha do Meio Ambiente) . provocar o debate livre e plural sobre as principais questões da atualidade e aglutina propostas para lidar com as rápidas transformações da sociedade. (Página 22) . informar, esclarecer e formar opinião de qualidade sobre sustentabilidade para ampliação da consciência e mudança de comportamento das pessoas e organizações. (Ecológico) . ser parte do processo transformador da sociedade em direção à uma economia sustentável. (Envolverde) . dar voz a bichos e plantas, através daqueles que se interessam em protegê-los. (O Eco) . dividir o espaço do site e promover a participação dos leitores. (O Eco) . aliar preocupação social com jornalismo independente e de credibilidade. (Pública) . fomentar o jornalismo independente na América Latina. (Pública) . promover os direitos humanos, o direito à informação e a qualificação do debate democrático. (Pública) . combater a escravidão contemporânea. (Repórter Brasil) . influenciar a formulação de políticas públicas. (Repórter Brasil) . servir como referência para outros veículos de imprensa. (Repórter Brasil) . alertar para os problemas ambientais. (Ecoagência) . mobilizar a opinião pública em torno da preservação da natureza, do uso racional dos recursos naturais e da sustentabilidade planetária. (Ecoagência) . defender a democratização da informação, a liberdade de expressão e dos direitos humanos. (Amazônia Real) . inspirar para a ação. (Conexão Planeta) . estimular a tomar parte deste grande movimento. (Conexão Planeta) . mostrar o desejo de uma sociedade mais justa e igualitária. (Conexão Planeta) . inspirar você a agir agora e transformar o planeta em um lugar melhor e mais feliz para todos. (Conexão Planeta) . Produzir visualização de dados e infografia; reportagens e artigos jornalísticos; relatórios, análises e policy briefs; vídeos para as redes sociais; fotografia documental; estratégias de disseminação de conteúdo. (Ambiental Media) . contribuir para a transformação do mundo em que vivemos. (Colabora) . fazer um jornalismo sobre, para e a partir das periferias, em nossa complexidade, para ocupar espaços que sempre nos negaram e garantir o acesso a direitos. (Periferia em Movimento) . pautar a cidade a partir da visibilização de histórias de quem está nas frentes de luta pela garantia de direitos pela cultura, saúde, educação, mobilidade, moradia, preservação ambiental, trabalho e renda, com questões de gênero, raça e classe de forma transversal. (Periferia em Movimento) . aproximar, representar e incidir politicamente dentro e fora dos territórios de atuação na busca pela garantia de direitos a partir da discussão sobre Jornalismo, Periferias e Direitos Humanos, por meio de encontros de aprendizagem (palestras, oficinas, cursos, vivências), curadoria e consultoria. (Periferia em Movimento) . identificar e tornar públicas situações que ferem direitos trabalhistas e causam danos socioambientais no Brasil visando à mobilização de lideranças sociais, políticas e

	econômicas para a construção de uma sociedade de respeito aos direitos humanos, mais justa, igualitária e democrática. (Repórter Brasil)
Investigar	<ul style="list-style-type: none"> . investigar a administração pública, incluindo todos os níveis de governo e as casas legislativas. (Pública) . investigar os impactos sociais e ambientais de empresas, suas práticas de corrupção e de antitransparência. (Pública) . investigar o Poder Judiciário, sua eficácia, transparência e equidade; e a violência contra populações vulneráveis na cidade e no campo. (Pública) . produzir jornalismo investigativo. (Pública) . praticar um jornalismo investigativo e inovador, com apuração isenta e criteriosa, baseada em fontes primárias. (Pública) . responsabilizar os poderosos por meio de um jornalismo destemido e combativo. (The Intercept Brasil) . investigar em profundidade. (The Intercept Brasil) . analisar de maneira implacável a política, a corrupção, o meio ambiente, a segurança pública, a tecnologia, a mídia. (The Intercept Brasil) . expor a corrupção e a injustiça. (The Intercept Brasil) . identificar e tornar públicas situações que ferem direitos trabalhistas e causam danos socioambientais no Brasil visando à mobilização de lideranças sociais, políticas e econômicas para a construção de uma sociedade de respeito aos direitos humanos, mais justa, igualitária e democrática. (Repórter Brasil) . ampliar o alcance de denúncias e colocar na agenda da sociedade brasileira temas de fundamental importância, tais como tráfico de pessoas, trabalho infantil, superexploração de trabalho em frigoríficos, no setor têxtil, impactos ambientais do uso de veneno, entre outros. (Repórter Brasil) . produzir documentários de temática socioambiental. (Repórter Brasil) . identificar e rastrear cadeias produtivas. (Repórter Brasil) . investigar e analisar problemas sociais, trabalhistas e ambientais em relações comerciais. (Repórter Brasil) . mapear cadeias produtivas de centenas de empresas com atuação no Brasil e no exterior, ampliando a transparência e fornecendo informação necessária para transformações. (Repórter Brasil) . denunciar os crimes contra o meio ambiente. (Ecoagência) . divulgar as decisões políticas, os bastidores, os conflitos internos e a exposição de temas de interesse público que em geral permanecem em nível restrito nos círculos acadêmicos e nos meios governamental e não governamental nas áreas de ciência e cultura, meio ambiente e ensino superior. (Direto da Ciência) . fazer jornalismo ético e investigativo, pautado nas questões da Amazônia e de seu povo. (Amazônia Real) . oferecer reportagens contextualizadas e investigadas, fotografias, vídeos e artigos de especialistas nos temas prioritários de sua cobertura: Meio Ambiente; Povos Indígenas; Questão Agrária; Economia & Negócios; Política e Cultura. (Amazônia Real)

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro acima mostra que as unidades de registro recortadas do corpus desse capítulo formado pelas autodescrições de 33 serviços jornalísticos que fazem cobertura especializada de temas ambientais no Brasil permitem afirmar que tais serviços prometem cumprir pelo menos cinco funções com seu jornalismo: informar fatos e acontecimentos; promover soluções e negócios sustentáveis; educar; mobilizar politicamente seu público; e investigar e denunciar crimes ambientais.

Essa análise do que prometem os serviços jornalísticos especializados permite mapear os tipos de jornalismo ambiental prometidos, mas não o jornalismo praticado. Trata-se de um

movimento para compreender a noção de jornalismo ambiental segundo seus protagonistas. No caso do programa Cidades & Soluções (Globo News), principal programa sobre temas ambientais da televisão brasileira, por exemplo, sua autodescrição é pobre, pois revela apenas a função prioritária de promover soluções (abrir espaço), mas não descreve as quatro funções de fato entregues pelo programa que também informa, educa e mobiliza. O quadro a seguir mostra as funções em relação às autodescrições dos serviços analisados e quantas unidades de registro de cada uma das categorias foram encontrada no corpus de cada serviço analisado.

Tabela 1 - Funções encontradas na autodescrição dos serviços especializados em temas ambientais

	Informar	Promover	Educar	Mobilizar	Investigar
Repórter Eco	-	X	X	-	-
Cidades & Soluções	-	X	-	-	-
Terra da Gente	-	X	XX	-	-
Eco Record News Amazônia	-	X	X	-	-
Nova Amazônia	-	X	-	-	-
Natureza Viva	-	X	X	-	-
Rádio Yandê	-	X	X	X	-
Folha do Meio Ambiente	-	X	XXX	X	-
Eco 21	XX	XX	XX	-	-
Planeta	X	-	-	-	-
Meio Ambiente Industrial & Sustentabilidade	-	XX	X	-	-
Página 22	X	-	X	X	-
Ecológico	XX	-	X	X	-
Vida Simples	-	X	XX	-	-
Plurale	-	X	-	-	-
Envolverde	X	X	X	X	-
O Eco	XX	-	XX	XX	-
Pública – Agência de Jornalismo Investigativo	-	-	X	XXX	XXXXX
The Intercept Brasil	-	-	-	-	XXXX
Repóter Brasil	XXX	-	X	XXXX	XXXXXX
Fauna News	XX	-	X	-	-
Ecoagência	XX	XXX	XXX	XX	X
Direto da Ciência	-	-	-	-	X
Amazônia Real	-	-	-	X	XX
Infoamazonia	X	-	X	-	-
Conexão Planeta	XXXX	XXXX	-	XXXX	-
Agência Econordeste	X	-	-	-	-
Ecodebate	X	-	XXX	-	-
Ambiental Media	X	-	-	X	-
Ecoinforme	XX	XX	-	-	-
Colabora	-	X	-	X	-
Periferia em Movimento	X	-	-	XXX	-
De Olho nos Ruralistas	X	X	-	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa

Dos 33 serviços jornalísticos que oferecem uma cobertura especializada sobre temas ambientais no Brasil, apenas a Ecoagência (Figura 6) promete em sua autodescrição cumprir as cinco funções do jornalismo analisadas nesse capítulo: informar, promover, educar, mobilizar e investigar. O Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJRS) responsável pela

criação desse serviço em janeiro de 2003, primeira entidade formada por jornalistas interessados em temas ambientais a surgir no Brasil (conforme discutido em 4.1), reflete e promove discussões sobre o papel do jornalismo na cobertura dos temas ambientais há três décadas. Tal tradição do NEJRS pode explicar a presença das cinco funções na autodescrição somente desse serviço que, na prática, raramente realiza investigações.

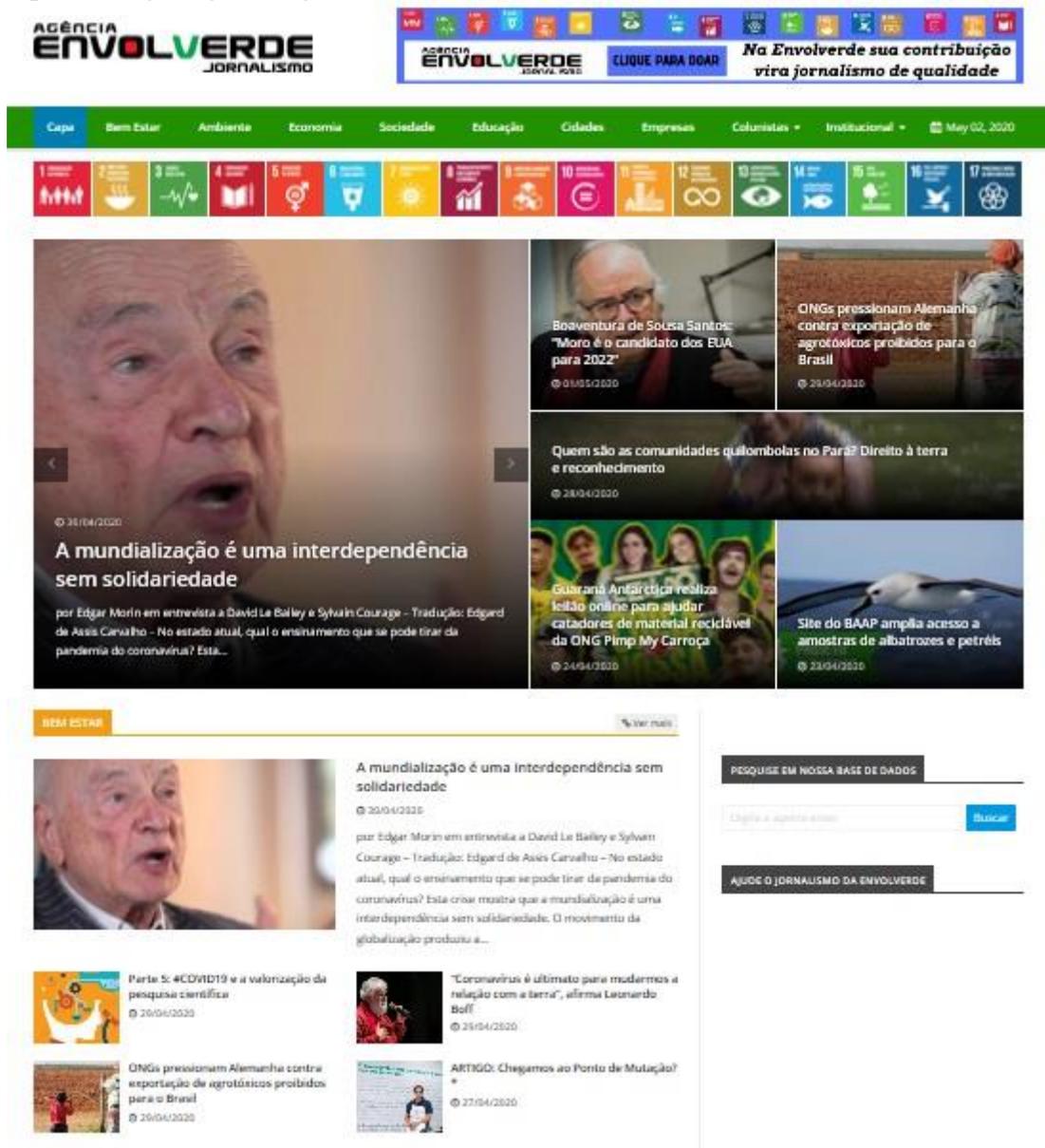
Figura 6 – Capa do serviço criado pelo Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul



Fonte: <<http://www.ecoagencia.com.br>>. Acesso em: 03 mai.2020.

A Tabela 1 da página anterior mostra também que a Agência Envolverde, o primeiro portal especializado em temas ambientais do Brasil (Figura 7), criado em 1998, promete em sua autodescrição cumprir quatro das cinco funções analisadas nesse capítulo: informar, promover, educar e mobilizar. A Envolverde, que também faz consultoria para empresas, não se compromete publicamente com a prática do jornalismo investigativo. Quatro também são as funções na autodescrição do site Repórter Brasil: informar, educar, mobilizar e investigar. A promoção de negócios sustentáveis, prometida na Envolverde, não está entre as funções assumidas pela Repórter Brasil, assim como a função de investigar está nos compromissos da Repórter Brasil, mas não aparece na Envolverde. A Repórter Brasil também assume uma postura científica em seu site informando na autodescrição que realiza consultoria para organizações juntamente com seu trabalho de investigação jornalística.

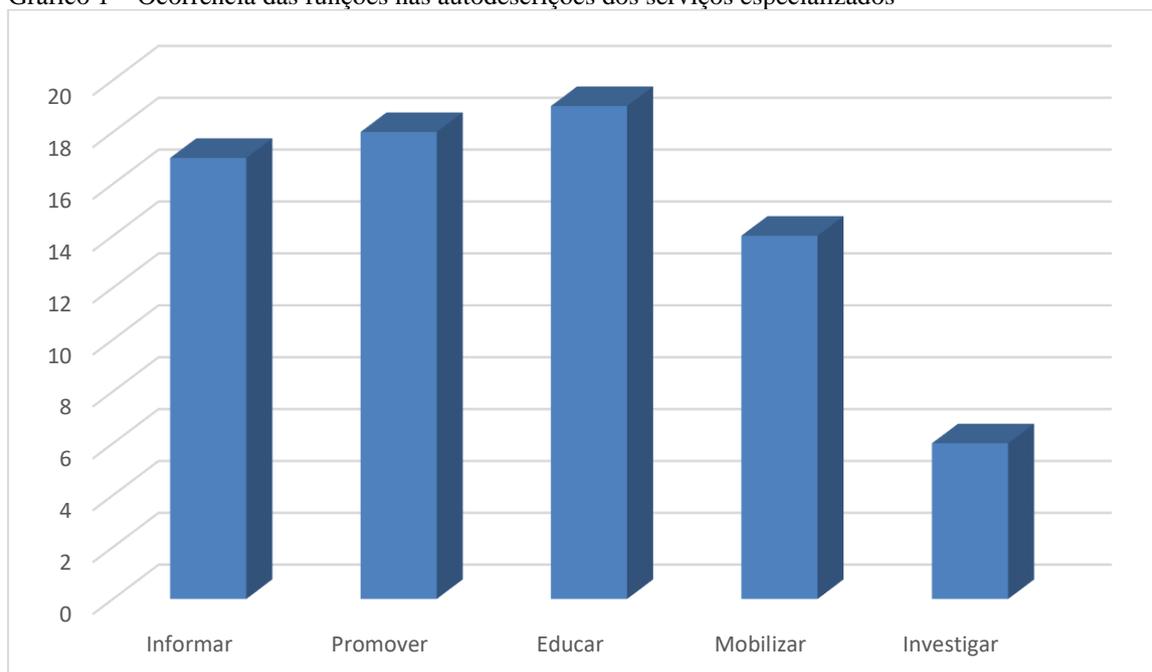
Figura 7 – Capa do primeiro portal de notícias sobre meio ambiente no Brasil



Fonte: <<https://envolverde.cartacapital.com.br>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

Seis são os serviços analisados que assumem em sua autodescrição três das cinco funções do jornalismo analisadas: Rádio Yandê, jornal Folha do Meio Ambiente, revistas Eco 21, Página 22 e Ecológico (criada e mantida por Hiram Firmino, jornalista referência no jornalismo ambiental brasileiro), e o portal Conexão Planeta. O gráfico a seguir permite avaliar a presença das funções entre os 33 serviços especializados em temas ambientais.

Gráfico 1 – Ocorrência das funções nas autodescrições dos serviços especializados



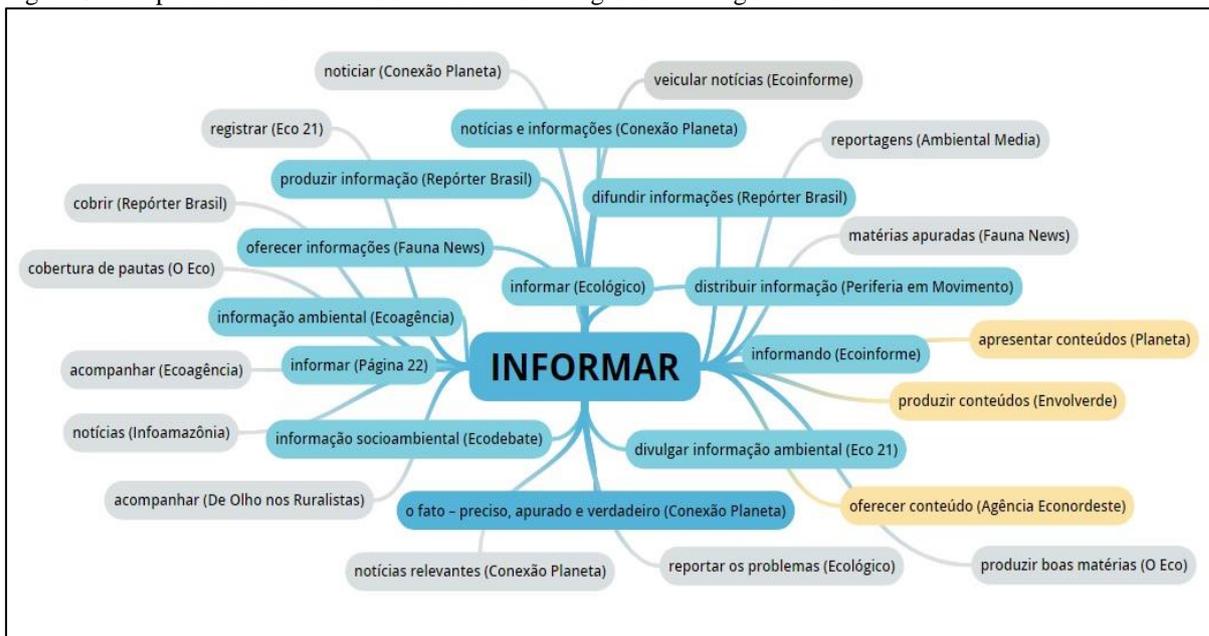
Fonte: Dados da pesquisa

A função de educar (19/33) é a que mais aparece nas 33 autodescrições analisadas, presente em 19 serviços jornalísticos que oferecem uma cobertura especializada de temas ambientais no Brasil, seguida pelas funções de promover (18/33), informar (17/33), mobilizar (14/33) e investigar (6/33). Diante dessas cinco funções encontradas nas autodescrições, é possível dizer que há pelo menos cinco tipos de jornalismo ambiental autodeclarados: um jornalismo ambiental informativo, um jornalismo ambiental promocional, um jornalismo ambiental educativo, um jornalismo ambiental mobilizador e um jornalismo ambiental investigativo. Os cinco tipos são apresentados a seguir.

5.1 Informativo

Informar (Página 22 e Ecológico), divulgar informação ambiental (Eco 21), produzir e difundir informações (Repórter Brasil e Periferia em Movimento), oferecer informações (Fauna News) são alguns dos compromissos autodeclarados com enquadramento informativo que utilizam o verbo informar e o substantivo informação. Mas ele também está presente quando os serviços prometem acompanhar (Ecoagência), noticiar (Conexão Planeta) o fato – preciso, apurado e verdadeiro (Conexão Planeta), veicular notícias (Ecoinforme) e reportar os problemas (Ecológico), conforme mapa mental a seguir.

Figura 8 – Mapa mental com trechos de unidades de registro da categoria Informar



Fonte: Dados da pesquisa

A função informar apresentada nesta pesquisa dialoga com a função informativa de Bueno (2008), mas diferencia o jornalismo informativo do jornalismo investigativo, assim como Hunter (2013) estabelece aqui distinções entre o jornalismo convencional e o investigativo. A função informar, assim como a função informativa de Bueno (2008), “preenche a necessidade que os cidadãos têm de estar em dia com os principais temas que abrangem a questão ambiental” (BUENO, 2008, p.109-110), no entanto, faz isso com técnicas do jornalismo convencional, sem o uso das técnicas do jornalismo investigativo. Esse jornalismo ambiental informativo, à luz das teorias do jornalismo discutidas no Capítulo 4, pode ser descrito como aquele que apura notícias e reportagens convencionais, sem investigação jornalística, e também faz curadoria de informações relevantes publicadas originalmente em sites de fontes consideradas importantes para o campo ambiental, como instituições de pesquisa e organizações não governamentais. O portal Conexão Planeta (Figura 9) descreve bem esse tipo de jornalismo informativo na sua autodescrição, conforme pode ser lido na unidade de registro a seguir.

[...] reunir notícias e informações pertinentes, boas histórias, entrevistas e o olhar apurado de outros colegas, profissionais especializados, que também mostrarão iniciativas de pessoas – como nós – que apostam na mudança rumo a um mundo melhor. (CONEXÃO PLANETA).

Esse jornalismo informativo é também um jornalismo engajado “na mudança rumo a um mundo melhor”. Conexão Planeta assume a função de “noticiar desmatamento, violência, poluição, desigualdade, aquecimento global”, assim como “espalhar e disseminar histórias e notícias relevantes”, sem abrir mão dos compromissos da profissão, como é ressaltado na autodescrição do serviço: “levar ao leitor o fato – preciso, apurado e verdadeiro”.

Figura 9 – Capa do portal Conexão Planeta

1 de Maio de 2020 · Últimos: Rara raríssima, chamada de 'unicórnio dos oceanos', é filmada na Grande Barreira dos Corais, na Austrália

f t i



SOBRE QUEM SOMOS NOSSO LOGO EDITÓRIAS BLOGS PARCEIROS CONTATO

Meio Ambiente



Governo exonera chefes de fiscalização do Ibama responsáveis por operações contra garimpos em terras indígenas na Amazônia

1 de Maio de 2020 · Mônica Nunes · 0 comentários

Duas semanas depois da exoneração de um diretor do órgão devido a megaoperação em terras indígenas do Pará, exibida na TV, os fiscais foram substituídos por homens de confiança de Ricardo Salles. É o fim do Ibama?

Compartilhe isso:

Reportagens recentes

Governo exonera chefes de fiscalização do Ibama responsáveis por operações contra garimpos em terras indígenas na Amazônia

Litoral do Paraná é refúgio de espécies ameaçadas, que dependem da preservação de restingas e manguezais para sobreviver

Surgem vídeos impactantes sobre crise climática. 'Nunca como está em outros'

Estados da região Sul somam mais de R\$ 3 bilhões de multas ambientais não pagas nos últimos 25 anos

Sem turistas, devido à pandemia do coronavírus, mergulhadores se unem a cientistas para restaurar a Grande Barreira de Corais da Austrália

O 'perdono' coronavírus: será a Amazônia, com o avanço do desmatamento?

Para agradar turistas, Ricardo Salles muda regras de acesso a rios por desmatamento ilegal na Mata Atlântica

Dia da Terra: 50 anos depois, uma pandemia e uma crise climática mudam caminhos para um futuro (de fato) sustentável?

Conexão Planeta lança o Concurso Fotográfico Natureza em Casa: mostre seu talento durante a quarentena

Vídeo de tartarugas em águas limpas na Baía de Casembere viraliza nas redes sociais. Será refúgio da quarentena?

Fonte: <<http://conexaoplaneta.com.br>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

O fato preciso, apurado e verdadeiro do portal Conexão Planeta é uma referência à verdade factual. Essa postura engajada com a pauta ambiental e comprometida com as técnicas do jornalismo também está presente na autodescrição do site de notícias O Eco que promete “dedicar-se a cobertura de pautas sobre o meio ambiente”, pois sua “razão de ser é a conservação da natureza”, mas também “apurar de maneira séria para produzir boas matérias”. Pode se dizer então que o jornalismo ambiental informativo encontrado nas autodescrições

analisadas é um jornalismo que se assume engajado e comprometido com as práticas profissionais do jornalismo convencional.

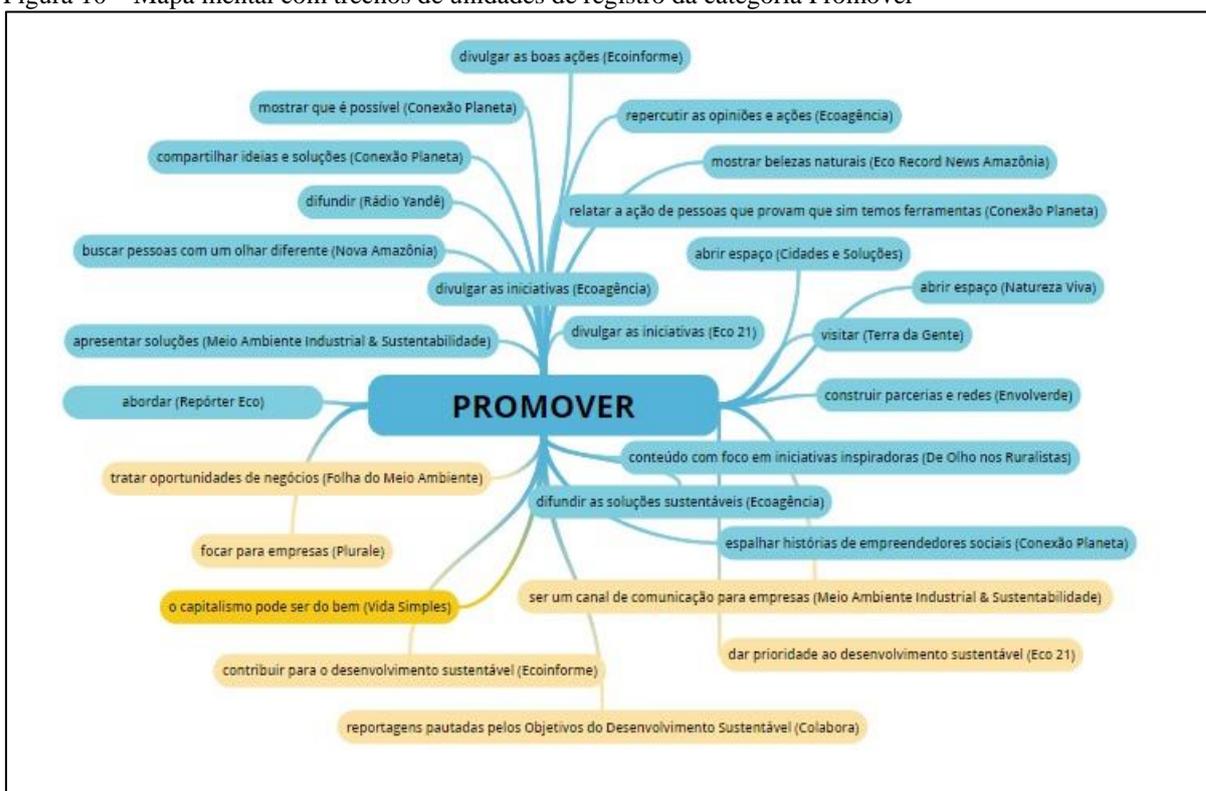
5.2 Promocional

Divulgar as iniciativas (Eco 21, Ecoagência), abrir espaço (Cidades e Soluções, Natureza Viva), difundir as soluções sustentáveis (Ecoagência), apresentar soluções (Meio Ambiente Industrial & Sustentabilidade), tratar oportunidades de negócios (Folha do Meio Ambiente), dar prioridade ao desenvolvimento sustentável (Eco 21) e contribuir para o desenvolvimento sustentável (Ecoinforme) são alguns dos compromissos autodeclarados com enquadramento promocional.

Nesse tipo de jornalismo que promete promover soluções econômicas possíveis assume-se que o capitalismo pode ser do bem (Vida Simples) e para que isso de fato ocorra é preciso divulgar as boas ações (Ecoinforme), mostrar que é possível (Conexão Planeta), compartilhar ideias e soluções (Conexão Planeta), espalhar histórias de empreendedores sociais (Conexão Planeta), relatar a ação de pessoas que provam que sim temos ferramentas (Conexão Planeta), focar para empresas (Plurale), construir parcerias e redes (Envolverde), repercutir as opiniões e ações (Ecoagência), publicar reportagens pautadas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável⁵⁶ (Colabora) e conteúdo com foco em iniciativas inspiradoras (De Olho nos Ruralistas).

⁵⁶ Na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nova Iorque de 25 a 27 de setembro de 2015, a ONU aprovou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com 169 metas associadas até 2030. Os objetivos são: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; parcerias e meios de implementação.

Figura 10 – Mapa mental com trechos de unidades de registro da categoria Promover



Fonte: Dados da pesquisa

Esse tipo de jornalismo que promove assume publicamente que está entre seus objetivos autodeclarados fazer propaganda de soluções possíveis dentro do capitalismo historicamente predador (conforme discutido no Capítulo 2). Esse caráter reformista e promocional, de fazer propaganda de soluções possíveis, pode ser encontrado inclusive no nome do principal programa da televisão brasileira sobre temas ambientais, Cidades e Soluções, do canal fechado Globo News, que se compromete a abrir espaços.

Essa difusão de agentes e iniciativas econômicas não pode ser confundida com mobilização política, por isso nessa pesquisa se criou a categoria Promover para se diferenciar do Mobilizar, esta mais relacionada com a função política do jornalismo ambiental apresentada por Bueno (2008). A revista Meio Ambiente Industrial (Figura 11), comprada pelo grupo italiano Tecniche Nuove, destaca-se nessa promoção de soluções ambientais técnicas e econômicas para o mercado brasileiro.

Figura 11 – Capa do site da revista Meio Ambiente Industrial que atua há duas décadas no Brasil

The image shows the homepage of the website for the magazine 'Meio Ambiente Industrial'. At the top, there is a navigation bar with the following items: NOTÍCIAS, SEÇÕES, INFORMES, ATUALIZAÇÃO, VITRINE, MULTIMÍDIA, ECOMONDO BRASIL, and a search icon. Below the navigation bar, the main content area is divided into several sections. On the left, there is a large green banner for 'EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E A CIDADE DE SÃO PAULO' on June 1st, 08:30 to 14:00. To the right of this banner, there is a green sidebar with text: 'UFSCar oferece cursos em Certificação Ambiental e Gestão de', 'ABlogis promove seu primeiro Webinar Técnico para discutir o', 'São Paulo realizará a 19ª Conferência de Produção Mais Limpa', 'Marcada para novembro, 2ª edição da Ecomondo Brasil vem mais', 'Entidades assinam protocolos de intenções para gerenciamento de', and 'O que esperar do setor de Energia e Recursos Naturais pós crise?'. Below this, there is a section for 'ECONOMIA VERDE' with a banner for 'EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E A CIDADE DE SÃO PAULO' on June 1st, 08:30 to 14:00. To the right of this banner, there is a sidebar with text: 'Marcada para novembro, 2ª edição da Ecomondo Brasil vem mais fortalecida', 'O que esperar do setor de Energia e Recursos Naturais pós crise?', 'Indústria lança Agenda Legislativa com saneamento básico como urgência em tempo de pandemia', and 'Indústria sustentável: como a sustentabilidade e a tecnologia estão impactando o mundo'. Below this, there is a section for 'Em parceria com OMS, ICC lança guia sobre coronavírus para empresas'. On the right side of the page, there are two magazine covers: 'MEIO AMBIENTE INDUSTRIAL' featuring 'STARTUPS VERDES' and 'ecoenergy' featuring '23-25 REVENIR 2020'. At the bottom right, there is a registration form for subscribers with the heading 'ÁREA DO ASSINANTE' and a field for 'Nome do usuário:'.

Fonte: <<https://rmai.com.br/>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

Promover é a segunda função mais autodeclarada entre os 33 serviços especializados analisados nesse capítulo, só perdendo para a função Educar. Há promoção de temas de interesse público e, em alguns casos, a análise das autodescrições sugere promoção de temas de interesse privado apresentados com roupagem de interesse público⁵⁷: ser um canal de comunicação para empresas (Meio Ambiente Industrial & Sustentabilidade). Assume-se a promoção de empresas, anunciantes ou possíveis anunciantes, e de organizações parceiras. Divulgar iniciativas dos aliados, simpatizantes e companheiros de luta por uma economia verde ou por um capitalismo reformado de baixo carbono é prática assumida.

⁵⁷ Matéria 500 é um jargão utilizado entre jornalistas brasileiros para descrever notícias e reportagens que são produzidas geralmente com pouco ou nenhum valor-notícia para promover os interesses econômicos de uma empresa jornalística.

Esse tipo de jornalismo promocional quer dar visibilidade a soluções técnicas e econômicas possíveis. Quando assumem essa função de promover soluções esses serviços se aproximam mais do polo comercial do que do polo ideológico (TRAQUINA, 2005) e atualizam a tensão entre os dois clientes do jornalismo, o leitor e o anunciante, apontada por Max Weber (2006) no início do século XX como característica da empresa jornalística.

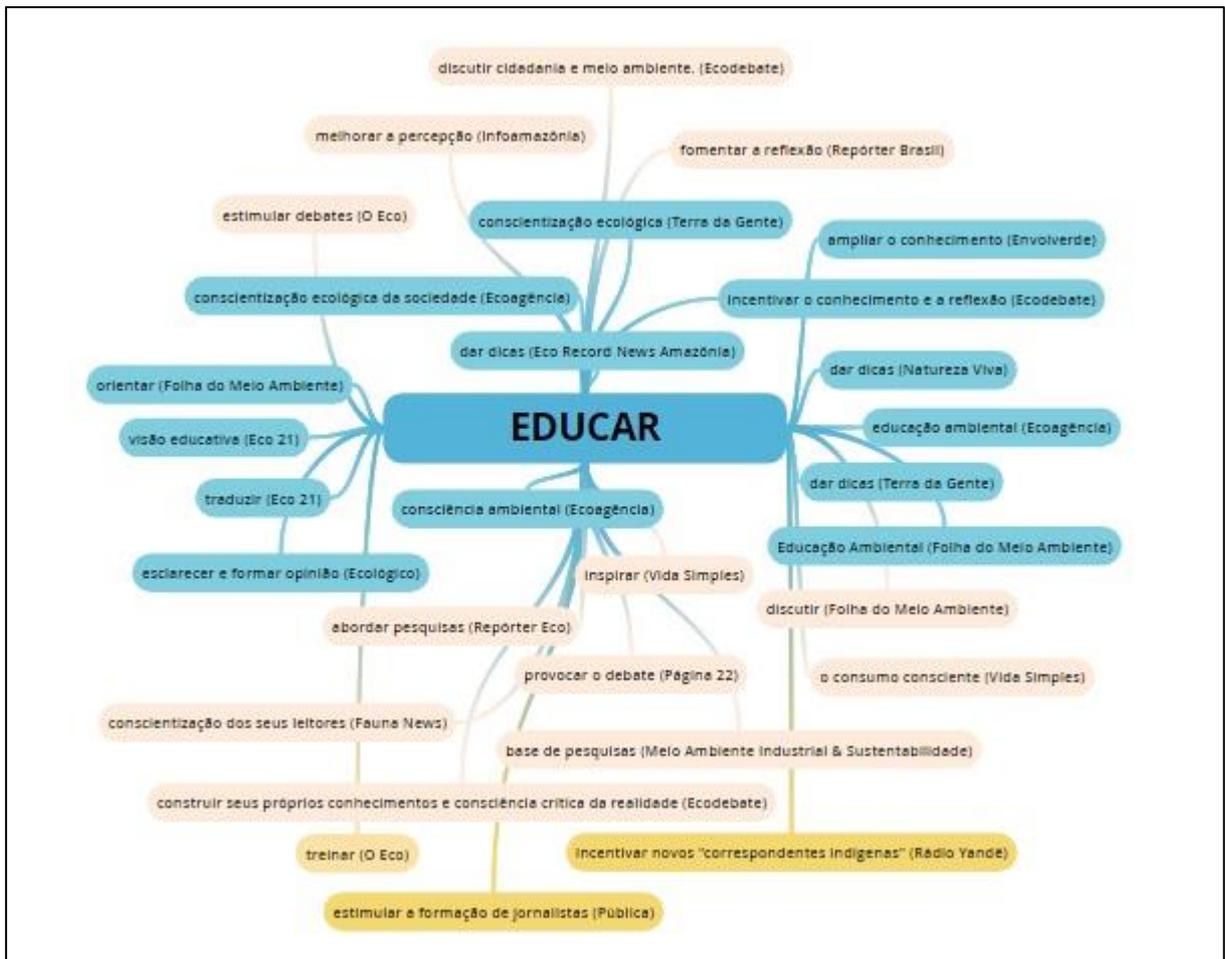
5.3 Educativo

Dar dicas (Terra da Gente, Eco Record News Amazônia, Natureza Viva), a conscientização ecológica (Terra da Gente, Fauna News, Ecoagência), estimular e provocar debates (Página 22, O Eco), a educação ambiental (Folha do Meio Ambiente, Ecoagência), esclarecer e formar opinião (Ecológico), ampliar o conhecimento (Envolverde) e fomentar a reflexão (Repórter Brasil) são alguns dos compromissos autodeclarados com enquadramento educacional.

Nesse tipo de jornalismo ambiental educativo os serviços especializados também se comprometem a abordar pesquisas (Repórter Eco), discutir e orientar (Folha do Meio Ambiente), traduzir (Eco 21) com visão educativa (Eco 21), servir de base de pesquisas (Meio Ambiente Industrial & Sustentabilidade), incentivar o conhecimento e a reflexão (Ecodebate), discutir cidadania e meio ambiente (Ecodebate), com o consumo consciente (Vida Simples), melhorar a percepção (Infoamazônia) e construir seus próprios conhecimentos e consciência crítica da realidade (Ecodebate).

Educar é a função mais autodeclarada (19/33) entre os serviços especializados analisados nesse capítulo. Essa intenção de educar revela uma postura de engajamento desses serviços - próximos da nebulosa de entidades que compõe o movimento ambientalista contemporâneo - quando chamam para si a responsabilidade de conscientizar o público para superar os desafios ambientais do século XXI.

Figura 12 - Mapa mental com trechos de unidades de registro da categoria Educar



Fonte: Dados da pesquisa

As promessas educativas encontradas nas autodescrições, compiladas no mapa mental acima, estão em sintonia com o que Bueno (2008) considera a função pedagógica do jornalismo ambiental: explicitar causas e soluções dos problemas ambientais e indicar caminhos. E essa função é assumida não apenas por meio de uma explicação de conceitos (traduzir) ou apresentação de dicas ecológicas, mas também com discussão e ampliação do conhecimento. Esse tipo de jornalismo ambiental educativo é feito com a publicação de artigos, entrevista com fontes de referência, reportagens analíticas e interpretativas, caso da revista Eco 21, publicação impressa especializada lançada no final de 1990 no Rio de Janeiro (RJ) que promete no seu site um jornalismo ambiental de qualidade.

Figura 13 – Site da revista Eco 21, a publicação mais antiga de jornalismo ambiental



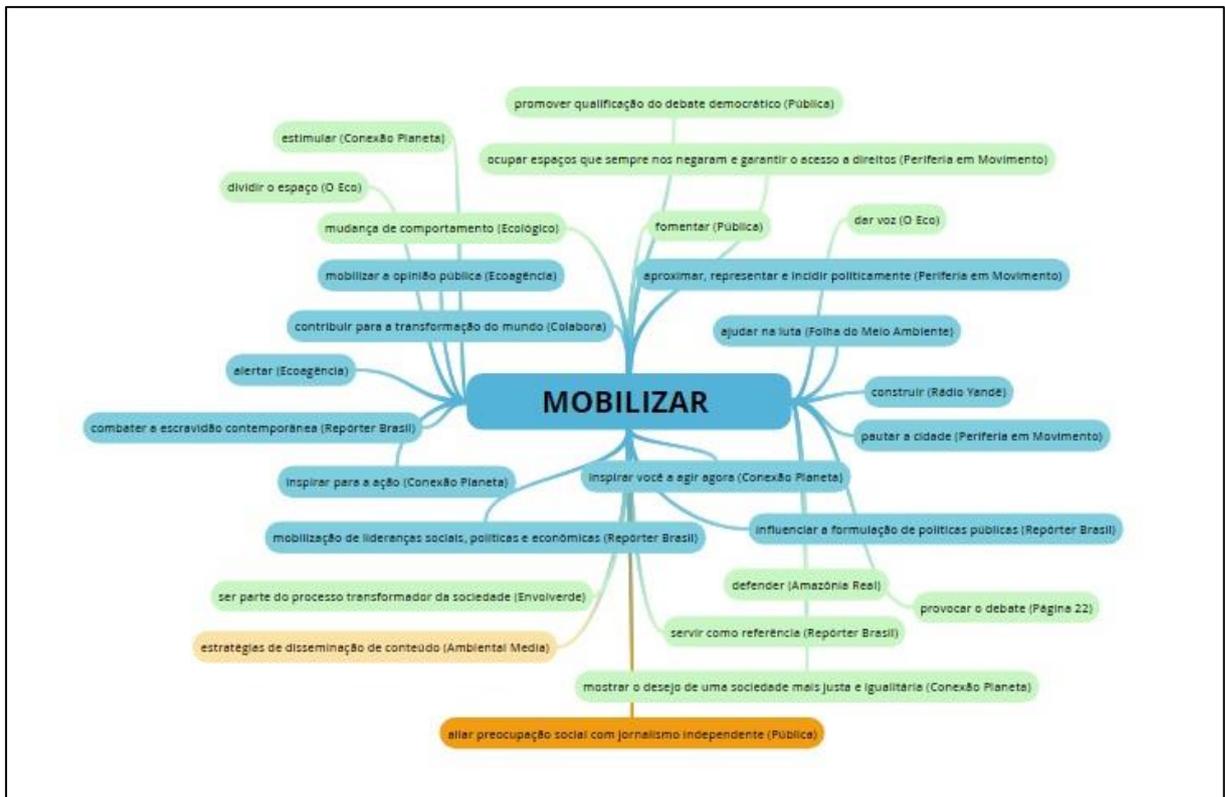
Fonte: < <https://eco21.eco.br/>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

Todos os meios de comunicação teriam que disseminar informações e práticas educativas sobre meio ambiente, segundo a Política Nacional de Educação Ambiental. Possibilitar o debate por meio de informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade plena é uma das funções do jornalismo ambiental (GIRARDI et al., 2012). Pesquisa conduzida por Samyra Crespo (2006) constatou um aumento no conhecimento e consciência ambiental no Brasil entre 1992 e 2006. No entanto, esse crescimento identificado no nível de informação não resultou em igual avanço na disposição em participar ativamente de soluções ambientais. Daí porque a necessidade de separar a função educativa da função mobilizadora. A pesquisa de Crespo (2006) sugere, assim como Carvalho (2018), que uma não implica necessariamente a outra, ou seja, nem todo cidadão informado, educado e consciente das questões ambientais se mobiliza. Educar é necessário, mas não é suficiente.

5.4 Mobilizador

Inspirar você a agir agora (Conexão Planeta), mobilizar a opinião pública (Ecoagência), a mobilização de lideranças sociais, políticas e econômicas (Repórter Brasil), ajudar na luta (Folha do Meio Ambiente), influenciar a formulação de políticas públicas (Repórter Brasil), a mudança de comportamento (Ecológico) e ser parte do processo transformador da sociedade (Envolverde) são alguns dos compromissos autodeclarados com enquadramento mobilizador. Esse tipo de jornalismo ambiental quando assume a função de mobilizar politicamente seu público diz que quer construir (Rádio Yandê), provocar o debate (Página 22), dar voz e dividir o espaço (O Eco), aliar preocupação social com jornalismo independente, fomentar, promover qualificação do debate democrático (Pública), combater a escravidão contemporânea (Repórter Brasil), alertar (Ecoagência), defender (Amazônia Real), estimular (Conexão Planeta), mostrar o desejo de uma sociedade mais justa e igualitária (Conexão Planeta), contribuir para a transformação do mundo (Colabora), ocupar espaços que sempre nos negaram e garantir o acesso a direitos, pautar a cidade e aproximar, representar e incidir politicamente (Periferia em Movimento).

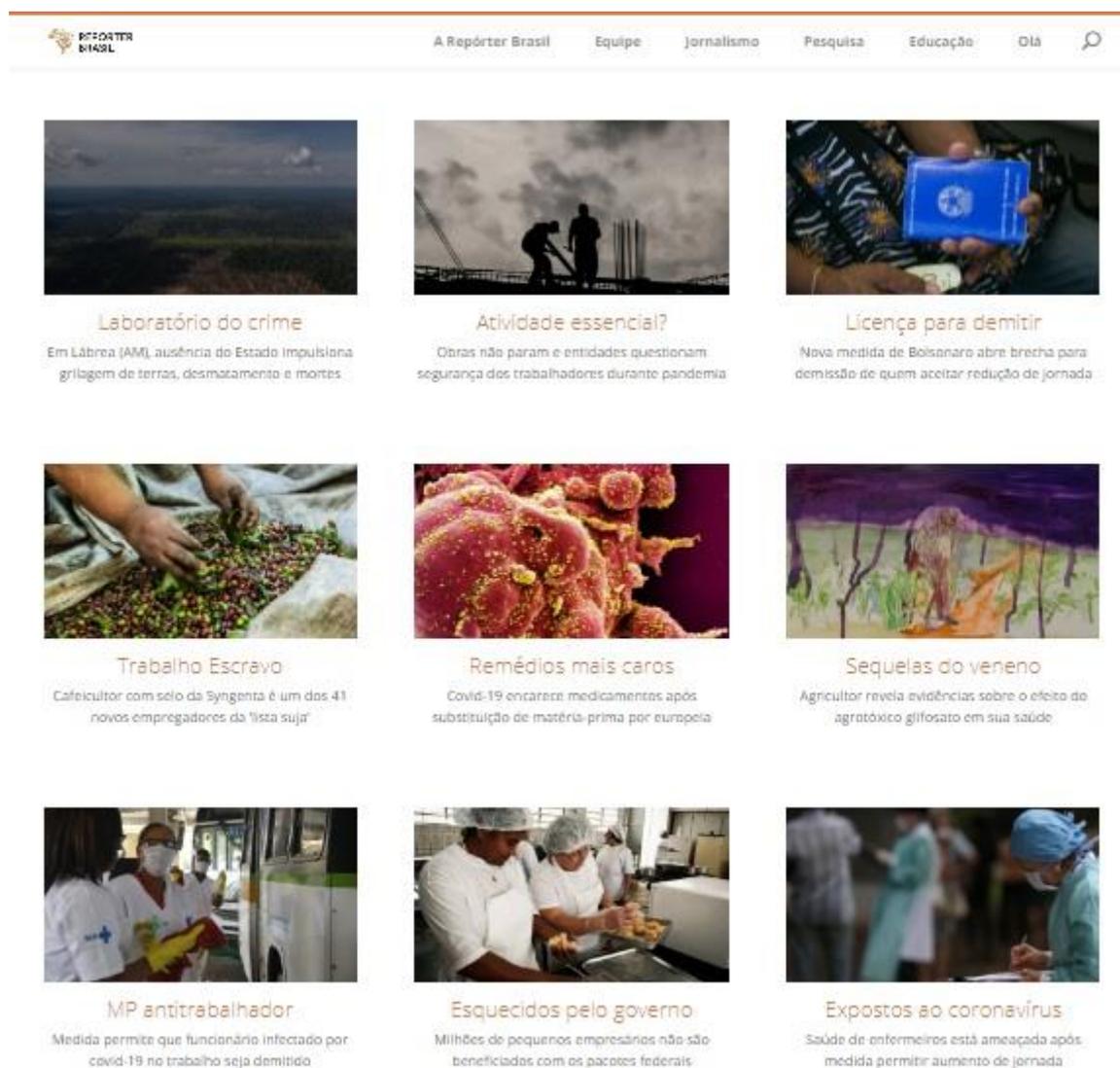
Figura 14 - Mapa mental com trechos de unidades de registro da categoria Mobilizar



Fonte: Dados da pesquisa

Bueno (2008) entende que indicar a participação dos cidadãos como um dos caminhos para a superação dos problemas ambientais faz parte da função pedagógica do jornalismo ambiental, já a função política teria a ver com a mobilização dos cidadãos para enfrentar os interesses que agravam os problemas ambientais, empresas e governos poluidores. Nessa pesquisa entende-se que indicar a participação dos cidadãos como caminho e mobilização dos cidadãos tem um sentido muito semelhante. Por isso optou-se por separar a função pedagógica, aqui chamada de educativa, da função política, aqui chamada de mobilizadora. Assim a indicação da participação do cidadão como um dos caminhos para superar os problemas ambientais e a mobilização dos cidadãos contra os grandes interesses corporativos e governamentais estão relacionadas com a função de mobilização política, como faz o site Repórter Brasil.

Figura 15 – Capa do site Repórter Brasil, serviço que entende o jornalismo como ferramenta de mobilização



Fonte: < <https://reporterbrasil.org.br/>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

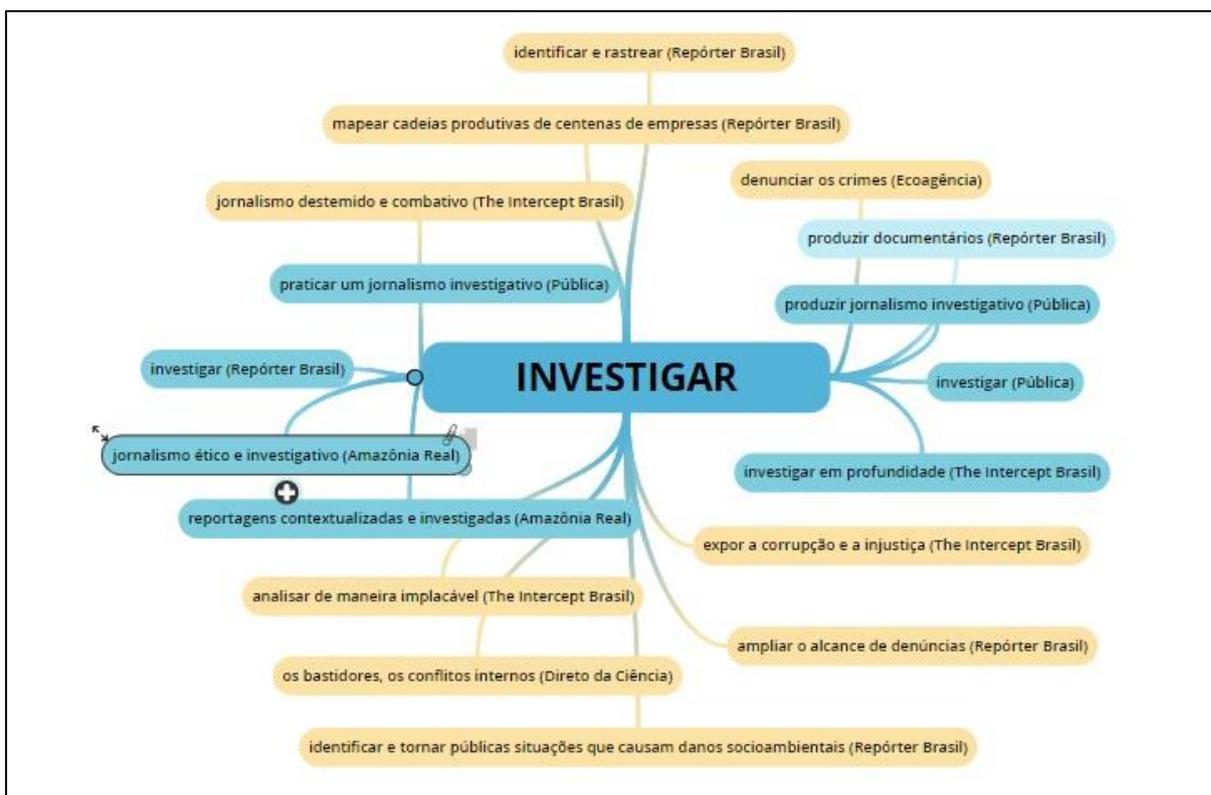
Menos da metade dos serviços analisados nesse capítulo (14/33) assume essa função de mobilização política que aproxima o jornalismo ambiental do midiativismo (BRAIGHI, CÂMARA, 2018). Para Girardi et al. (2011), o intuito dos jornalistas ambientais é conduzir os seus públicos à ação; ele visa ser transformador e mobilizador (GIRARDI et al., 2012). Bueno (2007) também defende essa postura engajada. No entendimento de Moraes (2019), a prática ativista não desqualifica o jornalismo profissional. Segundo Hunter (2013), o engajamento do repórter é postura necessária para completar uma reportagem investigativa.

5.5 Investigativo

Investigar (Pública, Repórter Brasil), investigar em profundidade (The Intercept Brasil), produzir e praticar jornalismo investigativo (Pública), praticar um jornalismo destemido e combativo (The Intercept Brasil), analisar de maneira implacável (The Intercept Brasil) e expor a corrupção e a injustiça (The Intercept Brasil) são alguns dos compromissos autodeclarados com enquadramento investigativo. Esse tipo de jornalismo ambiental quando assume a função de investigar diz que se propõe a identificar e tornar públicas situações que causam danos socioambientais (Repórter Brasil), ampliar o alcance de denúncias (Repórter Brasil), identificar e rastrear (Repórter Brasil), mapear cadeias produtivas de centenas de empresas (Repórter Brasil), denunciar os crimes (Ecoagência), os bastidores, os conflitos internos (Direto da Ciência) com um jornalismo ético e investigativo (Amazônia Real) por meio de reportagens contextualizadas e investigadas (Amazônia Real).

Apenas seis das 33 autodescrições dos serviços especializados na cobertura de temas ambientais faz menção à prática do jornalismo investigativo, quatro delas de maneira direta e duas delas indiretamente. Dos quatro serviços que se comprometem publicamente com a investigação jornalística, três deles também cobrem outros temas (Agência Pública, The Intercept Brasil e Repórter Brasil), e um (Amazônia Real) dá prioridade às pautas ambientais. Entre os dois que se comprometem indiretamente com o jornalismo investigativo, um cobre outras temas (Direto da Ciência) e o outro (Ecoagência) prioriza a pauta ambiental. O site Direto da Ciência foi considerado também investigativo porque diz na sua autodescrição que cobre bastidores e os conflitos internos, e esse tipo de cobertura não é possível de ser realizada pelo jornalismo convencional, necessita a aplicação de técnicas investigativas. A Ecoagência também foi incluída nessa categoria pelo seu compromisso assumido com a denúncia de crimes. A denúncia é uma das características do jornalismo investigativo, mas também está presente no jornalismo convencional declaratório, quando a denúncia é feita por uma ou mais fontes e não por apuração própria do jornalista.

Figura 16 - Mapa mental com trechos de unidades de registro da categoria Investigar



Fonte: Dados da pesquisa

Apesar de não se comprometer publicamente com a prática do jornalismo investigativo, e por isso não teve sua autodescrição analisada nessa categoria, o site O Eco, criado em agosto de 2004, também publica reportagens especiais investigativas com denúncias sobre crimes ambientais. Como destacam Kovach e Rosenstiel (2004), uma reportagem investigativa não apenas chama atenção para determinado assunto, ela assume um papel acusatório diante de algo errado. Um repórter investigativo se recusa a aceitar o mundo como ele se apresenta (HUNTER, 2013). Essa prática nobre do jornalismo passou a ganhar ainda mais visibilidade no Brasil com a criação da Pública – Agência de Jornalismo Investigativo, fundada em 2011 por jornalistas mulheres, pois desde o seu início ela incluiu os temas ambientais entre suas prioridades.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) criada em 2002, como resposta ao assassinato do jornalista Tim Lopes, da TV Globo, inspirada na congênera estadunidense *Investigative Reporters and Editors* (IRE), também passou a incluir a pauta ambiental entre suas prioridades. Um dos projetos da Abraji é o Monitor de Dados Socioambientais, lista de bases de dados abertos federais que serve de ponto de partida para investigações jornalísticas de temas ambientais. Assim como a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) ajudou a consolidar o jornalismo ambiental como mais uma especialização no jornalismo brasileiro no final dos anos 1980, o apoio institucional da Abraji ajuda a dar ainda

mais relevância para a pauta ambiental na agenda pública nacional no momento em que o país já enfrenta as consequências de um governo federal de extrema direita cúmplice de crimes ambientais.

Figura 17 – Site da Agência Pública que investiga temas ambientais no Brasil



Fonte: <<https://apublica.org/>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

Esse capítulo mostrou que os 33 serviços especializados na cobertura de temas ambientais analisados comprometem-se com a prática de cinco tipos de jornalismo: informativo, promocional, educativo, mobilizador e investigativo. Essas são as funções que boa parte do jornalismo especializado na cobertura ambiental assume no Brasil como responsabilidade profissional diante de seus públicos. O próximo capítulo analisa a visão de oito jornalistas especializados na cobertura ambiental.

6 A VISÃO DOS JORNALISTAS

O jornalista brasileiro que trabalha com o meio ambiente, nas duas últimas décadas se portou como um profeta compulsório. Eu, realmente, tenho muito receio de escrever sobre certas coisas, não em função de qualquer superstição, mas porque elas acabam acontecendo. Basta você imaginar a pior situação, o pior cenário possível e escrever, que ele vai acontecer.

Randau Marques, 1989

Compreender a visão dos jornalistas ambientais de referência em atividade no Brasil sobre sua prática profissional é o objetivo específico desse capítulo. Questionário com dez perguntas foi enviado por e-mail para 13 jornalistas; oito (seis homens e duas mulheres) aceitaram participar da pesquisa e enviaram suas respostas também por e-mail. As respostas às dez perguntas permitem uma reflexão sobre a imagem que os jornalistas participantes dessa pesquisa fazem de si e do campo da cobertura especializada em temas ambientais. Quatro deles (três homens e uma mulher) estão ligados profissionalmente aos serviços jornalísticos especializados cujas autodescrições foram analisadas no capítulo anterior. Nesse capítulo são analisadas as respostas das dez perguntas.

Optou-se por manter o anonimato dos participantes para protegê-los de algum tipo de constrangimento e também para deixar o pesquisador mais à vontade na interpretação dos dados. Importante ressaltar que todos os participantes têm experiência de mais de 15 anos com a prática do jornalismo especializado em temas ambientais. No momento da entrevista, apenas o Participante 5 não trabalhava mais em redação, mas decidiu-se mantê-lo na amostra pela sua experiência de mais de uma década em jornal de referência da Região Sudeste e por ocupar um cargo há cerca de cinco anos que lhe permite observar o jornalismo ambiental brasileiro diariamente, e também por participar como jornalista freelancer de podcast especializado e também em publicações. O Participante 7 deixou de publicar depois da entrevista, mas também foi mantido na amostra pela sua experiência no campo de mais de 30 anos. Apenas o participante 8 trabalha também com outros temas, e não apenas com pautas ambientais. Ele foi incluído na amostra por estar em atividade há cinco décadas, período em que acompanhou o nascimento dessa especialização no Sul do Brasil, e também por ter criado serviço regional especializado com produção de reportagens especiais e livros-reportagem. O quadro a seguir mostra um perfil geral dos oito participantes.

Quadro 7 - Perfil dos participantes da pesquisa

Participante	Região	Sexo	Tempo de cobertura	Veículo	Cargo atual
1	Sudeste	M	+ de 20 anos	TV nacional	Repórter e apresentador
2	Sudeste	F	+ de 25 anos	Jornal nacional	Repórter
3	Sudeste	F	+ de 15 anos	Revista digital	Repórter e Editora
4	Norte	M	+ de 15 anos	Site	Editor
5	Centro-Oeste	M	+ de 15 anos	Site	Coordenador de comunicação
6	Sudeste	M	+ de 20 anos	Site	Editor
7	Sudeste	M	+ de 30 anos	Site	Consultor
8	Sul	M	+ de 45 anos	Jornal local	Repórter e Editor

Fonte: Dados da pesquisa

Se por um lado a amostra é formada por profissionais de referência no jornalismo ambiental brasileiro, propiciando uma representatividade do campo, ela tem no entendimento do pesquisador duas fragilidades: apenas 25% dos participantes são mulheres, o que não representa o protagonismo das mulheres no jornalismo ambiental brasileiro; e nenhum participante atua na região Nordeste, onde existem profissionais especializados em atuação. Em função do tempo, tais fragilidades só poderão ser superadas em pesquisa qualitativa futura com amostra maior de participantes.

A visão dos jornalistas ambientais apresentada nesse capítulo contempla sete aspectos profissionais: funções do jornalismo, motivação pessoal, especialização ambiental no Brasil, interesses econômicos, reportagem, pauta e fontes. Primeiramente as respostas⁵⁸ são descritas em quadros e depois analisadas à luz do referencial teórico. O primeiro aspecto – funções do jornalismo – apresentado a seguir utiliza as mesmas categorias de análise trabalhadas no capítulo anterior sobre as autodescrições dos serviços especializados.

6.1 Funções do jornalismo diante dos temas ambientais

A análise do conteúdo das autodescrições dos 33 serviços jornalísticos com cobertura especializada de temas ambientais realizada no capítulo anterior sugere a existência de cinco funções autodeclaradas nas apresentações públicas: informar (INF), promover soluções (PRO), educar (EDU), mobilizar politicamente (MOB) e investigar (INV). Quatro delas estão presentes nas respostas dos oito participantes da pesquisa à segunda pergunta do questionário: Qual deve ser a função ou as funções do jornalismo diante dos temas ambientais? A identificação das funções é apresentada no quadro a seguir.

⁵⁸ A íntegra das respostas enviadas pelos oito participantes da pesquisa foi apresentada apenas na versão dessa tese enviada para os avaliadores. Nessa versão final, optou-se por não apresentar as respostas na íntegra para preservar o anonimato dos participantes.

Quadro 8 - Unidades de registro das respostas da pergunta dois do questionário

Qual deve ser a função ou as funções do jornalismo diante dos temas ambientais?		
P1	Reportar a maior crise ambiental da história da Humanidade, suas causas, prováveis consequências , e sinalizar outras possibilidades e perspectiva dentro de um modelo de desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.	INF EDU PRO
P2	Ajudar a formar consciência sobre estes temas, desafios e oportunidades na sociedade. Jornalistas investigativos fazem denúncias (mas este não é o meu perfil, embora seja um trabalho fundamental).	PRO EDU
P3	Acredito que é preciso um pouco de “causa” movendo o jornalismo sobre temas da sustentabilidade . Usar a informação , a investigação e a análise para defender bens comuns. É preciso uma certa postura ativista, de defesa por um novo paradigma , da mesma forma que valores como solidariedade, honestidade, direitos humanos e ética são historicamente defendidos junto à opinião pública.	INF EDU PRO
P4	Acredito principalmente na função de lidar com a complexidade das questões ambientais . Podemos falar sobre a capacidade de lidar com temas científicos e a importância do jornalismo na tradução de pesquisas acadêmicas ao público em geral. Mas também podemos abordar a necessidade de uma narrativa que vá além das fronteiras político-administrativas. Em outras palavras, o jornalismo ambiental pode ajudar na compreensão do território através da aproximação com o conhecimento da ecologia . Isso é possível ao se fazer uma cobertura no nível de bacia hidrográfica. Ou ainda no caso, da mudança climática, uma cobertura de caráter planetário.	EDU
P5	Acho que não são diferentes das funções do jornalismo sobre qualquer tema: assombrar-se diante do incomum, explicar o comum, criticar o poder e trazer à luz o que é de interesse público , mas as pessoas preferem manter oculto.	INF EDU INV
P6	A pauta ambiental e a pauta econômica se misturam de forma simbiótica. Não há como um jornalista se omitir diante de crimes contra o meio ambiente . O jornalismo tem uma enorme contribuição a dar na oferta de informações sobre alternativas e boas práticas em direção ao desenvolvimento econômico e social dentro de parâmetros de prosperidade, preservação e justiça. Os jornalistas devem se preparar para compreender o alcance econômico e social de questões ambientais.	INF PRO
P7	Principalmente ser um instrumento a serviço da verdade e da democratização da informação socioambiental, traduzindo o 'ecologes' para a compreensão do público de interesse, mostrar o que está por trás das simples evidências, ir além do óbvio, ver além da cortina de fumaça erguida por mentirosos ambientais para ocultar seus interesses .	INF EDU INV
P8	Fiscalizar, cobrar, denunciar sem tréguas .	INV

Fonte: Dados da pesquisa

Assim como nas autodescrições analisadas no capítulo anterior, a função mais citada nas respostas da segunda pergunta do questionário também é Educar, o que Bueno (2008) chama de função pedagógica. Ela foi mencionada por seis dos oito participantes. Essa pesquisa entende por função educativa não apenas as explicações didáticas de conceitos, as chamadas traduções de conceitos complexos, mas também a interpretação e a análise dos acontecimentos de maneira que o público compreenda as relações de causa e efeito e, assim, esteja consciente dos problemas ambientais.

A consciência ambiental é necessária, mas não é suficiente para que ocorra mobilização política, mudança de comportamento e adoção de novas alternativas econômicas de produção e consumo. Essa responsabilidade declarada de conscientizar ambientalmente o público, que predomina tanto nas autodescrições dos serviços jornalísticos como nas respostas dos participantes, sugere uma atitude engajada motivando os participantes desse campo especializado chamado jornalismo ambiental, tema que será analisado no próximo item desse

capítulo. Como respondeu a Participante 3, “é preciso um pouco de ‘causa’ movendo o jornalismo sobre temas da sustentabilidade. [...] É preciso uma certa postura ativista, de defesa por um novo paradigma”. Essa “causa” citada pela participante diz respeito ao *habitus* ecológico assumido pelo agente militante desse campo do jornalismo especializado. A distribuição das funções encontradas nas unidades de registro do Quadro 8 estão distribuídas na tabela a seguir.

Tabela 2 – As funções declaradas pelos participantes da pesquisa

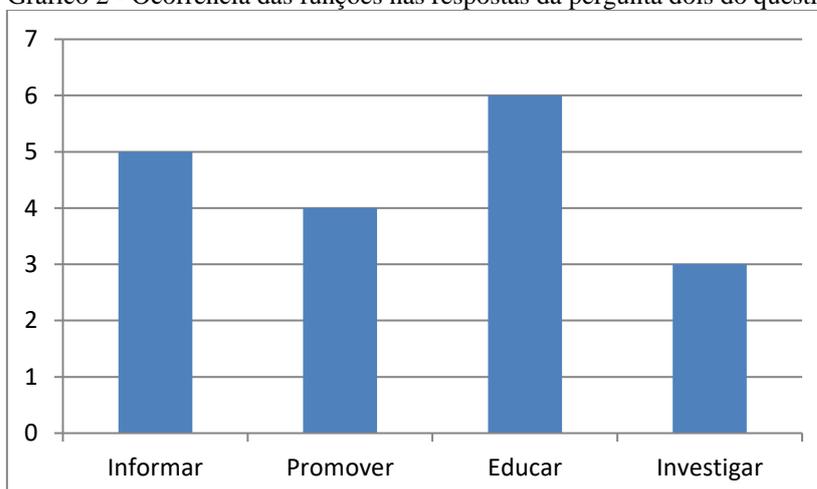
Participante	Informar	Promover	Educar	Mobilizar	Investigar
1	x	x	x		
2		x	x		
3	x	x	x		
4			x		
5	x		x		x
6	x	x			
7	x		x		x
8					x

Fonte: Dados da pesquisa

Reportar [...] causas, prováveis consequências e sinalizar outras possibilidades (P1), formar consciência (P2), usar a informação, a investigação e a análise para defender bens comuns (P3), lidar com a complexidade das questões ambientais (P4), explicar o comum (P5), traduzindo o 'ecologes' (P6) estão entre as funções educativas citadas pelos participantes.

O gráfico a seguir mostra que a segunda função mais citada é informar e a terceira é promover. No capítulo anterior, educar foi a mais citada, mas promover foi a segunda função que mais apareceu, ficando a função de informar em terceiro. Aqui há uma pequena inversão. É possível dizer, então, que tanto as autodescrições dos serviços como as respostas dos participantes sugerem que as três principais funções do jornalismo ambiental são: educar para conscientizar, informar o que acontece e promover soluções possíveis.

Gráfico 2 - Ocorrência das funções nas respostas da pergunta dois do questionário



Fonte: Dados da pesquisa

Uma diferença que chama a atenção é que a função de mobilizar politicamente é citada nas autodescrições de 14 dos 33 serviços analisados no capítulo anterior - em expressões como inspirar você a agir agora, mobilizar a opinião pública, mobilização de lideranças sociais, políticas e econômicas, ajudar na luta, influenciar a formulação de políticas públicas, mudança de comportamento e ser parte do processo transformador da sociedade -, mas nenhum dos oito entrevistados admite diretamente essa função de mobilizar politicamente quando são perguntados objetivamente sobre qual deveria ser a função ou as funções do jornalismo diante dos temas ambientais. No entanto, três dos oito participantes citam a função de investigar, também encontrada nas autodescrições: criticar o poder e trazer à luz o que é de interesse público (P5), ver além da cortina de fumaça erguida por mentirosos ambientais para ocultar seus interesses (P7) e denunciar sem tréguas (P8).

A análise desse capítulo começou pela resposta dois do questionário sobre a função ou funções do jornalismo diante dos temas ambientais para dar continuidade ao raciocínio iniciado no capítulo anterior. O próximo item compara duas respostas, a primeira e a quarta, para compreender o que motiva profissionalmente cada um dos oito participantes.

6.2 Motivação pessoal

A primeira pergunta do questionário pede aos participantes que escrevam uma descrição sua como jornalista, que expliquem que tipo de jornalistas eles entendem que são. Todos sabiam que estavam respondendo a um questionário de uma pesquisa sobre jornalismo ambiental, no entanto, a pergunta não fala explicitamente em jornalista ambiental. Essa abertura da questão foi proposital para que o participante decidisse se iria descrever-se como um especialista na área ou se descreveria sua prática profissional. A quarta pergunta também foi aberta, sem sugerir possíveis motivações, para que cada participante pudesse responder o que pensa que lhe motiva. O quadro a seguir apresenta lado a lado as respostas.

Quadro 9 – Unidades de registro das respostas das perguntas um e quatro do questionário

	Descreva-se como jornalista. Que tipo de jornalista você é?	O que lhe motiva a fazer reportagens sobre temas ambientais?
P1	Multiplataforma, com formação na área ambiental, muito interessado em abrir espaços nas mídias para os temas da sustentabilidade no sentido mais amplo do termo.	Alertar para a necessidade de fazermos tudo diferente, ou quase tudo. Contribuir para o aparecimento de uma nova cultura mais atenta com os limites do planeta e nossas reais necessidades existenciais . Há um senso de urgência em relação à mudança de uma cultura predatória para um estilo de vida (meios de produção e de consumo) mais sustentável. Tento fazer a minha parte .

P2	Trabalho com temas ambientais e de desenvolvimento há 30 anos. Principalmente mudança do clima, biodiversidade, Amazônia, redução da pobreza e negociações internacionais.	Paixão , curiosidade, interesse pelas relações de vida do mundo.
P3	Sou de um perfil mais analítico do que informativo ou investigativo. Gosto de ouvir muita gente sobre determinado assunto, ir a fundo nas questões , explorar seus vários pontos de vista e fazer ligações entre eles.	Uma genuína vontade de melhorar o mundo para defender os seres mais frágeis e mais inocentes do estrago catastrófico produzido pela espécie humana.
P4	Ao longo de 20 anos de carreira, desenvolvi dois campos de expertise: meio ambiente e jornalismo de dados . Unindo estes dois campos, trabalho principalmente com publicações digitais. Apesar do amor pela atuação como repórter, os principais trabalhos recentes têm sido como editor de plataformas multimídia.	Em minha opinião, observar o mundo através do conhecimento ambiental , ou das ciências da terra, permite um aprofundamento maior. Como mencionado anteriormente a combinação de distintas camadas permite uma narrativa holística sobre um determinado território. Me sinto motivado a narrar estas transformações ambientais , seja através de textos ou imagens.
P5	Um tipo bem vagabundo. Que gosta de títulos e lides claros , porque não consegue entender nada muito complicado. Que, pelo mesmo motivo, gosta de textos encadeados , com boas metáforas , que qualquer membro do governo Bolsonaro consiga compreender e que qualquer leitor de Machado de Assis possa apreciar.	Eu meio que parei com isso, mas o que me motivava era o fato de as pessoas em geral, e os jornalistas em particular, não enxergarem a questão ambiental como algo que faz parte da vida delas . Essa falta de conexão vem causando a tragédia do clima, a erosão da biodiversidade, a poluição urbana e problemas de desenvolvimento no antigo Terceiro Mundo. Para o Brasil, produtor de commodities, isso é um problema, porque ninguém enxerga o colapso ambiental como um subsídio gigante que toda a sociedade dá aos nossos produtos. O jornalismo nunca incorporou esse pensamento. Gosto também daquele editorial do Alan Rusbridger no qual ele diz por que, no ano em que se aposentou, resolveu botar mudança climática na primeira página e transformá-la em prioridade editorial do Guardian. Ele diz que notícia é aquilo que aconteceu, e que o clima não se encaixa bem nessa definição porque é aquilo que está para acontecer , ou que vai acontecer daqui a décadas. Como o jornalismo não lida bem com isso, acho importante que alguém o faça . A outra coisa é que em meio ambiente, como em ciência, existe um referencial de verdade muito claro. Em política há versões, em economia há interpretações, outros lados legítimos. Mas quando uma barragem de rejeitos arrebenta não há viés interpretativo que desvie do fato de que vai dar merda com o ambiente e a culpa é da empresa.
P6	Sou de uma família de jornalistas . Minha avó, meu pai, meu padrasto e minha filha seguiram essa profissão. Tenho a crença de que o jornalismo é um serviço que se presta à sociedade e que sua liberdade e independência são fatores de garantia para sociedades democráticas, assim como para o bom ambiente social e econômico. Me especializei na cobertura de economia, macro e micro, que acredita que as questões socioambientais são, em sua origem, questões econômicas . Sou do tipo que vê as transformações	Acredito que o jornalismo pode ser relevante em muitas áreas, talvez em todas. No entanto a área ambiental tem um apelo importante para meu modo de ver o mundo . A economia, a demografia, as desigualdades, a ciência. Tudo tem uma relação direta com a pauta ambiental. Estudar como o ambiente é o principal componente da vida e da economia me deu uma razão para seguir como jornalista dedicado à pauta ambiental . Não gosto da

	<p>no ecossistema informacional com preocupação e que deseja participar de alguma maneira da superação da crise de identidade que a profissão atravessa.</p> <p>Sou um jornalista, nunca me arrependi disso, mesmo após mais de 40 anos de estrada.</p> <p>Neste tempo todo também me empenhei em compreender “o negócio” do jornalismo. Ou seja, como se faz para bancar projetos jornalísticos remunerando jornalistas e garantindo qualidade editorial. O jornalismo é uma profissão, portanto deve garantir renda para sua cadeia de produção.</p>	<p>definição “jornalista ambiental”, mas não a refuto.</p>
P7	<p>Jornalista socioambiental. A partir de 84, com meu envolvimento nas lutas populares pela redemocratização do país e mais especialmente, pela causa ambiental, o exercício profissional como jornalista foi misturando-se ao meu engajamento como cidadão socioambiental, sendo difícil definir onde termina o profissional e inicia o militante, uma escolha consciente que fiz.</p> <p>Escolhi ser um jornalista engajado na defesa socioambiental, consciente dos riscos que isso significaria (fui ameaçado de morte várias vezes). Também sabia dos riscos de restringir meu campo profissional num país que mais mata ambientalistas no mundo.</p> <p>Meu primeiro cuidado foi o de não enganar o público. Sempre deixei claro meu engajamento na defesa do meio ambiente e dos oprimidos.</p> <p>Segundo, como jornalista profissional tinha o dever do contraditório, do direito de defesa.</p> <p>Com o tempo descobri que essa era uma dupla vantagem, pois tinha acesso em primeira mão a informações que "ambientalistas de carteirinha", como eu, jamais teriam, e ao mesmo tempo me transformava num canal de credibilidade para as informações socioambientais de interesse institucional de empresas e governos que, de outra maneira, ou não seriam democratizadas ou seriam perdidas no "pastelão" de uma mídia de massa onde meio ambiente e sustentabilidade não recebem a importância que merecem.</p> <p>Não foi uma escolha fácil. Como jornalista não tinha a confiança dos militantes, que consideravam um sacrilégio dar ouvidos aos "inimigos", e por outro, as empresas e governos também desconfiavam desse comprometimento como ambientalista. Com o tempo, ambos os lados compreenderam que só tinham a ganhar com essa minha dupla função, e conquistei credibilidade, em ambos os lados.</p>	<p>A importância do papel social do jornalista socioambiental em contribuir para que a sociedade tenha ampliada a oferta de boas informações e reflexões socioambientais, pois somente uma sociedade bem informada e bem motivada será capaz de fazer escolhas diferentes das que a conduziu a beira de um colapso civilizatório.</p>
P8	<p>Um clínico geral. Mesmo tendo trabalhado mais de 15 anos com jornalismo econômico nunca me senti um “especializado”. Sempre me pareceu que a “especialização” enrijece um pouco a sensibilidade do jornalista, mas também pode ser que seja apenas uma incapacidade de se concentrar num único tema.</p>	<p>A crença de que ainda se pode fazer algo.</p>

Os oito participantes entendem sua profissão, o jornalismo, não apenas como um fim em si mesmo, o jornalismo pelo jornalismo, mas como um meio para alcançar determinado fim. Assim o jornalismo é visto como uma ferramenta para abrir espaço para o aparecimento de uma nova cultura (P1), e o acompanhamento das pautas ambientais é motivado pela crença de que ainda se pode fazer algo por meio do jornalismo (P8), o que sintetiza o *illusio* do jornalismo ambiental, ou seja, a crença particular no valor do jogo, nos termos da Teoria dos Campos de Bourdieu. O exercício profissional misturou-se ao engajamento como cidadão socioambiental (P7). A paixão (P2) e uma genuína vontade de melhorar o mundo (P3) também são motivações citadas para fazer reportagens sobre temas ambientais, assim como a vontade de narrar transformações ambientais (P4), perceber que o ambiente é o principal componente da vida e da economia (P6) e mostrar que a questão ambiental faz parte da vida das pessoas em geral e dos jornalistas em particular (P5). O sujeito ecológico, tipo ideal criado por Carvalho (2018), pode ser reconhecido nos oitos participantes, em diferentes graus de engajamento e ativismo.

Os mais ativistas reconhecem que trabalham para abrir espaço na mídia, motivados por um senso de urgência para que todos percebam os limites do planeta e nossas reais necessidades existenciais (P1), cobrindo temas ambientais para defender os seres mais frágeis e mais inocentes (P3). Metade dos participantes da pesquisa prefere ressaltar suas qualidades técnicas, desenvolvidas em 30 anos de trabalho com temas ambientais e de desenvolvimento (P2), assim como a expertise adquirida em dois campos, meio ambiente e jornalismo de dados, ao longo de 20 anos de carreira (P4), o gosto por títulos e lides claros, textos encadeados e com boas metáforas (P5) e o esforço de manter durante quase cinco décadas o olhar de um clínico geral para escapar do risco de enrijecer a sensibilidade que poderia vir com a especialização jornalística centrada em um único tema (P8). Há ainda os que se enxergam dentro de um mercado, empenhados em compreender o negócio do jornalismo [ambiental] para garantir renda para sua cadeia de produção (P6), transformando-se em um canal de credibilidade também para empresas e governos (P7). Os três perfis – o ativista, o técnico e o empresário – reconhecem-se como jornalistas engajados na luta ambiental, cada um do seu jeito, com nuances profissionais diferenciadas.

6.3 A especialização no Brasil

Os oito participantes reconhecem a existência de uma especialização ambiental no jornalismo, no entanto, sugerem em suas respostas que tal especialização ainda não está bem consolidada no Brasil. Segundo P1, as escolas de jornalismo (bem como as empresas de comunicação) que ainda não perceberam a urgência da abordagem ambiental já estão ficando

pra trás. A participante P2, que trabalha no mesmo grupo de comunicação, concorda que várias universidades já incluem a cadeira em sua grade, mas salienta que “ainda somos poucos profissionais” dedicados à cobertura ambiental no Brasil.

A participante P3, que já trabalhou em importante grupo de comunicação do Brasil e há 14 anos edita uma revista especializada em temas ambientais, entende que o jornalismo ambiental é uma especialização que ainda não está consolidada no país “porque não conta com apoio necessário. Os veículos especializados vivem à míngua, não conseguem recursos para competir com os grandes veículos generalistas”. E essa dificuldade ficaria mais evidente, segundo ela, na cobertura das grandes pautas nacionais. A participante P3 cita como exemplo a tragédia criminosa da Vale ocorrida no dia 25 de janeiro de 2019 em Brumadinho (MG): “As fontes que eram ouvidas pelos veículos pequenos e especializados, quando mais ninguém as ouvia, em uma situação dessas vão falar em primeira mão com a Rede Globo, o Estadão e outros grandes, pois naturalmente vão privilegiar a escala e a capacidade de repercussão”. Ela só vê saída para os especializados se esses veículos forem devidamente valorizados, “sobretudo de modo financeiro”.

O participante P4 reconhece que existe uma rede de pessoas comprometidas o que permitiria dizer que existe uma expertise consolidada. No entanto, a consolidação completa deveria vir da integração maior entre esta rede de profissionais e os jovens em formação. “Além é claro de novos investimentos em redações e meios preocupados com essa cobertura”. Na mesma linha é a resposta do participante P5. Em seu entendimento, o Brasil tem grandes jornalistas que escrevem sobre meio ambiente. No entanto, não estaria havendo renovação no campo do jornalismo ambiental, o que ameaçaria essa consolidação. “Acho que os jovens vêm se dedicando a outras coisas – direitos humanos, corrupção etc. É uma tristeza isso, porque meio ambiente é a mãe de todas as pautas de direitos” (P5).

Quadro 10 – Unidades de registro das respostas da décima pergunta do questionário

Você acredita que o jornalismo ambiental já é uma especialização consolidada no jornalismo brasileiro? Por quê?	
P1	O agravamento da crise ambiental gera demanda de aprendizagem em diferentes cursos, em diferentes níveis. Isso também ocorre nas escolas de jornalismo. Entendo que as estruturas acadêmicas são mais rígidas e conservadoras. Não é fácil, na maioria dos casos, mudar ementas de cursos ou projetos pedagógicos. Mas a fila anda, e as escolas de jornalismo (bem como as empresas de comunicação) que não perceberem a urgência da abordagem ambiental já estão ficando pra trás.
P2	Sim. Várias universidades incluem a cadeira em sua grade. Mas ainda somos poucos profissionais.
P3	É uma especialização, mas não consolidada. Isso porque não conta com apoio necessário. Os veículos especializados vivem à míngua, não conseguem recursos para competir com os grandes veículos generalistas. Ocorre uma tragédia criminosa como a de Brumadinho e os grandes dão uma lavada nos especializados na cobertura, com investigação a fundo, acesso a fontes qualificadas, acesso ao local, acesso a dados sigilosos etc.

	<p>Os pequenos, ainda que tenham passado a vida debruçados por temas como este – por exemplo, o licenciamento ambiental, descaso da fiscalização, da regulação, os riscos do crescimento a qualquer custo, os perigos do consumo exacerbado etc. – não têm a menor condição de competir no assunto em que deveriam nadar de braçada. São simplesmente atropelados. As fontes que eram ouvidas pelos veículos pequenos e especializados quando mais ninguém as ouvia, em uma situação dessas vão falar em primeira mão com a Rede Globo, o Estadão e outros grandes, pois naturalmente vão privilegiar a escala e a capacidade de repercussão.</p> <p>Os grandes veículos, que a essa altura já deveriam ter transversalizado o olhar da sustentabilidade em todos os assuntos que cobrem, ainda não o fizeram e limitam-se a abrir seções e blogs ambientais – que, por sua vez, competem com os veículos especializados.</p> <p>Vejo saída para os especializados se forem devidamente valorizados (sobretudo de modo financeiro) como fonte de geração de conteúdo que ajuda a pautar os grandes e a subsidiar o conhecimento de toda a sociedade – empresas, professores, alunos, governos, organizações não-governamentais.</p>
P4	<p>Eu acho que não está consolidado ainda. Apesar do bravo esforço dos colegas que coordenam cursos de pós-graduação em Ciência e Meio Ambiente, os cursos, obrigatórios ou optativos não estão implementados nas faculdades. Existe sim uma rede de pessoas comprometidas que permite dizer que existe uma expertise consolidada, por se manter disponível e atuante. Mas creio que a consolidação completa deve vir da integração maior entre esta rede de profissionais e os jovens em formação. Além é claro de novos investimentos em redações e meios preocupados com essa cobertura.</p>
P5	<p>O Brasil tem grandes jornalistas que escrevem sobre meio ambiente. Sob esse aspecto, diria que sim. Por outro lado, não vejo renovação, então essa consolidação está ameaçada. Não saberia citar um grande jornalista ambiental com menos de 30 anos no país. Acho que os jovens vêm se dedicando a outras coisas – direitos humanos, corrupção etc. É uma tristeza isso, porque meio ambiente é a mãe de todas as pautas de direitos.</p>
P6	<p>Sim e não. Há muitos profissionais que se especializaram nos últimos anos em cobrir pautas ambientais, alguns com grande visibilidade em veículos importantes da grande imprensa. No entanto há ainda uma visão de que a cobertura ambiental não está no mainstream da profissão. Então, da mesma forma que há mais profissionais especializados, há melhores oportunidades para a formação de profissionais nessa área, e há mais oportunidades para o debate entre esses profissionais, com a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, ainda há dificuldades para ampliar a presença dessa especialidade nas principais redações. No entanto há avanços a serem considerados, como a maior presença da pauta ambiental nas editorias de economia e política, assim como o crescimento de veículos independentes que cobrem temas socioambientais.</p> <p>A especialização na pauta ambiental é um passo importante para ampliar a visão de mundo do profissional de jornalismo, que assim passa a ter a capacidade de oferecer ao seu público uma perspectiva de fato transversal sobre o mundo, onde o ambiente é a base de todas as pautas.</p>
P7	<p>A especialização em jornalismo socioambiental é uma tendência, uma urgência e necessidade que vieram para ficar e serão cada vez mais requeridas. E ainda assim, mesmo o jornalista socioambiental, quanto mais souber, quanto mais se especializar, mais descobrirá que sabe de menos. Daí a importância de construir uma boa rede de fontes e de passar a vida toda lendo, estudando, para saber fazer as perguntas certas e entender as respostas, tanto sobre o que se disse quanto ao resto o que não se disse e sobre o que ficou nas entrelinhas.</p>
P8	<p>Vejo nichos de jornalismo ambiental bem consolidado, mesmo em grandes grupos, como a Globo. Mas de modo geral tenho a impressão que retrocedemos ou no mínimo estacionamos. Tivemos num processo que se acelerou nos anos 70/80 mas, curiosamente, depois da redemocratização foi sendo disperso. Acho que a demanda por um jornalismo ambiental é crescente, mas a oferta, por essas razões todas, não.</p>

Fonte: Dados da pesquisa

Para o participante P6, que cobre a área ambiental desde o final do século XX, edita um site especializado com sede em São Paulo e participa ativamente da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, há avanços, mas também desafios no processo de consolidação do jornalismo ambiental como especialização. Ele reconhece que há muitos profissionais que se especializaram nos últimos anos em cobrir pautas ambientais, alguns com grande visibilidade em veículos importantes da grande imprensa. Ele percebe, no entanto, que ainda há uma visão

de que a cobertura ambiental não está no *mainstream* da profissão. P6 considera como avanços a maior presença da pauta ambiental nas editorias de economia e política, assim como o crescimento de veículos independentes que cobrem temas socioambientais. No seu entendimento, a especialização é um passo importante para ampliar a visão de mundo do profissional de jornalismo, que assim passaria a ter a capacidade de oferecer ao seu público uma perspectiva de fato transversal sobre o mundo, “onde o ambiente é a base de todas as pautas”.

O participante P7 não respondeu objetivamente a pergunta, mas afirmou que a especialização em jornalismo socioambiental seria uma tendência, uma urgência e necessidade que vieram para ficar e serão cada vez mais requeridas em função do avanço dos problemas ambientais.

Já o participante P8, o mais experiente de toda a amostra, percebe que há nichos de jornalismo ambiental que estariam já bem consolidados, mesmo em grandes grupos, como a Globo. Mas de modo geral ele afirma ter a impressão de que houve um retrocesso ou no mínimo uma estagnação. Ele percebeu um processo de especialização que se acelerou entre os anos 1970 e 1980 e que teria se dispersado depois da redemocratização. E acredita que a demanda por um jornalismo ambiental é crescente no Brasil, mas a oferta ainda não.

6.4 Interesses econômicos

Há praticamente um consenso entre os jornalistas especializados em temas ambientais que trabalham em grandes redações comerciais como funcionários e aqueles que praticam o jornalismo ambiental como sócios ou proprietários de pequenos empreendimentos jornalísticos. Quase todos acreditam - alguns tacitamente outros de maneira mais veemente - na possibilidade de uma reforma do capitalismo na direção de um sistema econômico ainda baseado no lucro e na livre iniciativa, porém mais sustentável ou ecológico, como foi discutido no item 5.2. Por isso a função de promover boas iniciativas e soluções econômicas é uma das mais citadas nas autodescrições dos serviços especializados analisados no capítulo anterior. Hawken, Lovins A. e Lovins H. (1999) chegaram a chamar essa concepção econômica reformista de capitalismo natural. Atualmente ela é chamada de economia verde ou economia de baixo carbono.

O principal desafio do jornalismo ambiental em um país continental e megadiverso como o Brasil, com seis biomas ameaçados (Capítulo 3), é conseguir dinheiro para realizar um trabalho de qualidade com regularidade e independência, publicando reportagens inclusive de campo e apurações de fôlego que tenham impacto na sociedade, remunerando dignamente seus

profissionais. As mudanças estruturais do jornalismo (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011) e as crises econômicas internacionais, com destaque para a de 2008⁵⁹ e a de 2020, consequência da pandemia de Covid-19, tornaram esse desafio ainda mais difícil. A escassez de fontes de financiamento e a precariedade do trabalho foram problemas já identificados nos arranjos econômicos alternativos do jornalismo pesquisados por Figaro (2018) na Região Metropolitana de São Paulo.

Dos oito participantes da pesquisa, três (P1, P2 e P5) trabalham como funcionários e cinco são empreendedores em serviços jornalísticos próprios. O trabalho é financiado por anúncios e pelos assinantes, nas redações comerciais (P1 e P2), e por anúncios, assinantes, projetos, doações ou prestação de outros serviços nos demais empreendimentos jornalísticos. Para compreender os interesses econômicos mobilizados na cobertura especializada de temas ambientais no Brasil, as respostas às questões cinco e nove do questionário foram colocadas lado a lado no quadro a seguir.

Quadro 11 – Unidades de registro das respostas das questões cinco e nove do questionário

	Descreva o modelo de negócio do veículo que você atua ou atuou como jornalista cobrindo temas ambientais.	Que tipo de interesses econômicos surgem durante a realização de reportagens sobre temas ambientais e como eles interferem no trabalho jornalístico?
P1	Mídia comercial , que visa o lucro, que não discrimina os temas ambientais, e que abre crescentemente espaço para as pautas relacionadas a esse assunto.	Com a democratização dos meios de comunicação, a pulverização das mídias e o advento das redes sociais, empresas de comunicação que eventualmente evitam certas pautas por pressão dos patrocinadores perdem credibilidade e prestígio. Não é mais possível evitar os assuntos relevantes e isso também vale para os temas ambientais. As novas plataformas de comunicação determinam uma concorrência saudável onde os interesses dos patrocinadores ficam em segundo plano. Vide os casos crentes da Vale (Mariana e Brumadinho), Petrobras (vazamentos e escândalo do petrolão) ou Monsanto (roundup).
P2	O jornal de economia tem quase 19 anos de vida, é o mais importante do País. Era impresso, agora tem um site e um serviço de notícias em tempo real. Nasceu da sociedade entre dois grupos e há dois anos um deles vendeu sua parte e o grupo Globo é o único dono do jornal.	No Brasil, a área ambiental esbarra a todo momento no conflito pela terra. As tensões podem ser muitas e violentas. Há todo tipo de interesses. No meu trabalho, não interferem. Mas há muitas pressões, ameaças. Ainda mais neste momento.
P3	A revista nasceu de uma parceria entre jornalistas independentes e um centro de pesquisa, ao qual ficou vinculada durante mais de 12 anos. Nesse período, recebeu verba de anunciantes, patrocinadores e sobretudo subsídio cruzado de outros programas do do centro de pesquisa que eram superavitários. Hoje, estamos em processo de	Depende muito de cada veículo. Não saberia dizer como são os bastidores dessas pressões. Certamente a pauta socioambiental expõe fragilidades do setor econômico e político e traz verdades inconvenientes. Falando de forma difusa, acredito que também haja pressão para

⁵⁹ Crise iniciada no mercado financeiro por práticas de empréstimos irresponsáveis que alimentaram o mercado de empréstimos imobiliários de baixa qualidade, chamados de subprime, nos Estados Unidos.

	spin-off em relação ao centro de pesquisa. A revista manterá o site e as redes sociais ativas com a colaboração de jornalistas e articulistas, e executará Projetos Especiais financiados por organizações parceiras.	“falar bem” de determinada organização que apoia ou financia o veículo. Todos esses riscos de interferência crescem na medida em que o veículo depende de um limitado leque de financiadores. Quanto mais numerosa e dispersa for a base de financiamento – muitos anunciantes e assinantes, menor o risco de ingerência, desde, claro, que o veículo preze a autonomia editorial e queira lutar por ela.
P4	O site é o meio para o qual venho me dedicando nos últimos anos. Eu mesmo o fundei em 2012 em aliança com outro site. Em 2016 ele se tornou um meio independente. Desde o início, os recursos para a manutenção do site são obtidos principalmente através de doação (grants) de fundações internacionais . Estas doações foram obtidas tanto através de contatos prévios com organizações que já apoiavam o outro site como quanto na participação de concursos e editais. Outra forma que nos ajuda, são as consultorias para outras ONGs e outros meios jornalísticos. Trabalhamos em parcerias onde somos contratados para criar plataformas digitais, mapas e visualizações de dados .	As investigações jornalísticas que apontam falhas e crimes ambientais na conduta de governo e empresas pode despertar rapidamente dificuldades e represálias. Jornalistas com perguntas diretas sobre estes problemas são escrutinados. Em alguns casos a moderação de poderosas assessorias de imprensa servem como escudo . Em outros momentos existem questionamentos sobre a pertinência do trabalho jornalístico e possivelmente ameaças de processo e violência física. Todos estes exemplos já foram vivenciados por mim ou colegas com quem trabalhei diretamente.
P5	Anúncio e assinatura. Hoje em dia paywall , anúncio e assinatura. Não tem como dar certo.	Todos possíveis. Afinal, muita gente ganha dinheiro justamente cuidando para que meio ambiente não entre no seu business plan para não reduzir a margem . No meu trabalho nunca interferiram, exceto em uma ocasião: na cobertura do Código Florestal, quando a senadora Kátia Abreu era muito próxima do dono do jornal onde eu trabalhava e as matérias que eu escrevia a respeito precisavam ser “desembargadas” com a secretaria de redação.
P6	O site entrou no ar em 8 de janeiro de 1998. Desde então já experimentamos algumas dezenas de modelos de negócios para garantir o financiamento e a captação dos recursos necessários para a operação. Mais recentemente me dediquei a um mestrado em Produção Jornalística e Mercado, na ESPM-SP, justamente para entender melhor os modelos de financiamento ao jornalismo digital. Atualmente buscamos um modelo híbrido, com contribuições de leitores, publicidade programática e financiamento subsidiário, quando a oferta de produtos e serviços de valor adicionado aportam recursos para a produção do jornalismo . Isso é importante porque pesquisas recentes realizadas por pesquisadores e universidades de ponta demonstram que o jornalismo, em especial na modalidade digital, não vem conseguindo se manter apenas com a produção de notícias.	Os mais diversos possíveis. Todos os principais temas socioambientais tem origem em questões econômicas. Não há nenhum problema ambiental que não tenha origem em uma decisão econômica em macroeconomia ou em empresas . Energia, matérias primas, indústrias, mobilidade e tudo o mais de uma sociedade moderna tem como sustentáculo os serviços ambientais prestados pelo planeta. Os principais problemas ambientais estão intimamente ligados ao sobreuso desses serviços e ao descarte de resíduos e efluentes sólidos, líquidos e gasosos.
P7	Participei da fundação do jornal impresso, que editei até sua 113a. edição, com mais de 2 milhões de exemplares distribuídos gratuitamente, e da fundação e edição da revista impressa e virtual, que está em sua 107a. edição. O modelo de negócios baseia-se no trabalho voluntário como estratégia de driblar o boicote econômico de	Não interferem, se os patrocinadores e anunciantes respeitam o contraditório e compreendem que uma mídia “chapa branca”, institucional, não obterá sucesso na penetração junto ao público que a empresa ou governo pretendem democratizar sua informação socioambiental. A presença do contraditório -

	empresas, governos e agências de publicidade comprometidos com o modelo econômico predatório, consumista e injusto. Obtivemos algum sucesso com venda de publicidade na base do custo por mil (CPM) junto a empresas ligadas a Secom/presidência da república, entre outras.	mesmo quando desfavorável em certa medida para o anunciante - é garantia de que a mensagem chegará ao público interessado e , uma vez respeitado o contraditório, é justo que do ponto de vista econômico o anunciante tenha o direito de defesa, por que teria do mesmo jeito, mesmo se não fosse anunciante.
P8	Os temas ambientais não se coadunam com o jornalismo comercial, que vive do anunciante, simplesmente porque a lógica dos negócios se choca constantemente com a questão ambiental. Por isso, os veículos menores, mais independentes tem mais desenvoltura nesse campo. Infelizmente, de modo geral, falta a eles os recursos para a produção jornalística e a realidade é essa: quem pode não tem interesse em fazer, quem poderia não tem os meios . Resta a esperança de que um dia os independentes tenham melhores condições de produzir e os comprometidos com o anunciante sejam obrigados a segui-los, para não perder os leitores.	Como disse antes, é difícil que temas ambientais não contrariem interesses econômicos. Então, eles sempre se manifestam. Se envolvem grandes empresas ou autoridades poderosas, as pressões podem ser insuportáveis no caso de um veículo que depende vitalmente dos seus anunciantes . Infelizmente nas grandes estruturas o jornalista assalariado tem pouca força para alterar esse quadro. Os veículos menores, mais independentes, conseguem resistir melhor, embora, como disse, tenham menos condições operacionais.

Fonte: Dados da pesquisa

Todos os principais temas socioambientais tem origem em questões econômicas. Não há nenhum problema ambiental que não tenha origem em uma decisão econômica em macroeconomia ou em empresas (P6). É difícil que temas ambientais não contrariem interesses econômicos. Então, eles sempre se manifestam. Se envolverem grandes empresas ou autoridades poderosas, as pressões podem ser insuportáveis no caso de um veículo que depende vitalmente dos seus anunciantes (P8).

Certamente a pauta socioambiental expõe fragilidades do setor econômico e político e traz verdades inconvenientes (P3). As investigações jornalísticas que apontam falhas e crimes ambientais na conduta do governo e empresas podem despertar rapidamente dificuldades e represálias. Jornalistas com perguntas diretas sobre estes problemas são escrutinados. Em alguns casos, a moderação de poderosas assessorias de imprensa serve como escudo. Em outros momentos existem questionamentos sobre a pertinência do trabalho jornalístico e possivelmente ameaças de processo e violência física (P4). Muita gente ganha dinheiro justamente cuidando para que o meio ambiente não entre no seu *business plan* para não reduzir a margem [de lucro] (P5).

No Brasil, a área ambiental esbarra a todo o momento no conflito pela terra. As tensões podem ser muitas e violentas. Há todo tipo de interesses. No meu trabalho, não interferem. Mas há muitas pressões, ameaças. Ainda mais neste momento (P2). Todos esses riscos de interferência crescem na medida em que o veículo depende de um limitado leque de financiadores. Quanto mais numerosa e dispersa for a sua base de financiamento, muitos anunciantes e assinantes, menor o risco de ingerência, desde que o veículo preze a autonomia

editorial e queira lutar por ela (P3). Os veículos menores, mais independentes, têm mais desenvoltura nesse campo. Infelizmente, de modo geral, falta a eles os recursos para a produção jornalística e a realidade é essa: quem pode não tem interesse em fazer, quem poderia não tem os meios. Resta a esperança de que um dia os independentes tenham melhores condições de produzir e os comprometidos com o anunciante sejam obrigados a segui-los, para não perder os leitores (P8).

Além dessa dificuldade de obter financiamento⁶⁰ para realizar com regularidade um trabalho independente e de impacto social, com remuneração digna, desafio enfrentado pelo jornalismo contemporâneo, os serviços jornalísticos que realizam uma cobertura especializada dos temas ambientais tem um dilema ético particular: aceitar ou não anúncios de empresas e governos com pouca ou nenhuma responsabilidade ambiental que utilizam a publicidade verde com o objetivo de maquiar sua imagem perante a opinião pública.

Grandes anunciantes no Brasil são geralmente corporações com enorme passivo ambiental, caso da Petrobras, da Bayer, da Vale e da JBS, apenas para citar alguns poluidores mais notórios que utilizam a publicidade para esverdear sua imagem no mercado. Quando um veículo especializado na cobertura de meio ambiente aceita publicar um anúncio desses, atualiza a tensão entre os dois clientes do jornalismo, o leitor e o anunciante, apontada por Max Weber (2006) no início do século XX. O leitor quer saber o que acontece, de fato, no mundo empresarial, já as empresas querem mostrar apenas o que é positivo para elas.

“Falando de forma difusa, acredito que também haja pressão para “falar bem” de determinada organização que apoia ou financia o veículo” (P3). A presença do contraditório - mesmo quando desfavorável em certa medida para o anunciante - é garantia de que a mensagem chegará ao público interessado e, uma vez respeitado o contraditório, é justo que do ponto de vista econômico o anunciante tenha o direito de defesa, por que teria do mesmo jeito, mesmo se não fosse anunciante (P7). A fragilidade dos financiamentos dificulta a disseminação do jornalismo investigativo ambiental com denúncias contra corporações empresariais com atuação no Brasil. Por isso as grandes redações comerciais dão prioridade às soluções econômicas sustentáveis e controvérsias governamentais.

Com a democratização dos meios de comunicação, a pulverização das mídias e o advento das redes sociais, empresas de comunicação que eventualmente evitam certas pautas

⁶⁰ No primeiro mandato presidencial de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006), iniciou-se uma discussão mediada pelo Ministério do Meio Ambiente para criar um fundo público, gerido e fiscalizado pela sociedade civil, para viabilizar empreendimentos jornalísticos independentes em âmbito local e regional dedicados à cobertura de temas ambientais. O pesquisador participou das tratativas. A iniciativa não passou das primeiras reuniões, e nunca mais voltou a ser debatida no Brasil.

por pressão dos patrocinadores perdem credibilidade e prestígio. Não é mais possível evitar os assuntos relevantes e isso também vale para os temas ambientais. As novas plataformas de comunicação determinam uma concorrência saudável onde os interesses dos patrocinadores ficam em segundo plano (P1). Fica evidente nas respostas dos oito participantes da pesquisa que o *habitus* ecológico do jornalista ambiental tem que se ajustar aos limites impostos pela condição particular do veículo onde ele trabalha. Tais limites são definidos por condições de produção situadas histórica e socialmente.

6.5 A reportagem

O engajamento e o ativismo presentes nas respostas da pergunta quatro sobre motivação para fazer reportagens sobre temas ambientais não apenas não são citados quando os mesmos participantes são perguntados sobre o que é uma boa reportagem ambiental, como dois deles, que trabalham em veículos de um grande grupo de comunicação, fazem questão de afirmar que não se deve confundir jornalismo com militância (P1), e que [o jornalista] não deve cair no ativismo para não perder credibilidade (P2). Tal postura é uma estratégia de sobrevivência profissional nas grandes redações comerciais. Nessas estruturas o *habitus* ecológico do profissional militante costuma ser disfarçado. No entendimento de Moraes (2019), uma prática ativista no jornalismo não deveria desqualificá-lo como se ele fosse mais contaminado pela subjetividade do que o jornalismo baseado na lógica econômica e política, como se esse fosse sem interesses e sem causas e por isso digno de credibilidade. As respostas sobre como deve ser uma boa reportagem ambiental são apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 12 – Unidades de registro das respostas da sétima pergunta do questionário

Como deve ser uma boa reportagem ambiental?	
P1	Toda boa reportagem precisa ouvir todos os lados da história, apurar os fatos com o devido cuidado, compreender com a ajuda de especialistas as implicações (positivas ou negativas) do assunto em questão, e não confundir Jornalismo com militância .
P2	Se for possível ir a campo , perfeito. A reportagem trará temperatura, personagens, histórias. Tem que se contar uma boa história, sem jargões . E ouvindo todos os lados . Não deve cair no ativismo ou perde credibilidade .
P3	Nunca solta de seu contexto. Deve estar sempre relacionada com o contexto econômico, social, político e cultural . O grande risco do jornalismo ambiental é ficar “ensimesmado”: perde força porque e não envolve as pessoas nem faz as sinapses necessárias . O grande trunfo do meio ambiente é ser o pano de fundo e a base de sustentação onde todo o restante que acontece sobre a Terra. É preciso explorar esse caráter amplo, em tudo se liga a tudo, para dar mais significado.
P4	Além de trazer todas as boas práticas do tradicional jornalismo, a precisão, a independência, a boa narrativa (escrita) e o bom faro para a notícia, a reportagem ambiental exige, informação científica, capacidade de análise e apresentação de dados .
P5	Tem que ter gente . Gente se conecta com gente. Tem que contar uma boa história, de preferência com algum elemento bizarro. Tipo assim, uma cidade do Centro-Oeste que não tem cinema nem asfalto em metade das ruas mas que ganhou tanto dinheiro com soja que vende Daslú. Ou outra cidade cuja sede do município é grilada.

P6	O jornalismo é o mesmo, qualquer que seja a especialidade. Um boa reportagem deve ter um compromisso com a pluralidade , com a busca por informações e fontes capazes de oferecer contexto ao público . O jornalista que queira se dedicar à reportagem ambiental precisa se preparar, estudar, compreender as implicações sociais, científicas e de impactos econômicos. Mas, acima de tudo, deve ser interessante , chamar a atenção do público e ajudar a formar opinião a favor do meio ambiente , da vida e de uma economia que tenha em foco a prosperidade, a preservação e a justiça social.
P7	Que ofereça informações plurais , respeite o contraditório, traduza termos científicos e complexos em linguagens, imagens e gráficos o mais acessíveis possíveis, que contextualize a informação a nível local, regional, nacional e global, apresente os problemas e também as soluções, que inspire e motive reflexões e mudança de atitudes.
P8	Como qualquer reportagem. Bem apurada , com paciência e objetividade , escrita em linguagem simples e direta , sem pretensões literárias, para esclarecer, conscientizar.

Fonte: Dados da pesquisa

A boa reportagem ambiental deve estar sempre relacionada com o contexto econômico, social, político e cultural. O grande risco do jornalismo ambiental é ficar “ensimesmado”: perde força porque não envolve as pessoas nem faz as sinapses necessárias (P3). A necessidade de apresentar contexto também é citada pelos participantes 6 e 7. Ouvir todos os lados da história, apurar os fatos com o devido cuidado e compreender com a ajuda de especialistas (P1), ir a campo e contar uma boa história, sem jargões (P2) são características de uma boa reportagem ambiental, que também exige informação científica, capacidade de análise e apresentação de dados (P4). Mas também tem que ter gente. Gente se conecta com gente (P5), deve ser interessante (P6), ter informações plurais (P7) escritas em linguagem simples e direta (P8).

As respostas dos oito participantes são coerentes com o que se espera de uma reportagem especializada. O que chamou a atenção foi a tentativa de se descolar do jornalismo engajado e ativista, que advoga a causa ambiental (*advocacy journalism*) que todos integrantes da amostra dessa pesquisa praticam em maior ou menor grau. Em nome do *illusio* do campo (é possível fazer algo pelo meio ambiente por meio do jornalismo), o *habitus* ecológico é disfarçado. Tal postura pode ser atribuída à reduzida autonomia do campo jornalismo ambiental no país.

6.5.1 Boas pautas

O receio de ser visto como ativista é citado quando um dos participantes responde o que seria uma boa pauta ambiental. “Cada vez mais, me parece que a boa pauta ambiental é aquela que não será lida como uma reportagem de nicho. É difícil admitir, mas existe hoje um estigma de ativistas pregado aos jornalistas ambientais. Essa situação, da qual somos vítimas por deficiências de nossa sociedade, nos apresenta um desafio” (P4). Então ele sugere uma história bem contada de um líder na pesquisa e conservação e também descobertas da ciência relacionadas ao meio ambiente. No entanto, na reportagem R2 que ele publicou em 2019, analisada no próximo capítulo, a investigação jornalística dele foi realizada de uma perspectiva

cidadã e o jornalista ambiental se posicionou ao lado dos índios ameaçados em Rondônia. As respostas dos oito participantes são apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 13 – Unidades de registro das respostas da sexta pergunta do questionário

O que é uma boa pauta ambiental?	
P1	Uma boa história, bem assentada nos fatos, e que reporte com precisão a urgência da ética do cuidado. Soluções sustentáveis que transformem para melhor a vida das pessoas sem agravar a destruição do meio ambiente.
P2	A que aponta confrontos, desafios, ameaças, oportunidades .
P3	A que provoca emoções e faz o leitor (executivo, consumidor, político, etc.) refletir sobre suas ações e avaliar o quanto seus impactos são negativos e o quanto são positivos para o ambiente e para a sociedade. Quanto mais tocado for por essa pauta, mais se mobilizará e se engajará.
P4	Cada vez mais, me parece que a boa pauta ambiental é aquela que não será lida como uma reportagem de nicho. É difícil admitir, mas existe hoje um estigma de ativistas pregado aos jornalistas ambientais. Essa situação, da qual somos vítimas por deficiências de nossa sociedade, nos apresenta um desafio. O desafio é lograr a pauta ambiental que extrapola as bolhas do que é meio ambiente, economia e política. Por outro lado, a boa e bem contada história de um líder na pesquisa e conservação , as descobertas da Ciência relacionadas ao meio ambiente, entre outros exemplos positivos, são boas pautas para o público em geral.
P5	Qualquer uma que toque em uma ou mais das funções descritas na resposta 2 (assombrar-se diante do incomum, explicar o comum, criticar o poder e trazer à luz o que é de interesse público, mas as pessoas preferem manter oculto).
P6	A boa pauta ambiental é aquela que oferece contexto , que mostra ao público a conectividade entre os mais diversos temas e sua origem ambiental, ou faz o caminho inverso, mostra como uma origem ambiental pode se refletir em impactos profundos em áreas das mais diversas. Sobretudo a pauta ambiental deve ter um compromisso com a complexidade, com a vida.
P7	A que promove a democratização da informação socioambiental contribuindo para a tomada de decisão pelo público, no rumo de um outro modelo econômico , sustentável e mais justo.
P8	Toda a pauta ambiental, em princípio, é boa porque ela é sempre de interesse universal, mesmo quando o efeito é localizado. As pautas ambientais são também mais mobilizadoras .

Fonte: Dados da pesquisa

A boa pauta é a que apresenta soluções sustentáveis (P1) no rumo de outro modelo econômico, sustentável e mais justo (P7). É também aquela que aponta confrontos, desafios, ameaças e oportunidades (P2), provoca emoções e faz o leitor refletir sobre suas ações (P3). Ela também critica o poder e traz à luz o que é de interesse público, mas as pessoas preferem manter oculto (P5), oferece contexto mostrando ao público a conectividade entre os mais diversos temas (P6). Toda a pauta ambiental, em princípio, é boa porque ela é sempre de interesse universal, mesmo quando o efeito é localizado. As pautas ambientais são também mais mobilizadoras (P8). Importante notar que nenhum dos oito participantes afirmou claramente que uma boa pauta ambiental é aquela que denuncia os grandes interesses corporativos.

6.5.2 Escolha das fontes

Metade dos participantes respondeu que uma boa reportagem ambiental (6.5) deve ouvir todos os lados (P1 e P2), ter um compromisso com a pluralidade (P6) para fornecer informações

plurais (P7). Mas quais atributos devem ser levados em consideração no processo de seleção das fontes de uma reportagem? A pergunta é sobre os atributos, no entanto, chama a atenção nas respostas que apenas as duas mulheres incluíram nas suas listas de boas fontes os ribeirinhos, as lideranças indígenas, os ambientalistas (P2) e o terceiro setor (P3). As respostas da oitava pergunta são apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 14 - Unidades de registro das respostas da oitava pergunta do questionário

Que atributos você considera relevante na escolha de suas fontes?	
P1	Que tenham larga experiência, credibilidade, notório saber, expertise . Em tempos de tanto ‘achismo’ e ‘opinião’, o jornalismo ambiental precisa abrir espaço para a boa ciência .
P2	Pesquisadores renomados, ribeirinhos, lideranças indígenas , advogados ambientais, ambientalistas . É a mesma relação de fontes e jornalistas _ tem que ter confiança.
P3	Lucidez, domínio do assunto, visão crítica, questionadora, aprofundada, e capacidade de comunicar. A escolha de fontes deve levar em conta a diversidade de pontos de vista, garantir que sejam ouvidas pessoas de variadas áreas (setor privado, governo, terceiro setor , academia etc.) O importante é formar um painel diversificado, para dar conta o máximo possível da realidade multifacetada, em que não há somente uma verdade, mas um conjunto de verdades.
P4	Conhecimento do tema , relevância no momento da reportagem, transparência no compartilhamento de suas informações.
P5	Puxa, isso é muito dinâmico, varia conforme o assunto. Posso te dizer quem jamais serão minhas fontes: negacionistas do clima e o ministro do Meio Ambiente do Bolsonaro.
P6	As fontes devem ser credíveis, ter honestidade de caráter. Não necessariamente ostentar títulos, mas sim ter credibilidade em conhecimentos, em vivência científica ou de vida . Uma boa fonte é aquela que pode te oferecer uma boa história, corroborar ou negar hipóteses de forma contundente e garantir versões que apoiem uma visão coerente do mundo.
P7	Credibilidade, confiabilidade, visão de contexto , sinceridade, competência e conhecimento do assunto. A rede de fontes de um jornalista é sem dúvida seu maior patrimônio, uma relação de confiança de parte a parte que leva uma vida inteira para ser construída, ampliada e fortalecida, e que se destrói facilmente quando se comete uma desonestidade por exemplo. Importante para o jornalista socioambiental é não dispor de uma única fonte sobre um tema, mas mais de uma, e de preferência que sejam contraditórias e ideologicamente em campos distintos , oferecendo ao jornalista a oportunidade dele apresentar ao público mais de uma ideia ou versão sobre o mesmo fato, pois é o público, em última análise, quem deve escolher, e não o jornalista escolher pelo público.
P8	Honestidade, credibilidade, autoridade , não necessariamente na ordem.

Fonte: Dados da pesquisa

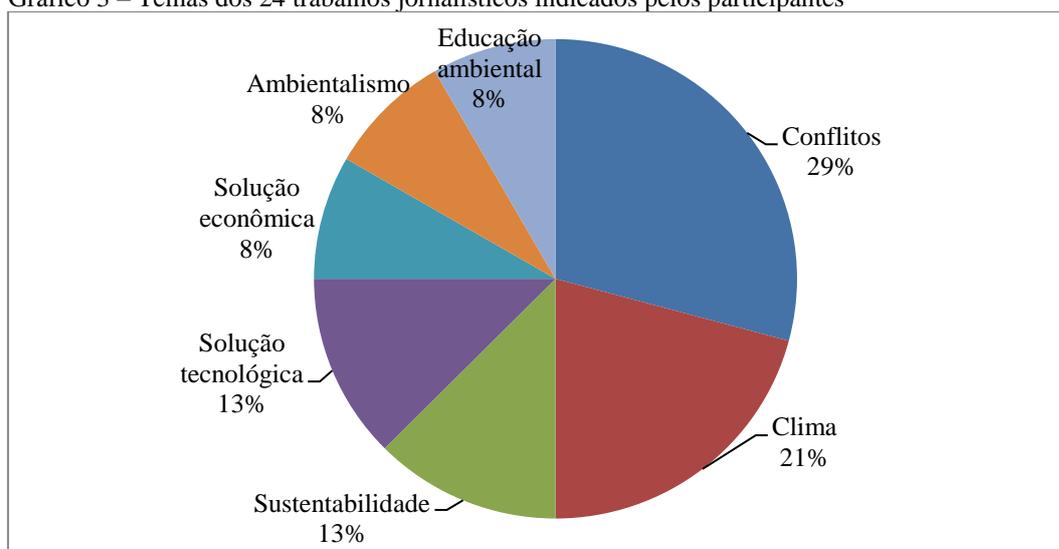
De uma maneira geral, as respostas apontam o notório saber e a expertise (P1) entre os principais atributos, conforme discutido no item 4.1 sobre o jornalismo especializado em temas ambientais. O jornalismo ambiental precisa abrir espaço para a boa ciência (P1), ouvindo pesquisadores renomados (P2), fontes com conhecimento do tema (P4), jamais os negacionistas do clima (P5). É preciso ter vivência científica ou de vida (P6), visão de contexto [...] ideologicamente em campos distintos (P7), honestidade, credibilidade e autoridade, não necessariamente nessa ordem (P8). O importante é formar um painel diversificado, para dar conta do máximo possível da realidade multifacetada, em que não há somente uma verdade, mas um conjunto de verdades (P3).

Esse conjunto de verdades citado por (P3) explicita a verdade em perspectiva que caracteriza o formato reportagem. De uma maneira geral, os participantes reconhecem a recomendação dos manuais de jornalismo ambiental de ouvir cientistas (MACHADO, 2018; GARCIA, 2006; WEST; SANDMAN; GREENBERG, 1995), os experts na classificação de fontes proposta por Lage (2001), sem explicitar, no entanto, o risco de sucumbir à “síndrome Lattes” (BUENO, 2007). Levando em consideração a matriz de tipificação das fontes proposta por Schmitz (2010), predominam nas respostas dos participantes as fontes especializadas e de referência qualificadas como confiáveis e fidedignas.

6.5.3 Trabalhos destacados

Entre as perguntas do questionário enviado por e-mail para os participantes da pesquisa foi incluída a seguinte solicitação: cite três reportagens que você sente orgulho de ter feito na área ambiental. O objetivo foi complementar as respostas dadas à pergunta sete sobre como deve ser uma boa reportagem ambiental e criar um corpus de reportagens de referência para analisar os enquadramento mais salientes e identificar os temas, os métodos de apuração, as funções e as fontes. Os principais temas entre os 24 trabalhos⁶¹ de referência indicados pelos participantes da pesquisa são os conflitos ambientais (7), a mudança do clima (5), sustentabilidade (3) e soluções tecnológicas (3). Os outros três temas são: soluções econômicas (2), educação ambiental (2) e ambientalismo (2).

Gráfico 3 – Temas dos 24 trabalhos jornalísticos indicados pelos participantes



Fonte: Dados da pesquisa

⁶¹ A lista completa das 24 reportagens foi apresentada apenas para os avaliadores da Banca de Avaliação. Nessa versão final da tese, ela foi omitida para preservar o anonimato dos participantes.

Os dois temas principais – conflitos ambientais e mudança do clima – são assuntos de grande relevância social e ambiental no Brasil, conforme discutido nos capítulos 2 e 3. Chama a atenção também a presença de reportagens sobre soluções (econômicas e técnicas), o que demonstra a preocupação do jornalismo ambiental praticado pelos participantes em apontar saídas possíveis para os problemas ambientais do país. No próximo capítulo, os enquadramentos mais salientes de cinco dos 24 trabalhos indicados pelos participantes são analisados. As reportagens selecionadas tratam dos seguintes temas: solução econômica, conflitos ambientais, solução tecnológica, sustentabilidade e ambientalismo.

7 ANÁLISE DE REPORTAGENS

O primeiro gesto de análise (Capítulo 5) mapeou os tipos de jornalismo prometidos pelos 33 serviços especializados que afirmam realizar cobertura de temas ambientais no Brasil e, a partir da análise das funções jornalísticas autodeclaradas, encontrou cinco tipos de jornalismo presentes no conteúdo das apresentações: informativo, promocional, educativo, mobilizador e investigativo. O segundo (Capítulo 6) buscou compreender a visão de oito jornalistas de referência na cobertura especializada de temas ambientais no país sobre sete aspectos profissionais: as funções do jornalismo, a motivação pessoal, a especialização ambiental no país, os interesses econômicos envolvidos, a reportagem, a pauta e as fontes. O objetivo específico desse capítulo é analisar as características de reportagens consideradas de referência pelos jornalistas especializados na cobertura de temas ambientais no Brasil. A análise confronta o conteúdo dos textos com as respostas do questionário fornecidas pelos participantes. Com este terceiro gesto de análise busca-se identificar os traços típicos de uma reportagem de referência do jornalismo especializado na cobertura de temas ambientais que, por definição, deve tratar do tema com profundidade e qualidade.

O corpus de análise é formado por cinco dos 24 trabalhos indicados pelos oito participantes da pesquisa como sendo aqueles que mais orgulho lhes dá, ou seja, representam aquilo que cada um dos oito jornalistas especializados na cobertura de temas ambientais entende como uma prática profissional que merece destaque. Das cinco reportagens selecionadas, três foram publicadas nos serviços especializados estudados no Capítulo 5 (R2, R3 e R4). Entre as cinco, duas (40%) foram produzidas por jornalistas mulheres. Primeiro foram descritos o tema, o método de apuração, as funções do jornalismo identificadas nos textos e as fontes utilizadas em cada uma das cinco reportagens selecionadas. Depois, utilizando o método da Análise de Conteúdo orientado pela Teoria do Enquadramento, foram identificados o(s) enquadramento(s) predominantes em cada um dos textos e para demonstrá-los unidades de registro foram recortadas dos textos.

Entendeu-se que a análise qualitativa de apenas cinco trabalhos publicados seria suficiente para delinear os traços típicos característicos de uma reportagem de referência no jornalismo ambiental brasileiro, e que, portanto, uma análise quantitativa categorial das 24 reportagens não seria necessária para cumprir o objetivo geral dessa pesquisa.

O primeiro critério utilizado para composição do corpus⁶² foi selecionar reportagens publicadas por jornalistas ainda em atividade nas grandes empresas de comunicação ou em

⁶² A íntegra das cinco reportagens foi incluída na versão entregue aos integrantes da Banca de Avaliação, mas excluída dessa versão final para preservar o anonimato dos autores participantes da pesquisa.

empreendimentos próprios. Com isso, os trabalhos indicados pelos participantes 5 e 7 não foram considerados. O Participante 6 indicou apenas artigos e também ficou de fora do corpus porque o formato solicitado foi o da reportagem. Das três sugestões do Participante 1, optou-se pela série de reportagem mais recente sobre uma solução técnica com apuração realizada no país. O critério de escolha do trabalho da Participante 2 foi a apuração realizada em território nacional, no maior bioma do Brasil. O trabalho selecionado para análise da Participante 3 foi o considerado por ela o mais sofisticado. O trabalho do Participante 4 escolhido foi o mais atual (2019). Já o trabalho selecionado do Participante 8 foi o mais antigo (1976), porém republicado em dois livros, o que sugere status de referência.

As duas primeiras reportagens analisadas foram realizadas na Amazônia pelos participantes 2 e 4 e os temas centrais dos trabalhos são as soluções econômicas e os conflitos ambientais, respectivamente. A terceira é uma reportagem em série que trata de uma solução ambiental tecnológica, os carros elétricos, e foi produzida pelo Participante 1 para a televisão. O quarto trabalho analisado é uma reportagem-ensaio sobre a noção de tempo na discussão da sustentabilidade escrita pela Participante 3. O quinto trabalho tem como tema central o ambientalismo e foi uma das primeiras reportagens sobre a vida e a luta de um engenheiro agrônomo gaúcho que anos depois ficou reconhecido internacionalmente pelo seu ativismo ambiental, escrita com técnicas do jornalismo literário (reprodução de diálogos, descrição de ambientes e humanização da personagem) pelo Participante 8.

7.1 A rede de sementes do Parque Indígena do Xingu

A primeira reportagem (R1) analisada foi publicada na última semana de setembro de 2017 em jornal de circulação nacional e foi produzida pela Participante 2 (P2) em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), organização não-governamental com atuação na Amazônia que pagou a viagem da repórter ao Parque Indígena do Xingu, no nordeste do Mato Grosso (MT), região de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia. Trata-se de uma grande reportagem que usou como elementos multimídia o texto, seis fotos destacadas, três galerias de imagens cedidas, dois infográficos produzidos por profissional do jornal e dois audiovisuais do ISA. A reportagem foi produzida durante evento comemorativo aos dez anos do projeto Rede de Sementes do Xingu criado pela entidade que pagou a viagem da repórter e outras organizações que atuam na região. O tema, o método de apuração, as funções do jornalismo ambiental, a diversidade das fontes e os enquadramentos encontrados no texto são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 15 – Análise da reportagem 1

TEMA DA REPORTAGEM 1	
Solução econômica: a inovação, o potencial e os desafios da Rede de Sementes do Xingu	
MÉTODOS DE APURAÇÃO	
Reportagem de campo com imersão na realidade descrita (financiada pela fonte principal) e entrevistas presenciais. Documentos de divulgação do projeto tema da reportagem também foram consultados e citados.	
FUNÇÕES DO JORNALISMO PRESENTES NO TEXTO	
Promover, informar e educar.	
FONTES	
Indígenas (6)	<ul style="list-style-type: none"> . Makawa. Makupa Kaiabi, líder indígena . Atakaho Waurá, cacique do Alto Xingu . Kampot Ikpeng . Oreme Ikpeng, jovem de 24 anos técnico em agroecologia, . Tirawá Waurá . Ikpeng, líder indígena
Agricultores e coletores (5)	<ul style="list-style-type: none"> . Acrisio Luiz dos Reis, 65 anos, agricultura mineiro que coleta dentro do assentamento Manah, em Canabrava do Norte. . Placides Pereira, agricultura do assentamento Manah, sanfoneiro e coletor de sementes . Ivan Loch, coletor e produtor rural de Canarana . Vera Alves da Silva Oliveira, coletar de Nova Xavantina que antes era empregada doméstica . Milene, de 19 anos, filha de Vera, liderança jovem da Rede e estudante de biologia
Empresários (2)	<ul style="list-style-type: none"> . Artemizia Moita, gerente ambiental do grupo Agropecuária Fazenda Brasil . Edimarcio de Araújo Prudente, empresário ex-funcionário da Gerdau
Especialistas do ISA e dirigentes do projeto (12)	<ul style="list-style-type: none"> . Rodrigo Junqueira, agrônomo coordenador do Programa Xingu do ISA . André Villas-Bôas, secretário-executivo do ISA . Junior Micolino da Veiga, gestor ambiental e técnico de restauração do ISA . Eduardo Malta, consultor do ISA . Dannyel Sá, biólogo do Programa Xingu do ISA . Claudia Alves de Araújo, uma das diretoras da Associação Rede de Sementes do Xingu . Bruna Dayanna Ferreira de Souza, também diretora da Associação. . Acrísio dos Reis, o terceiro diretor da Associação . Raquel Pasinato, coordenadora do programa Vale do Ribeira do ISA . Danilo Ignacio, consultor da Rede . Heber Queiroz Alves, gerente do escritório de Canarana do ISA. . Nurit Bensusan, bióloga coordenadora-adjunta do programa de política e direito socioambiental do ISA
Outros especialistas (3)	<ul style="list-style-type: none"> . Daniel Luis Mascia Vieira, ecólogo pesquisador da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia . Ricardo Abramovay, sociólogo professor da Universidade de São Paulo . Fatima Piña-Rodrigues, professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-Sorocaba)
Fontes documentais (2)	<ul style="list-style-type: none"> . Marcio Santili, um dos sociofundadores do Instituto Socioambiental (ISA) em crônica recente . Um boletim do ISA
ENQUADRAMENTOS	
	<p>O jovem intérprete que a traduz explica que a renda da venda de sementes ajuda os índios a comprar artigos que precisam. Makawa está sem o delicado cocar que usou há pouco, ao dividir a fala com outros caciques xinguanos, mas está de óculos. Com a renda das sementes ela agora enxerga, diz. A mulher espera o intérprete terminar a frase e sorri timidamente: “E fiz minha dentadura”. (R1_P2_SA1)</p> <p>Na ocasião imaginava-se que 300 mil hectares de matas ciliares precisavam ser reconstruídos na região das nascentes do Xingu no Mato Grosso -- depois das mudanças no Código Florestal, a estimativa baixou para 200 mil hectares. Neste contexto, e articulando atores normalmente divergentes, nasceu a Rede de Sementes do Xingu, em 2007, hoje a maior rede de sementes florestais</p>

<p>Soluções ambientais com ganhos econômicos, a agrofloresta sustentável (SA)</p>	<p>nativas do Brasil. No Diauarum, durante três dias de agosto, coletores de sementes, pesquisadores e ambientalistas se reuniram para debater o futuro de um caminho que valoriza a biodiversidade e inclui povos da floresta e gente da cidade. (R1_P2_SA2)</p> <p>O esforço já produziu renda de R\$ 2,5 milhões para as comunidades e recuperou mais de cinco mil hectares de áreas degradadas na região das bacias do Xingu e Araguaia, e em outras áreas de Cerrado e Amazônia. (R1_P2_SA3)</p> <p>Entre os waurá da aldeia Piyulaga, no Alto Xingu, a dinâmica da coleta inicia quando recebem o pedido. “As coletoras saem atrás de sementes de orelha de macaco, copaíba, mamoninha”, conta Tirawá Waurá. “A renda que vem é importante para que a gente compre sabão, facão, camisas, anzóis, chinelos. Compramos o que necessitamos e continuamos mantendo a nossa cultura. E também usamos as sementes para reflorestar perto da aldeia, se perdemos alguns pedaços de mata com as roças”, explica. (R1_P2_SA4)</p> <p>A história de Vera é singular. Moradora de Nova Xavantina, foi empregada doméstica até o dia em que a vida virou. Começou a coletar sementes usando uma bicicleta velha. “Hoje tenho moto e carro, quero construir minha casa.” (R1_P3_SA5)</p> <p>O sociólogo Ricardo Abramovay, professor da Universidade de São Paulo, classifica a experiência da Rede de Sementes como uma faceta da “economia do cuidado”. Ele atrai os olhares dos participantes do encontro ao dizer que a coleta de sementes nativas é vetor que cultiva a diversidade e se opõe ao que ocorre como regra, uma “economia de destruição da Natureza”. Ele explica: “É assim que o Brasil tem encarado esta região: aqui tem energia, matérias-primas, um pouco de agricultura. A Amazônia virou uma espécie de almoxarifado de onde se tiram coisas. Mas o que vocês têm feito é uma economia do conhecimento da natureza, de mobilizar informações que nas escolas de agronomia não se ensinam”, continua.</p> <p>A sombra da mangueira atrai uma revoada de pássaros que fazem algazarra. Abramovay segue com sua análise sobre o movimento econômico da Rede. “Entrar na economia de mercado com este conhecimento é muito arriscado, ninguém tem garantia que isso dará certo”, alerta. “Mas já deu certo”, corrige-se, na sequência. “Deu certo nos milhares de hectares reflorestados a partir da economia da muvuca. Que é linda, porque reúne diversidade e conhecimento.” (R1_P2_SA6)</p> <p>“Com a muvuca tivemos um resultado excelente. Nos 450 hectares que plantamos em 2012 já conseguimos um sub-bosque”, diz ele, que saiu da Gerdau e montou uma empresa que trabalha neste mercado. A Borges & Prudente “depende totalmente das sementes do Xingu”, diz. Ele acredita que com a regularização ambiental dos proprietários rurais, iniciativas como esta “só farão crescer”. (R1_P2_SA7)</p> <p>A experiência da Rede começa a servir de modelo também na Mata Atlântica, entre as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. (R1_P2_SA8)</p> <p>A Rede é uma experiência em que “a produção de sementes florestais para a restauração de ecossistemas degradados pode constituir um caminho para valorização da biodiversidade com inclusão socioeconômica”, resume o <u>agrônomo</u>. (R1_P2_SA9)</p> <p>Temos que conhecer e valorizar os nossos biomas e também conseguir que a sociedade reconheça a importância de se fazer a recomposição dos ecossistemas”, continua Rodrigo Junqueira. “Como podemos restaurar o Brasil achando que o governo cuidará de cada árvore?”, pergunta. “Temos que criar as condições para a natureza agir como ela é.” (R1_P2_SA10)</p>
-----------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Agronegócio devastador (AD)	<p>Basta olhar ao redor para se ver o caldo de visões distintas de como viver no Cerrado e na Amazônia. A estrada que leva de Goiânia a Canarana revela muito do desenvolvimento da região. Cartazes promovem serviços de aviõezinhos agrícolas, terraplanagem e galpões para alugar. Os anúncios vendem sementes de soja e “defensivos agrícolas” – nunca “agrotóxicos”. Pátios têm tratores, máquinas e pequenos caminhões. A pujança é agrícola, não há nada de economia florestal nesta região de transição de biomas. (R1_P2_AD1)</p> <p>As Reservas Legais parecem ter sido deixadas ali de má vontade, porque a lei obriga e pronto. Lideranças do agronegócio usam uma imagem tosca para explicar a RL: é como ter uma casa com 10 quartos, mas só dois podem ser usados. Não dizem que os dois quartos são gigantescos e nem que os outros oito garantem água, comida, móveis, ar fresco, negócios e vida a todos na casa. As RL no Mato Grosso são retângulos naturais artificiais — uma oposição em si, mas é olhar para baixo e confirmar o contrassenso. Fauna e flora estão confinadas a perímetros desenhados pelas máquinas da produção. (R1_P2_AD2)</p>
Soluções ambientais com fundamentação técnica (ST)	<p>A restauração das matas ciliares dos rios exigia sementes e técnicas de restauração florestal. (R1_P2_ST1)</p> <p>Começamos a investigar e a beber na fonte da agrofloresta, que mistura agricultura e floresta. Ou seja: se semeamos sementes agrícolas por que não fazer o mesmo com sementes florestais? Foi assim”. (R1_P2_ST2)</p> <p>Beneficiar sementes florestais nativas exige conhecimento, criatividade e adaptação. A Rede trabalha com mais de duas centenas de espécies diferentes, cada uma com suas características. (R1_P2_ST3)</p>

Fonte: Dados da pesquisa

Para descrever a inovação econômica e ambiental da Rede de Sementes do Xingu, a principal técnica de apuração utilizada foi a reportagem de campo (financiada pela fonte principal, o Instituto Socioambiental). As seis fontes indígenas e os cinco agricultores e coletores entrevistados in loco confirmam a tese central da reportagem defendida pelos 12 especialistas do ISA e pelos outros três especialistas entrevistados: soluções ambientais inovadoras na região são aquelas que proporcionam ganhos econômicos para todos os envolvidos no empreendimento e conservam a floresta.

A possibilidade de uma agrofloresta sustentável é o enquadramento mais saliente na reportagem, confirmando a função do jornalismo ambiental descrita pela Participante 2 na resposta dada à segunda pergunta do questionário: “ajudar a formar consciência sobre estes temas, desafios e oportunidades na sociedade. Jornalistas investigativos fazem denúncias (mas este não é o meu perfil, embora seja um trabalho fundamental)”. Outros dois enquadramentos estão presentes na grande reportagem indicada como sendo um dos três trabalhos que a participante sente orgulho de ter feito.

Um deles é o do agronegócio devastador, contraponto a um agronegócio mais sustentável representado na reportagem por produtores rurais que recompõe suas áreas com a muvuca de sementes. A repórter, que escreveu o texto na terceira pessoa do singular, deixa

escapar sua opinião contrária ao agronegócio devastador quando constata que “a pujança é agrícola, não há nada de economia florestal nesta região de transição de biomas” (R1_P2_AD1), que as “lideranças do agronegócio usam uma imagem tosca para explicar a Reserva Legal” e lamenta que a “fauna e flora estão confinadas a perímetros desenhados pelas máquinas da produção” (R1_P2_AD2).

O terceiro enquadramento encontrado na Reportagem 1 é o das soluções ambientais com fundamentação técnica e científica. Fontes indígenas das etnias que não participam do projeto não foram ouvidas para explicar suas razões, nem lideranças de entidades do agronegócio devastador para falar da iniciativa, como, por exemplo, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato). Fontes oficiais (LAGE, 2001; SCHMITZ, 2010) também não foram consultadas para responder sobre entraves burocráticos do Registro Nacional de Sementes e Mudanças (Renasem) apontados por fontes especialistas.

Três funções do jornalismo ambiental foram identificadas na reportagem: promover soluções econômicas possíveis na Amazônia; informar sobre o que acontece de positivo no maior bioma do país; e educar os empresários leitores do jornal sobre formas sustentáveis de fazer dinheiro na região sem derrubar a floresta. A função promocional predomina.

Quando perguntada sobre como deve ser uma boa reportagem ambiental, a Participante 2 citou a necessidade de ir a campo para contar uma boa história, sem jargões, o que de fato ela fez nessa grande reportagem indicada por ela para análise. A boa história é contada com texto vivo, influenciado por sonoridades: “Diauarum (palavra musical)”, “funciona como concerto”, “juntos fazem uma sinfonia”, “pássaros que fazem algazarra”, “muvuca de pessoas”.

Mas a Participante 2 também responde no questionário que é preciso ouvir todos os lados, o que ela não fez nessa reportagem cuja função que predomina é a promocional, e revela um receio: “Não deve cair no ativismo ou perde credibilidade”. A viagem dela foi paga pela fonte principal, mas a repórter deixou clara essa informação no texto. A falta de fontes contrárias ao projeto (outras etnias e lideranças do agronegócio devastador) não comprometeu o objetivo principal da grande reportagem que foi apresentar uma solução econômica inovadora capaz de viabilizar uma economia agloflorestal sem destruir a floresta amazônica. Já a falta de uma fonte oficial para falar sobre o Renasem pode ser considerada uma falha de apuração.

Do ponto de vista do jornalismo autodeclarado imparcial, a repórter poderia ser considerada parcial porque não ouviu todos os lados e teve a viagem paga pela fonte, a maior interessada na promoção da solução econômica apresentada com a chancela de um jornal de referência. No entanto, para o jornalismo ambiental, que sim é ativista e engajado na luta por um novo modelo de desenvolvimento, ela não perde sua credibilidade por ser ativista e

engajada. Pelo contrário. Promoveu nacionalmente, com seu conhecimento especializado lapidado em 30 anos cobrindo “temas ambientais e de desenvolvimento”, uma solução inovadora criada por uma rede que atua no maior bioma do Brasil.

Perguntada sobre os atributos que considera relevante na escolha das fontes, a Participante 2 respondeu: “pesquisadores renomados, ribeirinhos, lideranças indígenas, advogados ambientais, ambientalistas. É a mesma relação de fontes e jornalistas, tem que ter confiança”. Essa confiança na fonte, testada e retestada no cotidiano da reportagem, fez com que a repórter aceitasse a viagem paga e chancelasse o projeto de dez anos. Essa relação de confiança com a fonte é uma das características do jornalismo especializado: econômico, político, científico, cultural, esportivo. No ambiental não é diferente.

7.2 O cerco aos Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna em Rondônia

O Território Indígena do Xingu foi descrito na Reportagem 1 como uma ilha de 2,8 milhões de hectares de floresta rodeada por soja, capim e gado. A mesma imagem de cerco é usada na Reportagem 2 (R2) escrita pelo Participante 4 (P4) que também denuncia um cerco aos índios, não em Mato Grosso, mas em Rondônia. O formato de ambas (R1 e R2) é o da grande reportagem multimídia, com duas diferenças: a segunda utiliza mais elementos multimídia e técnicas de apuração do jornalismo guiado por dados. O fato principal – índios cercados por grileiros e madeireiros – é detalhado com informações extraídas de base de dados.

As evidências desta hostilidade contra os índios também se traduzem em desmatamento. Uma análise utilizando os dados do Programa de Monitoramento por Satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Prodes - INPE) indica derrubadas crescentes dentro e no entorno dos territórios. O último levantamento disponível (de agosto de 2017 a julho de 2018) revela ser este o período com mais alto desmatamento dentro das terras Karipuna e Uru-Eu-Wau-Wau nos últimos dez anos – 460 hectares e 690 hectares respectivamente. (R2_P4_IR6).

A Reportagem 2 foi publicada na íntegra em dois sites, nos dias 22 (em inglês) e 23 (em português) de abril de 2019, e um dia depois saiu uma versão reduzida (em português), sem vídeos, no site de uma revista mensal de referência. Ela foi realizada em campo pelo P4 acompanhado de um profissional responsável pela captação de imagens nos territórios Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna em Rondônia com custos pagos pelo *Rainforest Journalism Fund* através do *Pulitzer Center on Crisis Reporting* e apoio logístico das ONGs Kanindé e Greenpeace-Brasil. Logo na abertura do texto há um vídeo com uma síntese da reportagem, de quase treze

minutos (12'56"'), depois outros dois vídeos produzidos na viagem da dupla são apresentados, ambos de cerca de um minuto cada.

Também são utilizadas três fotos de fontes em perfil, um foto da floresta, reprodução de documento, mapa com animação e mapas da região. A reportagem coloca hiperlinks de cinco vídeos de outras fontes usados como evidência da apuração (um vídeo de 15 minutos postado na página da ONG Kanindé no facebook com flagrante da prisão de dois invasores na floresta realizada por índios; vídeo de dois minutos publicado pelo G1 mostrando invasão da terra indígena; vídeo da empresa Amazon Gel; vídeo no youtube incentivando invasão; e vídeo de posseiros postado no facebook).

Mais 20 hiperlinks são utilizados ao longo do texto remetendo para sites de organizações não governamentais envolvidas na luta dos indígenas (Instituto Socioambiental, Conselho Indigenista Missionário, Comissão Pastoral da Terra, Greenpeace Brasil e Instituto de Estudos Socioeconômicos) e de órgãos governamentais (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Fundação Nacional do Índio, Instituto de Colonização e Reforma Agrária, Ministério Público Federal, Câmara dos Deputados e Senado Federal), além de duas bases de dados, uma do Projeto de Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, e a outra do Cadastro Ambiental Rural.

O P4 também incluiu hiperlinks de duas reportagens realizadas na região, uma do site Amazônia Real e a outra do jornal Folha de S. Paulo, e ainda um hiperlink para o Google Maps. Chamou atenção negativamente o uso de dois hiperlinks para verbetes da Wikipédia, site utilizado para buscas iniciais, mas não como fonte complementar de reportagens investigativas, um sobre o Código Florestal, que pode ser consultado no site de legislações do Palácio do Planalto, com todas as alterações referenciadas⁶³, e o outro sobre Juscelino Kubitschek, personagem histórico com farta pesquisa acadêmica disponível⁶⁴. O tema, os métodos de apuração, as funções do jornalismo ambiental presentes na reportagem, a diversidade das fontes e o enquadramento do texto são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 16 – Análise da reportagem 2

TEMA DA REPORTAGEM 2
Conflitos ambientais: Terras indígenas dos Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna estão sendo invadidas e desmatadas por grileiros e madeireiros em Rondônia incentivados pela chegada ao poder de Jair Bolsonaro
MÉTODO DE APURAÇÃO

⁶³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: 30 jun. 2020.

⁶⁴ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino_kubitschek>. Acesso em: 30 jun. 2020.

Reportagem de campo com imersão na realidade descrita e entrevistas presenciais (com financiamento internacional). Análise de bases de dados. Consulta a vídeos e documentos.	
FUNÇÕES DO JORNALISMO PRESENTES NO TEXTO	
Investigar, informar e mobilizar	
FONTES	
Indígenas	<ul style="list-style-type: none"> . Mandu, anciã Uru-Eu-Wau-Wau . Payadjud, 83 anos, Uru-Eu-Wau-Wau . Juruna, liderança Uru-Eu-Wau-Wau . Paraguaio – vizinho da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau . Cacique André, 26 anos, da Aldeia Panorama (única restante dos Karipuna) . Katsiká – mãe do cacique André Karipuna . Bahira, 11 anos, futuro cacique da Aldeia Alto Jamari dos Uru-Eu-Wau-Wau . Awapu, 28 anos, tio de Bahira, liderança dos Uru-Eu-Wau-Wau
Grileiros	<ul style="list-style-type: none"> . Cícero Almeida da Silva, 80 anos, pai de Davi Almeida da Silva, filmado pelos índios dentro da terra indígena . Nelson Bispo dos Santos – preso em 2017 acusado de vender lotes na terra indígena
Autoridades	<ul style="list-style-type: none"> . João Alberto Ribeiro, 61 anos, gestor do Parque Nacional Pacáas Novos . Gisele Bleggi – Procuradora do MPF de Rondônia . Deputado federal Lucio Mosquini (MDP-RO) por meio do seu assessor parlamentar Sigmar Rodrigues Nunes
Ativista socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> . Frei Volmir Bavaresco, coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em Rondônia. . Ivaneide Bandeira, fundadora da ONG Kanindé
Fontes documentais	<ul style="list-style-type: none"> . Vídeo do senador Ivo Cassol (PP-RO) defendendo invasores . Vídeo do deputado federal Lucio Mosquini (MDP-RO) defendendo invasores . Denúncia de Adriano Karipuna na sede da ONU em Nova Iorque em 2018 . Vídeo postado no facebook pela ONG Kanindé de 15’32” com flagrante de dois invasores na floresta . Vídeo de 2’07” publicado pelo G1 mostrando invasão da terra indígena . Depoimento do superintendente do INCRA em Rondônia Cletho Muniz Britto criticando a Funai em audiência pública realizada no Senado no dia 27 de março de 2018 . Requerimento apresentado no Senado pelo advogado Ermogenes Jacinto de Souza, representante de assentados do município do Jorge Teixeira, para o desmembramento de uma área de 52 mil hectares da área indígena. . Ofício enviado pelo deputado federal Lúcio Mosquini do MDB de Rondônia ao presidente da FUNAI em fevereiro de 2018 pedindo informações sobre possível redução da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau . Vídeo postado no YouTube mostrando o representante da empresa de engenharia Amazon Gel Ediney Holanda Santos em encontros com produtores rurais de União Bandeirantes, detalhando procedimentos para a obtenção de documentos para a posse de terra dentro da terra indígena. . Registro da Amazon Gel na Secretaria da Fazenda de Rondônia
Bases de Dados	<ul style="list-style-type: none"> . Programa de Monitoramento por Satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Prodes- INPE) . Imagens Sentinel 2 / ESA . Cadastro Ambiental Rural . Autuações ambientais do Ibama em Rondônia
ENQUADRAMENTO	
	<p>Agora, estas terras são cobiçadas por sua madeira, minérios, por seu ‘valor de mercado’. Neste cerco não apenas a natureza está acuada; as comunidades indígenas estão encurraladas. A grilagem de terras e o roubo de madeira são os crimes que servem para desmembrar as terras indígenas. Nos territórios Karipuna e Uru-eu-wau-wau há ataques em várias frentes. (R2_P4_IR1)</p>

<p>Os índios Uru-Eu-Wau-Wau e Karipunas estão em risco e suas áreas com florestas estão sendo desmatadas e roubadas (IR)</p>	<p>Nos dias de nossa visita ao território Karipuna, saímos em uma longa caminhada com André para verificar se havia novos desmatamentos dentro da reserva. A jornada de oito quilômetros em meio a mata fechada foi aos poucos desembocando em pequenas clareiras com marcações nas árvores; antigos acampamentos de invasores. (R2_P4_IR2)</p> <p>Segundo o tio de Bahira, o conselho que sempre escutam é “não se metam com os invasores, apenas busquem a polícia”. E de fato, eles o fizeram. Não são poucos os delegados da Polícia Federal que compartilham seus números de WhatsApp com os líderes indígenas. (R2_P4_IR3)</p> <p>Na trilha, o indígena rapidamente notou vestígios de uma entrada recente. Além dos galhos frescos cortados a facão, havia garrafas de água, latas de cerveja e galões vazios de óleo de motosserra. (R2_P4_IR4)</p> <p>Ambas as reservas seguem questionadas, embora já reconhecidas e homologadas por decretos presidenciais. Em nível local, proprietários rurais disputam os limites da terra dos índios argumentando, com base em documentos antigos (ou falsos), que há erros de demarcação. Em uma esfera mais alta, prefeitos, deputados e até senadores defendem propostas de redução dos territórios. Em comum, estes dois grupos apoiam-se no discurso de que existe “muita terra para pouco índio”. (R2_P4_IR5)</p> <p>As evidências desta hostilidade contra os índios também se traduzem em desmatamento. Uma análise utilizando os dados do Programa de Monitoramento por Satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Prodes- INPE) indica derrubadas crescentes dentro e no entorno dos territórios. O último levantamento disponível (de agosto de 2017 a julho de 2018) revela ser este o período com mais alto desmatamento dentro das terras Karipuna e Uru-Eu-Wau-Wau nos últimos dez anos – 460 hectares e 690 hectares respectivamente. (R2_P4_IR6)</p> <p>Dados levantados pela reportagem mostram que existem 325 propriedades rurais declaradas dentro do território Uru-Eu-Wau-Wau. Além disso, 812 imóveis rurais têm intersecção com ambos os territórios indígenas. (R2_P4_IR7)</p> <p>Estes fatos apontam o padrão que se repete na história de Rondônia: o roubo de madeira e o desmatamento ilegal funcionando como táticas de grilagem de terras. Uma vez desmatadas, as terras se tornam mais valorizadas e por isso loteadas e vendidas. A partir daí se instalam litigâncias para a solução do caos fundiário e, não raro, os invasores recebem o apoio dos políticos locais e de seus representantes em Brasília (DF). (R2_P4_IR8)</p> <p>Em uma entrevista em Porto Velho (capital do estado), a procuradora Gisele Bleggi, do Ministério Público Federal em Rondônia, afirmou que existem evidências de que quadrilhas realizam a grilagem sistemática de terras indígenas no estado. Sem revelar nomes, ela diz que pessoas foram identificadas agindo para tomar terras em várias áreas pertencentes aos índios. Há ainda casos de grupos de invasores que partilham o mesmo advogado. “O que podemos dizer é que não se tratam de pessoas humildes em busca de terra”, revelou. (R2_P4_IR9)</p> <p>Tanto os indígenas como seus defensores nas ONGs e nos órgãos públicos de proteção dos índios identificam a crescente ameaça aos territórios com o discurso inflamado do novo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Durante a campanha eleitoral, uma de suas promessas foi a interrupção dos processos para a demarcação de novas terras indígenas, além da revisão das já existentes. Vitorioso, o governante vem anunciando</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>medidas que enfraquecem ainda mais a Funai, transferindo os poderes de demarcação de terras indígenas, antes pertencentes ao Ministério da Justiça, para o Ministério da Agricultura. (R2_P4_IR10)</p> <p>“Nossa percepção é de que se cair a Karipuna, cai toda a proteção a terras indígenas em Rondônia, quem sabe no Brasil”, ele alerta. (R2_P4_IR11)</p> <p>“E assim está vindo em dominó”, diz Ribeiro em referência a constantes invasões ocorridas em unidades de conservação e terras indígenas no estado. Como o frei Volmir Bavaresco e a procuradora Gisele Bleggi, ele acredita em uma ação concertada para a grilagem de terras em áreas protegidas em Rondônia. (R2_P4_IR12)</p> <p>Um traço comum encontrado em todos os aliados dos índios ou funcionários públicos encarregados de defendê-los com quem conversamos é que eles também se sentem ameaçados. (R2_P4_IR13)</p> <p>“É uma terra rica e tem um monte de gente querendo acabar com ela”. (R2_P4_IR14)</p> <p>Mas se desde que foi iniciada a colonização de Rondônia, os conflitos em torno das terras indígenas parece incessante, qual seria a diferença com o novo governo de Bolsonaro? “O grande diferencial agora é que a invasão está indo para cima da aldeia”, pondera a ativista. (R2_P4_IR15)</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fontes: Dados da pesquisa

Apenas um enquadramento foi encontrado na reportagem investigativa de denúncia escrita pelo P4: os índios Uru-Eu-Wau-Wau e Karipunas estão em risco e suas áreas com florestas estão sendo desmatadas e roubadas. A primeira denúncia internacional do que acontece com eles nessa região de Rondônia há mais de meio século foi realizada pelo documentarista Adrian Cowell (1934-2011), no filme Nas cinzas da floresta (versões 1984 e 1990⁶⁵), um dos 11 filmes da série chamada A Década da Destruição, que contou com consultoria e participação do engenheiro agrônomo e ambientalista gaúcho José Lutzenberger (personagem da R5 analisada nesse capítulo).

A novidade trazida pela R2 é que ela foi uma das primeiras a denunciar, no Brasil e no exterior, que esse processo de roubo (grilagem) e destruição (desmatamento) aumentou depois que o capitão reformado do Exército Jair Messias Bolsonaro assumiu a Presidência da República com discurso contrário às políticas ambientais de seus antecessores. A política de terra arrasada adotada a partir de 2019 pelo governante de extrema direita, alinhado internacionalmente aos negacionistas da mudança climática, foi tão intensa que a pauta ambiental voltou com força à agenda pública e só perdeu espaço quando a pandemia de Covid-19 começou a assolar o país, sem, no entanto, sair do noticiário nacional.

⁶⁵ Disponível em: <<http://imagensamazonia.pucgoias.edu.br/filmografia.html>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

Em suas respostas no questionário, o P4 não cita o cuidado para não cair no ativismo para não perder credibilidade, como fez a P2, no entanto, incluiu a independência entre as características de uma boa reportagem. Segundo ele, além de precisão, independência, boa narrativa e o bom faro para a notícia, a reportagem ambiental exigiria também informação científica, capacidade de análise e apresentação de dados.

O autor da R2 diz ainda que escolhe suas fontes pelo conhecimento do tema, relevância no momento da reportagem, transparência no compartilhamento de suas informações. Diferente da R1, que não ouviu o agronegócio devastador, na R2 os grileiros foram entrevistados e confrontados. Quando recorda das reportagens ambientais realizadas nos anos 1980, Liana John (2018) afirma que era importante ouvir também o lado do poluidor, não apenas os cientistas que embasavam as consequências da poluição e da devastação ambiental.

Apesar da R1 e da R2 terem sido realizadas in loco no bioma Amazônia, em reservas indígenas do Mato Grosso e de Rondônia, respectivamente, elas tratam de temas diferentes e assumem funções distintas. A primeira promove uma solução econômica, a segunda denuncia crimes ambientais informando o que acontece em Rondônia para mobilizar politicamente a sociedade contra os desmandos dos criminosos apoiados em suas ações pelas omissões e desmontes do atual governo federal⁶⁶.

A análise destas duas reportagens de referência sugere que a regra de ouvir os dois lados, ponto e contraponto, precisa ser relativizada, não pode ser aplicada de maneira automática. Ela depende do tema e do tipo de reportagem. No desejo de muitos profissionais, o bom jornalismo é sempre investigativo e de denúncia. Na concretude do mundo real, o jornalismo especializado também pode ser bom quando promove novas ideias e soluções com potencial para superar problemas estruturais.

⁶⁶ Vitorioso nas eleições presidenciais de 2018, Jair Bolsonaro anunciou que acabaria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e subordinaria as ações da pasta ao Ministério da Agricultura. A reação à ideia estapafúrdia foi tão grande, inclusive por parte de lideranças do agronegócio, que ele desistiu parcialmente da ideia e nomeou para o cargo o advogado Ricardo Salles. Sua missão: desmontar as políticas ambientais com a desculpa neoliberal de acabar com a burocracia estatal. Já nos primeiros meses de governo, o titular do MMA na gestão de Bolsonaro conseguiu um feito inimaginável: congelou os repasses do Fundo Amazônia, maior projeto de cooperação internacional do país que recebia dinheiro da Noruega e da Alemanha para financiar projetos de preservação da floresta amazônica. Na época, a Revista Piauí perguntou na capa de sua edição de junho: a floresta ficará de pé? Reportagem minuciosa de dez páginas sintetizou a nova política da extrema direita com a seguinte manchete: o meio ambiente como estorvo (ESTEVEZ, 2019). Quando chegou a pandemia de Covid-19, Salles sugeriu a seus colegas em reunião ministerial realizada no dia 22 de abril de 2020 que aproveitassem o momento de preocupação nacional com a doença e “passassem a boiada” da desregulamentação. A gravação da reunião com a estratégia macabra proposta pelo ministro ambiental foi revelada ao mundo um mês depois por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

7.3 O avanço dos carros elétricos

Uma solução técnica para um problema ambiental estrutural, os veículos à combustão que ajudaram a criar a forma insustentável de vida contemporânea, é o tema da Reportagem 3 (R3) produzida para televisão pelo Participante 1 (P1). O trabalho analisado é uma série de cinco reportagens sobre a evolução do carro elétrico divulgada entre os dias 24 e 28 de julho de 2018 em horário nobre noturno de um canal da televisão aberta com abrangência nacional. Foram transcritas para estudo as quatro primeiras reportagens, somando um total de 22 minutos; a quinta (com sete minutos) ficou fora do corpus porque foi produzida por correspondentes da emissora na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, e não por P1. O tema, os métodos de apuração, as funções do jornalismo ambiental, a diversidade das fontes e os enquadramentos encontrados na transcrição do roteiro são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 17 – Análise da reportagem 3

TEMA DA REPORTAGEM 3	
Solução técnica: veículos com motores elétricos	
MÉTODO DE APURAÇÃO	
Reportagem de campo com imersão na realidade descrita e entrevistas. Consulta a estudos técnicos.	
FUNÇÕES DO JORNALISMO PRESENTES NO PROGRAMA	
Promover, informar e educar	
FONTES	
Especialistas	. Felipe Gonçalves, superintendente de Ensino e P&D da FGV Energia . Clarisse Cunha Linke, diretora do instituto Políticas Transportes&Desenvolvimento . Paulo Saldiva, patologista e diretor do Instituto de Estudos Avançados da USP . Mário Leite Pereira Filho, Laboratório de Equipamentos Elétricos e Ópticos do IPT . Alexandre Szklo, Programa de Planejamento Energético Coppe/UFRJ
Autoridade	. José Mendes, secretário de Estado Adjunto e do Ambiente de Portugal
Fabricantes automotivos	. Manfred Peter Johann, diretor superintendente da Unidade Automação/WEG . Roberto Cortes, presidente da Volkswagen Caminhões e Ônibus.
Consumidores	. Leno Lima, empresário . Leonardo Celli Coelho, empresário
Representantes do setor de veículos elétricos	. Iêda Maria Alves de Oliveira, vice-presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico . Thiago Sugahara, vice-presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico
Produtores de energia	. Rafael Lazzaretti, diretor de Estratégia e Inovação do Grupo CPFL . Celso Novais, coordenador do Programa Veículo Elétrico/Itaipu
Fontes documentais	. Agência Internacional de Energia . Agência Nacional de Energia Elétrica
ENQUADRAMENTOS	
O motor elétrico é uma tecnologia disruptiva no transporte de pessoas e mercadorias (TD)	REPÓRTER: Imagina você dirigindo por aí um carro como esse, sem ruído. Porque o motor é absolutamente silencioso. Sem fumaça. Porque não há queima de combustível. Alguém poderá dizer que esse é o carro do futuro. A verdade é que em vários lugares do mundo o futuro já chegou. E é isso que você vai acompanhar com a gente a partir de agora. (R3.1_P1_TD1) [REPÓRTER] Os carros redesenharam as cidades. Foi preciso abrir espaço para ruas, avenidas, estacionamentos. A paixão sob quatro rodas fez o mundo girar cada vez mais rápido. Até que o rápido foi ficando engarrafado. Em marcha lenta, mais ruído e mais fumaça. Em 2015 em Paris, o mundo declarou guerra às emissões

	<p>de poluentes. E o acordo do clima abriu espaço para novas tecnologias limpas e renováveis. (R3.1_P1_TD2)</p> <p>JOSÉ MENDES: Esse crescimento está a acontecer muito empurrado pela Europa, pelos Estados Unidos e pela China. Hoje não há um único fabricante de veículo que não tenha uma oferta elétrica. Portanto, é um caminho que não tem retorno. (R3.1_P1_TD3)</p> <p>[REPÓRTER] A confiança na nova tecnologia é tanta que vários países definiram até um prazo final para que as montadoras deixem de vender carros com motores convencionais. (R3.1_P1_TD4)</p> <p>MANFRED PETER JOHANN: Além do número de peças e do peso, ele consegue ter uma potência maior em um volume menor. Ou seja, você ocupa menos espaço no veículo. Ele não emite gases poluentes. Ele é totalmente ecológico. E também não gera ruído. (R3.1_P1_TD5)</p> <p>FELIPE GONÇALVES: Pra nós é indiscutível que essa tecnologia é uma tecnologia disruptiva que ela vai fazer parte da vida das famílias. Não só no mundo, como no Brasil também. (R3.1_P1_TD6)</p> <p>[REPÓRTER] Os novos tempos chegam na velocidade desses carros de corrida. Parece Fórmula 1, mas é Fórmula E de elétrico. (R3.1_P1_TD7)</p> <p>[REPÓRTER] ...uma nova geração de caminhões não depende de combustível, não polui o ar, nem emite ruído. A partir de 2020, essa fábrica vai abrigar a primeira linha de montagem de caminhões leves com motor elétrico no país. (R3.2_P2_TD8)</p> <p>ROBERTO CORTES: Vamo nessa. [caminhão começa a andar com repórter dirigindo]. Olha que beleza. Olha que torque. (R3.2_P2_TD9)</p> <p>[IÊDA DE OLIVEIRA] ... Eu acho que é um caminho sem volta pra grandes metrópoles do Brasil e do mundo. (R3.2_P2_TD10)</p> <p>REPÓRTER: Num país tropical onde o sol é abundante, é possível abastecer o carro elétrico a partir do telhado da própria casa ou do escritório. É o que a gente tá vendo aqui. O dono dessa casa em Jaguariúna (SP), na Região Metropolitana de Campinas, instalou 20 metros quadrados de placas fotovoltaicas. Isso é suficiente pra ele abastecer uma moto elétrica, um carro elétrico e a própria casa. Recarregar o carro na tomada leva até 8 horas. O custo é de 15 reais. (R3.3_P2_TD11)</p> <p>CELSO NOVAIS: E é um caminho sem volta. Não adianta você querer continuar investimento em máquina fotográfica com filme quando você já tem a digital. Só se você quiser abrir um museu. É melhor você ser propagandista, preparar a comunidade, treinar pessoas, do que você tentar lutar contra. (R3.4_P2_TD12)</p>
	<p>REPÓRTER: Aqui o abastecimento é de graça. A distribuição de energia usa os eletropostos para testes. A Agência Nacional de Energia Elétrica regulamentou em junho a cobrança do serviço. Mas é preciso ter paciência. Uma hora pra carga total, ou meia hora para 80% da bateria. Diminuir esse tempo é um dos desafios dessa tecnologia. (R3.3_P2_CA1)</p> <p>MÁRIO PEREIRA FILHO: Eu acho que na geração nós temos problemas aí de limite de geração hidráulica que hoje está existindo. Temos até bandeira vermelha. E a distribuição creio que não está preparada pra receber uma frota tão grande de carros elétricos. (R3.3_P2_CA2)</p>

<p>O motor elétrico tem alto custo econômico e também impacta o ambiente (CA)</p>	<p>REPÓRTER: Esse professor fez uma estimativa levando em conta uma situação extrema. A eletrificação de toda a frota de veículos leves do Brasil.</p> <p>ALEXANDRE SZKLO: Isso representaria alguma coisa entre 15 a 20% da demanda de energia elétrica hoje no Brasil. Pelo lado da distribuição os nostros estudos têm indicado que a distribuição precisaria fazer investimentos, sobretudo na parte de transformadores para lidar com a sobrecarga associada com os veículos elétricos. (R3.3_P2_CA3)</p> <p>REPÓRTER: A bateria é a parte mais importante e mais cara de um carro elétrico. É ela que permite que o veículo se movimente sem emitir fumaça nem fazer ruído. A questão é o que fazer depois que a vida útil da bateria termina. Um problema parecido com o dos celulares e smartphones. Normalmente as pessoas jogam fora no lixo. Só que isso não é recomendável porque as baterias, tanto as dos celulares, quanto a dos carros elétricos são feitas de metais pesados. Que podem causar problemas a nossa saúde e ao meio ambiente. A má notícia é que ainda não há tecnologia barata e acessível pra resolver esse problema. (R3.4_P2_CA4)</p> <p>THIAGO SUGAHARA, vice-presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico: As baterias muitas vezes são captadas pelas montadoras que comercializam esses veículos e são reexportadas. Algumas vão pra Bélgica, pra Alemanha onde são desmontadas. Os metais separados. E reciclados.</p> <p>REPÓRTER: E isso tem um custo?</p> <p>THIAGO: Sim, tem um custo. E ele precisa ser colocado também dentro da conta do investimento que as empresas estão fazendo pra popularizar essa tecnologia. (R3.4_P2_CA5)</p> <p>REPÓRTER: Falando em mercado, o Brasil segue na contramão dos carros elétricos. Ainda não há fábricas por aqui. E quem decide comprar paga muito caro por isso. A partir de 190 mil reais. A carga tributária é alta. Carros 100% elétricos não pagam imposto de importação, mas pagam IPI, o Imposto sobre Produtos Industrializados, de 25%. O governo anunciou esse mês uma redução que começa a valer em novembro. A alíquota vai variar de 7 a 20% dependendo do modelo. Só seis estados brasileiros dão isenção de IPVA e três têm uma alíquota menor. O número de carros elétricos no país ainda é pequeno. Pouco mais de 300 [320 aparece na tela]. Sem contar os modelos híbridos. (R3.4_P2_CA6)</p>
-----------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fontes: Dados da pesquisa

Dois enquadramentos foram encontrados no roteiro escrito pelo P1 na R3, o mais otimista deu o tom dos dois primeiros episódios: motor elétrico é uma tecnologia disruptiva no transporte de pessoas e mercadorias. Mas também está presente no terceiro episódio. Na segunda e na terceira partes da reportagem, P1 dirige um caminhão elétrico em uma pista de testes da Volkswagen e um automóvel elétrico na Rodovia dos Bandeirantes. Enquanto dirige, ele conversa com um dirigente da montadora e com o proprietário do veículo particular. Imagens dessas conversas gravadas com o veículo em movimento são usadas para aproximar o telespectador da nova tecnologia; essa é uma abordagem comum em programas de televisão que promovem a cultura da velocidade e dos automóveis.

Em quatro das cinco partes analisadas da R3, o P1, que se autodescreveu no questionário como “muito interessado em abrir espaços nas mídias para os temas da sustentabilidade no sentido mais amplo do termo”, promove uma solução tecnológica, mas também problematiza a

nova tecnologia discutindo seu alto custo, seu risco de impacto na matriz energética do país e também o impacto ambiental das baterias. Esse segundo enquadramento crítico está presente na terceira e na quarta parte.

O telespectador que acompanhou as quatro partes da reportagem foi informado dos prós e contras dos veículos com motores elétricos. Soluções sustentáveis que transformem para melhor a vida das pessoas sem agravar a destruição do meio ambiente fizeram parte da descrição de uma boa pauta apresentada pelo P1 no questionário. Promover uma nova solução tecnológica, informando sobre sua evolução e educando os telespectadores sobre a necessidade de soluções sustentáveis para o transporte de pessoas e cargas são as funções da R3, com destaque para a função promocional, como salienta uma das fontes da reportagem.

CELSONO NOVAIS: E é um caminho sem volta. Não adianta você querer continuar investimento em máquina fotográfica com filme quando você já tem a digital. Só se você quiser abrir um museu. **É melhor você ser propagandista, preparar a comunidade, treinar pessoas, do que você tentar lutar contra.** (R3.4_P2_TD12).

A reportagem “propagandista” não informou, no entanto, qual foi o investimento na compra do veículo particular testado e na instalação dos 20 metros quadrados de células fotovoltaicas mostrados no telhado da casa do empresário dono do veículo testado. Também não explicou quem é esse empresário e como ele foi selecionado para a reportagem entre os 320 usuários de carro elétrico do país, número divulgado na reportagem. Faltaram ainda fontes oficiais ligadas ao governo federal para responder sobre os gargalos à nova tecnologia apontados pelas demais fontes. A única autoridade governamental consultada foi de Portugal, na primeira parte.

A boa reportagem precisa ouvir todos os lados da história, escreveu P1 no questionário, mas as fontes oficiais não foram ouvidas na R3. Segundo ele, é preciso apurar os fatos com o devido cuidado, compreender com a ajuda de especialistas as implicações (positivas ou negativas) do assunto em questão, e não confundir Jornalismo com militância. Assim como P2, que também trabalha no mesmo grupo de comunicação, P1 não se sente à vontade de assumir sua militância no jornalismo ambiental. No entanto, a alegria contagiante de sua gargalhada enquanto dirigia o caminhão elétrico e sua felicidade ao volante do automóvel particular na segunda e terceira partes da R3 revelam seu espírito militante característico do jornalismo ambiental, especialização ativista e engajada na luta por um novo modelo de desenvolvimento. “Um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo”, como reconheceu o próprio jornalista em outra resposta do questionário.

Por isso o que lhe motiva a fazer reportagens sobre temas ambientais é “alertar para a necessidade de fazermos tudo diferente, ou quase tudo”. No entendimento do P1, o jornalista tem que “contribuir para o aparecimento de uma nova cultura mais atenta com os limites do planeta e nossas reais necessidades existenciais”. Ainda segundo o participante que trabalha em uma emissora nacional de televisão, haveria um “senso de urgência em relação à mudança de uma cultura predatória para um estilo de vida (meios de produção e de consumo) mais sustentável”. “Tento fazer a minha parte”, afirmou.

7.4 A noção de tempo na discussão da sustentabilidade

A quarta reportagem (R4) analisada nesse capítulo é um texto no formato de reportagem-ensaio escrito pela Participante 3 (P3) sobre a noção de tempo na discussão sobre sustentabilidade publicado como reportagem de capa na edição de fevereiro de 2010 de uma revista especializada mensal e impressa que circulava nacionalmente na época, atualmente disponível somente em versão digital. O tema, os métodos de apuração, a função do jornalismo ambiental que predomina no texto, a diversidade das fontes e os enquadramentos encontrados são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 18 – Análise da reportagem 4

TEMA DA REPORTAGEM 4	
Sustentabilidade: a noção do tempo na economia e na tecnologia	
MÉTODO DE APURAÇÃO	
Imersão em bibliografia. Entrevistas.	
FUNÇÃO DO JORNALISMO PRESENTE NO TEXTO	
Educar.	
FONTES	
Especialistas	. Amâncio Friaça, astrofísico do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da USP . Oswaldo Giacoia Junior, professor de Filosofia da Unicamp . Andrei Cechin, mestre em Ciência Ambiental pelo Procam-USP . Zeljko Loparic, filósofo e professor da PUC-SP e da Unicamp . Ricardo Guimarães, sócio da empresa de branding Thymus
Fontes bibliográficas	. Stephen Hawking . Martin Heidegger . Gaston Pineau
ENQUADRAMENTOS	
	Não por acaso, a reflexão sobre o tempo nos pega de jeito, pois traz uma ressonância profunda com essência e existência. Impossível falar de sustentabilidade sem mergulhar nessa reflexão. Ela conduz ao questionamento de como nos relacionamos com o mundo, com todos os entes da natureza, com as pessoas mais próximas e também com nossa própria vida. Não necessariamente nessa ordem, mas ao mesmo tempo. (R4_P3_TD1) Ao defender a redução da escala econômica a fim de prolongar a estada do homem na Terra, o economista romeno propõe também uma reflexão ética e temporal: temos a opção de consumir muito agora e deixar as gerações futuras em falta, ou poupar neste momento para que elas possam usufruir depois. “Para

<p>O tempo devorador da tecnoddependência (TD)</p>	<p>Georgescu, nós já fizemos nossa escolha”, diz Cechin, e ela não pende para o futuro. (R4_P3_TD2)</p> <p>Na sustentabilidade, por exemplo, a urgência ambiental e a força mobilizadora para agir diante dela remetem a Kronos. Nossa sociedade funciona e produz bens e serviços graças a esse pulsar cronológico. (R4_P3_TD3)</p> <p>Apostam-se fichas e fichas na tecnologia salvadora da humanidade ante os perigos globais e já não existe nenhum âmbito que não seja tecnologicamente mediado, extrapolando a ideia renascentista de que o homem e sua técnica podem e devem dominar e controlar a natureza. (R4_P3_TD3)</p> <p>O próprio tempo se transformou em um objeto, algo externalizado, que assumiu formas mercadológicas. Pode ser comprado e vendido, é divisível, mensurável, planejável (aprenda a gerir seu tempo). Ganhou expressão financeira (tempo é dinheiro). “E perdeu a dimensão ontológica, ou seja, pensada a partir do ser”, diz Giacoia. (R4_P3_TD3)</p> <p>Quando o relógio evolui para o relógio de bolso e o cronômetro, passa a ser a primeira máquina-ferramenta, o primeiro sistema artificial capaz de produzir alguma coisa em série: o tempo. (R4_P3_TD3)</p> <p>O perigo da técnica, diz o filósofo e professor da PUC-SP e da Unicamp Zeljko Loparic, é transformar o próprio homem em um produto tecnológico, de fabricação industrial em um mundo artificializado. Isso porque ela consiste em procedimentos de intervenção sobre a natureza, sobre o clima, sobre o processo de nascimento, sobre o código genético, a clonagem. É capaz de modificar seres humanos física e psiquicamente. (R4_P3_TD3)</p>
<p>O tempo favorável à sustentabilidade (TF)</p>	<p>Mas é preciso também dar espaço para Kayros, aquele que abre brechas para a oportunidade. E a busca da essência se dá no plano de Aeon. (R4_P3_TF1)</p> <p>“Na infância, nas relações amorosas, na loucura, na arte, na aventura, nós podemos existir à toa. Isso que nos diferencia das máquinas. Uma máquina não opera à toa, um avião não voa à toa”, diz Loparic. (R4_P3_TF2)</p> <p>Segundo ele, o próximo estágio da evolução humana será lidar com a imprevisibilidade climática, em um ambiente quente e instável. Na competição entre as espécies, naturalmente ganham as que conseguem se desenvolver extraindo o mínimo possível do ambiente. Não é o caso humano: fizemos justamente o contrário. Pela péssima relação que temos com o meio, a tendência seria desaparecermos rapidamente. Mas, para Friaça, o homem resiste pela inteligência, pela noção do tempo, pela capacidade de imaginar o futuro e de ser autocrítico. Uma pintura otimista? (R4_P3_TF3)</p>

Fontes: Dados da pesquisa

A imersão em bibliografia especializada e a realização de entrevistas com especialistas foram as técnicas de apuração utilizadas pela P3 nessa reportagem especulativa que propõe uma reflexão acerca da noção de tempo da vida tecnoddependente contemporânea e a noção de tempo implícita no conceito de sustentabilidade. Um astrofísico, dois filósofos, um cientista ambiental e um publicitário foram consultados e têm partes de suas falas reproduzidas no texto. No editorial da publicação, a repórter que também é editora, explicou que o objetivo da edição era propiciar um entendimento sobre o tempo como a própria vida, e não como um objeto externo, quantificável, comercializável e divisível, perdido entre o excesso de informações e os

estímulos e escolhas tantas vezes inúteis de uma sociedade acelerada. Dois foram os enquadramentos identificados nessa empreitada jornalístico-filosófica. O primeiro e mais saliente é o do tempo devorador da tecnodependência, representado nas unidades de registro a seguir.

Ao defender a redução da escala econômica a fim de prolongar a estada do homem na Terra, o economista romeno propõe também uma reflexão ética e temporal: temos a opção de consumir muito agora e deixar as gerações futuras em falta, ou poupar neste momento para que elas possam usufruir depois. “Para Georgescu, nós já fizemos nossa escolha”, diz Cechin, e ela não pende para o futuro. (R4_P3_TD2).

O perigo da técnica, diz o filósofo e professor da PUC-SP e da Unicamp **Zeljko Loparic**, **é transformar o próprio homem em um produto tecnológico, de fabricação industrial em um mundo artificializado. Isso porque ela consiste em procedimentos de intervenção sobre a natureza, sobre o clima**, sobre o processo de nascimento, sobre o código genético, a clonagem. É capaz de modificar seres humanos física e psiquicamente. (R4_P3_TD3).

Mas a reportagem também abre uma janela para o enquadramento de um tempo favorável à sustentabilidade capaz de preservar a condição humana diante do avanço da técnica que consome a todos em um mundo artificializado, como é possível observar na unidade de registro a seguir.

“Na infância, nas relações amorosas, na loucura, na arte, na aventura, nós podemos existir à toa. Isso que nos diferencia das máquinas. Uma máquina não opera à toa, um avião não voa à toa”, diz Loparic. (R4_P3_TF2).

Ao proporcionar essa reflexão, a R4 tem uma função educativa que pretende aprofundar conceitos ausentes na correria do noticiário diário. “Sou de um perfil mais analítico do que informativo ou investigativo”, autodescreveu-se a P3 no questionário. Para dar conta da função do jornalismo ambiental, que ela prefere chamar de jornalismo para sustentabilidade, é preciso um pouco de causa. Segundo ela, é preciso “uma postura ativista, de defesa por um novo paradigma, da mesma forma que valores como solidariedade, honestidade, direitos humanos e ética são historicamente defendidos junto à opinião pública”.

Em outros termos, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo homologadas pelo Ministério da Educação em 2013 afirmam a mesma coisa (MEDITSCH, 2018) na primeira competência a ser construída pelos projetos pedagógicos dos cursos: compreender e valorizar como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime

democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

“Uma genuína vontade de melhorar o mundo para defender os seres mais frágeis e mais inocentes do estrago catastrófico produzido pela espécie humana” é o que motiva a P3 a fazer o que ela chama de jornalismo para sustentabilidade. Um texto para ela precisa provocar emoções e fazer o leitor refletir. “Quanto mais tocado for por essa pauta, mais se mobilizará e se engajará”, acredita. Por isso ela entende que uma boa reportagem ambiental deve estar sempre relacionada com o contexto econômico, social, político e cultural, com fontes lúcidas, com domínio do assunto, visão crítica, questionadora, aprofundada e capacidade de comunicar. “A escolha de fontes deve levar em conta a diversidade de pontos de vista”, afirma. Obviamente que para tudo isso é preciso tempo. E um(a) jornalista especializado(a).

7.5 A vida e a luta de José Lutzenberger

A quinta e última reportagem (R5) analisada nesse capítulo foi publicada pela primeira vez em novembro de 1976 em um jornal alternativo mantido por uma cooperativa de jornalistas que funcionou em Porto Alegre (RS) durante a ditadura civil-militar, depois ela foi republicada duas vezes como capítulo de livro: a primeira vez em 2002 em uma obra sobre a história do movimento ambientalista do Rio Grande do Sul; e a segunda no ano de 2011, em uma coletânea das principais reportagens desse jornal considerado referência na imprensa alternativa brasileira. O tema, os métodos de apuração, as funções do jornalismo ambiental, a diversidade das fontes e o enquadramento encontrado são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 19 – Análise da reportagem 5

TEMA DA REPORTAGEM 5	
Ambientalismo: a vida e as lutas de José Lutzenberger	
MÉTODO DE APURAÇÃO	
Imersão de um dia na rotina do perfilado. Entrevistas.	
FUNÇÕES DO JORNALISMO PRESENTE NO TEXTO	
Informar, promover e mobilizar	
FONTES	
Personagem	. José Lutzenberger, engenheiro agrônomo e ambientalista
Familiar	. Annemarie, mulher do personagem do perfil
Autoridades	. Sinval Guazelli, Governador do Rio Grande do Sul . Jair Soares, Secretário estadual da Saúde e presidente da Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico
Jornalistas	. Maurício Sirotsky Sobrinho, diretor-presidente da Rede Brasil Sul de Comunicações . Adail Borges Fortes, secretário de redação do jornal Correio do Povo
Estudantes	. Fernando Soares Pinto (com foto), 17 anos, estudante do II Grau . Jorge Luiz Carneiro (com foto), 29 anos, estudante de Economia
Populares	. Ema Brito, 44 anos, florista na Praça XV . Eugênio Hillig, 21 anos, auxiliar de escritório . Domingues Machado (com foto), 21 anos, brigadiano . Vitalino da Silva Dias, 37 anos, vigia

ENQUADRAMENTOS	
Um personagem polêmico (PP)	<p>Admirado por poucos, considerado um louco de pedra por muitos. É José Lutzenberger, 50 anos, agrônomo e ecologista. Homem capaz de largar um emprego de 40 mil dólares por ano e de xingar a mãe das autoridades para defender a natureza. (R5_P8_PP1)</p> <p>- Dizem que você exagera nos perigos, Lutz, que você é muito fanático, quase meio louco. Ele arregala os olhos, agita as mãos e quase me arrependo de ter feito a pergunta - o carro dança na estrada. - Mas como é que não vou exagerar, rapaz? Se as pessoas estão cegas, estão insensíveis! Não tem gente que chama a Secretaria da Saúde para pulverizar BHC nos seus jardins? E você sabe o que é o BHC? É um veneno violentíssimo com um efeito residual que dura meses e destrói tudo que é vivo onde é lançado. Podem me chamar de louco. Se estar em desacordo com esse hospício que é o mundo moderno é estar louco, eu considero isso elogio. (R5_P8_PP2)</p> <p>Uma das consequências da luta: aos 50 anos, está ameaçado pela segunda vez de envolver-se com a Justiça, devido à maneira arrebatada com que faz a sua campanha conservacionista. A primeira ameaça ocorreu no ano passado, quando definiu uma campanha da Andef — Associação Nacional dos Fabricantes de Defensivos — estimulando o uso de inseticidas como "ecopornografia". A Andef deu início a um processo contra ele, mas recuou quando Lutzenberger ameaçou falar ainda mais a respeito da ética dos fabricantes de pesticidas. (R5_P8_PP3)</p> <p>MAURÍCIO SIROTSKY SOBRINHO, diretor-presidente da Rede Brasil Sul de Comunicações "Eu o conheço como presidente da Agapan. A atividade dele é de uma validade excepcional. Tenho por ele o maior respeito. Outros discordam. Eu concordo em gênero e número em quase tudo o que ele costuma fazer. O Lutzenberger despertou a consciência ecológica do gaúcho. Só que às vezes ele exagera na maneira de levantar o debate. Lamentaria se não tivéssemos um Lutzenberger entre nós. A RBS, inclusive, lhe concedeu o prêmio Destaque do Ano de 1973 na defesa do meio ambiente". (R5_P8_PP4)</p> <p>JAIR SOARES, Secretário estadual da Saúde e presidente da Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico "Eu me escuso de fazer qualquer comentário sobre a pessoa de José Lutzenberger, tendo em vista que me vi obrigado a mover um processo por injúria. Não preciso dizer a expressão que ele me chamou, não é? No início não dei atenção, porque, afinal, a gente tem que ter duas mãos, quem sai na chuva é pra se molhar. Mas ele disse isso a funcionários meus, o que já é demais. Acho que ele e os advogados dele não sabem que crime de injúria não tem conciliatória. Ele não poderá desmentir. Mesmo assim, ele é um mal necessário. O problema é ser muito radical. Antes do processo até chegamos a conversar várias vezes. O movimento de preservação do meio ambiente é válido par que se conscientize a população, as indústrias e as próprias autoridades no sentido de manter o equilíbrio ecológico. Mas é preciso ter equilíbrio para defender o equilíbrio ecológico". (R5_P8_PP5)</p>
	<p>É um discurso' contínuo, veemente, furioso. - Toda a civilização ocidental baseia-se na premissa de que o homem foi feito à imagem e semelhança de um deus criador de todas as coisas e que, portanto, é o centro do universo. A decorrência disso é que o homem não se sente comprometido com os outros seres vivos, que ele acha que existem só para servi-lo. O ambiente natural é apenas uma fonte de riquezas e satisfação das suas necessidades. (R5_P8_IM1)</p> <p>- A aplicação prática desses princípios durante séculos tem como consequência um desequilíbrio cada vez maior do ambiente, com o envenenamento das águas, do ar, dos alimentos e, evidentemente, do próprio homem. O universo é um todo harmônico, equilibrado, e a destruição de um de seus componentes, por mínimo que</p>

<p>O ambientalista contra a irracionalidade moderna (IM)</p>	<p>seja, nunca tem efeitos isolados. Quando se drena um banhado matam-se milhões de seres, que servem de alimentos a outros seres e assim por diante. Com o desequilíbrio, surgem as pragas e, para combater as pragas, são necessários os venenos em doses cada vez maiores. (R5_P8_IM2)</p> <p>- Se você disser que sou budista, estará mais perto da verdade. Não sou mais cristão. Você já ouviu falar nos monges budistas do Taipé, não? Eles caminham devagarinho, com os olhos postos no chão, para não cometer o crime de pisar numa formiga e matar. Há exagero nisso, é verdade, mas é esse sentimento universalista, que vê o homem como um integrante e responsável pelo todo, é assim que eu sinto as coisas. Quando queimam um pedaço da Amazônia, isso me dói. (R5_P8_IM3)</p> <p>— E o que você me diz sobre política?</p> <p>— Nosso movimento é político, nós queremos influir no poder para propor as mudanças. Mas participar de partido político, só no dia em que existir o partido ecológico, como já existe na França. Não acho que derrubando as atuais estruturas seja a solução, porque o problema, a origem de tudo é anterior, é uma questão filosófica de postura do homem diante do mundo. Sou mais pela evolução e essa evolução tem que ser lenta. É como o tratamento a um drogado, não se pode tirar a droga de repente. Nem o capitalismo nem comunismo são a solução.</p> <p>Descobriu também que os agrônomos não eram necessariamente preocupados com a integridade do ambiente: "Assisti a discussões em que os agrônomos a serviço da grande indústria, homens aparentemente inteligentes, propunham como uma nova ideia genial a aplicação de produtos eminentemente destruidores".(R5_P8_IM4)</p> <p>Em seis anos de luta à frente da Agapan, Lutzenberger conseguiu algumas vitórias, como a proibição da poda das árvores da cidade, a não derrubada do Mercado Público de Porto Alegre, a criação de oito novas reservas naturais (Itapoã, Parque do Delta do Jacuí, etc.), além de uma incipiente conscientização sobre a necessidade de preservar o ambiente. "As nossas vitórias", costuma dizer ele, "são provisórias e as nossas derrotas, além de muito mais numerosas, são definitivas. Uma beleza que se salva hoje morre amanhã e para sempre".(R5_P8_IM5)</p> <p>Nisso tudo, há uma única queixa, de sua mulher Annemarie, de 45 anos: "Quando saímos da Alemanha", diz ela, "o Lutz falou que vínhamos descansar, acabar com as viagens constantes, ficar em casa. Acontece que ficou pior: ele sai às sete da manhã, volta à noite, não tem sábado e nem domingo. Mas eu acho que ele está certo".(R5_P8_IM6)</p> <p>ADAIL BORGES FORTES, secretário de redação do jornal Correio do Povo "Eu nunca falei com ele. Sobre o seu trabalho, apoio inteiramente, pois ele defende aquilo que nós amamos. Parece ser uma pessoa de alto padrão moral. Acho que ele tem as melhores intenções e é imbuído de grande espírito público". (R5_P8_IM7)</p> <p>SINVAL GUAZELLI, Governador do Rio Grande do Sul "Lutzenberger é um homem lutador e combativo". (R5_P8_IM8)</p>
--------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fontes: Dados da pesquisa

A R5 é um perfil jornalístico escrito com técnicas do jornalismo literário: humanização da personagem, reprodução de diálogos e descrição de ambientes. Para escrevê-la, o P8 acompanhou por um dia a rotina de José Lutzenberger (1926-2002) e ainda entrevistou mais 11 fontes, os depoimentos de dez delas foram publicados apenas na edição original de 1976. Dois enquadramentos foram encontrados, o primeiro deles é o do personagem polêmico, como pode

ser observado na unidade de registro a seguir que demonstra também a técnica da reprodução de diálogo do jornalismo literário.

- Dizem que você exagera nos perigos, Lutz, que você é muito fanático, quase meio louco.

Ele arregala os olhos, agita as mãos e quase me arrependo de ter feito a pergunta - o carro dança na estrada.

- **Mas como é que não vou exagerar, rapaz?** Se as pessoas estão cegas, estão insensíveis! Não tem gente que chama a Secretaria da Saúde para pulverizar BHC nos seus jardins? E você sabe o que é o BHC? É um veneno violentíssimo com um efeito residual que dura meses e destrói tudo que é vivo onde é lançado. Podem me chamar de louco. **Se estar em desacordo com esse hospício que é o mundo moderno é estar louco, eu considero isso elogio.** (R5_P8_PP2).

O enquadramento mais saliente, no entanto, é o do ambientalista contra a irracionalidade moderna, presente nas unidades de registro a seguir.

É um discurso' contínuo, veemente, furioso.

- Toda a civilização ocidental baseia-se na premissa de que o homem foi feito à imagem e semelhança de um deus criador de todas as coisas e que, portanto, é o centro do universo. **A decorrência disso é que o homem não se sente comprometido com os outros seres vivos**, que ele acha que existem só para servi-lo. **O ambiente natural é apenas uma fonte de riquezas** e satisfação das suas necessidades. (R5_P8_IM1).

- **A aplicação prática desses princípios durante séculos tem como consequência um desequilíbrio cada vez maior do ambiente, com o envenenamento das águas, do ar, dos alimentos e, evidentemente, do próprio homem.** O universo é um todo harmônico, equilibrado, e a destruição de um de seus componentes, por mínimo que seja, nunca tem efeitos isolados. Quando se drena um banhado matam-se milhões de seres, que servem de alimentos a outros seres e assim por diante. Com o desequilíbrio, surgem as pragas e, para combater as pragas, são necessários os venenos em doses cada vez maiores. (R5_P8_IM2).

Promover, informar e mobilizar foram as funções do jornalismo encontradas na R5. O P8 informa sobre a vida e as lutas de Lutzenberger para promover o então emergente movimento ambientalista brasileiro, que nascia no Brasil em plena ditadura civil-militar, e ao promover o ambientalista o repórter, que também era editor do jornal alternativo, queria mobilizar politicamente a sociedade usando para isso as denúncias contra os crimes ambientais. “As pautas ambientais são também mais mobilizadoras”, escreveu em sua resposta no questionário sobre o que é uma boa pauta ambiental. Promover a luta ambiental foi a função mais saliente no perfil de Lutzenberger, mas o P8 promoveu a luta também mostrando as críticas feitas ao ambientalista polêmico.

A boa reportagem ambiental, respondeu ele, deve ser “bem apurada, com paciência e objetividade, escrita em linguagem simples e direta, sem pretensões literárias, para esclarecer, conscientizar”. O “sem pretensões literárias” pode ser atribuído à modéstia do autor de vários livros. A função do jornalismo diante dos temas ambientais para ele é fiscalizar, cobrar, denunciar sem tréguas, como, aliás, fazia o Lutzenberger descrito no texto, mas como um jornalista “clínico geral”, pois sempre pareceu ao P8 que a especialização “enrijece um pouco a sensibilidade do jornalista, mas também pode ser que seja apenas uma incapacidade de se concentrar num único tema”. “A crença de que ainda se pode fazer algo” é o que lhe motiva a publicar reportagens ambientais desde meados dos anos 1970.

A análise das cinco reportagens realizadas nesse capítulo sugere que a imersão como técnica de apuração e a diversidade de fontes estão entre os traços típicos comuns do jornalismo ambiental de referência praticado pelos cinco participantes (P1, P2, P3, P4 e P8) que tiveram seus trabalhos estudados à luz de suas repostas ao questionário da pesquisa. Os cinco jornalistas especializados imergiram na pauta, quatro deles em campo, e se colocaram nos textos (e na imagem) de corpo e alma quando emergiram com a reportagem produzida. O envolvimento dos jornalistas com a causa ambiental é evidente nos cinco trabalhos.

O participante da televisão deixou-se ver gargalhando de felicidade ao experimentar a novidade do motor elétrico; o repórter que escreveu o perfil do ambientalista revelou suas impressões do ambiente de trabalho do entrevistado e reproduziu alguns de seus diálogos com a fonte para dar vida à narrativa; a participante que afirma fazer um jornalismo para a sustentabilidade abriu a reportagem-ensaio sobre o conceito do tempo descrevendo uma memória de sua infância, e com a mesma imagem terminou seu texto; a repórter no Xingu descreveu com riqueza de detalhes o que viveu para transportar a imaginação do leitor ao ambiente do acontecimento, e ao expressar sua contrariedade em relação ao agronegócio devastador, extravasando seu engajamento com a causa ambiental, deixou claro, sem constrangimento, que estava do lado dos que defendem a floresta em pé; o repórter que fez a denúncia em Rondônia também fez questão de deixar claro de qual lado estava: “testemunhamos”; “quando visitamos”; “saímos em uma longa caminhada”.

Já os enquadramentos encontrados nas reportagens e as fontes consultadas permitem identificar um jornalismo ambiental com três perspectivas distintas: a científica, a econômica e a cidadã. O “tempo devorador da tecnodependência” e o “tempo favorável à sustentabilidade” é problematizado na R4 com argumentos científicos; assim como o “personagem polêmico” que atua como “ambientalista contra a irracionalidade moderna” só tem suas idiosincrasias toleradas e seus argumentos levados a sério na R5 porque fala baseado na racionalidade de uma

ciência ecológica emergente. Foram as “soluções ambientais com ganhos econômicos”, apresentadas com “fundamentação técnica”, que deram respaldo à “agrofloresta sustentável” como contraponto a um “agronegócio devastador” na R1. Já na R3 o “motor elétrico é uma tecnologia disruptiva no transporte de pessoas e mercadorias” que somente deixará de ser uma promessa e será de fato adotado quando deixar de ser o “motor elétrico que ainda tem alto custo econômico” no Brasil. Na R2, é a luta por justiça ambiental e a noção de direitos humanos que fundamentam a denúncia sobre “os índios Uru-Eu-Wau-Wau e Karipunas em risco com suas florestas sendo desmatadas e roubadas”.

Todas as cinco funções do jornalismo ambiental identificadas (Capítulo 5) nos 33 serviços especializados na cobertura de temas ambientais – informar, promover soluções, educar, mobilizar politicamente e investigar - também estão presentes nas reportagens de referência analisadas nesse capítulo. Apenas na R4 não foi identificada a função informar (fatos e/ou acontecimentos) porque ela é uma reportagem-ensaio que problematiza filosoficamente a noção do tempo como uma forma de aprofundar o conhecimento (educar) acerca da sustentabilidade. Nas outras quatro reportagens, pelo menos três funções foram identificadas.

Essa pesquisa sugere que qualquer uma das cinco funções pode estar presente nas diferentes perspectivas de jornalismo ambiental, inclusive com a presença de mais de uma função em uma reportagem ou programa, como é o caso de quatro das cinco reportagens estudadas nesse capítulo. No entanto, é mais provável encontrar a função promover no jornalismo ambiental de perspectiva econômica; assim como a função investigar no jornalismo ambiental de perspectiva cidadã.

A periodização e a tipologia do jornalismo ambiental brasileiro com as três perspectivas (científica, econômica e cidadã), construídas a partir da revisão bibliográfica e das análises apresentadas nos capítulos 5, 6 e 7, são discutidas no próximo capítulo.

8 PERIODIZAÇÃO E TIPOLOGIA

Há três momentos na história do jornalismo ambiental brasileiro: 1) um primeiro período em que ele nasce combativo nos anos 1970, junto com o movimento ambientalista e a imprensa alternativa, feroz contra a poluição e a devastação durante a ditadura civil-militar, e vai se aproximando das fontes científicas nos anos 1980 para conquistar credibilidade entre seus pares nas redações e na opinião pública; 2) o segundo período é marcado pela busca de soluções nos anos 1990 e por um afrouxamento de sua radicalidade combativa à medida que vai entrando em cena no Brasil, não apenas no mundo empresarial, mas também nas esferas governamentais, o desenvolvimento sustentável que, nos anos 2000, vira sustentabilidade em uma economia que se quer verde ou de baixo carbono; 3) o terceiro período é o momento atual marcado por um engajamento multimídia crescente a partir dos anos 2010, revigorando seu espírito de combate, principalmente nos serviços jornalísticos que começam a publicar investigações de fôlego usando as novas formas de apurar e narrar disseminadas nos últimos anos como o jornalismo guiado por dados e a grande reportagem multimídia (Capítulo 4).

Nesses três períodos de cobertura especializada dos temas ambientais no país mais magadiverso do planeta, três tipos de perspectivas também podem ser identificadas: um *jornalismo ambiental de perspectiva científica*, um *jornalismo ambiental de perspectiva econômica* e um *jornalismo ambiental de perspectiva cidadã*. Essas três perspectivas da especialização ambiental coexistem na prática com saliências distintas marcando os diferentes períodos. Elas dialogam de certa maneira com as três correntes do ambientalismo propostas por Martínez-Alier (2016). A perspectiva científica estaria mais próxima do culto ao silvestre; a perspectiva econômica focada em inovações verdes do capitalismo está em sintonia com o evangelho da eficiência; assim como a perspectiva cidadã do jornalismo ambiental aproxima-se do ambientalismo dos pobres que luta por justiça ambiental. Essas três perspectivas são as três posições em disputa no campo jornalismo ambiental nos últimos 50 anos.

Os três períodos do jornalismo ambiental praticado no Brasil são demarcados por um acontecimento, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, e por um processo de mudança estrutural da profissão, aqui chamado de digitalização do jornalismo. Os três tipos de cobertura especializada dos temas ambientais – o jornalismo ambiental de perspectiva científica, o jornalismo ambiental de perspectiva econômica e o jornalismo ambiental de perspectiva cidadã – sempre coexistiram dentro do campo, mas com saliências distintas ao longo das últimas cinco décadas.

As primeiras duas décadas (anos 1970 e 1980) foram o período de *conquista da credibilidade* com um jornalismo ambiental valorizando a perspectiva científica para garantir

o respaldo dos pares e mobilizar a opinião pública, ouvindo pesquisadores e cientistas do Brasil e do exterior para enquadrar as questões ambientais como problema científico; à medida que a Rio 92 foi se aproximando, com o Brasil na agenda mundial por causa da destruição da floresta amazônica (desde aquela época) e empresários disputando cada vez mais a bandeira que até então era empunhada principalmente pelos ecologistas, o jornalismo ambiental começou a dar destaque para a busca de *soluções sustentáveis*. Nesse segundo período, que marca as décadas de 1990 e 2000, os jornalistas ambientais buscaram fontes pragmáticas e técnicas com soluções consideradas viáveis para as questões ambientais enquadradas como um problema econômico, isto é, como oportunidade de negócio. Passou-se a falar em um novo tipo de desenvolvimento que, segundo slogan construído no âmbito das Nações Unidas, poderia dar lucro e ao mesmo tempo respeitar os limites do ambiente, um capitalismo menos predador ou capitalismo do bem, segundo os mais otimistas.

Com as mudanças estruturais que passaram a abalar os alicerces da profissão e a entrada em cena na internet de movimentos midiativistas, o jornalismo ambiental de perspectiva cidadã ganhou mais evidência nesse período de *engajamento multimídia* que surge a partir dos anos 2010. Valorizando fontes ligadas aos movimentos populares, aos moradores das periferias urbanas, aos ribeirinhos, aos povos originários, aos agricultores familiares, lideranças das lutas contra os agrotóxicos, contra as obras da copa do mundo, contra a gentrificação, contra a destruição da floresta amazônica, contra a hidroelétrica de Belo Monte e, mais recentemente, contra todas as barbaridades da extrema direita no poder, uma parte da cobertura especializada dos temas ambientais enquadra essas questões como problema social que precisa ser discutido sob o ponto de vista dos mais afetados pelo capitalismo predador e excludente praticado no país da megadiversidade, não apenas como uma questão da ciência ou como mais uma oportunidade de negócio, mas fundamentalmente como um problema político. A periodização e a tipologia proposta para o jornalismo ambiental brasileiro é sintetizada no quadro a seguir.

Quadro 20 – Periodização e tipos de jornalismo ambiental no Brasil

PERÍODO	TIPO SALIENTE	ENQUADRAMENTO	FONTES
Anos 1970 e 1980: conquista da credibilidade	Jornalismo ambiental de perspectiva científica	A questão ambiental é um problema científico	Com saber científico
Anos 1990 e 2000: soluções sustentáveis	Jornalismo ambiental de perspectiva econômica	A questão ambiental é um problema econômico	Pragmáticas e técnicas
Anos 2010 em diante: engajamento multimídia	Jornalismo ambiental de perspectiva cidadã	A questão ambiental é um problema político	Das lutas na sociedade

Fonte: Dados da pesquisa

A análise da autodescrição de 33 serviços especializados na cobertura de temas ambientais, realizada no Capítulo 5, permitiu identificar cinco tipos de jornalismo relacionados às funções: um jornalismo ambiental informativo, um jornalismo ambiental promocional, um jornalismo ambiental educativo, um jornalismo ambiental mobilizador e um jornalismo ambiental investigativo. No entanto, essa constatação nas autodescrições não é suficiente para propor uma tipificação para as posições ocupadas pelos agentes do campo jornalismo ambiental porque mais de uma dessas funções pode estar presente em reportagens (Capítulo 7). Por isso as funções não são levadas em consideração na caracterização da periodização e dos tipos sintetizados no quadro acima. Reconhece-se, porém, que a função promover soluções é mais evidente no jornalismo ambiental de perspectiva econômica; assim como a função investigar no jornalismo ambiental de perspectiva cidadã; e a função educar no jornalismo ambiental de perspectiva científica. No entanto, tais funções não são exclusivas dessas perspectivas. As cinco funções – informar, promover, educar, mobilizar e investigar - podem orientar reportagens ambientais enquadradas a partir de cada uma das três perspectivas identificadas nessa tese como posições em disputa dentro do campo.

Importante ressaltar mais uma vez que as três perspectivas coexistem dentro do campo jornalismo ambiental brasileiro. As duas primeiras - a científica e a econômica -, mais salientes nos dois primeiros períodos, o da conquista da credibilidade e o das soluções sustentáveis, respectivamente, predominam até hoje na cobertura especializada dos temas ambientais realizada por veículos jornalísticos ligados a grandes empresas de comunicação, como Grupo Globo, Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo, e também em grupos regionais de comunicação e em alguns dos empreendimentos jornalísticos criados por profissionais egressos dessas redações tradicionais onde ainda há preconceito com o ativismo e o engajamento característicos do jornalismo ambiental, conforme discutido no Capítulo 6.

Novidades e controvérsias científicas são bem vistas pelos pares nesses veículos, assim como a apresentação de soluções técnicas e econômicas que possibilitariam uma redução da pegada ecológica humana sem abrir mão do lucro e da acumulação de capital; e a adoção de estilos de vida mais frugais, desde que inseridos no mercado de bens e serviços sustentáveis. A defesa de povos indígenas é geralmente aceita, como uma espécie de culpa histórica das elites, assim como a cobertura extensiva de grandes desastres ambientais causados por ações e/ou omissões criminosas de empresas ou do poder público.

No entanto, os interesses das corporações empresariais, geralmente grandes anunciantes, raramente são questionados sem um gancho factual: desastre, contaminação, denúncia de outra instituição. Os riscos da poluição crônica do processo produtivo são

geralmente silenciados, assim como as inconsistências nos estudos de impacto ambiental produzidos por consultorias pagas pelos próprios empreendimentos, sistema baseado no princípio do poluidor-pagador. Problemas de licenciamento tendem a ser localizados somente nos órgãos públicos tanto que o aumento ou a redução no tempo de liberação de licenças sempre rende manchete, já a qualidade dos estudos realizados dificilmente entra em pauta.

Agrotóxicos são denunciados quando causam prejuízo econômico ou são contrabandeados. O modelo do agronegócio industrial raramente é posto em xeque, pelo contrário, nessas redações que vendem anúncio para grandes empresas do setor o agro virou pop. Contra tudo isso precisa se insurgir o jornalista ambiental que trabalha nesses ambientes profissionais corporativos e quando o faz com veemência ainda é acusado de ecochato. As perspectivas científica e econômica do jornalismo ambiental são também estratégias de sobrevivência profissional nesses espaços mais tradicionais do jornalismo brasileiro que permitem a controvérsia científica e econômica, mas tendem a silenciar a discussão política de pontos de vista diferentes dos aceitos pelos grandes grupos empresariais do país.

Já o jornalismo ambiental de perspectiva cidadã crítico ao sistema, que sempre existiu, desde os anos 1970, ganhou força nos últimos anos com o avanço da internet e as mudanças estruturais que estão reconfigurando o Jornalismo. Ele oxigena a discussão ambiental no país por meio de serviços independentes e/ou alternativos que, por outro lado, têm mais dificuldade financeira para sustentar o seu trabalho especializado. Os jornalistas ambientais quando colocam em xeque os anunciantes poluidores – Vale, JBS, Petrobras, Bayer e tantos outros - atualizam o conflito apontado por Max Weber no início do século XX acerca dos dois clientes da empresa jornalística, o leitor e o anunciante. E por isso parece ser a especialização que mais necessita de um modelo público de financiamento que garanta sua independência na tão sonhada e necessária construção de um modelo de desenvolvimento que respeite a megadiversidade brasileira.

Por questionar interesses econômicos, políticos e culturais, o jornalismo ambiental é uma especialização marginal no jornalismo brasileiro, com autonomia bastante reduzida. Marginal no sentido de sobreviver à margem das demais especializações de maior prestígio, como a econômica, que pode ser setorial e/ou macroeconômica, e a futebolística, apenas para citar duas que sempre atraem grandes anunciantes, e a política, que dá credibilidade institucional ao veículo e abre um diálogo com os governantes da vez nas esferas municipal, estadual e federal, anunciantes igualmente importantes no mercado jornalístico brasileiro.

Apesar de sobreviver à margem, a cobertura especializada em temas ambientais está presente no jornalismo brasileiro desde os anos 1970, não apenas nos jornões de São Paulo e

do Rio de Janeiro, mas também nos veículos alternativos como Varadouro⁶⁷, que circulou no Acre, e Coojornal⁶⁸, no Rio Grande do Sul, dois exemplos da valente imprensa nanica que enfrentou a ditadura civil-militar esgrimindo um jornalismo de combate que renasceu com a digitalização do jornalismo e, mais recentemente, ganhou força como resistência à extrema direita que assumiu o poder no último ciclo eleitoral.

O jornalismo ambiental é uma especialização presente no jornalismo brasileiro há cinco décadas porque (1) existem veículos e programas que se dedicam ao acompanhamento regular das pautas ambientais, com profundidade e qualidade; (2) há jornalistas profissionais interessados e dedicados ao tema; (3) existem prêmios de jornalismo ambiental; (4) duas entidades legalmente constituídas, o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul e a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental; (5) congressos profissionais; (6) bibliografia especializada; (7) encontros de pesquisa acadêmica; e (8) disciplinas em cursos de graduação.

Apesar de todas essas evidências (discutidas em 4.1), nenhum dos oito participantes dessa pesquisa entende que o jornalismo ambiental seja uma especialização consolidada no jornalismo brasileiro, por diversas razões (apresentadas em 6.3), as principais seriam: (1) a falta de apoio financeiro para os veículos menores conseguirem fazer, por exemplo, reportagens com imersão na realidade, fundamentais na maioria das pautas ambientais; (2) o pequeno número de profissionais especializados em atuação no país, se comparado com a dimensão continental do Brasil megadiverso; (3) a falta de renovação devido a outros interesses que estariam chamando mais a atenção da nova geração de jornalistas. Essas três razões explicam em parte a reduzida autonomia do campo jornalismo ambiental no Brasil. A principal razão, no entanto, são os grandes interesses econômicos mobilizados pela temática ambiental em um planeta com quase oito bilhões de habitantes e um clima alterado pela ação antrópica.

O participante mais antigo, que trabalha há mais de 50 anos como repórter, editor e autor de livros, dividindo esse tempo entre veículos tradicionais e alternativos, percebe a existência de nichos de jornalismo ambiental consolidados, mesmo em grandes grupos, como a Globo. Mas de modo geral ele vê um retrocesso ou estagnação depois do processo de especialização que aconteceu entre os anos 1970 e 1980 e que teria se dispersado depois da redemocratização. No seu entendimento, a demanda por um jornalismo ambiental é crescente no Brasil, mas a oferta ainda não.

⁶⁷ O acervo do jornal Varadouro está disponível no blog do jornalista Elson Martins, um dos seus criadores. Disponível em: <<http://www.almanacre.com>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

⁶⁸ O acervo do jornal Coojornal está disponível no Núcleo de Pesquisa em Ciências da Comunicação da Famecos/PUCRS: Disponível em: < <http://eusoufamecos.uni5.net/nupecc/conteudo/acervodigital/coojornal/>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

Tal retrocesso ou estagnação identificado pelo participante veterano após o primeiro período de conquista da credibilidade (1970 e 1980) pode ser explicado, no entendimento dessa pesquisa, pela busca crescente de soluções técnicas e econômicas pautadas pelos interesses empresariais que foram se apropriando da bandeira ecológica. Um dos argumentos utilizados pelas consultorias ambientais, e por alguns jornalistas que viraram consultores de empresas, é que as más notícias desmobilizariam as pessoas ao invés de mobilizar. Como as denúncias ambientais sempre serão consideradas más notícias pelos consultores das empresas denunciadas, caberia ao jornalista ambiental interessado em mobilizar a opinião pública em direção à sustentabilidade ser porta-voz das boas novas e não investigar falcatruas.

Três participantes tratam dessas questões quando perguntados sobre os interesses econômicos mobilizados pela pauta ambiental. Certamente a pauta socioambiental expõe fragilidades do setor econômico e político e traz verdades inconvenientes, respondeu umas das participantes. Segundo outro participante, as investigações jornalísticas que apontam falhas e crimes ambientais na conduta do governo e das empresas podem despertar rapidamente dificuldades e represálias. Em alguns casos, a moderação de poderosas assessorias de imprensa serviria como escudo. Uma técnica de desmobilização da pauta é a apresentação de questionamentos sobre a pertinência do trabalho jornalístico e possivelmente ameaças de processo e até violência física. Um terceiro participante constatou que muita gente ganha dinheiro cuidando para que o meio ambiente não entre no seu *business plan* para não reduzir a margem de lucro.

Um processo de perda da radicalidade também foi identificado no movimento ambientalista brasileiro por Agripa Faria Alexandre (2000) no final do século XX. No entanto, nesse período atual de engajamento multimídia, o jornalismo ambiental brasileiro parece estar sendo reconfigurado. Os jornalistas ambientais acompanham de perto a agenda do movimento ambientalista e de outros movimentos sociais que passaram a fazer parte do debate ambiental, assim como das empresas que atuam nesse mercado das inovações sustentáveis e dos cientistas que fazem ciência para defender a megadiversidade brasileira. A relação mais próxima com cada um desses três grupos de fontes oriundos de outros campos sociais é que dá forma aos três tipos descritos nessa pesquisa. As três perspectivas do jornalismo ambiental brasileiro - a científica, a econômica e a cidadã - são discutidas nos próximos itens.

8.1 Jornalismo ambiental de perspectiva científica

O jornalismo ambiental de perspectiva científica ganhou mais saliência no período de conquista da credibilidade nos anos 1970 e 1980, mas está presente até hoje nas redações dos

grandes grupos de comunicação, caso emblemático é a cobertura de ciência e ambiente do jornal Folha de S. Paulo, mas também em pequenos empreendimentos jornalísticos criados no atual período do engajamento multimídia, caso do site Direto da Ciência. Os dois exemplos são resultado da proximidade dos jornalistas responsáveis com as controvérsias ambientais presentes no campo científico.

As pautas são apuradas por meio de entrevistas e estudos publicados por fontes com saber científico reconhecido no país e no exterior com enquadramento marcado pela busca de explicação científica para os problemas ambientais. Ele deixou de ser um apêndice do jornalismo científico quando profissionais passaram a se dedicar com regularidade às pautas ambientais. Apesar de o enquadramento científico predominar nessas reportagens, outras fontes são mobilizadas. O jornalismo ambiental de perspectiva científica é mais amplo do que o jornalismo científico, por isso são especializações jornalísticas próximas, mas diferenciadas.

Como discutido em 4.1.1, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a extinta Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC) foram fundamentais no processo de surgimento e de conquista de credibilidade do jornalismo ambiental no Brasil. De uma maneira geral, os cientistas são fontes de informação para o jornalismo que cobre de maneira especializada temas ambientais (MACHADO, 2018; GARCIA, 2006; WEST; SANDMAN; GREENBERG, 1995) e foram usados por parte dos jornalistas ambientais brasileiros para que o seu trabalho passasse a ser considerado relevante nas principais redações do país (BARROS, 2003; JOHN, 2018).

Um dos participantes da pesquisa que trabalha em televisão afirmou que o jornalismo ambiental precisa abrir espaço para a boa ciência. Sua colega de jornal ressaltou a importância de ouvir pesquisadores renomados. Outro participante, que atualmente trabalha no movimento ambientalista e como jornalista freelancer, fez questão de ressaltar que jamais usaria como fonte negacionistas do clima. Segundo outro participante, um dos atributos que deve ser levado em consideração na escolha das fontes é que tenha vivência científica ou de vida.

Quando um jornalista de ciência passa a ser considerado um jornalista ambiental de perspectiva científica? No entendimento dessa pesquisa, quando esse jornalista começa a cobrir temas ambientais com regularidade e se aproxima da agenda dos movimentos ambientalistas, caso dos jornalistas Marcelo Leite e Maurício Tuffani, da Folha de S. Paulo e do site Direto da Ciência, respectivamente. E quando uma reportagem com enquadramento científico pode ser considerada jornalismo ambiental de perspectiva científica e não apenas jornalismo científico? Quando outras fontes são mobilizadas, além dos cientistas, caso do especial Crise do Clima do

jornal Folha de S.Paulo discutido no final do item 4.1.1 e das reportagens R4 e R5 analisadas no Capítulo 7.

8.2 Jornalismo ambiental de perspectiva econômica

O jornalismo ambiental de perspectiva econômica ganhou mais saliência no período de soluções sustentáveis que marcou os anos 1990 e 2000, mas já ensaiava seus primeiros passos nos primórdios da especialização (BARROS, 2003), no período de conquista da credibilidade (1970 e 1980), e segue bem presente nas diferentes plataformas que caracterizam o momento atual do jornalismo ambiental chamado de período do engajamento multimídia, iniciado nos anos 2010. Ele está focado em soluções econômicas possíveis para os problemas ambientais, conforme discutido em 4.1.2, e faz isso apurando histórias por meio de entrevistas e estudos publicados por fontes pragmáticas e técnicas com saber econômico e prática no mundo dos negócios. Nesse tipo de jornalismo ambiental os interesses econômicos que aparecem geralmente são aqueles que podem ser ou já foram esverdeados.

Como disse o jornalista Fernando Gabeira (1989) no final dos anos 1980, todas as grandes denúncias ambientais do Brasil já estariam mapeadas, no entanto, pouquíssimas soluções existiam para os problemas que eram denunciados. Quando Gabeira apresentou seu diagnóstico, em um evento promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas, o jornal Gazeta Mercantil, principal diário de economia no último quarto do século XX, recém tinha inaugurado uma editoria ambiental que virou referência nos anos 1990. Esse jornalismo ambiental de perspectiva econômica consolida-se depois que o conceito de desenvolvimento sustentável é reconhecido por todas as nações do planeta presentes na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, véspera do impeachment de Fernando Collor de Mello.

Dois anos depois, em encontro organizado para discutir os rumos do jornalismo ambiental brasileiro, o jornalista Ricardo Arnt (1994) avaliou que a principal dificuldade para começar a tratar dos temas ambientais na imprensa brasileira teria sido a presença entre os proprietários e editores dos principais veículos jornalísticos de uma ideologia pró-modernização de qualquer maneira. Por isso, segundo ele, era preciso abordar o meio ambiente de uma perspectiva menos exótica [culto ao silvestre] e mais econômica [evangelho da eficiência]. E assim passou a ser feito. Quinze anos depois, Arnt (2011) organizou uma antologia com o título “O que os economistas pensam sobre sustentabilidade”, livro composto por entrevistas realizadas com 15 economistas de renome no Brasil, de Antonio Delfim Netto e André Lara Resende a Luiz Carlos Bresser-Pereira e Ricardo Abramovay.

Atualmente os serviços jornalísticos especializados na cobertura ambiental prometem em suas autodescrições (Capítulo 5) apresentar soluções, tratar oportunidades de negócios, dar prioridade e contribuir para o desenvolvimento sustentável; um deles chega a garantir que o capitalismo pode ser do bem, enquanto outro se compromete com a divulgação de boas ações. Há também os que dizem trabalhar para espalhar histórias de empreendedores sociais, os que estão focados em empresas e aqueles que investem na construção de parcerias e redes.

Em uma das respostas ao questionário (6.4), um dos oito participantes ressalta que todos os principais temas socioambientais tem origem em questões econômicas. Não haveria, segundo ele, nenhum problema ambiental que não tenha origem em uma decisão econômica em macroeconomia ou em empresas. O mais experiente vai mais além e entende ser difícil que temas ambientais não contrariem interesses econômicos. Se envolverem grandes empresas ou autoridades poderosas, adverte ele, as pressões podem ser insuportáveis no caso de um veículo que depende vitalmente dos seus anunciantes. Os veículos menores, mais independentes, teriam mais desenvoltura no campo jornalismo ambiental. Esbarram, no entanto, na falta de recursos para a produção jornalística, ou seja, tem pouca autonomia.

Tal dependência empurra o jornalismo ambiental de perspectiva econômica em direção às boas pautas e soluções técnicas apontadas pelas fontes ligadas à sustentabilidade empresarial. Falando de forma difusa, acredito que também haja pressão para “falar bem” de determinada organização que apoia ou financia o veículo, reconhece uma das participantes. Outro participante pondera que as novas plataformas de comunicação determinariam uma concorrência saudável onde os interesses dos patrocinadores ficariam em segundo plano.

Quando um jornalista de economia passa a ser considerado um jornalista ambiental de perspectiva econômica? No entendimento dessa pesquisa, quando esse jornalista começa a cobrir temas ambientais com regularidade e se aproxima das agendas dos líderes da sustentabilidade empresarial e dos movimentos ambientalistas, caso das participantes P2 e P3 dessa pesquisa. E quando uma reportagem com enquadramento econômico pode ser considerada jornalismo ambiental de perspectiva econômica e não apenas jornalismo econômico? Quando outras fontes são mobilizadas, além das ligadas às questões econômicas, caso das reportagens R1 e R3 analisadas no Capítulo 7.

8.3 Jornalismo ambiental de perspectiva cidadã

O jornalismo ambiental de perspectiva cidadã está ganhando mais saliência no período atual de engajamento multimídia iniciado nos anos 2010, no entanto, essa posição mais combativa dentro do campo está presente desde os primeiros passos dessa especialização

jornalística nos anos 1970. Os problemas ambientais, por essa perspectiva, são problemas políticos que precisam ser discutidos pelos pontos de vista das pessoas mais afetadas pelo modelo de desenvolvimento capitalista predador e excludente: os povos originários, os povos da floresta, os moradores das periferias urbanas e das áreas de risco, os agricultores familiares, os agricultores sem-terra, os quilombolas, as mulheres, as pessoas de cor, os contaminados químicos no campo e nas cidades, os refugiados climáticos, o cidadão comum.

Existiria um jornalismo ambiental de perspectiva cultural? No entendimento dessa pesquisa, as dimensões política e cultural estão contempladas no conceito de cidadania, daí porque perspectiva cidadã e não perspectiva política. Entende-se que perspectiva cidadã é mais abrangente do que perspectiva política e dialoga melhor com a noção de justiça ambiental. O Movimento de Justiça Ambiental surgiu nos Estados Unidos em meados de 1980 mobilizado pela questão do racismo ambiental. Alguns representantes estiveram divulgando o movimento no Brasil em junho de 1998, durante encontro realizado no campus Praia Vermelha da UFRJ (ACSELRAD, 2010).

No Brasil, assim como aconteceu com o jornalismo ambiental, a noção de justiça ambiental é resultado de um processo de ambientalização de parte da agenda dos movimentos sociais e ganhou força nos encontros do Fórum de ONGs Brasileiras preparatório à Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criado em 1990 (ACSELRAD, 2010). Ainda segundo o mesmo autor, cerca de 1.200 organizações trabalharam na época para ampliar a participação da sociedade brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92.

Após o evento diplomático da ONU, essa articulação passou a se chamar, ainda em 1992, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS) com o objetivo de atuar como animador do debate sobre os desafios da sustentabilidade entre as ONGs e os movimentos sociais, intensificando o entrelaçamento entre o meio ambiente e a justiça social. A necessidade de unificar a luta dos movimentos foi reafirmada em publicação do FBOMS que reuniu avaliações setoriais sobre os caminhos da sustentabilidade cinco anos após a Rio 92⁶⁹. Segundo Leroy, Maia e Guimarães (1997), o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens, as Quebradeiras de Coco Babaçu

⁶⁹ A globalização, se bem revela uma concentração de poder financeiro e político nunca vista, revela também a fragilidade de atores individuais. Isto significa que o processo de mudança do qual as ONGs e os movimentos sociais são portadores exige o estabelecimento de alianças. Temos força suficiente, hoje, para bloquear e oferecer resistência a uma série de consequências catastróficas da globalização. Mas não podemos imaginar que, sozinhos, poderemos definir os conteúdos desta mesma globalização e direcioná-la para um futuro sustentável. (LEROY, MAIA, GUIMARÃES, 1997, p.26).

e os Remanescentes de Quilombos já promoviam à época uma visão de sustentabilidade que juntava o social, o econômico, o político, o cultural e o ambiental.

No entendimento dessa pesquisa, uma das primeiras experiências brasileiras onde esteve presente a noção de justiça ambiental, apesar do termo ainda não existir à época, foi a luta do líder sindical Chico Mendes no Acre, acompanhada de perto, desde o seu início, pelo jornal alternativo Varadouro. “Chico Mendes e seus amigos, seringueiros e índios – principalmente estes últimos -, nos ensinaram que a batalha é *com* a natureza e não *contra* ela” (MARTINS, 1998, p.100, grifos do autor).

O processo de ambientalização de parte da agenda dos movimentos sociais, incentivado pelo FBOMS, ganhou força com a realização das três primeiras edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS) nos primeiros anos do século XXI. Em 2002, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental foi consolidada “como um espaço de identificação, solidarização e fortalecimento dos princípios de Justiça Ambiental — marco conceitual que aproxima as lutas populares pelos direitos sociais e humanos, a qualidade coletiva de vida e a sustentabilidade ambiental”⁷⁰. A noção de justiça ambiental possibilita a luta pela proteção do meio ambiente sem desconsiderar a luta contra a pobreza e a desigualdade social.

Justiça ambiental é, portanto, uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos. Na experiência recente, essa noção de justiça surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais que alteraram a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produziram mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental. (ACSELRAD, 2010, p.111).

Ainda segundo o mesmo autor, nem todas as entidades da nebulosa ambientalista estavam engajadas na construção de dispositivos democráticos e de organização da sociedade no final do século passado, quando a noção de justiça ambiental começou a surgir no Brasil. Muitas ONGs passaram a trabalhar como verdadeiras consultorias de empresas e governos, focadas em um ambientalismo de resultados, pragmático e tecnicista, enquanto outras se mantiveram no campo do ecologismo combativo ou ambientalismo contestatório, onde foram se inserindo movimentos sociais já bem constituídos. Este foi também um movimento de neutralização das lutas ambientais, mais eficaz no ecologismo desenraizado, distante dos movimentos sociais. Para o ambientalismo de resultado, alinhado à modernização ecológica, o que importa é a construção de consenso, para isso os conflitos são silenciados.

⁷⁰ Disponível em: <<https://redejusticaambiental.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

É no ecologismo socialmente enraizado das entidades combativas que surge a partir dos anos 2000 a noção de justiça ambiental, um movimento de resignificação da questão ambiental, em um contexto de crítica ao modelo de desenvolvimento econômico predador e excludente, onde a questão ambiental faz parte de um projeto político contra hegemônico. “O que recusam os militantes do ecologismo contestatório é que se questione a legitimidade da ação política em nome do imperativo da cooperação consensualista” (ACSELRAD, 2010, p.107). Ainda segundo o mesmo autor, este processo de resignificação “está associado à reconstituição das arenas onde se dão os embates sociais pela construção dos futuros possíveis” (p.108).

Nesta arena dos futuros possíveis, duas razões disputam a questão ambiental, uma utilitária, de viés reformista, que pressupõe um risco ambiental único e uma poluição democrática, preocupada com a inviabilização crescente da cidade produtiva; e outra cultural, para quem o meio ambiente é múltiplo em qualidades socioculturais, ou seja, não há ambiente sem sujeito; e os riscos ambientais são diferenciados e desigualmente distribuídos; a poluição, portanto, nada tem de democrática, pois afeta de maneira distinta os diferentes grupos sociais. Tal interpretação foi atualizada durante a pandemia de Covid-19. Logo se viu que os mais pobres eram os mais vulneráveis à doença.

O ambiente é visto neste segundo viés como um espaço de construção de justiça e passa a integrar a cultura dos direitos. O ambiente de certos sujeitos sociais prevalece sobre o de outros, fazendo surgir conflitos ambientais (ACSELRAD, 2010). Não mais o conflito intergeracional presente no slogan do desenvolvimento sustentável – aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades –, mas o conflito de sujeitos presentes no mesmo tempo e no mesmo espaço. Enquanto a razão utilitária propõe a modernização ecológica, uma revolução da eficiência para economizar os recursos do planeta com soluções de mercado, a razão cultural denuncia e busca superar a distribuição desigual dos benefícios e dos danos ambientais.

Considerando que a injustiça social e a degradação ambiental têm a mesma raiz, haveria que se alterar o modo de distribuição – desigual – de poder sobre os recursos ambientais e retirar dos poderosos a capacidade de transferir os custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos. Seu diagnóstico assinala que a desigual exposição aos riscos deve-se ao diferencial de mobilidade entre os grupos sociais: os mais ricos conseguiriam escapar aos riscos e os mais pobres circulariam no interior de um circuito de risco. Donde a ação decorrente visando combater a desigualdade ambiental e dar igual proteção ambiental a todos os grupos sociais e étnicos. (ACSELRAD, 2010, p.109).

No Brasil, ainda segundo o mesmo autor, a noção de justiça ambiental está presente na resistência à chantagem locacional dos investimentos, considerada o mecanismo central para imposição de riscos ambientais e de trabalho às populações destituídas: empreendedores prometem investir em troca de emprego e geração de receita a qualquer custo, com o mínimo de regulação possível. De uma maneira geral, as lutas por justiça ambiental no Brasil combinariam a defesa de três direitos afetados pelo avanço das soluções de mercado: direitos a ambientes culturalmente específicos, direitos a uma proteção ambiental e direitos de acesso equânime aos recursos ambientais.

[...] a defesa dos direitos a ambientes culturalmente específicos – comunidades tradicionais situadas na fronteira da expansão das atividades capitalistas e de mercado; a defesa dos direitos a uma proteção ambiental equânime contra a segregação socioterritorial e a desigualdade ambiental promovidos pelo mercado; a defesa dos direitos de acesso equânime aos recursos ambientais, contra a concentração das terras férteis, das águas e do solo seguro nas mãos dos interesses econômicos fortes no mercado. (ACSELRAD, 2010, p.114).

Estas lutas por direitos colocam em xeque o modelo de desenvolvimento hegemônico a partir de perspectivas econômicas distintas da economia ambiental [evangelho da eficiência] que atribui todas as soluções ao mercado. Tais lutas são incorporadas por parte dos novos serviços jornalísticos que surgiram nos últimos anos em função do avanço da internet, que marca o período atual do jornalismo ambiental chamado de engajamento multimídia.

O termo engajamento tem um duplo sentido no nome proposto nessa tese para descrever o terceiro período do jornalismo ambiental brasileiro. O primeiro sentido é o engajamento dos jornalistas na luta por justiça ambiental com uma prática multimídia característica das novas formas de produção de notícia e dos processos de convergência digital. O segundo sentido diz respeito ao engajamento desses jornalistas ambientais nas redes sociais (twitter, instagram, facebook) para mobilizar audiência (BARSOTTI, 2014), prática que não existia antes, aproximando esses profissionais do midiativismo.

Quando a internet comercial brasileira entrou em operação no Brasil em 1995, um pequeno grupo de jornalistas brasileiros especializados na cobertura de temas ambientais já utilizava há cerca de três anos a rede mundial de computadores participando dos fóruns de discussão sobre temas ambientais, entre eles o jornalismo ambiental no Brasil e em outros países, criados no Alternex, provedor pioneiro de acesso a pessoas físicas no país, mantido pelo

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase⁷¹). Antes dos anos 2010, diversos sites especializados na cobertura de temas ambientais já existiam.

O primeiro foi o portal Envolverde, lançado em janeiro de 1998, focado na perspectiva econômica do jornalismo ambiental. Em 2001, foi lançado o Repórter Brasil; e em 2003, durante a terceira edição do Fórum Social Mundial, o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJRS) lançou a Ecoagência de Notícias. Esses dois serviços – Repórter Brasil e Ecoagência - já nasceram voltados ao jornalismo ambiental de perspectiva cidadã, antecipando de certa forma o que se consolidaria nos próximos anos. Um ano depois, em 2004, foi lançado o site o Eco com o objetivo de “dar voz a bichos e plantas, através daqueles que se interessam em protegê-los”, mais próximo do jornalismo ambiental de perspectiva científica.

Nos últimos onze anos, 12 serviços jornalísticos digitais com cobertura de temas ambientais foram criados, cerca de 1/3 dos serviços analisados no Capítulo 5. São eles: Periferia em Movimento (2009), Pública – Agência de Jornalismo Investigativo (2011), Fauna News (2011), Infoamazônia (2012), Amazônia Real (2014), Conexão Planeta (2015), Colabora (2015), Direto da Ciência (2016), The Intercept Brasil (2016), De Olho nos Ruralistas (2016), Ambiental Media (2017) e Agência Econordeste (2018).

De acordo com o Atlas da Notícia (2018), veículos jornalísticos digitais já predominam em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Pesquisa recente conduzida por Figaro (2018) identificou na Região Metropolitana de São Paulo 70 arranjos econômicos alternativos às grandes corporações de mídia. Foi durante a segunda década do século XXI, período do surgimento dos 12 serviços citados no parágrafo anterior, que aconteceu a consolidação no Brasil da grande reportagem multimídia (LONGHI, 2014), estilo de narrativa utilizado também em alguns jornais ligados aos grandes grupos de comunicação. Ainda segundo a mesma autora, desde meados dos anos 2000, o avanço das ferramentas e tecnologias de acesso à web facilitou o acesso ao jornalismo, “que se tornou onipresente no cotidiano” (LONGHI, 2014, p.900).

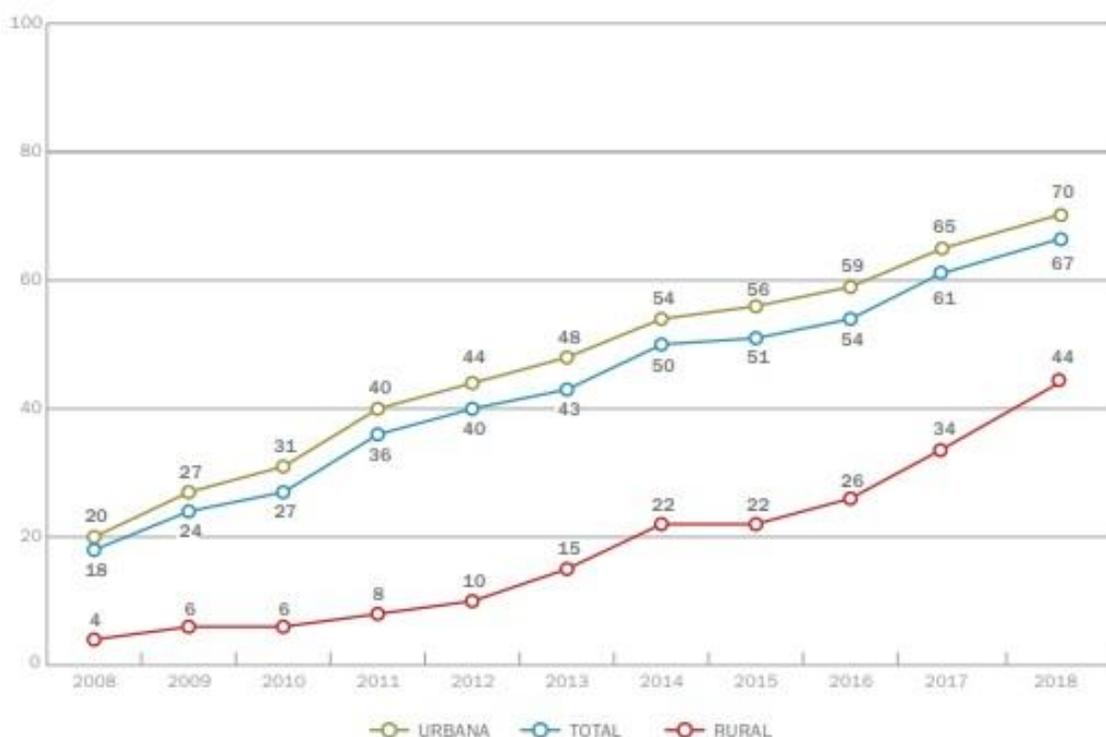
Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, em 2001 apenas 8,6% dos domicílios tinham microcomputador com acesso à internet no Brasil. Já em 2005, de acordo com dados da Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil, eram 12,8% os domicílios com acesso à internet, uma população equivalente a 6,6

⁷¹ Delegações internacionais que participaram das negociações da Conferência Rio 92 obtiveram acesso à internet por meio desse provedor do Ibase. E na véspera da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Néilson Marchezan (1938-2002), então Secretário Nacional de Comunicações do Governo Collor de Mello, lançou a telefonia móvel no Brasil. Muitos repórteres cobriram a Rio 92 usando celular, entre eles o autor dessa tese.

milhões, mas apenas 4,5% dos domicílios com acesso à internet pelo celular (2,3 milhões de pessoas) há 15 anos.

O gráfico a seguir mostra o avanço notável entre 2008 e 2018. Enquanto, em 2008, apenas 18% dos domicílios brasileiros contavam com acesso à rede, estima-se que, em 2018, cerca de 67% do total de domicílios estavam conectados, o que representa 46,5 milhões de domicílios e seis pontos percentuais a mais do que o verificado em 2017 (61%), segundo a Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros 2018.

Gráfico 4 – Domicílios com acesso à internet no Brasil, por área (2008-2018)



Fonte: Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros 2018

De acordo com Girardi (2018, p. 21), “o Jornalismo exerce um papel social fundamental na informação e formação do cidadão, disponibilizando para ele ferramentas para atuar na defesa de seus interesses e também dos interesses da sociedade”. O jornalismo ambiental de perspectiva cidadã consciente de sua missão educativa contribui, nesse sentido, com uma formação social orientada ecologicamente. No atual período de engajamento multimídia do jornalismo ambiental brasileiro, os 33 serviços especializados estudados no Capítulo 5 afirmam em suas apresentações que suas funções são educar, promover soluções, informar, mobilizar politicamente e investigar.

Os que se comprometem com a mobilização política prometem mobilizar a opinião pública, trabalhar pela mobilização de lideranças sociais, políticas e econômicas, influenciar a formulação de políticas públicas, sendo parte do processo transformador da sociedade. Esse tipo de jornalismo ambiental de perspectiva cidadã quando assume a função de mobilizar politicamente seu público trabalha para construir, provocar o debate, dar voz e dividir o espaço, aliar preocupação social com jornalismo independente, fomentar, promover qualificação do debate democrático, combater a escravidão contemporânea, mostrar o desejo de uma sociedade mais justa e igualitária, contribuir para a transformação do mundo, ocupar espaços que sempre foram negados e garantir o acesso a direitos, pautar a cidade e aproximar, representar e incidir politicamente.

Alinhados com esse compromisso crítico do jornalismo ambiental de perspectiva cidadã estão os serviços que se comprometem a investigar em profundidade, produzir e praticar jornalismo investigativo, praticar um jornalismo destemido e combativo, analisar de maneira implacável e expor a corrupção e a injustiça, identificar e tornar públicas situações que causam danos socioambientais, mapear cadeias produtivas de centenas de empresas, denunciar os crimes, os bastidores, os conflitos internos com um jornalismo ético e investigativo por meio de reportagens contextualizadas e investigadas.

Quando um jornalista de política passa a ser considerado um jornalista ambiental de perspectiva cidadã? No entendimento dessa pesquisa, quando esse jornalista começa a cobrir temas ambientais com regularidade e se aproxima das agendas dos movimentos ligados à justiça ambiental. E quando uma reportagem com enquadramento político pode ser considerada jornalismo ambiental de perspectiva cidadã e não apenas jornalismo político? Quando outras fontes são mobilizadas, além das ligadas aos movimentos de justiça ambiental, caso da reportagem R2 analisada no Capítulo 7. Se ouvisse apenas lideranças do movimento de justiça ambiental, seria assessoria de imprensa do movimento e não Jornalismo.

Seria possível afirmar que as perspectivas científica, econômica e cidadã também estão presentes em outras especializações tais como o jornalismo político, o jornalismo cultural e o jornalismo esportivo? Essa pesquisa não é capaz de responder tal pergunta, pois ela abarca somente o campo jornalismo ambiental no Brasil entendido aqui como cobertura especializada de temas ambientais.

O jornalismo ambiental é mais uma das especializações presentes no jornalismo brasileiro. No entanto, devido à complexidade do tema e dos interesses envolvidos, o adjetivo ambiental sozinho é insuficiente para analisar e descrever essa prática profissional. É preciso levar em conta também suas perspectivas, as posições em disputa dentro do campo. O

jornalismo ambiental, portanto, é uma cobertura jornalística especializada em temas ambientais com três perspectivas que coexistem há cinco décadas: a científica, a econômica e a cidadã. Como deve ser a cobertura dos temas ambientais no país mais megadiverso do planeta? Sempre que possível, levando em consideração as três perspectivas descritas acima.

9 JORNALISMO ORIENTADO ECOLOGICAMENTE

Quais perspectivas de jornalismo ambiental podem ser identificadas na cobertura especializada realizada no Brasil desde os anos 1970? Este foi o problema de pesquisa dessa tese para o qual foi criada uma resposta provisória. A hipótese formulada para guiar a investigação foi a existência de três tipos de jornalismo ambiental praticados pelo jornalismo brasileiro: o jornalismo ambiental de perspectiva científica, o jornalismo ambiental de perspectiva econômica e o jornalismo ambiental de perspectiva cidadã. As três perspectivas foram identificadas, não como tipos ideais, como imaginava inicialmente, mas como enquadramentos que marcam posições em disputa dentro do campo jornalismo ambiental.

Identificar as perspectivas dominantes na cobertura especializada dos temas ambientais nas últimas cinco décadas no Brasil propondo uma periodização e uma tipologia foi o meu objetivo geral. Na teoria dos campos que orientou a compreensão do jornalismo ambiental nessa pesquisa, o texto e o contexto não são suficientes para a compreensão de uma produção cultural. Apesar de não ser suficiente, é preciso levar em consideração o contexto social das disputas do campo. Por isso as posições ou perspectivas foram apresentadas no capítulo anterior junto com uma periodização que de certa maneira já havia esboçado em artigo publicado na Revista Brasileira de História da Mídia (BELMONTE, 2017). Naquele primeiro estudo com uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro, apontei a predominância das fontes científicas e das fontes econômicas em etapas distintas.

A noção de campo de Bourdieu (2014) adotada nesse tese ajudou a identificar não apenas as posições dominantes, mas também os três períodos do jornalismo ambiental no Brasil. O jornalismo ambiental de perspectiva científica foi a posição dominante no período de conquista da credibilidade, entre os anos 1970 e 1980. Já o jornalismo ambiental de perspectiva econômica passou a disputar a posição dominante dentro do campo nos anos 1990 e 2000, no período das soluções sustentáveis. Essas duas posições que predominam principalmente nas redações dos grandes grupos de comunicação – a científica e a econômica – viram o jornalismo ambiental de perspectiva cidadã ganhar força com a digitalização do jornalismo intensificada a partir dos anos 2010 no período que identifico como o do engajamento multimídia. Um jornalismo ambiental mais combativo ganha cada vez mais força na internet com reportagens investigativas e de denúncia pautadas pela noção de justiça ambiental.

As informações coletadas em bibliografia nacional e internacional, documentos e entrevistas por questionário enviado por e-mail para oito jornalistas de referência no país permitiram a identificação das perspectivas dominantes no campo jornalismo ambiental. Foi possível também compreender seus agentes como sujeitos ecológicos que tem em comum a

crença de que é possível fazer algo pelo ambiente por meio do Jornalismo. As respostas do questionário mostram ainda que o *habitus* ecológico desses profissionais que militam em prol da proteção ambiental tem que se ajustar aos limites impostos pelas condições de produção de cada veículo em particular e do próprio campo jornalismo ambiental que, no Brasil, ainda tem uma autonomia relativa muito pequena em função dos grandes interesses econômicos mobilizados pela temática ambiental no país mais megadiverso do planeta.

Todos os seis objetivos específicos traçados ajudaram a alcançar o objetivo geral dessa tese. Descrever o processo de ambientalização da sociedade que originou uma especialização jornalística focada na cobertura de temas ambientais foi o primeiro, desenvolvido no Capítulo 2. Entendo o jornalismo ambiental como parte do processo de ambientalização da sociedade; essa abordagem surgiu ao longo do doutorado, após um semestre de estudo no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Ela permite perceber a existência de um processo de retroalimentação entre o jornalismo ambiental e a sociedade, entre o micro e o macrocosmo. O jornalista é influenciado, mas também influencia. O jornalismo ambiental floresce mais facilmente em locais com preocupação ambiental também presente em outros setores ou campos. Geralmente onde há um movimento ambientalista atuante, a probabilidade de surgirem jornalistas especializados na cobertura da temática ambiental é maior; assim com um movimento ambientalista influente necessita de espaço jornalístico regularmente para disputar a concorrida agenda pública.

Descrever a megadiversidade brasileira e os desafios diante da mudança do clima que apontam a necessidade de um jornalismo ambiental qualificado e atuante no Brasil foi meu segundo objetivo específico desenvolvido no Capítulo 3. A necessidade de construção desse capítulo foi discutida na Banca de Qualificação para deixar evidente a razão da existência dessa especialização no país com a maior megadiversidade do mundo. A descrição dos seis biomas e das consequências impostas pela mudança do clima exigiu um grande volume de bibliografia científica. Entendo que a pesquisa que realizei fornece uma visão geral do estado da arte sobre as riquezas naturais do país. Esses dois primeiros capítulos teóricos tratam justamente das duas partes envolvidas na relação sociedade-natureza.

No Capítulo 4, desenvolvi o meu terceiro objetivo específico: compreender a história do campo jornalismo ambiental no Brasil à luz das teorias do jornalismo. Esse é o maior capítulo da tese. Nele primeiro discuto o Jornalismo em geral para depois aprofundar o jornalismo ambiental como especialização temática. Busquei apresentar o atual contexto do jornalismo profissional, seus avanços, como o jornalismo guiado por dados e a grande reportagem multimídia; e os seus desafios, a busca por um modelo de negócio que possibilite um

jornalismo com a maior independência possível. Em função da disseminação digital de desinformações e dos questionamentos que o jornalismo profissional recebe dos grupos de extrema direita apoiados pelo governo federal, entendo como muito relevante a distinção que fiz entre verdade factual e a verdade em perspectiva, assim como a discussão da subjetividade no Jornalismo, tema de grande relevância no campo do jornalismo ambiental devido ao preconceito que ainda existe no campo jornalístico com a militância profissional pela defesa do ambiente. A revisão bibliográfica realizada sobre o jornalismo ambiental foi fundamental na identificação das perspectivas dominantes e dos três períodos.

Mapear o tipo de jornalismo prometido pelos serviços que oferecem no país cobertura jornalística especializada sobre temas ambientais foi o meu quarto objetivo específico. Desenvolvido no Capítulo 5, ele oferece um mapeamento inédito do jornalismo ambiental brasileiro assim como a identificação e discussão de cinco funções jornalísticas encontradas nas 33 autodescrições analisadas: informar, promover soluções, educar, mobilizar politicamente e investigar. A principal novidade encontrada a meu ver foi a função promocional - promover soluções econômicas e técnicas - praticada por muitos, mas muito pouco discutida. Geralmente se diz que a função do jornalismo ambiental é educar e conscientizar a população acerca dos grandes desafios ecológicos. No entanto, em função do modelo de negócio dependente de anunciantes e apoiadores, a promoção de soluções econômicas consideradas inovadoras é uma prática do mercado que muitas vezes fica no limiar entre o jornalismo, a publicidade e a propaganda, pendendo às vezes para as duas últimas.

Compreender a visão de jornalistas ambientais de referência em atividade no Brasil sobre sua prática profissional foi o meu quinto objetivo específico. Em função do capital dos oito participantes acumulado dentro do campo jornalismo ambiental, as respostas fornecidas ajudaram a construir um quadro completo do *habitus* ecológico desses sujeitos ecológicos e de seus limites e desafios. Nesse sentido, entendo que a discussão dos interesses econômicos mobilizados pela temática ambiental problematizou as pressões exercidas pelo campo econômico e também as dificuldades enfrentadas pelo modelo de negócio dos empreendimentos jornalísticos que se propõe a cobrir com qualidade a temática ambiental. Já passou do tempo do país mais megadiverso do planeta ter uma política pública, controlada pela sociedade civil, para financiar um jornalismo ambiental independente nas esferas local e regional.

Analisar os traços típicos de reportagens de referência publicadas por jornalistas que se destacam na cobertura especializada de temas ambientais no país foi o meu sexto e último objetivo específico. Como já mencionado anteriormente, na teoria dos campos o texto e contexto social não são suficientes para compreender uma produção cultural (no caso dessa tese

o jornalismo ambiental como uma especialização temática), é preciso observar as posições em disputa nesse espaço relativamente autônomo entre o texto e o contexto que Bourdieu (2014) chamou de campo. No entanto, considerar insuficiente não significa que o texto não deva ser estudado. Os enquadramentos presentes nas cinco reportagens analisadas foram identificados como um teste da tipologia que proponho nessa tese. Percebi que as três perspectivas – a científica, a econômica e a cidadã – identificadas como posições do campo jornalismo ambiental podem ser buscadas também no conteúdo das reportagens, conforme discutido no capítulo anterior. Em função disso, entendo que a tipologia proposta aqui possa contribuir em pesquisas futuras sobre reportagens ambientais.

O enquadramento (seleção e saliência) presente nas produções jornalísticas traz consigo uma interpretação do mundo, suas saliências promovem uma definição de problema e uma interpretação causal específica. Por isso no jornalismo ambiental de perspectiva científica o problema ambiental é visto como um problema científico, com causas e soluções presentes no campo científico. Retomando Entman (1993), os quadros podem ter quatro funções: definem problemas, diagnosticam causas, fazem julgamentos morais e sugerem soluções. E esses frames podem ser encontrados nos jornalistas, nas reportagens, na audiência e na cultura.

Um jornalista ambiental de perspectiva científica seleciona e destaca elementos distintos do jornalista ambiental de perspectiva econômica e do jornalista ambiental de perspectiva cidadã. Os três, ao fazerem essa seleção no processo de produção jornalística, acabam construindo, a partir de posições distintas, argumentos diferentes sobre problemas, causas e soluções possíveis. Os quadros sempre destacam algumas informações, e não outras. Um quadro pode ser compreendido como um marco que designa determinado contexto da realidade; e como um esquema mental (SÁDABA, 2007) na cabeça do jornalista ambiental e das suas fontes que influenciam na compreensão e enquadramento de determinada pauta.

O objetivo geral dessa tese foi alcançado mobilizando a teoria do enquadramento e a teoria dos campos. As três perspectivas identificadas são posições em disputa dentro do campo jornalismo ambiental. Elas enquadram a ação dos jornalistas ambientais a partir das perspectivas científica, econômica e cidadã. É importante ressaltar que tais perspectivas podem estar presentes no mesmo veículo jornalístico e até mesmo em uma grande cobertura ou série de reportagens sobre determinado tema como, por exemplo, o desmatamento, a grilagem, os incêndios criminosos ou os conflitos de terra nos biomas brasileiros. Entendo, inclusive, que o jornalista especializado deveria tentar sempre levar em conta essas três perspectivas no seu trabalho devido à complexidade das temáticas ambientais.

Apesar do método tipo ideal ter sido abandonado por mim na identificação das perspectivas dominantes do campo jornalismo ambiental brasileiro, entendo que ele pode ser utilizado para orientar pesquisas futuras e também a prática profissional. A meu ver é possível pensar um jornalismo orientado ecologicamente como tipo ideal. A expressão orientado ecologicamente tomei emprestada da pesquisadora Isabel Carvalho (2018). O tipo ideal sistematizado por Weber (2016) é uma acentuação de um ou mais pontos de vista para compor uma representação abstrata da realidade; ele tem traços típicos selecionados pelo pesquisador que servem de guia para a observação da realidade e a formulação de hipóteses. Sendo apenas um guia, o tipo ideal nunca pode ser encontrado empiricamente, e essa foi a principal razão que me fez abandonar o método na identificação das posições dominantes.

Como já disse lá nas páginas iniciais, essa tese é a forma mais elaborada teoricamente das inquietações que me acompanham há três décadas sobre como deve ser feita a cobertura jornalística dos temas ambientais no Brasil. Durante a minha Banca de Qualificação, já havia constatado que quanto mais próximo do final do doutorado eu chegava, mais o espírito radical do ecojornalismo que marcou o início da minha jornada profissional voltava a fazer sentido, uma volta aos fundamentos dessa especialização temática, uma volta ao jornalismo orientado ecologicamente como guia para a observação da realidade, porém com mais experiência como jornalista, como professor e agora como pesquisador.

No capítulo de livro que escrevi em 2004 para a coleção Formação & informação, da Summus Editorial, convidado pelo professor Sérgio Vilas-Boas, o subtítulo era “menos catástrofes e mais ecojornalismo”. Orkut, Facebook e o site O Eco surgiram naquele ano; smartphones ainda eram aparelhos de luxo; Marina Silva estava no Ministério do Meio Ambiente e o Fórum Social Mundial nos dava esperança de que um outro mundo mais justo, solidário e ecológico era possível. Considerando a periodização proposta nessa tese, o jornalismo ambiental brasileiro vivia no período das soluções sustentáveis; a criação de mercados verdes era uma das prioridades da ONU.

Por que menos catástrofes? Nós jornalistas somos muito bons para descrever e problematizar aquilo que acontece, e muitas vezes nos conformamos com nossa tendência macabra (alimentada pelo instinto de autodestruição citado na epígrafe do Capítulo 2) de transformar a cobertura de desastres em espetáculo, mas ainda temos muitas dificuldades na hora de alertar a sociedade sobre aquilo que está para acontecer. E não se trata de dourar a pílula com boas novas do marketing verde, trata-se de denunciar os riscos ambientais aprendendo a manejar jornalisticamente o princípio da precaução, um dos traços típicos desse tipo ideal jornalismo orientado ecologicamente.

Por que mais ecojornalismo? A jornalista e o jornalista que se dedicam à cobertura regular dos problemas ambientais por escolha pessoal são geralmente movidos por espanto, por indignação e pela convicção de que é possível fazer algo em defesa do ambiente por meio da ação jornalística. Em uns, essa convicção se transforma em pautas com perspectiva científica; em outros, econômica; e há também os que cobrem pela perspectiva cidadã, indignados com as injustiças ambientais; e ainda os que conseguem transitar pelas três perspectivas. O termo ecojornalismo ressalta a postura militante e engajada característica da especialização e mostra que o profissional tem lado na atual encruzilhada civilizatória do Antropoceno. Jornalismo ambiental é um termo mais neutro, apesar de ressaltar uma especialização temática, diferente do ecojornalismo, com sentido mais posicionado e ativista. Esse é um debate que ainda precisa ser feito dentro do campo jornalismo ambiental brasileiro.

Será que em um planeta cada vez mais quente e em sociedades onde quase todos informam por meio de uma massa de (micro)veículos de comunicação ainda faz sentido jornalistas profissionais esconderem a sua subjetividade e a sua postura ativista de defesa do ambiente? Não seria justamente o momento de assumir a subjetividade jornalística, como tem defendido Fabiana Moraes (2015, 2019), como forma de qualificar a profissão? Será que o público desse período histórico do engajamento multimídia não está buscando justamente jornalistas especializados que deixem claro o seu engajamento com a causa ambiental, sem abrir mão dos procedimentos técnicos da profissão?

Obviamente que essa tese não é capaz de responder tais questões. Mas elas precisam ser enfrentadas nas redações, na graduação e na pós-graduação. Como disse um dos participantes dessa pesquisa, “é difícil admitir, mas existe hoje um estigma de ativistas pregado aos jornalistas ambientais. Essa situação, da qual somos vítimas por deficiências de nossa sociedade, nos apresenta um desafio”. Tal estigma não é de hoje. Acredito que o jornalismo de combate que vem sendo esgrimido em alguns veículos jornalísticos brasileiros - com jornalismo guiado por dados e grandes reportagens multimídia - ajuda a enfrentar esse desafio.

Segundo o participante com mais tempo na profissão, o acompanhamento das pautas ambientais é motivado pela crença de que ainda se pode fazer algo por meio do Jornalismo. Sem esquecer que o papel do jornalista é importantíssimo na formação de uma sensibilidade ambiental, como fez questão de ressaltar Isabel Carvalho, durante entrevista concedida em 2018 ao Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS): “Sensibilizar esteticamente. Afetivamente. Cognitivamente. Sensibilidade pra mim engloba um conjunto maior de percepções do que só um convencimento racional”.

Retomando Leff (2016), a crise ambiental é decorrência da maneira como compreendemos e habitamos o mundo. Ela é, na verdade, uma crise do conhecimento criada pelos modos como pensamos e agimos no ambiente. O modelo de desenvolvimento predador e excludente, a emergência climática e as injustiças ambientais são construções sociais, não caíram do céu nem nasceram nas árvores, são problemas políticos que precisam de fundamentação científica e econômica para serem enfrentados, assim como a barbárie ecológica fomentada pela extrema direita no país mais megadiverso do planeta.

Inspirado no entendimento do pesquisador argentino Pablo Gavirati (2013) de que o jornalismo ambiental também pode ser visto como renovação do jornalismo; no tipo ideal sujeito ecológico construído por Isabel Carvalho (2002); e na pesquisa do jornalismo de verificação como tipo ideal realizada pela professora e pesquisadora Tais Seibt (2019), termino essa tese sugerindo pesquisas futuras utilizando o jornalismo orientado ecologicamente como um tipo ideal para a cobertura jornalística dos desafios impostos pelo Antropoceno no século XXI. As características desse tipo ideal já estão esboçadas.

Traços típicos de um jornalismo orientado ecologicamente vêm sendo apontados por pesquisadoras e pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS) há mais de uma década. Atualmente sete pressupostos são considerados: contextualização e perspectiva sistêmica; pluralidade de vozes, ouvindo inclusive as que não tem legitimidade científica, empresarial ou política; assimilação do saber ambiental com novos valores para a prática jornalística; cobertura próxima da realidade do público buscando a interconexão entre as escalas global, nacional, regional e local; engajamento e militância como atitudes críticas em defesa da sustentabilidade da vida; responsabilidade com a mudança de pensamento; e incorporação do princípio da precaução para alertar consequências que poderiam ser evitadas se não fossem silenciadas.

Como deve ser a cobertura dos temas ambientais no país mais megadiverso do planeta? No final do capítulo anterior respondi que, sempre que possível, as reportagens devem levar em consideração as três perspectivas descritas nessa tese - a científica, a econômica e a cidadã - e agora acrescento os sete traços típicos do jornalismo orientado ecologicamente. Que o espanto, a indignação, o ativismo e o espírito de combate dos ecojornalistas sirvam de inspiração ao jornalismo brasileiro. Só assim o debate ambiental permanecerá em destaque na agenda pública, não apenas durante, mas também antes e depois das tormentas.

REFERÊNCIAS

- A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA. **Fundação Biblioteca Nacional**. Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2020.
- AB’SÁBER, Aziz. Problemas da Amazônia Brasileira. In: **Estudos Avançados** 19 (53), 2005. São Paulo: IEA/USP, 2005. Dossiê Amazônia brasileira I. p.7-35.
- ACHARYA, Keya; NORONHA, Frederick (orgs.). **The green pen: environmental journalism in India and South Asia**. New Delhi: Sage, 2010.
- ACSELRAD, Henry. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
- ADLER, Jonathan. **Environmentalism at the crossroads: green activism in America**. Washington: Capital Research Center, 1995.
- AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1997.
- AGUIAR, Andréa. Illusio. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p.231-233.
- AGUIAR, Leonel. **As diretrizes curriculares e a formação específica em jornalismo**. Alceu, Rio de Janeiro: PUC-Rio, v.14, n.27, p.162-175, jul./dez. 2013.
- AGUIAR, Sonia. **Análise dos estudos sobre jornalismo ambiental: primeiras incursões**. 9º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Rio de Janeiro, 2011, disponível em <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/9encontro/CC_23.pdf>.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **Vozes de tchernóbil: a história oral do desastre nuclear**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALEXANDRE, Agripa Faria. **A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento**. Blumenau/Florianópolis: Edifurb/Editora da UFSC, 2000.
- ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. Disponível em: <<http://www.fernandoalmeida.com.br/livros/livro-fernando-almeida-sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental. **Sociologias**, v. 16, n. 35, jan./abr. p. 14-33, 2014.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- AMBRIZZI, Tércio; ARAUJO, Moacyr; FERRAZ, Simone; MORAES, Osvaldo. Observações e atribuição de causas da variabilidade e extremos climáticos. In: NOBRE,

Carlos A.; MARENGO, José A. (org.). **Mudanças climáticas em rede: um olhar interdisciplinar**. 1ª ed. São José dos Campos, SP: INCT, 2017. p.69-95.

ANGUELOVSKI, Isabelle. Justiça ambiental. In: D'ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico; KALLIS, Giorgos (orgs.). **Decrescimento: vocabulário para um novo mundo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p.73-77.

AQUI TEM MATA? **Fundação SOS Mata Atlântica**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.aquitemmata.org.br/#/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ARNT, Riardo (org.). **O que os economistas pensam sobre sustentabilidade**. São Paulo: Ed. 34, 2011.

ARNT, Ricardo. Imprensa discrimina o meio ambiente. **Relatório do laboratório ambiental para imprensa realizado no Vale do Ribeira/SP**. Fundação SOS Mata Atlântica: São Paulo, 1994. p.73-80.

ATLAS DA NOTÍCIA: MAPEANDO O JORNALISMO LOCAL NO BRASIL. Desertos e quase desertos de notícias: uma ocorrência nacional (versão 2.0). **Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo** (Projor), nov. 2018. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/graficos/atlas_relatorio_v2.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BACCHETTA, Victor. El Periodismo de la sustentabilidad. In.: GIRARDI, Ilza Maria T.; SCHWAAB, Reges T. (orgs.). **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p.84-88.

BACCIN, Alciane. A narrativa longform em reportagens hipermídia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, vol. 14, n.1, p.89-101, jan/jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n1p89>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; QUINTANEIRO, Tania. Max Weber. In: QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardência de. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Antonio Teixeira de. **A informação ambiental nos estudos de jornalismo: análise de investigações realizadas no Brasil e em Portugal**. Investigação pós-doutoral. Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto, 2008.

_____; LIMA, Maria Érica de Oliveira. A eficácia do jornalismo ambiental: dinâmicas e possibilidades. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2012, Curitiba. **Anais ...** Curitiba: SBPJor, 2012. Disponível em: <http://sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/admjor/arquivos/10encontro/comunicacoes_coordenadas/antonio_teixeira_de_barros_maria_ERICA_de_oliveira_lima.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2015.

_____. Poder, saber e discursos ecológicos no Brasil: ciência, estado e imprensa. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio Teixeira de. **Comunicação para a ciência, ciência para comunicação**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. p.67-93.

BARROS, José D'assunção. **As hipóteses nas ciências humanas**: aspectos metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2017.

BARSOTTI, Adriana. **Jornalista em mutação**: do cão de guarda ao mobilizador de audiência. Florianópolis: Insular, 2014.

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo**: novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

_____. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BELMONTE, Roberto Villar. História e futuro da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental. São Paulo, **Envolverde**, 24 jun. 2020. Disponível em: <<https://envolverde.cartacapital.com.br/historia-e-futuro-da-rede-brasileira-de-jornalismo-ambiental/>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p.110-125, 2017. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6656>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

_____. A construção do discurso da economia verde na revista Página 22. 2015. 179 f. **Dissertação** (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Bi-blioteconomia e Comunicação, UFRGS, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/117262>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

_____. Cidades em mutação: menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: **Formação & informação ambiental**: jornalismo para iniciados e leigos. BOAS, Sergio Vilas (org.). São Paulo: Summus, 2004.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In: _____; FONSECA, Virginia Pradelina da Silva (Org.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010, p.143-164.

BERGER, Christa. **Campos em confronto**: a terra e o texto. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BERNA, Vilmar Sidnei Demamam. Desafios para a comunicação ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (orgs.). **Jornalismo ambiental**: desafios e reflexões. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.

BOLDRINI, Ilsi Iob; OVERBECK, Gerhard; TREVISAN, Rafael. Biodiversidade de plantas. In: PILLAR, Valério De Patta; LANGE, Omara (ed.). **Os campos do sul**. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos – UFRGS, 2015. p.51-56.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BRAIGHI, Antonio Augusto; CÂMARA, Marco Túlio. O que é midiativismo? Uma proposta conceitual. In: BRAIGHI, Antonio Augusto; LESSA, Cláudio Humberto; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do midiativismo**: do conceito à prática. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018. p.25-42. Disponível em: <<https://interfacesdomidiativismo.wordpress.com/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRANDO, P. M.; SOARES-FILHO, B.; RODRIGUES, L.; ASSUNÇÃO, A.; MORTON, D.; TUCHSCHNEIDER, D.; FERNANDES, E. C. M.; MACEDO, M. N.; OLIVEIRA, U.; COE, M. T. The gathering firestorm in southern Amazonia. **Science Advances**, vol 6, n.2, 10 jan. 2020. Disponível em:<<https://advances.sciencemag.org/content/6/2/eaay1632>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRUM, Eliane. **A maldição do amianto**. El País Brasil, 6 jan. 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/06/opinion/1389007120_928954.html>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BUCCI, Eugênio. **Existe democracia sem verdade factual?** Barueri, SP: Estação da Letras e Cores, 2019.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo especializado: resgatando conceitos e práticas. In: SANTOS, Marli dos; BUENOS, Wilson da Costa (org.). **Jornalismo especializado no Brasil**: teoria, prática e ensino. São Bernardo do Camo: UMESP, 2015. pp.279-301.

_____. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

_____. Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. In: **Jornalismo ambiental**: desafios e reflexões. GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (orgs.). Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p. 105-118.

BUITONI, Dulcília Schroeder. Revista e segmentação: dividir para reunir. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (Org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. pp.107-118.

BUSCHBACHER, Robert (coord.). **Expansão agrícola e perda da biodiversidade no Cerrado**: origens históricas e o papel do comércio internacional. Brasília: WWF Brasil, 2000. MAPA DE COBERTURA VEGETAL CERRADO. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/biomas/cerrado/mapa-de-cobertura-vegetal.html>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

BUSTAMANTE, M.M.C.; METZGER J.P.; SCARIOT A.; BAGER A.; TURRA A.; BARBIERI A.; NEVES A.; BOESING A.L.; AGOSTINHO A.A.; MARQUES A.C.; DIAS B.; GRELE C.E.V.; CAIXETA D.; SAWYER D.; SCARANO F.R.; SOUSA F.D.R.; FERNANDES G.W.; QUEIROZ H.; MIRANDA H.S.; SCHONGART J.; QUINTÃO J.M.B.; MARTINELLI L.A.; GOMES L.C.; DA CUNHA M.C.; PIEDADE M.T.F.; SATO M.N.; VALE M.M.; AQUINO M.F.S.; VOGT N.; MAY P.; FEARNESIDE P.; PRADO R.B;

RODRIGUES R.R.; THOMAZ S.M.; PIVELLO V.R.; IMPERATRIZ-FONSECA V.L.; FARJALLA V.F. Capítulo 3: Tendências e impactos dos vetores de degradação e restauração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. In: JOLY C.A.; SCARANO F.R.; SEIXAS C.S.; METZGER J.P.; OMETTO J.P.; BUSTAMANTE M.M.C.; PADGURSCHI M.C.G.; PIRES A.P.F.; CASTRO P.F.D.; GADDA T.; TOLEDO P. (eds.) (2019). **1º Diagnóstico Brasileiro de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos**. São Carlos: Editora Cubo, 2019.

CALDAS, Graça. Jornalistas e cientistas: uma relação de parceria. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio Teixeira de (orgs.). **Comunicação para a ciência, ciência para comunicação**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. p.217-230.

CAMANA, Ângela; ALMEIDA, Jalcione. Periodismo ambiental y los “ambientes posibles”. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**, vol.26, n.2, p.27-40, abr/jun. 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12252818003>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

CAMPOS, Tamara de Souza. Pensando o longform à luz das sete características do webjornalismo: um estudo de caso de uma série de O Globo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, vol. 16, n.2, p. 157-167, jul/dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2019v16n2p157>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Portugal: Livros LabCom, 2014. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CARTA, Mino. In: Furtado, Jorge. **O mercado de notícias: um documentário sobre jornalismo**. Porto Alegre: CASA DE CINEMA, 2014. DVD, 94 min.

CARTA DE BELO HORIZONTE. **Agência Ambiental Pick-upau**. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.pick-upau.org.br/mundo/carta_belo_horizonte/carta_belo_horizonte.htm>. Acesso em: 29 jul. 2018.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **As epistemologias ecológicas**. Porto Alegre, 2018. Entrevistadores: alunos da disciplina Debates interdisciplinares sobre Jornalismo Ambiental do PPGCOM/UFRGS em 13 nov. 2018.

_____. A perspectiva das pedras: considerações sobre os novos materialismos e as epistemologias ecológicas. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 9, nº 1, 2014. p. 69-79.

_____. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2002.

CATÁLOGO TAXONÔMICO DA FAUNA DO BRASIL. **PNUD**. Disponível em: <<http://fauna.jbrj.gov.br/fauna>>. Acesso em: 10 jan.2020.

CEBALLOS, G.; EHRlich, P. R.; DIRZO R. Biological annihilation via the ongoing sixth mass extinction signaled by vertebrate population losses and declines. **PNAS** 25 jul., 2017, ed. 114 (30), p.6089-6096. Disponível em: <<https://doi.org/10.1073/pnas.1704949114>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CENSO 2010: **POPULAÇÃO INDÍGENA É DE 896,9 MIL**, TEM 305 ETNIAS E FALA 274 IDIOMAS. IBGE, 10 ago. 2012. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-poblacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>>. Acesso em: 10 jan.2020.

CERQUEIRA, Luiz Alberto; OLIVA, Alberto. **Introdução à lógica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CHAMPAGNE, Patrick. Mídia. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Maria Alice; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 268-271.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARRON, Jean; DE BONVILLE, Jean. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991.

CONJUNTURA DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL 2019: informe anual. Brasília: **Agência Nacional de Águas**, 2019. Disponível em: <<http://conjuntura.ana.gov.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade**: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

CRESPO, Samyra. **O que os brasileiros pensam da biodiversidade**: pesquisa nacional de opinião. Instituto Vox Populi/ISER, mar. 2006. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira/pesquisa-o-que-os-brasileiros-pensam-sobre-a-biodiversidade.html>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

CROOKS, Mary. Dec 4, 1952 CE: Great Smog of 1952. **National Geographic Society**. 17 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.nationalgeographic.org/thisday/dec4/great-smog-1952/>>. Acesso em: 9 mar.2019.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

DETJEN, Jim. A new kind of environment reporting is needed. **Nieman Reports**, Cambridge, v.56, n.4, p. 38-40, 2002. Disponível em: <<http://niemanreports.org/articles/a-new-kind-of-environment-reporting-is-needed/>>. Acesso em 29 jul. 2018.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2012. p. 62-83.

EARTH. First Pictures of Earth From 100 Miles in Space, 1947. **Johns Hopkins Applied Physics Laboratory**. 6 mar. 2009. Disponível em: <https://www.nasa.gov/multimedia/imagegallery/image_feature_1298.html>. Acesso em 9 mar. 2019.

EMISSÕES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **Análise de mídia**. Brasília: Andi, 2017. Disponível em: <http://midiaeamazonia.andi.org.br/sites/default/files/files/analise-de-midia_CLUA.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication** 43 (4). 1993. p.51-8.

ESTEVES, Bernardo. A floresta ficará de pé? **Revista piauí**, São Paulo, n.153, p.16-26, jun. 2019.

FENÔMENO DOS RIOS VOADORES. Expedição rios voadores: Brasil das águas. Disponível em: <riosvoadores.com.br/o-projeto/fenomeno-dos-rios-voadores>. Acesso em: 15 jan. 2020.

FERNANDES, Alessandra Lemos. **Jornalismo: especialização e segmentação**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

FERNÁNDEZ-REYES. Periodismo ambiental y periodismo sostenible. **Ámbitos**, Sevilla, n. 11-12, pp.311-317, 2004. Disponível em: <https://www.ull.es/publicaciones/latina/ambitos/11-12/archivos11_12/reyes.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2018.

FERNÁNDEZ-REYES, Rogelio. En torno al debate sobre la definicion del periodismo ambiental. **Ámbitos**, Sevilla, n. especial 9-10, pp.143-151, 2003. Disponível em: <<https://idus.us.es/xmlui/bitstream/handle/11441/52292/En%20torno%20al%20debate%20so-bre%20la%20definición%20de%20periodismo%20ambiental.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

FIGARO, Roseli (org.). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA-USP, 2018. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/publicacoes_cpct/as-relacoes-de-comunicacao-e-as-condicoes-de-producao-no-trabalho-de-jornalistas-em-arranjos-economicos-alternativos-as-corporacoes-de-midia-2/>. Acesso em: 17 mar. 2019.

FLEURY, Lorena; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, v. 16, n. 35, jan./abr., p. 34-83, 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/temas/artigos/2014_O_ambiente_como_questao_sociologica.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2019.

FLORA DO BRASIL 2020 EM CONSTRUÇÃO. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br>>. Acesso em: 09 Jan. 2020.

FOSSIL OF THE DAY 13 DECEMBER 2019. **Climate Action Network International**. 14 dez. 2019. Disponível em: <<http://www.climatenetwork.org/fossil-of-the-day/fossil-day-13-december-2019>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

FRANCO, Augusto de. As condições políticas para a transição para um novo padrão de desenvolvimento sustentável, no Brasil. In: LEROY, Jean Pierre; MAIA, Katia Drager; GUIMARÃES, Roberto Pereira. **Brasil século XXI**: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio 92. Rio de Janeiro: Fase, 1997. p.399-410.

FREEDMAN, Des. Web 2.0 and the death of the blockbuster economy. In: CURRAN, J.PP.; FENTON, N.; FREEDMAN, D. (orgs.). **Misunderstanding the internet**. Londres: Routledge, 2012, pp.69-92.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2011.

FROME, Michael. **Green Ink**: uma introdução ao jornalismo ambiental. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

GABEIRA, Fernando Paulo Nagle. Novas concepções, ações e movimentos no Brasil de hoje. In: SEMINÁRIO PARA JORNALISTAS SOBRE POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE, 1989, Brasília. **Anais...** Brasília: Fenaj, 1989.

GARCIA, Ricardo. **Sobre a terra**: um guia para quem lê e escreve sobre ambiente. Lisboa: Público, 2006.

GARCIA, Rafael. Aquecimento global é real para 89% no país, aponta Datafolha. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 28 jul. 2019, Ambiente, p.B6.

GAVIRATI, Pablo. Mediatizar el ambiente, ambientalizar los médios: tensiones en torno al discurso periodístico sobre el cambio climático. In: FERNÁNDEZ REYES, R.; MANCINAS-CHÁVEZ, R. **Actas de las Jornadas Internacionales Medios de Comunicación y Cambio Climático**. Sevilla: Fénix editora, 2013. pp.217-232.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O decrescimento**: entropia, ecologia, economia. São Paulo: Editora Senac, 2012.

GERAQUE, Eduardo. Olhar sistêmico na construção de histórias. In: GIRARDI, Ilza Maria T.; MORAES, Cláudia H.; LOOSE, Eloisa B.; BELMONTE, Roberto V. (Org.). **Jornalismo Ambiental**: teoria e prática. 1 ed. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p.39-50.

GERAQUE, Eduardo Augusto. **Reportagens atravessadas**: um mergulho, via Teoria Geral dos Sistemas, na cobertura da poluição atmosférica feita por jornais brasileiros e mexicanos.

Tese (doutorado). 2006. 243 f. Programa de Pós-Graduação em Integração na América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GERN, Augusta. Comunicação e meio ambiente nas salas de aula: um olhar sobre o jornalismo ambiental no ensino superior do Sul do Brasil. **Dissertação** (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, 2017. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47462>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

GIDDENS, Anthony. **Problemas centrais em teoria social**: ação, estrutura e contradição na análise sociológica. Petrópolis: Vozes, 2018.

GIRARDI, Ilza. Um semestre muito especial: o surgimento da primeira disciplina de Jornalismo Ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria T.; MORAES, Cláudia H.; LOOSE, Eloisa B.; BELMONTE, Roberto V. (Org.). **Jornalismo Ambiental**: teoria e prática. 1 ed. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p.13-24.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling; SILVA, Jamille Almeida da. O jornalismo ambiental na concepção de quem o faz: estudo com jornalistas da América Latina, Caribe, Portugal, Espanha e países africanos de língua portuguesa. **Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, Palmas, v.2, n.2, pp.48-66, 2018a.

_____; MORAES, Cláudia Herte; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. **Jornalismo ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018b.

_____; SCHWAAB, Reges; MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloisa Beling. Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 34, p. 132-152, 2012. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/2972>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

_____; LOOSE, Eloísa Beling; SIRENA, Mariana Silva; PEDROSO, Rosa Nívea. Jornalismo ambiental na construção da cidadania. In: MORIGI, Valdir Jose; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; ALMEIDA, Cristovão Domingos de. **Comunicação, informação e cidadania**: refletindo práticas e conceitos. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. Ecojornalismo e Educação Ambiental: a experiência de implantação da Disciplina de Jornalismo Ambiental na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, pp. 203-213, 2004.

GRISSUTTI, Rarissa Urruth; BELMONTE, Roberto Villar Belmonte. O enquadramento do risco na reportagem Crise do Clima do Jornal Folha de S. Paulo. In: XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2019, Porto Alegre. **Anais...**[...]. Porto Alegre: Intercom, 2019. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sul2019/resumos/R65-1490-1.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Volume I. RIO DE JANEIRO, Globo Livros, 2019.

GONÇALVES, André Luiz Rodrigues; A.G; MEDEIROS, Carlos Magno de.; MATIAS, Rivaneide Lígia Almeida de. **Sistemas Agroflorestais no Semiárido Brasileiro: estratégias para o combate à desertificação e enfrentamento às mudanças climáticas.** Recife: Centro Sabiá/CAATINGA, 2016.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais.** Petrópolis, RJ. Vozes, 2011.

GUIVANT, J. S.. O legado de Ulrich Beck. **Ambiente e Sociedade** (Campinas), v. 19, p. 229-240, 2016.

HARDY-VALLÉE, Benoit. **Que é um conceito?** São Paulo: Parábola, 2013.

HARTE, John; HOLDREN, Cheryl; SCHNEIDER, Richard; SHIRLEY, Christine. **Toxics a to z: a guide do everyday pollution hazards.** Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1991.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial.** Cultrix: São Paulo, 1999.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. IN: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2010. p. 123-142.

HERSEY, John. **Hiroshima.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HIROTA, Marcia Makiko; PONZONI, Flávio Jorge; SANCHES, Ieda Del'Arco; ALMEIDA, Claudio. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica: relatório técnico período 2017-2018.** São Paulo, Instituto SOS Mata Atlântica/INPE, 2019. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Atlas-mata-atlantica_17-18.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

HUNTER, Mark Lee. **A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos.** Montevideo: Unesco, 2013. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000226456>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biomass e sistema costeiro-marinho do Brasil: compatível com a escala 1:250.000.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101676.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

IPCC. **Global warming of 1.5°C.** Intergovernmental Panel on Climate Change, 2018. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/sr15/>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang. **Teoria social: vinte lições introdutórias.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

JOHN, Liana. Jornalismo ambiental: diálogos entre Brasil e Colômbia. Porto Alegre, 2018. Palestra ministrada aos participantes do **IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental** em 28 set. 2018.

_____. A imprensa “especializada”: um papel ainda incerto na educação ambiental. In: TRAJBER, Rachel; MANZOCHI, Lúcia Helena (orgs.). **Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais e impressos**. São Paulo: Gaia, 1996. p.153-172.

_____. Imprensa, meio ambiente e cidadania. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, vol. 1, n.1, jul. 1990. p.87-94.

JOLY, C.A.; PADGURSCHI, M.C.G.; PIRES, A.P.F.; AGOSTINHO, A.A.; MARQUES, A.C.; AMARAL, A.G.; CERVONE, C.O.F.O.; ADAMS, C.; BACCARO, F.B.; SPAROVEK, G.; OVERBECK, G.E.; ESPINDOLA, G.M.; VIEIRA, I. C.G.; METZGER, J.P.; SABINO, J.; FARINACI, J.S.; QUEIROZ, L.P.; GOMES, L.C.; DA CUNHA, M.M.C.; PIEDADE, M.T.F.; BUSTAMANTE, M.M.C.; MAY, P.; FEARNside, P; PRADO, R.B.; LOYOLA, R.D. Capítulo 1: Apresentando o Diagnóstico Brasileiro de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos. In: JOLY, C.A.; SCARANO, F.R.; SEIXAS, C.S.; METZGER, J.P.; OMETTO, J.P.; BUSTAMANTE, M.M.C.; PADGURSCHI, M.C.G.; PIRES, A.P.F.; CASTRO, P.F.D.; GADDA, T.; TOLEDO, P. (eds.). **1º Diagnóstico Brasileiro de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos**. São Carlos: Editora Cubo, 2019.

KARAM, Francisco José. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KISHINAME, Roberto; GRAJEW, Oded; ITACARAMBI, Paulo; WEINGRILL, Carmen. Artigo-base sobre responsabilidade socioambiental das empresas. IN: CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João P. R.; OLIVEIRA, José A.P. de (orgs.). **Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92**. São Paulo: Estação Liberdade, Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p.377-411.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir**. Porto: Porto Editora, 2004.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. São Paulo: Rio de Janeiro: Record, 2001. Disponível em: <<http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

LAHIRE, Bernard. Campo. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p.64-66.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: Educ, 2002.

LEFF, Enrique. **A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul**. Petrópolis: Vozes, 2016.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEITÃO, Miriam. Indígenas denunciam invasão de terras no Maranhão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jan. 2019, p.9.

LEITE, Marcelo. Divulgação científica e inovação tecnológica. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, vol. 1, n.1, jul. 1990. p.79-86.

LEROY, Jean Pierre et al. **Rio+20**: resistir ao ambientalismo de mercado e fortalecer os direitos e a justiça socioambiental. Rio de Janeiro: FASE, 2011. Disponível em: <<http://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Rio+20-2011.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

LEROY, J.; MAIA, K. D.; GUIMARÃES, R. P. **Cinco anos depois da Rio 92**. In: _____. Brasil século XXI: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio 92. Rio de Janeiro: FASE, 1997.

LIMA, Raquel Carvalho. Secondary vegetation dynamics associated with cattle ranching land-use systems in Pará State. **Tese de Doutorado**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2018. Disponível em: <<http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2018/09.25.12.58/doc/publicacao.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

LOHMAN, Larry. La economia verde. In: _____ et al. **Capitalismo Verde**. Quito: Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo, 2012. p. 9-44.

LOOSE, Eloisa Beling. **Riscos climáticos no circuito da notícia local**: percepção, comunicação e governança. 2016. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2016.

LONGHI, Raquel Ritter. O turning point da grande reportagem multimídia. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v.21. n.3, p.897-917, set/dez. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2014.3.18660>>. Acesso em 30 jun. 2020.

LOPES, Felisbela. Uma proposta de um modelo taxonômico para a classificação de fontes de informação. **Observatorio (OBS*) Journal**, Portugal, v. 10, n.4, p. 180-191. 2016. Disponível em: <<http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/951>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

LOPES, José S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação, **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, jan./jun. 2006. p. 31-64.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

LOVELOCK, James. **As eras de gaia**: uma biografia da nossa Terra viva. Portugal: Publicações Europa-America, 1988.

LUZA, André Luís; GONÇALVES, Gislene Lopes; BOLZAN, Alan; HARTZ, Sandra Maria. Biodiversidade de mamíferos. In: PILLAR, Valério De Patta; LANGE, Omara (ed.). Os campos do sul. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos – UFRGS, 2015. p.101-110.

MACHADO, Uirá (Coord.). **Manual da Redação**: Folha de S.Paulo. 21. ed. São Paulo: Publifolha, 2018.

MAKHIJANI, Arjun; HU, Howard; YIH, Katherine. **Nuclear wastelands**: a global guide do nuclear weapons production and its health and environmental effects. Cambridge: MIT Press, 1995.

MAPBIOMAS PREMIA ESTUDOS SOBRE INFRAESTRUTURA E USO DO SOLO. **MAPBIOMAS**, 23 set. 2019. Disponível em: <<https://mapbiomas.org/noticia>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MAREAN, Curtis W. **A espécie mais invasiva de todas**. Scientific American Brasil, São Paulo, n.160, p. 26-34, set. 2015.

MARQUES, Randau. O bom jornalismo é um instrumento de mudanças sociais. **Revista Ecos**, Porto Alegre, n. 1, p. 7-11, maio 1994.

MARQUES, Randau. O papel da imprensa em meio ambiente e população. In: SEMINÁRIO PARA JORNALISTAS SOBRE POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE, 1989, Brasília. **Anais...** [...]. Brasília: Fenaj, 1989. p.30-49.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Editora da FURB, 1998.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. Correntes do ambientalismo. In: D'ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico; KALLIS, Giorgos (orgs.). **Decrescimento**: vocabulário para um novo mundo. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p.53-57.

MARTINS, Edilson. **Chico Mendes**: um povo da floresta. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

MATTEDI, Marcos A. As interpretações sociológicas das dinâmicas sociais de construção do risco na sociedade moderna, **Grifos** [Dossiê Hannah Arendt (org. Silvana Winckler)], Chapecó, Argos, 2002. p. 129-151.

MEDITSCH, Eduardo. Prefácio. In: GIRARDI, Ilza Maria T.; MORAES, Cláudia H.; LOOSE, Eloisa B.; BELMONTE, Roberto V. (Org.). **Jornalismo Ambiental**: teoria e prática. 1 ed. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p.5-8.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSENCA, Virginia Pradelina da Silveira (Org.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamento críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p.19-42.

MINAMATA DISEASE MUSEUM. **Soshisha**. 2016. Disponível em: <<https://www.minamatadiseasemuseum.net>>. Acesso em: 9 mar. 2019.

MITHEN, Steven. **A pré-história da mente**: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

MITTERMEIER, Russel A. Diversidade de primatas e a floresta tropical: estudos de casos do Brasil e de Madagascar e a importância dos países com megadiversidade. In: WILSON, Edward Osborne. **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p.186-197.

_____; GIL, Patricio Robles; MITTERMEIER, Cristina Goettsch. **Megadiversidad**: los países biologicamente más ricos del mundo. Cidade do México: Agrupación Sierra Madre, 1997.

_____; GIL, Patricio Robles; HOFFMANN, Michael; PILGRIM, John; BROOKS, Thomas; MITTERMEIER, Cristina Goetsch; LAMOREUX, John; FONSECA, Gustavo A.B. da. **Hotspots revisited: earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions.** Cidade do México: Agrupación Sierra Madre, 2004.

MOOG, Vianna. **Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1961.

MORAES, Cláudia Herte de; FANTE, Eliege Maria. Cartografia do midiativismo ambiental em Porto Alegre. In: BRAIGHI, Antonio Augusto; LESSA, Cláudio Humberto; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do midiativismo: do conceito à prática.** Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018. p.336-355. . Disponível em: <<https://interfacesdomidiativismo.wordpress.com/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

_____. **Entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital.** 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v.12, n.2, p.204-219, jan/jun.2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.153247>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem.** Porto Alegre, Arquipélago Editorial, 2015

MORAL, Javier Fernández del; RAMÍREZ, Francisco Esteve. **Fundamentos de la información periodística especializada.** Madrid: Editorial Síntesis, 1993.

MORENO, Camila. Las ropas verdes del rei. In: LÓPEZ, Claudia (Coord.). **Alternativas al capitalismo/colonialismo del siglo XXI.** Quito, Equador: Ediciones Abya Yala, 2013. p. 63-97.

MORENO, Camila. La economía verde y mercados de carbono. In: LOHMAN, Larry et al. **Capitalismo Verde.** Quito: Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo, 2012a. p. 45-71.

MORENO, Camila. Creando mercados ambientales: del carbono a la biodiversidad. In: LOHMAN, Larry et al. **Capitalismo Verde.** Quito: Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo, 2012b. p. 72-90.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Brasília: Cortez; Unesco, 2000.

MOURÃO, Rachel R.; STURM, Heloisa Aruth. Environmental Journalism in Brazil: History, Characteristics, and Framing of Disasters: Mediating Demand, Degradation and Development. In: TAKAHASHI, Bruno; PINTO, Juliet; CHAVEZ, Manuel; VIGÓN, Mercedes (orgs). **News media coverage of environmental challenges in Latin America and the Caribbean: mediating demand, degradation and development.** Cham: Palgrave

Macmillan, 2018. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/325975716_Reporting_in_Latin_America_Issues_and_Perspectives_on_Investigative_Journalism_in_the_Region>. Acesso em: 17 mar. 2019.

MUÑOZ-TORRES, Juan Ramón. Objetividad y verdade. Sobre el vigor contemporâneo de la falacia objetivista. **Revista de Filosofia**, Madrid, v. 27, n.1, p.161-190, 2002.

NASA. **Blue Marble** - Image of the Earth from Apollo 17. 30 nov. 2007. Disponível em:

<<https://www.nasa.gov/content/blue-marble-image-of-the-earth-from-apollo-17>>. Acesso em: 9 mar. 2019.

NASA, NOAA. **Analyses Reveal 2019 Second Warmest Year on Record**. 15 jan. 2020.

Disponível em: <<https://climate.nasa.gov/news/2945/nasa-noaa-analyses-reveal-2019-second-warmest-year-on-record/>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

NELSON, Peter. **Dez dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente**. Washington: International Center for Journalists, 1994.

NOBRE, Carlos A.; MARENGO, José A. (org.). **Mudanças climáticas em rede: um olhar interdisciplinar**. 1ª ed. São José dos Campos, SP: INCT, 2017.

NOVAES, Washington. A contabilidade ambiental. **Relatório do laboratório ambiental para imprensa realizado no Vale do Ribeira/SP**. Fundação SOS Mata Atlântica: São Paulo, 1994. p. 65-72.

O BIOMA CERRADO. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em:<

<https://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>>. Acesso em: 11 jan.2020.

O NEJ. **O primeiro núcleo de ecojornalistas do Brasil**. Porto Alegre, 2008. Disponível em:

<<http://www.ecoagencia.com.br/?open=nej>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA E SAÚDE. Manginhos, RJ, **Fundação Oswaldo Cruz**.

Disponível em: <<https://climaesaude.icict.fiocruz.br/tema/vetores-0>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

ODUM, Eugene Pleasants. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

ONE STRANGE ROCK. **Série documental**. Produção executiva: Darren Aronofsky, Jane

Root, Ari Handel, Peter Lovering, Scott Franklin, Tim Pastore e Matt Renner. Nutopia,

Protozoa Pictures e National Geographic, 2018. Disponível em: <

<https://www.netflix.com/title/81071666>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PALMA, Lisiane Celia; NASCIMENTO, Luis Felipe; ALVES, Nilo Barcelos (orgs.).

Educação para a sustentabilidade: bases epistemológicas, teorias e exemplos na área de Administração. Canoas: IFRS, 2017.

PELIZZOLI, Marcelo. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PEREIRA, Fábio Henrique; NEVES, Laura Maria. A entrevista de pesquisa com jornalistas: algumas estratégias metodológicas. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n.29, p. 35-50, dez. 2013.

_____; ADGHIRNI, Zélia Leal. **O jornalismo em tempo de mudanças estruturais**. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v.1, n.24, p.38-57, jan./jun. 2011.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – **PNAD 2001**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001.

PESQUISA SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL - **TIC DOMICÍLIOS 2005**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2006.

PESQUISA SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS – **TIC DOMICÍLIOS 2018**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019.

PETRARCA, Fernanda Rios. Atuação profissional, recursos militantes e lógicas de engajamento no jornalismo ambiental no Rio Grande do Sul. **Comunicação & política**. Rio de Janeiro, v.26, nº3, pp. 27-54. 2008.

PILLAR, Valério De Patta; LANGE, Omara (ed.). **Os campos do sul**. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos – UFRGS, 2015.

PLANOS DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E O CONTROLE DO DESMATAMENTO. **Documento base: contexto e análises** (versão preliminar). Comissão Executiva do PPCerrado, dez. 2016. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/component/k2/item/618.html?Itemid=1157>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

PPCERRADO. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/component/k2/item/618.html?Itemid=1157>>. Acesso em: 11 jan.2020.

PULITI, Paula. **O juro da notícia**. Florianópolis: Insular, 2013.

RAMÍREZ, Fernando-Alonso (ed.). **Pistas para narrar emergências**: periodistas que cubrem em zonas de desastre. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, 2018.

RAMONET, Ignacio. **La explosion del periodismo**: internet pone en jaque a los medios tradicionales. Bogotá: Le Monde Diplomatique, 2011.

RAMOS, Luís Fernando Angerami. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: Annablume, 1996.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo**: o que dizem veículos, jornalistas e leitores. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de

Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como problema**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RICARDO, Carlos Alberto. **Povos indígenas no Brasil: 1991/1995**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

RITTL, Carlos (coord.). **Mudanças do clima, mudanças de vida: como o aquecimento global já afeta o Brasil**. São Paulo: Greenpeace, 2006.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. IN: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016. p.51-59.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, Peter H. (org.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SÁDABA, Teresa. **Framing: el encuadre de las noticias**. El binômio terrorismo-medios. Buenos Aires: La Crujía, 2007.

SAMPAIO, Everardo Valadares de Sá Barretto. Características e potencialidades. In: GARIGLIO, Maria Auxiliadora; _____; CESTARO, Luis Antonio; KAGEYAMA, Paulo Yoshio (orgs.). **Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da caatinga**. Brasília: Serviço Florestal Brasileiro/MMA, 2010.

SANT’ANNA, Francisco. **Mídia das fontes: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 2009.

SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997.

SARTOR, Basilio Alberto. 2016. **A noção de interesse público no jornalismo**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SCARANO, F.R., SANTOS, A.S., RIBEIRO, S.K., NOBRE, C.A., MARENGO, J.A., OMETO, J.P., CEOTTO, P., LOYOLA, R., PIRES, A.P.F., RIBEIRO, J.B., CARNEIRO, B.L.R., 2018. **Potência Ambiental da Biodiversidade: um caminho inovador para o Brasil**. Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas e da Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, 1ª ed. PBMC/COPPE-UFRJ, Rio de Janeiro. 62p.

SCHMIDHEINY, Stephan. **Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1992.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes empresariais nas relações com jornalistas de economia e negócios**. 2010. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94477>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SCHWAAB, Reges. Jornalismo, ambiente e reportagem ampliada. In: GIRARDI, Ilza Maria T.; MORAES, Cláudia H.; LOOSE, Eloisa B.; BELMONTE, Roberto V. (Org.). **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. 1 ed. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p.69-86.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEIBT, Taís. **Jornalismo de verificação como tipo ideal: a prática de fact-checking no Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SHORT BIOGRAPHY. **Maurice Strong**. s/d. Disponível em: <http://www.mauricestrong.net/index.php?option=com_content&view=article&id=15&Itemid=24>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (orgs.). **Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVEIRA, Mauro César. Uma aliança vital. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; KARAM, Francisco José (orgs.). **Jornalismo investigativo e pesquisa científica**. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2015. p.49-59.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SOLÓN, Pablo. Bem Viver. In: SOLÓN, Pablo (org.). **Alternativas sistêmicas: Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019.

SOUZA, Silvano Carmo; IRIGARAY, Carlos Teodoro José Hugueneu. A gestão da Bacia do Alto Paraguai: a participação dos grupos de interesse na formulação do marco legal do Pantanal de Mato Grosso. In: IRIGARAY, Carlos Teodoro José Hugueneu; BRAUN, Adriano; IRIGARAY, Maíra (orgs.). **Pantanal legal: a tutela jurídica das áreas úmidas e do Pantanal Mato-grossense**. Cuiabá: EdUFMT, 2017.

STERZI, Eduardo; MARTINS FILHO, Cyro Silveira; TEIXEIRA, Jerônimo. Nada mais chato que.... **Zero Hora**, Porto Alegre, 02 jul. 1995. Revista ZH, p.3

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2012. p.51-61.

SUBCOMMISSION ON QUATERNARY STRATIGRAPHY. International Commission on Stratigraphy. **What is the ‘Anthropocene’?** – current definition and status. Disponível em: <<http://quaternary.stratigraphy.org/working-groups/anthropocene/>>. Acesso em 11 jan. 2019.

SURTO DE CORONAVÍRUS É REFLEXO DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL, AFIRMA PNUMA. **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**, 3 mar.2020. Disponível em: <<https://www.unenvironment.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/surto-de->

coronavirus-e-reflexo-da-degradacao-ambiental-afirma?fbclid=IwAR3UqdcPRvZdh4UHs9wu4X-9JjKVEwTxAGgvXj8hhII-UCPR55PxseXKzRI>. Acesso em: 10 abr. 2020.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2008.

THUNBERG, Greta. Veja na íntegra o discurso de Greta Thunberg nas Nações Unidas. **ONU News**. Nova Iorque, 23 set. 2019. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/09/1688042>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

TONG, Jingrong. The epistemology of environmental journalists: the case of China. **Journalism Studies**, Londres, v. 18, n. 6, p. 771-786, 2017. Publicado online em: 12 set. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1461670X.2015.1076707>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. V.1. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRÄSEL, Marcelo Ruschel. **Entrevistando planilhas**: estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

TRIGUEIRO, André. **Mundo sustentável**: abrindo espaço na mídia para uma planeta em transformação. São Paulo: Globo, 2005.

UNGARETTI, Wladimir Netto. **Empresariado e ambientalismo**: uma análise de conteúdo da Gazeta Mercantil. São Paulo: Annablume, 1998.

URBAN, Teresa. **Missão (quase) impossível**: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2001.

VIEIRA, Livia de Souza. **Métricas editoriais no jornalismo online**: ética e cultura profissional na relação com audiências ativas. 2018. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

WEBER, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. V.1. Porto Alegre: Sulina, 2006. p.34-44.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2016.

WEST, Bernadette; SANDMAN, Peter M.; GREENBERG, Michael R. **The reporter's environmental handbook**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1995.

WILSON, Eduard Osborne. **Naturalista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

WULF, Andrea. **A invenção da natureza**: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt. São Paulo: Planeta, 2016.

ZELIZER, Barbie. Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. **Revista de Comunicação e Linguagens**. N. 27. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.

APÊNDICE A

AUTODESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Quadro 21 – Autodescrição dos serviços jornalísticos especializados na cobertura ambiental

Programas de televisão	
Repórter Eco TV Cultura	O Repórter Eco é um programa jornalístico especializado em meio ambiente e sustentabilidade. O programa aborda pesquisas para o desenvolvimento sustentável e conservação dos biomas brasileiros, proteção da rica diversidade biológica e cultural do país , entre outros assuntos relacionados a esse universo.
Cidades e Soluções Globonews	O programa abre espaço para as experiências que dão certo , que transformam para melhor a vida das pessoas através do uso inteligente e sustentável dos recursos naturais no Brasil e no mundo.
Terra da Gente EPTV Campinas	Imagine um lugar onde a preservação da biodiversidade e a conscientização ecológica encontram a emoção da pesca esportiva, o sabor da culinária popular e a boa música regional. O programa TERRA DA GENTE é assim. Dicas sobre consumo consciente, uso inteligente dos recursos naturais e experiências de vida de defensores da natureza completam as matérias que visitam locais de grande beleza e paz .
Eco Record News Amazônia	O Eco Record News Amazônia mostra belezas naturais e dá dicas de como levar uma vida mais sustentável .
Nova Amazônia TV Brasil	O Nova Amazônia vai em busca de pessoas, comunidades e idéias, com um olhar diferente sobre a região... um olhar de dentro, um olhar de quem vive aqui!
Programas de rádio	
Natureza Viva Rádio Nacional	O Natureza Viva abre espaço nas ondas sonoras para discussões com lideranças rurais da Amazônia , como ribeirinhos, pescadores, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, trabalhadores extrativistas, indígenas, associação de jovens e de mulheres, além de dicas para preservação do meio ambiente. Conheça um pouco mais sobre os biomas brasileiros nesta grande rede!
Rádio Yandê	A Rádio Yandê é educativa e cultural. Temos como objetivo a difusão da cultura indígena através da ótica tradicional, mas agregando a velocidade e o alcance da tecnologia e da internet. Nossa necessidade de incentivar novos "correspondentes indígenas" no Brasil, faz com que possamos construir uma comunicação colaborativa muito mais forte, isso comparada as mídias tradicionais de Rádio e TV. Estamos certos, de que uma convergência de mídias é possível, mesmo nas mais remotas aldeias e comunidades indígenas, e que isso é uma importante forma de valorização e manutenção cultural. Nossa grade de programação possui programas informativos e educativos que trazem para o público um pouco da realidade indígena do Brasil . Desfazendo antigos estereótipos e preconceitos ocasionados pela falta de informação especializada em veículos de comunicação não indígenas. Além de músicas indígenas, a grade possui programas informativos e educativos, que trazem para o público um pouco da realidade indígena do mundo. Nossa programação está online 24h e apresenta conteúdo diversificado, músicas, entrevistas, poesias, depoimentos, mensagens e debates.
Jornal mensal	
Folha do Meio Ambiente	HISTÓRIA - Há 29 anos, um grupo de jornalistas brasileiros, liderados por Silvestre Gorgulho, firmou um compromisso solene de fazer um jornal que discutisse os temas ambientais e pudesse ajudar na luta por um futuro comum mais sadio . Um jornal que lutasse pelo resgate da cidadania, pelo uso racional dos recursos naturais, pela educação e conscientização dos habitantes desse planeta . E assim, em junho de 1989, nascia a Folha do Meio Ambiente, dois anos antes da Conferência da ONU, no Rio de Janeiro, a ECO-92. Vale lembrar o artigo escrito por Adriano Lopes e publicado na revista “Comunicação Social” : “A Folha do Meio Ambiente talvez seja, na história da imprensa brasileira, das raras publicações que não nasceram da teimosia de algum sonhador, como nos tempos heróicos da linotipo. Também não veio ao mundo para servir a projetos políticos pessoais. Nem mesmo é resultado de algum planejamento estratégico que tenha detectado um nicho de mercado promissor. Nasceu, na verdade para durar muito pouco, e sobreviveu por imposição de seus leitores. Mais, precisamente, de 321 leitores

	<p>que cismaram de tornar-se assinantes de um jornal planejado para não passar da primeira edição”.</p> <p>OPORTUNIDADE - Mais do que um lance de ousadia, esses 26 anos significam um lance, por assim dizer, de crença. E de esperança. De quem, na aspreza do Hoje, ainda tem tempo para se preocupar com o Amanhã. E, diante do pesadelo da destruição, acredita no valor da cidadania e da educação, como única fórmula capaz de embalar os sonhos de um bem-viver.</p> <p>LINHA EDITORIAL – A característica principal da linha editorial é a abordagem do tema pelo lado da Educação Ambiental pelo ângulo jornalístico. Tanto nas matérias de orientação de comportamento como nas matérias de lazer, como no caso do Ecoturismo, o jornal trata o meio ambiente na perspectiva econômica, de formação cultural, de saúde pública, gestão ambiental, de oportunidades de negócios. A referência principal é preservação, educação e busca da qualidade de vida.</p>
Revistas	
Eco 21	<p>A revista ECO•21, fundada em 1990 com o nome de ECO-RIO numa homenagem à RIO'92, é uma publicação independente, pioneira na divulgação de documentos, ensaios, entrevistas e textos de informação ambiental; escritos por especialistas de renome nacional e internacional. A partir de Dezembro de 1998, passou a se denominar ECO•21 em homenagem ao Século 21 e à Agenda 21 da Conferência do Rio de 1992. A ECO•21 é o jornalismo ambiental do Século 21.</p> <p>A ECO•21 é uma revista sobre ciências e políticas ambientais que, pioneiramente, abriu um novo espaço jornalístico até então inexistente no Brasil. Herdeira da visão analítica e comunicativa da revista francesa Le Sauvage e da inglesa The Ecologist que marcaram toda uma época no ambientalismo europeu, a ECO•21 foi a primeira revista a tratar o tema ambiental de um ponto de vista especializado com uma visão analítica e de, certa forma, educativa.</p> <p>Desde sua fundação, a ECO•21 acompanhou de perto todas as iniciativas nacionais e internacionais voltadas para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, denominada também RIO'92. Da mesma forma, foi pauta dessa etapa do projeto da ECO•21 documentar e registrar todas as iniciativas da sociedade civil que estiveram concentradas no chamado Fórum Global ou ECO-RIO, evento que aconteceu, de forma paralela ao encontro de Cúpula dos Chefes de Estado e Presidentes, no Parque do Aterro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro. A partir de então, a ECO•21 registrou todos os grandes momentos da política ambiental nacional e internacional, traduzindo e documentando exclusivamente inúmeros textos específicos sobre as iniciativas ambientais, tanto oficiais quanto da sociedade civil.</p> <p>Da RIO'92 até a RIO+20, passando pela RIO+10 (Conferência de Johannesburgo 2002) todos os temas foram abordados: mudanças climáticas, poluição, resíduos sólidos, recursos hídricos, energias alternativas, ciências ambientais, sanitário, saúde, conquista espacial, tecnologias de ponta, reciclagem, florestas, desertificação, vida marinha, biologia, legislação ambiental, ecofilosofia, economia verde, etc., sempre dando prioridade ao desenvolvimento sustentável. Nos 29 anos de circulação, um grande número de colaboradores de prestígio nacional e internacional escreveram artigos ou autorizaram a sua reprodução, às vezes foram únicos na sua edição no Brasil. Ao longo de todos esses anos, foram entrevistados os maiores nomes da política ambiental em nível nacional e mundial; indo de Maurice Strong a Carlos Minc; de José Lutzenberger a Aziz Ab'Saber; de Rigoberta Menchú a Vandana Shiva; de Lester Brown a Fritjof Capra, passando por José Goldemberg, Carlos Nobre, Bráulio Dias, etc. Também foram reproduzidos textos de personalidades mundiais como Olof Palme, Indira Ghandi, Al Gore, Jacques Chirac, Tony Blair, Mikhail Gorbachov, Fidel Castro, etc. Entre os nacionais, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Marina Silva, José Sarney Filho, Gilberto Gil, Celso Lafer, Izabella Teixeira, etc.</p> <p>A ECO•21 também abriu generosamente as suas páginas para divulgar as iniciativas da ONGs nacionais e internacionais, como Conservation Internacional, WWF, SOS Mata Atlântica, Greenpeace, União Mundial para a Natureza – IUCN, SPBS, Pro-Natura, GTA, ISER, Viva Rio, IBASE, etc.</p> <p>A existência da revista ECO•21 beneficia uma ampla gama de leitores carentes de informações atualizadas relativas à temática ambiental. Estudantes e professores, principalmente aqueles voltados para a educação ambiental, recebem diretamente o</p>

	<p>benefício do conhecimento do que acontece no campo ecológico, tanto no Brasil quanto no exterior.</p> <p>A ECO•21 é uma revista que inovou o conceito do jornalismo ambiental. Ao publicar os textos com uma dinâmica visual criativa utiliza a fotos não somente no sentido documental, mas também passou a informar visualmente com ilustrações de obras de artistas plásticos referenciais. A nossa diagramação comunica os fatos com uma linguagem metafórica onde, muitas vezes, uma abstração diz muito mais do que um tratamento realista.</p> <p>A replicação da ECO•21 é um fato concreto. São inúmeras as solicitações de autorização para reproduzir artigos ou ideias em outros trabalhos, principalmente na Internet. Da mesma forma, pequenas publicações escolares utilizam os nossos textos reproduzindo-os na íntegra. Já no campo profissional, diplomatas, técnicos, ecologistas, políticos, preparam as suas palestras consultando a ECO•21. São inúmeros os pedidos do exterior solicitando autorizações de tradução. Também é possível medir a replicação da ECO•21 pelo grande número de colaborações espontâneas que se recebe na redação, procedentes dos mais autorizados nomes das diversas áreas das ciências ambientais.</p>
Planeta	<p>Transformação é uma das palavras chaves da revista PLANETA. Sustentabilidade, tecnologia, questões ambientais e de responsabilidade social foram incorporadas ao seu conteúdo, que também apresenta mensalmente pesquisas da UNESCO sobre patrimônios da humanidade, educação e ciência.</p>
Meio Ambiente Industrial & Sustentabilidade	<p>Há 20 anos no mercado editorial brasileiro, a revista Meio Ambiente Industrial e Sustentabilidade é um dos principais canais de comunicação para empresas e organizações que buscam melhorar suas atuações em prol da sustentabilidade, além de servir como base de pesquisas para profissionais e estudantes do setor industrial. Seu foco é apresentar soluções, tendências e perspectivas que supram a demanda de conteúdos técnico-informativo no universo ambiental e possibilitem a troca de experiências com os profissionais e empresários, contemplando em suas edições temas sobre Resíduos, Energia, Remediação, Economia Verde, Água e Saneamento, Reciclagem, Tecnologias, Green Building, Análises Ambientais, Normas e Certificações, eventos do setor, entre outros. Hoje, a RMAI integra o grupo italiano Tecniche Nuove, multinacional de comunicação e de grande expertise editorial, com sede na Itália, responsável pela publicação de mais de 160 revistas no mundo todo.</p>
Página 22	<p>Página22 é uma revista multimídia lançada em 2006 pelo FGVces [Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas] que se tornou referência no mercado editorial brasileiro ao antecipar a importância do tema da sustentabilidade. Provoca o debate livre e plural sobre as principais questões da atualidade e aglutina propostas para lidar com as rápidas transformações da sociedade. Página22 responde à crescente fragmentação da informação e traz uma luz original ao debate. Pesquisa realizada com o leitor revelou que a revista é reconhecida pela qualidade editorial, criatividade e singularidade: produz um conteúdo que nenhum outro veículo oferece.</p> <p>Em 2015, lançou o produto P22_ON (p22on.com.br), voltado para a disseminação na sociedade do conhecimento gerado pelos pesquisadores do FGVces nas suas diversas linhas de atuação. Para isso, busca usar uma linguagem atraente e acessível aos diversos públicos, acreditando que a informação clara é o primeiro passo para a construção de políticas públicas que tragam bem-estar para todos.</p>
Ecológico	<p>Publicação nacional de maior destaque sobre sustentabilidade, educação ambiental e responsabilidade social, a Revista Ecológico tem uma trajetória histórica de sucesso. É uma continuação do suplemento Estado Ecológico, que circulou durante nove anos no jornal ESTADO DE MINAS, e da Revista JB Ecológico, outros nove anos, acompanhando a circulação nacional do JORNAL DO BRASIL. Portanto, está no mercado há mais de 24 anos ininterruptos.</p> <p>Nossa missão: Informar, esclarecer e formar opinião de qualidade sobre sustentabilidade para ampliação da consciência e mudança de comportamento das pessoas e organizações.</p> <p>Nossa posição: A posição de vanguarda da Revista Ecológico é consolidada a cada dia pela sua linguagem jornalística diferenciada. Fruto da dedicação de uma experiente equipe jornalística – coordenada por seu diretor e editor Hiram Firmino, duas vezes vencedor do “Prêmio Esso de Jornalismo” – tem como compromisso reportar os problemas e os</p>

	<p>desafios ambientais sob a ótica da solução e da comunhão coletiva entre o meio ambiente e o ser humano.</p> <p>Nossa visão de mundo: Diferentemente do jornalismo tradicional e diário, a Revista Ecológico se destaca pelo tom amoroso – e ao mesmo tempo analítico - de suas reportagens e a beleza das fotografias, aliados a uma diagramação dinâmica. Esses diferenciais são apontados por parceiros e anunciantes como fatores essenciais por terem escolhido a Ecológico para divulgar suas marcas.</p>
Vida Simples	<p>Nosso propósito é inspirar cada vez mais pessoas na busca por algo que faça sentido, e assim, SER melhor para si mesmo e para o outro. E que possa CONVIVER de forma mais harmoniosa onde quer que esteja tendo força, equilíbrio e sabedoria para TRANSFORMAR o mundo ao redor.</p> <p>Criada em 2002 na Editora Abril, como suplemento da Revista Superinteressante, a revista Vida Simples logo caiu no gosto popular e se tornou uma publicação independente. Sua abrangência de temas variam desde comportamento, valores humanos, relações interpessoais, sustentabilidade, negócios do bem, pessoas que fazem a diferença, entre outros. Possui uma legião de fãs e colecionadores espalhados pelos quatro cantos do Brasil, e também fora do país.</p> <p>Em 2018, a marca e todo seu acervo foi comprada pelo casal de empreendedores Luciana Pianaro e Eugenio Mussak. Ela colecionadora desde o número 1, ele, seu colunista mais antigo e uma das pessoas mais lidas da revista. Além de continuar o legado construído por todos que passaram pela redação da revista, vão ampliar o conteúdo para uma plataforma interativa constituída de conteúdo digital, educação, encontros e eventos, experiências e curadoria de produtos.</p> <p>NO QUE ACREDITAMOS</p> <p>Vida Simples não quer dizer simploriedade, mas sim, viver de forma descomplicada;</p> <p>Que ações individuais contam e transformam!</p> <p>Que podemos construir melhores laços sociais e afetivos!</p> <p>Que podemos nos aprimorar um pouquinho todos os dias!</p> <p>Que valores humanos e colaboração, são a base da civilização!</p> <p>Que saúde e bem estar são importantes para nosso equilíbrio. Mas, pequenos prazeres são fundamentais para nossa alma!</p> <p>Que consumo consciente, economia circular e compartilhada salvará nosso planeta!</p> <p>Que podemos trabalhar numa pequena empresa e ser feliz!</p> <p>Que podemos trabalhar numa grande empresa e encontrar nosso propósito!</p> <p>Que podemos trabalhar sozinhos e encontrar nossa missão!</p> <p>O trabalho engrandece e enobrece o homem!</p> <p>Que o capitalismo pode ser do bem e as empresas, lugares onde as pessoas são felizes e plenas por terem equilíbrio;</p> <p>Que há muita gente e empresas fazendo a diferença e devemos saber quem são para nos inspirar.</p> <p>Que somos digitais, mas acima de tudo, somos humanos...</p>
Plurale	<p>Plurale em revista é dirigida e editada pela jornalista Sônia Araripe, com longa experiência no segmento de Comunicação e conta com equipe também avalizada de repórteres no Brasil e correspondentes no exterior. Ambos produtos foram lançados em outubro de 2007. Plurale completou dez anos em outubro de 2017, com ótima repercussão.</p> <p>É uma publicação bimestral, em 4 cores, toda em papel reciclado, com belo design moderno e temas atuais, foco em Meio Ambiente e Terceiro Setor, voltada principalmente para empresas, especialistas da área e formadores de opinião.</p> <p>Plurale em site complementa o projeto, com atualização diária de notícias factuais, artigos, estudos, notas sobre consumo ético, social e blog.</p> <p>O projeto tem três prêmios jornalísticos: 1º lugar do Prêmio de Jornalismo da Associação Brasileira de Fabricantes de Motocicletas e Bicicletas (Abraciclo); 1º lugar do Prêmio João Valiante, da Associação Brasileira de Alumínio (ABAL) e 3º lugar do Prêmio Yara de Comunicação da Bacia PCJ pela Edição Especial Água.</p> <p>Sônia Araripe acaba de receber o Prêmio ABERJE em Mídia Segmentada para Plurale em revista em dezembro de 2017 e ainda duas medalhas de Condecoração – pela Alumini – Ex-Alunos da Faculdade de Direito e o Conjunto de Medalhas Pedro Ernesto, outorgada pela Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.</p>

	<p>Plurale em revista tem também a Certificação de Sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (IBEF-Rio) e a Editora Sônia Araripe ganhou também o Prêmio "Os 100 mais Admirados Jornalistas Brasileiros", em 2014.</p> <p>Parceiros: Conta com vários parceiros nacionais e internacionais na parte de conteúdo, como: Agência Brasil, Agência Senado, Agência Câmara, Agência Embrapa, Agência Sebrae, Envolverde, 1Papo Reto, Clarín em português, VilaWeb (da Catalunha) etc.</p> <p>Seções: Plurale em site tem diversas seções: meio ambiente, energia e carbono; notícias; social; artigos; pelas empresas; pelo mundo; vida saudável e consumo ético; LGBTQ; etc.</p> <p>Mídias sociais: Plurale é muito respeitada e ativa nas mídias sociais, especialmente no Twitter e Facebook. Participa de várias redes fortes, como de Conservação da Natureza; Voluntários; Mares Limpos; Relações com Investidores; Governança; ONU; Mulheres pela Sustentabilidade; etc.</p> <p>Publiteditorial/branded content e consultorias: Com a experiência acumulada em Sustentabilidade, Plurale realiza projetos especiais, como branded content/consultoria/Relatórios, realiza palestras e consultorias. Saiba mais na aba "Consultoria" e escreva para pedir orçamento.</p> <p>Perfil dos leitores: Público especializado, empresários, meio acadêmico, políticos, jornalistas, formadores de opinião e público em geral (estudantes, profissionais liberais, etc).</p> <p>Alguns grupos que já veicularam mídia em Plurale: AES, Alusa, Ambev, Arcelor Mittal, Ball, Banco do Brasil, Bayer, Casas Bahia, Coca-Cola, Embraer, Fecomércio-RJ, Fenasaúde, Fetranspor, Fiat, Fundação Itaú Social, Grupo AccorHotels, Grupo O Boticário, Itaú, Metrô-Rio, Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente, Odebrecht, Petrobras, PwC Brasil, Santander, Secom, Seguradora Líder-DPVAT, SESC-RJ, Tim, Unimed-Rio, Usiminas e Vale.</p>
Sites	
Envolverde	<p>QUEM SOMOS</p> <p>Uma organização que produz conteúdos sobre sustentabilidade</p> <p>MISSÃO Ampliar o conhecimento social da sustentabilidade através do jornalismo e da comunicação.</p> <p>VISÃO Ser parte do processo transformador da sociedade em direção à uma economia sustentável.</p> <p>ATUAÇÃO Construir parcerias e redes sólidas com os mais diversos atores da sociedade, de forma a impactar a todos os públicos.</p> <p>DESCRIÇÃO</p> <p>Reportagens, Matérias, Cases Transforme uma história/projeto legal em uma reportagem e distribua em suas redes sociais, para assessorias de imprensa ou para seus colaboradores</p> <p>Relatórios de Sustentabilidade Criamos e desenvolvemos todo o conteúdo, lay out, diagramação do seu relatório, se necessário com metodologia GRI</p> <p>Posts para Sites e Blogs Atualizamos seu site semanalmente com conteúdo customizado e linguagem de internet</p> <p>Cobertura jornalística de eventos Este é um serviço exclusivo Envolverde. Enviamos repórteres no seu evento para fazerem reportagens, vídeos, textos e distribuímos em nossas redes e mídias parcerias</p> <p>Consultoria Atendimento de empresas e organizações sociais para trabalhos de consultoria, diagnósticos de situação e diplomacia social para redução/solução de conflitos não jurídicos; <input type="checkbox"/> Assessoria de Comunicação Elaboração de planos de comunicação para projetos de empresas e organizações sociais com estruturação de ações e capacitação de atores; <input type="checkbox"/> Assessoria de Imprensa Estruturação de plano de assessoria de imprensa, produção de conteúdos para a mídia e redes sociais, produção de conteúdos para gerenciamento de crises na área socioambiental</p> <p>Prêmios e Concursos Criação de prêmios, concursos e estruturação de objetivos e equipes</p> <p>SOBRE</p> <p>A Envolverde foi criada em 1995 para gerenciar no Brasil o Projeto Terramérica, realizado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Em janeiro de 1998 entrou no ar o site www.envolverde.com.br, que se tornou uma das principais referências em jornalismo sobre meio ambiente e sustentabilidade da internet</p>

	<p>brasileira. Em 2006 e 2008 recebeu o Prêmio Ethos de Jornalismo, oferecido pelo Instituto Ethos. Em 2007 recebeu o título Jornalismo Amigo da Infância, da Agência Nacional dos Direitos da Infância. Em 2009 recebeu o Prêmio Ponto de Mídia Livre do Ministério da Cultura. Integra o Conselho de Ética do Fórum Amazônia Sustentável, composto por grandes empresas e ONGs pelo desenvolvimento Sustentável da Amazônia. Entre clientes e parceiros destacam-se: Banco Itaú - Unilever Brasil – Avon Brasil – Banco Santander – Minerva Foods, - Walmart Brasil – Fundo Vale – SEBRAE – SENAC - Tetra Pak - AES Eletropaulo - Bayer - Fundação Banco do Brasil - Instituto Ethos – Agência Estado – Mercado Ético – Carta Capital – PNUMA – Agência IPS– Fundação Amazonas Sustentável – Fórum Amazônia Sustentável.</p>
O Eco	<p>((o))eco é feito pela Associação O Eco, uma ONG brasileira que se preza por não ter fins lucrativos nem vinculação com partidos políticos, empresas ou qualquer tipo de grupo de interesse.</p> <p>O conteúdo do site é fruto do trabalho de uma rede de jornalistas e especialistas, muitos voluntários e outros que trabalham em tempo parcial. A graça de participar de ((o))eco não é financeira, mas acreditar e se beneficiar da sua missão de:</p> <p>Dedicar-se a cobertura de pautas sobre o meio ambiente. Nossa razão de ser é a conservação da natureza</p> <p>Treinar e propiciar experiência a jovens (ou nem tanto) escritores, fotógrafos e cinegrafistas vocacionados à cobertura ambiental, sejam eles jornalistas por formação ou não. ((o))eco é uma escola que espera impulsionar a carreira de profissionais brilhantes, motivados e espalhados por todos os cantos do Brasil</p> <p>Temos valores. ((o))eco é:</p> <p>Voz de quem não tem voz. Queremos dar voz a bichos e plantas, através daqueles que se interessam em protegê-los</p> <p>Independente. Suas reportagens não tem objetivo de agradar ou desagradar grupos. Nosso compromisso é com uma apuração séria transformada em boas matérias</p> <p>Transparente. Deixa claro quem são seus patrocinadores, membros e intenções</p> <p>Tolerante. Sua perspectiva editorial é aberta a opiniões divergentes, acolhe controvérsias e estimula debates. Desde que os participantes correspondam a essa tolerância com um debate propositivo e não de ofensas vazias</p> <p>Aberto. Aceita críticas e ser cobrado pelos seus princípios. Se interessa em dividir o espaço do site e promover a participação dos leitores</p> <p>Ousado. Quer experimentar novas tecnologias e formas de fazer jornalismo</p> <p>Fundação</p> <p>O nome ((o))eco foi inspirado nos jornais que, anos atrás, eram feitos por alunos nas escolas da rede pública brasileira. O projeto surgiu da visão do ambientalista Miguel Milano e foi criado pelos jornalistas Marcos Sá Corrêa, Kiko Brito e Sérgio Abranches. Entrou no ar em agosto de 2004. Nesses 12 anos de estrada, fechou 2017 com a produção de um conjunto de 28 mil reportagens, notícias, ensaios fotográficos, vídeos e podcasts.</p> <p>Fontes de financiamento</p> <p>A ONG nasceu com uma doação da Fundação Avina, que apoia mais de mil projetos de interesse social ou ambiental em nove países da América Latina. Hoje, o principal apoiador é o Grupo Boticário. Mas ao longo de sua existência, recebeu apoio da Fundação Blue Moon, Google, Porticus, Fundação Hewlett e patrocínios de diversas empresas como o Grupo O Boticário, Natura, Cetrel, Braskem, Bradesco, Oi, Siemens, TAM, Petrobras e Vale.</p> <p>Em 2016 iniciou um novo projeto em parceria com a ONG Imazon e financiamento da Fundação Gordon e Betty Moore e da Norwegian Agency for Development Cooperation (Norad).</p> <p>Aceitamos doações de pessoas físicas e estamos abertos a anúncios e novos patrocínios.</p>
Pública – Agência de Jornalismo Investigativo	<p>Quem somos</p> <p>Fundada em 2011 por repórteres mulheres, a Pública é a primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos do Brasil. Com reportagens de fôlego, pautadas pelo interesse público, nossas matérias foram republicadas no ano passado por mais de 700 veículos de comunicação sob a licença Creative Commons.</p> <p>Todas as nossas reportagens são feitas com base na rigorosa apuração dos fatos e têm como princípio a defesa intransigente dos direitos humanos.</p>

	<p>Investigamos a administração pública, incluindo todos os níveis de governo e as casas legislativas; os impactos sociais e ambientais de empresas, suas práticas de corrupção e de antitransparência; o Poder Judiciário, sua eficácia, transparência e equidade; e a violência contra populações vulneráveis na cidade e no campo.</p> <p>No programa de fomento ao jornalismo independente, realizamos mentorias para jornalistas, concurso de microbolsas de reportagem, eventos de discussão sobre jornalismo e programas de apoio a projetos inovadores.</p> <p>Missão A Pública distingue-se por aliar preocupação social com jornalismo independente e de credibilidade. Nossa missão é produzir jornalismo investigativo e fomentar o jornalismo independente na América Latina.</p> <p>Valores Independência editorial Promoção dos direitos humanos e do direito à informação e qualificação do debate democrático Jornalismo investigativo e inovador, com apuração isenta e criteriosa, baseada em fontes primárias Construção da igualdade de gênero Ambiente cooperativo, com estímulo à formação de jornalistas éticos e competentes.</p>
The Intercept Brasil	<p>O The Intercept Brasil é uma premiada agência de notícias dedicada à responsabilização dos poderosos por meio de um jornalismo destemido e combativo. Suas investigações aprofundadas e suas análises implacáveis se concentram em política, corrupção, meio ambiente, segurança pública, tecnologia, mídia e muito mais. O The Intercept dá aos seus jornalistas a liberdade editorial e o suporte legal de que precisam para expor a corrupção e a injustiça onde quer que as encontrem.</p>
Repórter Brasil	<p>Missão Identificar e tornar públicas situações que ferem direitos trabalhistas e causam danos socioambientais no Brasil visando à mobilização de lideranças sociais, políticas e econômicas para a construção de uma sociedade de respeito aos direitos humanos, mais justa, igualitária e democrática.</p> <p>Quem somos – A Repórter Brasil foi fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores com o objetivo de fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores no Brasil. Devido ao seu trabalho, tornou-se uma das mais importantes fontes de informação sobre trabalho escravo no país. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias educacionais têm sido usadas por lideranças do poder público, do setor empresarial e da sociedade civil como instrumentos para combater a escravidão contemporânea, um problema que afeta milhares de pessoas.</p> <p>Estrutura – A Repórter Brasil possui duas áreas principais de atuação que reúnem todos os seus projetos: Jornalismo e Pesquisa, responsável pela produção de informação e análises que subsidiam lideranças sociais, políticas e econômicas; e Metodologia Educacional, voltada para difusão de informações sobre direitos e intercâmbio de conhecimento, envolvendo acadêmicos, educadores, trabalhadores e lideranças comunitárias. Duas outras áreas fortalecem o trabalho desenvolvido pelas equipes, uma de articulação e representação em diferentes âmbitos institucionais, e uma de estrutura financeira e administrativa. A Repórter Brasil tem suas contas analisadas por auditoria independente anualmente.</p> <p>PROGRAMAS DA REPÓRTER BRASIL</p> <p>Jornalismo – Considerada o principal centro de informações sobre combate ao trabalho escravo no Brasil, a Repórter Brasil ampliou sua área de atuação ao longo dos anos e hoje, com cobertura variada sobre violações de direitos humanos e questões socioambientais, tem influenciado na formulação de políticas públicas e servido como referência para outros veículos de imprensa. O site reporterbrasil.org.br é tido como referência não só no Brasil, mas também no exterior, sendo comum o intercâmbio de informações com jornalistas de alguns dos principais veículos de imprensa do planeta. Com a estratégia de distribuição gratuita de conteúdo e licença aberta para livre reprodução, a equipe consegue ampliar o alcance de denúncias e colocar na agenda da sociedade brasileira temas de fundamental importância, tais como tráfico de</p>

peessoas, trabalho infantil, superexploração de trabalho em frigoríficos, no setor têxtil, impactos ambientais do uso de veneno, entre outros.

Com o objetivo de ampliar o alcance das informações reunidas pelos diferentes programas da organização, a Repórter Brasil constituiu um núcleo de produções audiovisuais, responsável por produzir documentários de temática socioambiental desde 2006. Tal núcleo procura trazer à tona questões que nem sempre ganham visibilidade. Das produções recentes, destaque para o premiado documentário Carne, Osso, que foi produzido em 2011 e aborda as condições de trabalho em alguns dos principais frigoríficos do país.

Pesquisa - A Repórter Brasil desenvolveu uma metodologia para identificação e **rastreamento de cadeias produtivas** e realiza pesquisas que investigam e analisam problemas sociais, trabalhistas e ambientais em relações comerciais. Desde 2003, quando o trabalho teve início, a equipe mapeou cadeias produtivas de centenas de empresas com atuação no Brasil e no exterior, ampliando a transparência e fornecendo informação necessária para transformações. Em diálogo com o setor empresarial, o mapeamento de cadeias produtivas favoreceu a criação do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, acordo que reuniu 400 empresas comprometidas a não manter relações comerciais com quem explora trabalho escravo; juntas, tais empresas têm faturamento que representa mais de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. As pesquisas também contribuíram com a Moratória da Soja, os pactos Conexões Sustentáveis, os acordos do Greenpeace e do Ministério Público Federal com frigoríficos para combater os impactos da pecuária na Amazônia brasileira e da produção ilegal de carvão. A metodologia tornou-se referência, e passou a ser adotada também por outras organizações em outros países.

O **Centro de Monitoramento de Commodities e Agrocombustíveis (CMA)** da Repórter Brasil é uma das principais referências em pesquisas e informações sobre culturas agroenergéticas (cana de açúcar, soja, mamona, dendê etc) e agrocombustíveis (etanol, biodiesel e carvão) no país. Suas análises técnicas contribuem para uma crítica objetiva sobre os impactos socioambientais, trabalhistas, fundiários e econômicos de tais produções. As pesquisas repercutem em veículos de comunicação no Brasil e no exterior, e são usadas como referência por universidades e centros de pesquisa de todo o planeta, e por empresas nacionais e multinacionais. Os relatórios (cuja versão digital pode ser acessada gratuitamente) estão disponíveis em português, inglês e espanhol, e foram distribuídos na Alemanha, Argentina, Bélgica, Bolívia, Estados Unidos, Espanha, França, Holanda, Itália, Paraguai, Portugal, Reino Unido, Suíça, Uruguai e Venezuela. Para realizar seu trabalho de pesquisa, o CMA percorreu mais de 100 mil km em 17 estados, e firmou parcerias com mais de 50 organizações.

Educação – O Escravo, nem pensar! (ENP!) é o primeiro programa educacional de prevenção ao trabalho escravo a atuar em âmbito nacional. Com o desenvolvimento de metodologia educacional própria, desde 2004 o ENP! atua em comunidades em áreas de alta vulnerabilidade social, suscetíveis a violações de direitos humanos como trabalho escravo e tráfico de pessoas. Suas linhas de ação incluem formação para educadores e lideranças comunitárias; elaboração de publicações didático-pedagógicas; e apoio técnico-financeiro a iniciativas comunitárias locais. Tais atividades já alcançaram mais de 140 municípios em oito estados brasileiros, beneficiando mais de 200 mil pessoas. O programa também foi incluído nominalmente na segunda edição do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e consta como meta ou ação de planos estaduais como os do Mato Grosso, Pará, Tocantins e Maranhão. É considerado referência e citado como exemplo por agências das Nações Unidas.

Articulação – A Repórter Brasil é membro da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo de São Paulo e da Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo de São Paulo e, ao longo dos anos, tem contribuído com o desenvolvimento de políticas para a erradicação desse crime. A organização desempenhou, desde 2003, um papel fundamental na aprovação da PEC do Trabalho Escravo, que prevê o confisco de propriedades em que esse crime seja encontrado – que veio a ser promulgada em junho de 2014. Foi a relatora do II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e contribuiu com a organização de planos estaduais por todo o país. É responsável por coletar adesões de candidatos a cargos públicos à Carta Compromisso contra o Trabalho Escravo, a cada eleição desde 2006, que prevê uma série de ações a serem

	<p>tomadas pelo eleitos. A Repórter Brasil também é considerada um ator internacional relevante, participando de ações globais coletivas, contribuindo com a elaboração de acordos e convenções internacionais e ministrando conferências sobre o desenvolvimento de políticas de combate a esse crime.</p> <p>https://reporterbrasil.org.br/quem-somos/</p>
Fauna News	<p>O Fauna News nasceu em 18 de janeiro de 2011 como um blog. A intenção do jornalista Dimas Marques era “ampliar a leitura” das notícias e reportagens publicadas em jornais, revistas, sites e emissoras de rádio e televisão sobre animais silvestres e, principalmente, tráfico de fauna. Normalmente, as matérias são superficiais, apresentando poucas informações e quase nada do contexto dos fatos abordados. O Fauna News foi especializando-se e passou a publicar apenas textos abordando o tráfico de animais silvestres.</p> <p>A partir do material jornalístico publicado pela imprensa, que é facilmente encontrado por qualquer pessoa, mais dados são fornecidos, comentários são realizados e reflexões propostas. O Fauna News mostra o quanto que o mercado negro de animais silvestres está presente no cotidiano do brasileiro e o quanto é considerado um “problema menor”.</p> <p>Fauna e estradas</p> <p>Em maio de 2013, Dimas Marques publica na revista Terra da Gente a reportagem “Massacre nas estradas”, em que aborda os atropelamentos de animais silvestres nas estradas e rodovias brasileiras. Sensibilizado pela dimensão do problema, o jornalista inclui mais um tema no Fauna News: os impactos de estradas e rodovias nos animais silvestres. A face mais evidente do problema é o gigantesco número de atropelamentos. O tema passa a ser trabalhado da mesma forma como ocorre com o tráfico de animais. Informações, comentários e reflexões. E tudo isso com uma linguagem leve, quase falada, conversando com o leitor.</p> <p>Esporadicamente, o Fauna News publica entrevistas exclusivas ou matérias apuradas por Dimas Marques, além de artigos escritos por convidados.</p> <p>O Fauna News evoluiu para ser um site que, além dos textos produzidos diariamente, oferece informações e dados para quem deseja conhecer mais sobre o tráfico de animais e os impactos das estradas na fauna. Aqui não se pretende ser imparcial ou isento. O site tem a missão de, por meio da informação comentada, defender os silvestres com a conscientização dos seus leitores.</p> <p>Essa postura clara não significa que o Fauna News não pode ser um espaço para debates. Pelo contrário! É certo que, em uma sociedade democrática, é preciso haver o convívio dos divergentes. O embate de ideias é salutar para o surgimento de soluções.</p>
Ecoagência	<p>A EcoAgência é uma agência de notícias ambientais criada por voluntários do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul – NEJ/RS, em 2003, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, quando os ecojornalistas perceberam que as pautas de meio ambiente recebiam pouca atenção da imprensa.</p> <p>Desde 2004 ela funciona com um site na internet, procurando contribuir para a democratização da informação ambiental e a conscientização ecológica da sociedade com notícias, artigos e reportagens ambientais, publicadas no site e distribuídas por newsletter para todo o Brasil.</p> <p>A Ecoagência trabalha exclusivamente com meio ambiente, porém, considerando a transversalidade do tema e suas interfaces com outras áreas, tendo como principais objetivos denunciar os crimes contra o meio ambiente, alertar para os problemas ambientais e acompanhar as políticas públicas do setor.</p> <p>Também busca divulgar as iniciativas de preservação dos recursos naturais, difundir as soluções sustentáveis, promover a educação ambiental, repercutir as opiniões e ações das organizações, entidades, lideranças, cientistas, educadores e comunidades envolvidas com estas questões.</p> <p>Reconhecidamente, a comunicação exerce função estratégica na formação da consciência ambiental e na mobilização da opinião pública em torno da preservação da natureza, do uso racional dos recursos naturais e da sustentabilidade planetária.</p> <p>Neste sentido, a Ecoagência vem obtendo o reconhecimento por sua atuação de ambientalistas, instituições públicas e privadas, autoridades, profissionais, estudantes das mais diversas áreas e da comunidade em geral, o que é uma motivação e a garantia da continuidade desse trabalho.</p> <p>Colaborações</p>

	<p>As contribuições para o conteúdo do portal são bem-vindas, na forma de textos, artigos, notícias, documentos, vídeos, áudios, desde que devidamente identificados e com autorização expressa para reprodução e distribuição sem custos pela Ecoagência. Os editores reservam-se o direito de avaliar e fazer os ajustes que forem necessários no material recebido, decidindo-se pela sua publicação ou não.</p> <p>Artigos assinados e opiniões emitidas nos textos não refletem, necessariamente, a opinião do NEJ/RS e da Ecoagência, sendo de responsabilidade exclusiva dos seus autores. http://www.ecoagencia.com.br/?open=aeoagencia</p>
Direto da Ciência	<p>Público-alvo - Direto da Ciência é um site jornalístico baseado em São Paulo (SP), destinado ao público de nível superior interessado nos rumos da ciência (inclusive humanidades e tecnologia), do ensino superior e da gestão e da política ambiental. São basicamente docentes de ensino superior, pós-graduandos, pesquisadores, professores da educação básica, estudantes de graduação e profissionais de instituições públicas e particulares atuantes em educação, agricultura, saúde, transportes, energia, meio ambiente e em outras áreas técnico-científicas, assim como os formadores de opinião e os tomadores de decisão.</p> <p>Foco editorial - Direto da Ciência não tem como objetivo divulgar as novidades científicas e as demais notícias que normalmente são veiculadas pela imprensa em geral, mas as decisões políticas, os bastidores, os conflitos internos e a exposição de temas de interesse público que em geral permanecem em nível restrito nos círculos acadêmicos e nos meios governamental e não governamental nas áreas de ciência e cultura, meio ambiente e ensino superior.</p>
Amazônia Real	<p>O site da agência de jornalismo independente Amazônia Real entrou em atividade no dia 21 de outubro de 2013. É uma organização sem fins lucrativos, inscrita nos órgãos competentes e sediada em Manaus, no Amazonas.</p> <p>A nossa missão é fazer jornalismo ético e investigativo, pautado nas questões da Amazônia e de seu povo e linha editorial em defesa da democratização da informação, da liberdade de expressão e dos direitos humanos.</p> <p>Um jornalismo produzido por profissionais com sensibilidade na busca de grandes histórias da Amazônia e de suas populações, em especial daquelas que têm pouco espaço e visibilidade na chamada grande imprensa.</p> <p>A agência Amazônia Real oferece aos seus leitores reportagens contextualizadas e investigadas, fotografias, vídeos e artigos de especialistas nos temas prioritários de sua cobertura: Meio Ambiente; Povos Indígenas; Questão Agrária; Economia & Negócios; Política e Cultura.</p> <p>As reportagens são atualizadas uma vez por semana. As matérias factuais são publicadas quando fatos relevantes exigirem a atualização em tempo real. As reportagens da Amazônia Real têm livre republicação, desde que citada a fonte e o crédito dos autores.</p> <p>A proposta de sustentação financeira da agência é por três vias: doações dos leitores, parcerias com empresas privadas que tenham responsabilidade socioambiental com a Floresta Amazônica e parceria com instituições, por meio de projetos.</p> <p>A agência Amazônia Real não recebe recursos públicos. Também não recebe recursos de pessoas físicas/jurídicas envolvidas com crime ambiental, trabalho escravo e violação dos direitos humanos.</p> <p>Aceitamos doações de pessoas físicas para a manutenção do site por meio de depósito em conta bancária. Informações podem ser obtidas pelo e-mail: doe@amazoniareal.com.br ou aqui.</p> <p>O nome da agência de jornalismo independente Amazônia Real foi inspirado no realismo da obra literária de Euclides da Cunha e Daniel Piza e nas fotografias de Alberto César Araújo e Pedro Martinelli. http://amazoniareal.com.br/por-que/</p>
Infoamazonia	<p>InfoAmazonia agrega dados e notícias sobre a Amazônia, a maior floresta tropical contínua do planeta. O projeto é sustentado por uma rede de organizações e jornalistas que oferecem atualizações constantes dos nove países da região. As bases de dados compartilhadas por InfoAmazonia estarão sempre disponíveis para download e também serão renovadas com frequência. O cruzamento das notícias com os dados pretende melhorar a percepção sobre os desafios para a conservação da floresta.</p> <p>A Amazônia detém o maior número de espécies vivas em todo mundo e desempenha papel fundamental na regulação do clima regional, servindo como sorvedouro de gás carbônico. No entanto, a região enfrenta graves problemas ambientais, como o</p>

	desmatamento, as queimadas e a exploração pouco sustentável de suas riquezas naturais.
Conexão Planeta	<p>Conexão Planeta nasceu do idealismo de jornalistas*, com larga experiência em sustentabilidade, adquirida ao longo de oito anos no Planeta Sustentável, o maior site sobre o tema em Língua Portuguesa (assim declarou a Fundação das Nações Unidas). Além da paixão por escrever, o que nos move é o ativismo, a certeza de que é espalhando e disseminando histórias e notícias relevantes, trilhamos o caminho certo. Nada nos deixa mais inspiradas do que poder relatar a ação de pessoas, comprometidas e visionárias, que provam que sim, temos ferramentas, tecnologia e conhecimento necessários para seguir na direção de um futuro mais feliz.</p> <p>Como acreditamos que sustentabilidade é um assunto amplo e relevante demais para ser deixado de lado, decidimos assumir o desafio de reunir, neste novo site, notícias e informações pertinentes, boas histórias, entrevistas e o olhar apurado de outros colegas, profissionais especializados, que também mostrarão iniciativas de pessoas – como nós – que apostam na mudança rumo a um mundo melhor.</p> <p>Não vamos deixar de noticiar, entretanto, o que nos desagrada. Desmatamento, violência, poluição, desigualdade, aquecimento global. Somos jornalistas. Faz parte de nosso DNA levar ao leitor o fato – preciso, apurado e verdadeiro. Não há como tapar o sol com a peneira.</p> <p>Mas queremos, sobretudo, compartilhar ideias e soluções. Mostrar que é possível fazer melhor. E que isso já é real. Está acontecendo agora, neste momento, seja numa pequena cidade do interior de Santa Catarina ou numa grande capital europeia.</p> <p>Desejamos espalhar por aqui e pelas redes sociais, histórias de empreendedores sociais, ONGs, empresas e indivíduos que, sozinhos ou coletivamente, realizam trabalhos de impacto social, cultural, econômico e ambiental.</p> <p>Assim, farão parte da pauta do Conexão Planeta, temas como preservação da natureza, proteção aos animais e ecossistemas, mudanças climáticas, redução da desigualdade, inclusão social e econômica, consumo consciente. No nosso radar, estarão constantemente em foco pautas a respeito de inovação, mobilidade urbana, cidades mais humanas, estilo de vida, casa sustentável, simplicidade voluntária, biodiversidade e alimentação saudável.</p> <p>Nossa missão é Inspirar para a Ação. Queremos que a cada texto lido, mais e mais brasileiros sejam estimulados a tomar parte deste grande movimento. Não estamos sozinhos! Milhões de pessoas no mundo todo têm ido às ruas para mostrar que desejam uma sociedade mais justa e igualitária. E há também aquelas que transformam o lugar onde vivem com pequenas ações, que se multiplicam. Estamos nos juntando a elas.</p> <p>Porque estamos todos conectados.</p> <p>Sejam bem-vindos ao Conexão Planeta!</p> <p>Mônica Nunes e Suzana Camargo</p> <p>Nossa missão é inspirar você a agir agora e transformar o planeta em um lugar melhor e mais feliz para todos.</p>
Agência Econordeste	<p>Eco Nordeste é uma agência com a proposta de oferecer conteúdo diversificado sobre Sustentabilidade, considerando o tripé ambiental, social e econômico, a partir das muitas realidades da Região Nordeste do Brasil.</p> <p>Em destaque, temáticas como Agroecologia, Biodiversidade, Bioma Caatinga, Bioma Mata Atlântica, Consumo Consciente, Convivência com o Semiárido, Desertificação, Ecossistemas Costeiros, Eficiência Energética, Energias Alternativas, Energias Renováveis, Gestão de Recursos Hídricos, Gestão de Resíduos Sólidos, Populações Tradicionais, Responsabilidade Socioambiental, Tecnologias Sociais, Turismo.</p> <p>Esse conteúdo é aberto, com condições para reprodução, a depender do fim ao qual se destina, com obrigatoriedade de créditos.</p> <p>Também é possível obter produtos exclusivos, como grandes reportagens, publicações diversas, e-books, consultorias e palestras.</p>
Ecodebate	<p>A revista eletrônica EcoDebate, ISSN 2446-9394, é um projeto sem fins lucrativos, desenvolvido para a socialização da informação socioambiental. O conteúdo é selecionado e publicado com o foco dos movimentos sociais e foi conceituado para ser uma ferramenta de incentivo ao conhecimento e à reflexão, através de notícias, informações, artigos de opinião e artigos técnicos, sempre discutindo cidadania e meio ambiente, de forma transversal e analítica.</p>

	<p>Em razão disto, nossos leitores são essencialmente militantes dos movimentos sociais (CPT, MST, MPA, MAB, Comitês de Bacias, ONGs, etc), ativistas ambientais e professores da rede pública de ensino.</p> <p>Procuramos manter nosso conteúdo centrado em temas ligados às questões socioambientais, dosando cidadania e meio ambiente como questões centrais dos grandes debates. É por isto que mantemos debate permanente sobre o modelo de desenvolvimento.</p> <p>Neste sentido, destacamos nosso conceito base: “Compreendemos desenvolvimento sustentável como sendo socialmente justo, economicamente inclusivo e ambientalmente responsável. Se não for assim não é sustentável. Aliás, também não é desenvolvimento. É apenas um processo exploratório, irresponsável e ganancioso, que atende a uma minoria poderosa, rica e politicamente influente. [Henrique Cortez, 2005]”</p> <p>Acreditamos firmemente na socialização da informação socioambiental, razão pela qual o acesso ao conteúdo diário e ao banco de dados de matérias e artigos é gratuito, de forma a contribuir para que nossos leitores possam construir seus próprios conhecimentos e consciência crítica da realidade.</p> <p>Uma alternativa de acesso ao nosso conteúdo é assinatura de nosso boletim diário. A assinatura por ser realizada através do envio de um e-mail para newsletter_ecodebate-subscribe@googlegroups.com</p> <p>O conteúdo da EcoDebate é “Copyleft”, podendo ser copiado, reproduzido e/ou distribuído, desde que seja dado crédito ao autor, ao EcoDebate e, se for o caso, à fonte primária da informação</p>
Ambiental Media	<p>JORNALISMO – MEIO AMBIENTE – DADOS</p> <p>Ciência transformada em produtos de mídia inovadores, atraentes e acessíveis</p> <p>Redes e institutos de pesquisa, universidades e organizações do terceiro setor do Brasil e do exterior confiam na Ambiental Media para levar a Ciência que produzem ao público geral</p> <p>O que fazemos?</p> <p>Visualização de dados e infografia; reportagens e artigos jornalísticos; relatórios, análises e policy briefs; vídeos para as redes sociais; fotografia documental; estratégias de disseminação de conteúdo.</p>
Ecoinforme	<p>Especializado em meio ambiente e sustentabilidade, o ECOinforme tem como objetivo contribuir para um mundo sustentável, informando, opinando, realizando palestras temáticas, projetos ambientais, expedições sustentáveis e especialmente divulgando as boas ações de sustentabilidade do mundo corporativo</p> <p>Um espaço independente para a veiculação de notícias, artigos, teses, idéias: uma tribuna de luta por uma sociedade mais justa, contribuindo para o desenvolvimento sustentável no Planeta</p> <p>O portal www.ecoinforme.com.br é um produto da AutoInforme Comunicação, dirigida pelo jornalista Joel Leite.</p> <p>O ECOinforme conta com uma equipe de profissionais e colaboradores da área acadêmica e militantes das causas ambientais</p>
Colabora	<p>O #Colabora é um projeto jornalístico que aposta numa visão de sustentabilidade que vai muito além do meio ambiente. Educação, saúde, desigualdade, saneamento, diversidade e consumo também são alguns dos nossos temas. Desde 2019, nossas editorias passaram a ser guiadas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU. Acreditamos que o planeta só será sustentável se conseguir resolver, além dos problemas ambientais, suas mazelas sociais. Você também pode acompanhar o #Colabora pela nossa newsletter, pelo YouTube, pelo Twitter, pelo Facebook, pelo Instagram e pelo LinkedIn.</p> <p>Nossas reportagens são produzidas por um time de quase 300 jornalistas, fotógrafos, designers, videomakers e especialistas nas nossas áreas de cobertura espalhados por todo o Brasil e até em outros países. Qualquer um pode colaborar com a gente, seja enviando sua sugestão de pauta pelo e-mail – contato@projecolabora.com.br – seja com críticas e comentários que possam nos ajudar a permanecer no rumo que traçamos e que aqui compartilhamos com vocês. Nossa rede de colaboradores é remunerada e, por isso, doações também são bem-vindas. Não é barato produzir um jornalismo que se propõe a cobrir boas histórias, independentemente do lugar onde elas aconteçam.</p>

	<p>[...] Mas, para além dos prêmios, nossa razão de existir continua sendo o legado, o propósito, a capacidade que temos de contribuir para a transformação do mundo em que vivemos. E a certeza de que ele pode ser cada vez mais economicamente viável, ambientalmente sustentável e socialmente justo. Como diz nosso slogan: “Juntos, por um mundo + mais criativo, tolerante e generoso”.</p>
Periferia em Movimento	<p>A Periferia em Movimento é uma produtora de Jornalismo de Quebrada que gera e distribui informação dos extremos ao centro.</p> <p>Fundada em 2009 por jovens jornalistas que moram em periferias da Zona Sul de São Paulo (Aline Rodrigues, Sueli Reis Carneiro e Thiago), a Periferia em Movimento tem como missão fazer um jornalismo sobre, para e a partir das periferias, em nossa complexidade, para ocupar espaços que sempre nos negaram e garantir o acesso a direitos.</p> <p>Como visão almejamos que nossos familiares, amigos e vizinhos se reconheçam em nosso trampo e se percebam pertencentes da cidade, para que assim possamos construir um projeto de poder popular a partir das margens.</p> <p>Nossos valores circulam em caminhar ao lado dos nossos nos territórios, com representatividade, empatia, equidade, horizontalidade e sem negociar direitos, com saúde física, emocional e financeira.</p> <p>Como a gente trabalha</p> <p>Atuamos a partir do Extremo Sul de São Paulo (Grajaú, Parelheiros, Marsilac e Cidade Dutra) até os centros de poder nas frentes: Conteúdo: produção de conteúdo jornalístico de dentro para dentro, pautando a cidade a partir da visibilização de histórias de quem está nas frentes de luta pela garantia de direitos pela cultura, saúde, educação, mobilidade, moradia, preservação ambiental, trabalho e renda, com questões de gênero, raça e classe de forma transversal</p> <p>Articulação: aproximar, representar e incidir politicamente dentro e fora dos territórios de atuação na busca pela garantia de direitos a partir da discussão sobre Jornalismo, Periferias e Direitos Humanos, por meio de encontros de aprendizagem (palestras, oficinas, cursos, vivências), curadoria e consultoria.</p>
De Olho nos Ruralistas	<p>Acompanhe a luta dos povos do campo por seus territórios, tradições e recursos naturais frente ao avanço do agronegócio. Conteúdo com foco em iniciativas inspiradoras e de determinação dos povos do campo, frente aos abusos do agronegócio.</p>

Fonte: Dados da pesquisa

APÊNDICE B
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO APROVADO PELO
COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA DA UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

GRUPO: Jornalistas que serão convidados a participar da pesquisa.

Nome do participante: _____

Período de coleta dos dados: Janeiro de 2019 a Outubro de 2019.

Você está sendo convidado (a) a participar como colaborador(a) da pesquisa de doutorado **Os tipos ideais do Jornalismo Ambiental brasileiro.**

Pesquisador doutorando: Roberto Villar Belmonte

Pesquisadora responsável: Prof^a. Dr^a. Ilza Maria Tourinho Girardi

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

Telefone: 51- 33085116

E-mail: ilza.girardi@ufrgs.br

Objetivo do estudo: A pesquisa tem por objetivo geral contribuir com a construção de uma teoria prescritiva do Jornalismo Ambiental a partir da análise dos tipos ideais do jornalismo ambiental praticado no Brasil, levando em conta a relação dos seus protagonistas com os interesses econômicos mobilizados pelas questões ambientais.

Explicação dos procedimentos: O(a) senhor(a) será convidado a responder um questionário contendo dez perguntas abertas. O questionário deverá ser respondido e enviado para o e-mail rvillar21@gmail.com.

Após o recebimento das respostas, o(a) senhor(a) pode ser contatado pelo pesquisador para o aprofundamento das questões. Se o encontro presencial não for possível, o contato será feito por Skype ou outra plataforma de comunicação semelhante.

Não haverá nenhum gasto financeiro para o (a) senhor (a).

Caso o(a) senhor(a) tenha alguma dúvida pode enviar uma mensagem para a pesquisadora responsável.

Possíveis riscos e desconfortos: Os procedimentos adotados neste estudo poderão envolver riscos ou desconfortos mínimos para o (a) senhor (a), como sentir cansaço enquanto estiver respondendo as perguntas do questionário. As informações prestadas serão utilizadas na pesquisa e posteriormente em livro sobre o jornalismo ambiental brasileiro. O nome dos informantes não será revelado.

Benefícios: Os benefícios da pesquisa para o(a) senhor(a) poderão ser percebidos quando os resultados das pesquisas forem publicados mostrando a contribuição da mesma para a construção de uma epistemologia e de uma ética do Jornalismo Ambiental.

Direito de desistência: O(a) senhor(a) poderá desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhuma consequência por causa de sua decisão.

Sigilo: Todas as informações obtidas neste estudo poderão ser publicadas com a finalidade científica, porém será preservado o completo anonimato de sua identidade.

Conforme Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, os registros da pesquisa serão guardados por cinco anos pela coordenadora e posteriormente destruídos.

Termo de consentimento da pessoa como participante da pesquisa:

Eu,, declaro ter lido as informações acima antes de assinar este documento. Foi-me dada ampla oportunidade para esclarecer minhas dúvidas. Por este instrumento, tomo parte, voluntariamente, do presente estudo.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, situada à Av. Paulo da Gama, 110, Sala 317 – Prédio Anexo 1 da Reitoria – Campus do Centro -Porto Alegre – RS- CEP 90040-060. Telefone 33083738.

Assinatura do participante

Local e data

Prof^a.Dr^a. Ilza Maria Tourinho Girardi
Pesquisadora responsável

ANEXO A

TESES DE DOUTORADO

Quadro 22 – Teses de doutorado que tratam de maneira direta ou indireta da cobertura jornalística de temas ambientais defendidas no Brasil e disponíveis online

SILVA, Noemia Felix da. **Discurso jornalístico: proposta de mapeamento do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável**. 2017. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23606>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo identificar e mapear a emergência histórica do que denominamos Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS), no âmbito da cobertura jornalística nacional a eventos que discutem o meio ambiente. O trabalho parte do arcabouço teórico-metodológico foucaultiano, principalmente do conceito de dispositivo o qual abrange tanto práticas discursivas quanto não discursivas e das categorias analíticas do discurso, enunciado, heterogeneidade discursiva, arquivo, sujeito, formação discursiva e ordem discursiva. Somada ao constructo foucaultiano, operou-se com a grade analítica de Deleuze (1996, 2005), a saber, curva de visibilidades, curva de enunciabilidades, linhas de força e linhas de subjetivação, de modo a levantar as relações de poder-saber sobre a crise ambiental presentes na Conferência de Estocolmo, 1972, inicialmente, e, por fim, na cobertura da Conferência Rio+20, a partir dos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo. A análise foi realizada em três etapas: o surgimento da urgência histórica da crise ambiental na Era Moderna (Análise Diacrônica, Etapa 1), a emergência do DDS (Análise Diacrônica, Etapa 2) e a manifestação do DDS por meio da cobertura jornalística da Rio+20 (Análise Sincrônica, Etapa 3). A pesquisa identificou quatro linhas de força na composição do DDS: Linha de Força Desenvolvimentista Economicista, Linha de Força Conservacionista, Linha de Força Científica Ecológica, Linha de Força Equidade Social e Ambiental.

Palavras-Chave: jornalismo; meio ambiente; dispositivo desenvolvimento sustentável; Rio+20, Foucault.

LOOSE, Eloisa Beling. **Riscos climáticos no circuito da notícia local: percepção, comunicação e governança**. 2016. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2016. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/1884/43179>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Resumo: Este trabalho centra-se nas relações existentes entre comunicação, percepção e governança a respeito das mudanças climáticas e seus riscos no âmbito do circuito da notícia - o processo circular e contínuo que inclui produção, texto e recepção do discurso jornalístico - de um jornal local. Para tanto, o recorte da pesquisa foca-se no jornal mais abrangente da cidade de Curitiba, a Gazeta do Povo, e naqueles atores que participaram de sua produção (fontes de informação e jornalistas) e recepção (leitores do citado diário). A partir de uma perspectiva interdisciplinar e construcionista, a investigação busca verificar como se desenrolam os meandros da comunicação de riscos, por meio do jornalismo, e como tais discursos são interpretados e/ou percebidos por aqueles leitores que, de algum modo, já estão familiarizados com a questão ambiental. A proposta articula saberes provenientes do campo da Comunicação, com destaque à área do Jornalismo; da Psicologia Social, por meio do estudo das percepções de risco; e do campo Ambiental, sobretudo sobre as temáticas das mudanças climáticas, seus riscos e formas de enfrentamento. Tais imbricamentos têm por objetivo compreender de que modo o jornalismo pode contribuir para uma melhor comunicação sobre as mudanças climáticas e seus riscos e, desta maneira, empoderar sua recepção para o enfrentamento destes riscos, seja pela adaptação ou mitigação. Parte-se do pressuposto de que as notícias legitimadas e divulgadas pela imprensa interferem na forma pela qual as pessoas percebem os riscos climáticos e, conseqüentemente, a maneira como envolvem os cidadãos, sendo assim o papel do jornalismo de muita relevância no contexto da comunicação de riscos e da governança climática. A partir disso, investiga-se cada fase do circuito da notícia a fim de compreender quais percepções estão atreladas à cobertura das mudanças climáticas e seus riscos, assim como aquelas relacionadas a ações de enfrentamento. Metodologicamente, realizam-se observação participante das rotinas produtivas dos jornalistas, análises de percepção de riscos dos vários atores sociais por meio de questionários e entrevistas em profundidade, e análises de enquadramentos das notícias, com o objetivo final de triangular os resultados inspirando-se na proposta da hermenêutica de profundidade. Dentre os achados da pesquisa, constata-se que a percepção de risco climático está distante do cotidiano dos leitores de Curitiba, revelando que a mediação jornalística amplificou os efeitos negativos globais e a discussão sobre acordos internacionais, voltada para a responsabilização dos países desenvolvidos; tais aspectos não contribuem para o envolvimento dos cidadãos no enfrentamento das mudanças do clima.

Palavras-chave: mudanças climáticas; circuito da notícia; percepção de risco; governança climática; contribuição de risco; escala local; meio ambiente.

MORAES, Cláudia Herte. **Entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital**. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/114650>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Resumo: Nesta pesquisa, observamos a construção e articulação dos discursos sobre o tema da mudança climática na cobertura da Rio+20, feitas pelas revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital. Com apoio das Teorias do Jornalismo e sob a perspectiva teórica-metodológica da Análise do Discurso de linha francesa, analisamos as regularidades e diferenças dos discursos. Entendemos que desde a seleção dos temas, das fontes, do enfoque da reportagem, há uma visão específica de cada publicação — o seu “enquadramento discursivo”, que se constitui no lugar do movimento discursivo sobre o acontecimento relatado, e que responde basicamente a questão: “o que está acontecendo aqui?”. Por outro lado, observamos que o discurso das revistas é derivado de uma formação discursiva hegemônica, de viés econômico, ancorado nos conceitos de modernização ecológica, desenvolvimento sustentável, pela percepção do risco e da incerteza da humanidade sobre seu futuro. Percebemos que a racionalidade dominante — econômica — busca encobrir a complexidade ambiental. Na análise, contudo, identificamos alguns deslizamentos de sentido, oriundos de uma formação discursiva emergente, de viés ambiental. No discurso jornalístico, há a confluência de poderes, circunstâncias e construções que explicam porque as notícias são como são. Como o discurso é um processo dinâmico com sentidos em disputa, abre-se a possibilidade de pensarmos por que as notícias não são diferentes, outras, plurais? Ao propor um novo lugar para as notícias, evidencia-se a contribuição essencial dos pressupostos do Jornalismo Ambiental, seu papel questionador dos caminhos possíveis em relação ao meio ambiente, seu compromisso com o saber ambiental e com a construção da cidadania.

Palavras-chave: enquadramento discursivo; mudança climática; jornalismo ambiental; reportagem; revistas semanais.

DOMINGUEZ, Carlos Andre Echenique. **O silêncio dos afogados: o ethos jornalístico na complexidade ambiental e a formação de sentidos do acontecimento Garabi**. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/131900>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Resumo: Esta tese discute o silenciamento de vozes em uma dada contextualização do ethos jornalístico na produção de noticiário em jornais de Posadas e Porto Alegre, e investiga a cobertura realizada pelos veículos em relação ao projeto de construção de duas hidrelétricas na fronteira entre os dois países, Brasil e Argentina, no rio Uruguai, denominadas complexo de Garabi- Panambi. Três grandes eixos sustentam esse trabalho: o conhecimento sobre o meio-ambiente, o ethos jornalístico e a cena social do acontecimento Garabi. O saber ambiental foi tratado desde a sua origem na teoria marxista que descreve a separação do homem da natureza pelo trabalho, a falha metabólica presente até hoje no cerne da questão da crise ambiental do século XXI. O ethos jornalístico e seus valores e essência foram recuperados historicamente, perfazendo um trajeto que se inicia na modernidade, onde o Jornalismo ganhou a forma atual, e chegando aos dias de hoje, quando a atividade enfrenta o desafio de conseguir dar conta da complexidade e das falhas decorrentes do processo discursivo de uso da linguagem jornalística. Para compreender o contexto social em que transcorre o acontecimento Garabi-Panambi, foi feita uma investigação jornalística com o método de apuração para produção de reportagem. Esta reportagem-ensaio trouxe a voz dos ribeirinhos, suas histórias e culturas, estabelecendo a polifonia de vozes. Foram analisados os discursos do noticiário de quatro jornais: Zero Hora, Correio do Povo, Primera Edición e El Territorio. O resultado dessa análise aponta a ausência da voz dos ribeirinhos que seriam atingidos pelo projeto. Conclui-se que o Jornalismo dá uma grande contribuição para a discussão da complexidade ambiental se estiver centrado em um ethos que considere efetivamente a possibilidade de liberdade no acaso e na contingência dos discursos e dos saberes que estão contidos na expressão do pensamento, na formação de imagens, no devir dos sentidos, no sentir das emoções. A força das imagens naturais e dos saberes não científicos comporia este ethos. Um ethos que aceite e estimule a necessidade de interação com o ambiente e os seres vivos. Com a reflexão desta contextualização sobre o território e seus habitantes, e com as teorias do Jornalismo, Ambientalismo, Análise do Discurso e Imaginário, recortamos conceitos para fazer um retrato do universo simbólico que envolve jornalistas e ribeirinhos. Postula-se que a imersão no natural e em suas imagens é determinante para a formação de saberes jornalísticos que produzam sentidos múltiplos e complexos, acolhendo outros conhecimentos da sociedade em que o jornalista está inserido e onde ele exerce seu ofício.

Palavras-chave: jornalismo; ethos; ambiente, hidrelétrica, imaginário.

SILVA, Antonia Costa da. **Jornalismo ambiental na rede de notícias da amazônia: estudo da cobertura jornalística sobre a Hidrelétrica de Belo Monte (2008-2013)**. 2015. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015. Disponível em: < <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4992>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

A presente tese de doutorado analisa a cobertura dos fatos ocorridos durante a construção da hidrelétrica de Belo Monte situada no coração da Amazônia brasileira, no município de Altamira, no estado do Pará, feita por uma Rede de Rádios comprometida com causas ambientais, a Rede de Notícias da Amazônia (RNA), no período de 2008 a 2013. A mídia tem papel primordial na mediação de sentidos no processo de construção social dos problemas ambientais. Na Amazônia o rádio é fundamental, particularmente no que concerne a cobertura da hidrelétrica de Belo Monte, que através do Jornal Amazônia é Notícia (JAN) se aproxima da proposta de Jornalismo Ambiental. Através de visitas, observações, entrevistas, dados quantitativos, análise qualitativa do conteúdo das notícias produzidas pelo JAN e veiculadas na RNA referentes à construção da hidrelétrica. Abordagem metodológica crítica e epistemologicamente apoiada numa concepção de ciência que reconhece o papel ativo na produção do conhecimento. Ainda que o Jornalismo Ambiental no Brasil necessite de amadurecimento no processo de apuração e divulgação das informações, a cobertura da Rede de Notícias da Amazônia se mostra de fundamental importância e evidencia a sua função social de denunciar e debater a problemática de Belo Monte.

Palavras-chave: jornalismo ambiental; rede de notícias da Amazônia, Belo Monte.

BITTENCOURT, Maurício Pimentel Homem de. **Jornalismo alternativo para a questão ambiental amazônica**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-04122013-202449/pt-br.php>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Resumo: Este trabalho descreve a concepção, o planejamento e o processo de viabilização da intervenção constitutiva de uma mídia alternativa na sociedade amazônica, com suas articulações políticas e de custeio. Configurando-se como uma pesquisa técnico-empírica, seu objeto consistiu no processo de criação de um meio de comunicação jornalístico alternativo: a Agência Ambiental de Notícias da Amazônia (ANAM). Enquanto veículo de comunicação, o objetivo da ANAM é alimentar e fundamentar o debate sobre a questão ambiental amazônica (QAA), ampliando seu teor democrático e contextualizando-o sob o enfoque de uma crítica da visão hegemônica do desenvolvimento – a visão comprometida com os interesses capitalistas do processo global de produção. A concepção de um projeto editorial para a ANAM, sua concretização como meio de comunicação na internet e como projeto de extensão universitária em uma universidade pública amazônica demonstraram que a proposta de intervenção é viável sob as condições estratégicas que delimitaram sua proposição e planejamento. Tais condições estratégicas apoiaram-se sobre os seguintes pressupostos: é possível contribuir para a conservação da floresta amazônica por meio do jornalismo; a QAA contextualiza-se no panorama de uma crise ambiental global, cuja existência apresenta-se como realidade; o debate sobre as relações entre os pressupostos anteriormente apontados se revela essencial para a promoção da conservação da Amazônia. Ressalva-se que a contribuição do jornalismo para a conservação da Amazônia depende de outros processos sociopolíticos para se efetivar, tendo em vista que os produtos de mídia não são agentes diretos da conservação ambiental. Tampouco se considera que o jornalismo alternativo para a QAA seja a única forma de contribuição jornalística para o enfrentamento da problemática ambiental da Amazônia.

Palavras-Chave: meio ambiente; Amazônia; jornalismo alternativo; questão ambiental amazônica; comunicação.

BUENO, Vinicius Prates da Fonseca. A natureza deslocada: construção dos sentidos da sustentabilidade nas revistas de economia e negócios Exame, Época Negócios e IstoÉ Dinheiro. 2013. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=126975>. Acesso em: 07 abr. 2019.

Resumo: Esta pesquisa investiga como os enunciadores das principais revistas brasileiras de economia e negócios operam com a tensão entre os discursos ambientalistas e os seus contratos de comunicação baseados no liberal-capitalismo. O corpus é composto por textos cujo tema é o meio ambiente, enunciados por Exame, IstoÉ Dinheiro e Época Negócios de 2010, publicações que atuam como modalizadoras do leitor-executivo. O objetivo da pesquisa é compreender como o enunciador atua semioticamente para tamponar o furo no discurso liberal-capitalista deixado exposto pelas correntes antagonistas que disputam a hegemonia no campo discursivo ambientalista. Nossa tese é a de que esta operação promove uma inversão sintomal e, assim, no lugar mais fraco das redes de equivalência simbólica do discurso hegemônico – o meio ambiente declarado em crise – os enunciadores erigem como ponto nodal a sustentabilidade, seu avesso positivado. O sistema de produção e consumo é ressignificado a partir dessa inversão: de causador da crise ambiental no presente torna-se propiciador de um mundo verde e limpo no futuro. Quanto à metodologia de pesquisa, ela se baseia na análise discursiva pós-estruturalista de Laclau, Mouffe, Žižek, Howarth e Stavrakakis; no diálogo com a corrente francesa da Análise de Discurso (AD), em autores como Maingueneau, Pêcheux e Ducrot; e na incorporação de elementos da filosofia política contemporânea proposta por Rancière, Agamben e Latour, entre outros. Para

uma reflexão sobre os movimentos ecologistas, a pesquisa se baseou prioritariamente em autores que priorizam o ponto de vista político e discursivo, como Alier, Leff e Dryzek. A expectativa é que este trabalho contribua para aprofundar o debate sobre as políticas do campo discursivo ambientalista e sobre o discurso da sustentabilidade, cada dia mais difundido pela máquina mediática

Palavras-chave: Sustentabilidade; Jornalismo de Revista; Ambientalismo; Discurso.

RODRIGUES, Allan Soljenitsin Barreto. Jornalismo e meio ambiente na Amazônia: a cobertura de eventos ambientais extremos pela imprensa escrita de Manaus. 2013. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura, Universidade Federal do Amazonas, 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=159460#>. Acesso em: 07 abr. 2019.

Resumo: Esta pesquisa tem como objeto a cobertura jornalística das secas ocorridas na Amazônia nos anos de 2005 e 2010. Nosso objetivo geral foi a análise da qualidade das informações científicas e ambientais passadas pelos jornais Diário do Amazonas e A Crítica durante as coberturas jornalísticas destes dois eventos climáticos extremos. A pergunta que presidiu a investigação concentrou-se na indagação se a imprensa escrita do Amazonas conseguiu ou não informar eficientemente seu público sobre os fenômenos das secas e suas implicações para a vida das populações. Para dar conta da resposta, foi necessário lançar mão de ferramentas metodológicas e arcabouços teóricos de várias áreas das Ciências Sociais, como a Comunicação, o Jornalismo, a Sociologia, a Ciência Política e outras. A metodologia assumiu a perspectiva das abordagens qualitativas e quantitativas. No aspecto quantitativo, utilizamos a análise de conteúdo pelo fato de ser uma técnica para detectar tendências e modelos de análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Este método compreendeu o recolhimento e análise, com base em categorias estabelecidas levando em conta os princípios do jornalismo e a abordagem da questão ambiental, dos textos jornalísticos que tratam sobre o fenômeno das secas ocorridas no Amazonas. No aspecto qualitativo, fizemos uso de entrevistas com o intuito de ampliar o espectro analítico para além da mensagem (reportagens) focalizando o processo comunicacional de forma mais ampla, incluindo o estudo das fontes, dos emissores (jornalistas) e dos receptores (leitores). Aliando os resultados da análise de conteúdo com as informações obtidas nas entrevistas conseguimos aferir a falta de qualidade da informação recebida pelos leitores dos dois principais jornais impressos de Manaus tendo como base os princípios do jornalismo e de seus gêneros científico e ambiental. A investigação também apontou a pouca contribuição da cobertura jornalística das secas no Amazonas em 2005 e 2010 para tomadas de decisão esclarecidas por parte dos moradores da principal capital da Amazônia sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas globais. Identificamos ainda as fragilidades da cobertura e propomos caminhos para qualificar o conteúdo informativo acerca da questão ambiental e seus desdobramentos na Amazônia.

Palavras-chave: Jornalismo; Amazônia; Seca; Eventos Climáticos Extremos.

NETTO, Ana Paula Freire Artaxo. **O Futuro da Terra: Discursos Inconvenientes**. 2013. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/268913/1/Freire_AnaPaula_D.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Resumo: Esta pesquisa se propõe a analisar o discurso sobre meio ambiente na imprensa brasileira, com ênfase para o aquecimento global, tendo como principal referência a divulgação, em 2007, do Quarto Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), o AR-4. Pretende-se investigar, à luz da Análise do Discurso (AD) francesa, como circulam os discursos científico e político acerca do tema nos principais veículos impressos do país e em que medida um vai influenciar (n) a tessitura do dizer sobre o outro, numa teia argumentativa que envolve interesses científicos, econômicos e políticos diversos. Uma das questões mais importantes que identificamos na análise do noticiário foi o viés sensacionalista sobre as conclusões do IPCC, com formulações como “apocalipse”, “caos”, “catástrofe” e outras expressões correlatas. O que o AR-4 apontou como “inequívoco” sobre o aquecimento global, a mídia leu e deu a ler como irreversível”. Outro aspecto relevante diz respeito às tentativas de desacreditar o IPCC, sobretudo no episódio que ficou conhecido como Climagate, e as “previsões erradas” para o derretimento das geleiras do Himalaia. Controvérsias reverberaram também na comunidade científica brasileira. Termos como “alerta” vs ecoterrorismo” e suas paráfrases, ratificando ou refutando as análises do IPCC, circularam em artigos assinados por renomados cientistas, marcando a presença do político no discurso científico. É pertinente, nessa discussão, considerar o lugar da ciência nos respectivos enunciados, isto é, como estes se constituem a partir das propriedades de um discurso dito científico, portanto “legitimado”, o que pressupõe como estratégia a deslegitimação de outro. A noção de formação discursiva (FD) é fundamental para compreender os diferentes sentidos no funcionamento dos discursos analisados, uma vez que, observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória, pode-se remeter o dizer a determinada FD para tentar entender o(s) sentido(s) do que está dito. Na tarefa de problematizar os vestígios históricos de constituição dos sentidos na análise do corpus, faz-se necessária uma reflexão sobre ciência e divulgação da ciência, via jornalismo, e a

noção de objetividade como estratégia para encobrir o subjetivismo e os demais interesses que constituem os processos de significação desses discursos. A ciência, como a notícia – e como notícia – também é produzida a partir de interesses econômicos, e é importante discutir quando interessa divulgar a ciência e como se dá essa divulgação na textualização jornalística. Nossa análise conclui que o fulcro da discussão sobre aquecimento global – e de qualquer discussão acerca de meio ambiente – é a questão econômica, balizada principalmente pelo confronto entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Ainda que a maioria dos países reconheça a necessidade de se estabelecer metas de redução nas emissões de GEE, enquanto os principais emissores se recusarem a assinar acordos globais, qualquer tentativa de negociação será a priori um “fracasso”. Os conceitos de língua, linguagem, texto, sujeito, ideologia, discurso, marcas e propriedades do discurso, constituição-formulação-circulação foram fundamentais para subsidiar as considerações teóricas propostas neste trabalho. O corpus se constituirá de exemplares representativos da mídia impressa, com ênfase para os veículos de maior circulação e influência no Brasil: Folha de S. Paulo e O Globo, em maior escala, e O Estado de São Paulo e Veja.

Palavras-Chave: Jornalismo; Jornalismo Científico; Discurso; Meio Ambiente; Mudanças Climáticas Globais.

ROCHA, Mário Eugênio Villas-Bôas da. **O papel verde dos jornais: presença do discurso ambiental na imprensa diária do interior do Rio Grande do Sul**. 2013. Tese de Doutorado, Faculdade dos Meios de Comunicação Social Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: < http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2135?locale=pt_BR>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Resumo: A temática ambiental é, simultaneamente, simples e complexa. Simples, devido ao entendimento universal de suas mensagens essenciais, as quais não estão condicionadas a espaços geográficos ou culturais. Complexa, pois cada unidade de informação integra teias de interações cada vez mais amplas cuja expressão maior é a vida – biodiversidade – no planeta que acolhe a espécie humana. O estudo identifica e analisa o discurso sobre o meio ambiente presente em 17 dos 38 jornais diários impressos do interior do Rio Grande do Sul que foram identificados em 2010 quando da definição da amostra. Foram extraídas 294 sequências discursivas das 2.914 páginas de 92 edições impressas na semana de 1º a 7 de abril de 2011 e elas evidenciam que, embora ocorra a cessão de espaços editoriais para apresentação de conteúdos de impacto local, predominantemente, estes surgem como expressões fragmentadas da realidade. Discute-se a construção do discurso ambiental como produto jornalístico elaborado com sensibilidade cidadã, qualificação técnica e intencionalidade educativa.

Palavras-chave: jornalismo; jornais do interior; meio ambiente; educação ambiental.

VIANNA, Maria Daniela de Araújo. **A cobertura jornalística sobre poluição do solo por resíduos: uma análise da produção dos jornais O Estado de S.Paulo e Folha de S.Paulo da Rio 92 a 2007**. 2012. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (Procam), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-17062012-234336/pt-br.php>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Resumo: Diante da crise ambiental que se impõe à sociedade contemporânea, trazendo consigo um sentido de urgência por mudanças de rumo e das visões de mundo, a mídia tem um papel importante na mediação de sentidos no processo de construção social dos problemas ambientais. A pesquisa apresenta o resultado de um diagnóstico sobre como os jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo cobriram o tema poluição do solo por resíduos, no Brasil, ao longo de 15 anos, no período compreendido entre o ano da Rio-92 e 2007. Diversas perguntas nortearam o trabalho. Está a imprensa preparada para cumprir a sua função e contribuir para que diferentes atores sociais estejam aptos para posicionar-se frente a tamanhos desafios? A pluralidade das fontes e a visão sistêmica e transversal preconizadas pelo jornalismo ambiental estão presentes nas redações? Quais são as vozes predominantes na cobertura ambiental? Como elas aparecem? Essas são algumas das discussões propostas por este estudo. Entre os resultados, verificou-se, por exemplo, que a cobertura ambiental ainda está baseada, prioritariamente, em fontes oficiais presentes em 93,4% dos textos analisados. A maior parte deles ainda traz uma abordagem desconexa, pontual e alarmista sobre o tema, presa a uma visão reducionista da realidade, buscando emoldurar histórias e encaixar nelas papéis de vilões e mocinhos, justiceiros e vítimas. Embora o volume de textos sobre meio ambiente seja maior na atualidade do que no passado e exista maior número de reportagens contextualizadas, isso ainda é a exceção, e não a regra nas redações. A qualidade está mais associada a iniciativas individuais de profissionais do que a decisões institucionais de grupos de comunicação. Frente às complexidades e incertezas da sociedade de risco, cientistas e jornalistas entrevistados neste estudo refletiram sobre caminhos possíveis para a cobertura jornalística sobre meio ambiente. Apontaram, por exemplo, a aproximação e o melhor entendimento entre jornalistas e cientistas como fatores importantes para a qualificação do debate ambiental mediado pela imprensa no Brasil.

Palavras-chave: comunicação; jornalismo ambiental; sociologia ambiental; sociedade de risco; resíduos sólidos; poluição ambiental.

SCHWAAB, Reges. **Uma ecologia do jornalismo: o valor do verde no saber dizer das revistas da Abril.** 2011. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/29243>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Resumo: A credibilidade em poder dizer, atribuída ao Jornalismo, é assumida no interior das práticas do Campo como elemento que autoriza um lugar de competência diante de problemáticas centrais da contemporaneidade, como a questão ambiental. No jornalismo de revista, enquanto manifestação perita do sistema jornalístico, explorar desdobramentos temáticos de um assunto conflituoso, ofertando dizeres utilitários, torna-se produtivo do ponto de vista editorial. As imagens institucionais e de si, acionadas no interior dos textos, entrelaçam projetos de mercado, reportagens especiais, Edições Verdes, Guias. A base empírica da presente investigação está no gesto de leitura de recortes extraídos de reportagens e textos editoriais de cinco revistas da Editora Abril, publicadas nos anos de 2007 e 2008, e que, sob a marca do Movimento Planeta Sustentável, apresentaram o tema meio ambiente como manchete de capa. A apreensão é de uma dupla emergência: do tema nas páginas das revistas e do jornalismo no tema. Na ordem das publicações, fala a vontade de legitimar uma mediação de entremeio, cujo efeito seja a resolução das ambivalências. Em seus textos, as revistas acionam uma relação de lugares, os seus, dos leitores, dos demais Campos Sociais, de forma a enunciar soluções. O estudo aborda uma ecologia do jornalismo a partir de noções-conceito da Análise do Discurso e das Teorias do Jornalismo, debatendo a inscrição discursiva das revistas da Abril no valor do verde para a constituição do seu lugar de saber dizer, em sintonia com o espírito da atualidade.

Palavras-chave: revistas; discurso; meio ambiente; Editora Abril.

LUFT, Maria Schirley. **Jornalismo ambiental na Amazônia: as fontes de informação na cobertura dos desmatamentos no jornal O Liberal do Pará.** 2010. Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4120>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Resumo: O presente Estudo de Caso procura examinar como se deu a cobertura dos desmatamentos na Amazônia, no jornal O Liberal, do Pará, no ano de 2008. Partimos da premissa de que as notícias sobre o meio ambiente são construídas a partir de um sistema complexo de relações entre jornalistas e fontes de informação, em que as fontes oficiais predominam no processo. Num segundo momento, buscamos identificar as falas que melhor caracterizam o confronto de opiniões, sobre os desmatamentos, e como isso repercute na produção noticiosa. A análise quantitativa revelou que houve uma predominância das fontes dos setores Políticos: representadas, na sua grande maioria, pelo governo federal – através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Ministério do Meio Ambiente, que atingiram um percentual de 65,21%, em relação ao total de matérias publicadas (230); seguidas das fontes do meio Científico, Econômico e Social. As fontes do meio Social, representadas pelo cidadão comum, a sociedade civil organizada, aparecem em último lugar, com um percentual de 6,52%. A análise qualitativa para examinar as falas que melhor caracterizam o confronto de opiniões, concluiu que: madeireiros, políticos, pesquisadores e entidades sociais consideram a falta de regularização fundiária, como a principal causa dos desmatamentos ilegais na Amazônia; e que as ações de fiscalização do governo federal, juntamente com a implementação de políticas públicas, incluindo a criação de Unidades de Conservação (UCs), e o reflorestamento das áreas já degradadas, representam um avanço no combate aos desmatamentos na Amazônia. Constatamos, por outro lado, que fontes ligadas aos meios científicos e políticos, defendem a manutenção da “floresta em pé”, como a alternativa mais coerente, do ponto de vista social e ambiental, e mesmo econômico, para a preservação da Amazônia, enquanto maior patrimônio genético do planeta e, também, para assegurar a sobrevivência dos mais de 23 milhões de pessoas que vivem na região, principalmente, daquelas populações que dependem do extrativismo para o seu sustento.

Palavras-chave: jornalismo ambiental; fontes de informação; desmatamento; Amazônia.

PEREIRA, Carmem Rejane Antunes. **Processos comunicacionais Kaingang: configurações e sentidos da identidade cultural, memória e mídia em perspectiva histórica.** 2010. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3307>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Resumo: A pesquisa problematiza as configurações da identidade cultural em dimensão comunicacional e histórica, no contexto do grupo étnico Kaingang, focalizando os modos de ser dos públicos e suas interações peculiares com as mídias. Nosso propósito é compreender as marcas do ethos midiático, nos entrecruzamentos de culturas ancestrais e contemporâneas, tendo como base a expansão da cultura midiática em condições de desigualdade e de exclusão que constituem a nossa complexa diversidade cultural e a sua expressão no campo comunicativo. Tais configurações são investigadas no âmbito dos vínculos com a televisão e das demandas da visibilidade social indígena, tendo como objeto empírico as narrativas que emergem na

história de vida comunicacional dos interlocutores/ouvintes/telespectadores/leitores, os quais têm como redes de pertencimento os coletivos kaingang situados nos fluxos da região metropolitana de Porto Alegre. Na coleta e tradução dessas narrativas utilizou-se metodologia inspirada no pensamento intercultural e na hermenêutica dialógica da diferença, que imbrica reconhecimento e redistribuição, valendo-se dos recursos da história oral, da antropologia e do materialismo geográfico humano, para conjugar a pesquisa de recepção em perspectiva crítica e dialética como história social. Nessa compreensão são relevantes as afinidades de matrizes milenares e comunicacionais, como a oralidade e os gêneros televisivos, num conjunto de mediações sociais, culturais, históricas e políticas identificadas na itinerância, na memória coletiva e na organização política dos Kaingang. O sujeito intercultural, portanto, é entendido nas relações de sobrevivência material e simbólica nas cidades, na luta pelos seus territórios e na sua percepção como índios de tradição, e na sua construção histórica como públicos, mediante estruturações de gostos, competência, interpelações e conflitos frente às imagens do índio midiático, que evidenciam os embates para demarcar o seu lugar no campo comunicativo, como ambiência compartilhada e como arena social do sentido. Dessa forma, a identidade cultural é traduzida em multiplicidade constitutiva, articulando luta pela terra e afirmação étnica, através da temporalidade dos telespectadores e cidadãos, na mestiçagem entre culturas ancestrais, globais, locais, urbanas, hegemônicas e contra-hegemônicas, que tecem as formas nativas de visibilidade social no campo comunicativo.

Palavras-chave: identidade cultura; kaingang; cultura midiática; matrizes comunicacionais; mediações.

LOPES, Maria Elizabete Barretto de Menezes. **Agrotóxicos na imprensa: análise de algumas revistas e jornais brasileiros**. 2010. Tese de Doutorado. Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-20092010-110934/pt-br.php>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Resumo: O presente estudo tem por objetivo verificar a representação dos agrotóxicos nas mensagens contidas em alguns jornais e revistas da imprensa brasileira. Para tanto, realizaram-se análises de conteúdo e de discurso das matérias jornalísticas de uma amostra constituída de nove veículos, compreendendo tanto os de informação geral como os especializados na área agropecuária. A presença de anúncios sobre os agrotóxicos nas revistas especializadas Globo Rural, A Granja e Balde Branco possibilitou a classificação das mensagens em quatro categorias: matérias jornalísticas sobre os agrotóxicos, publicidades sobre os mesmos, matérias jornalísticas sobre outros assuntos agropecuários e anúncios sobre outros produtos agropecuários. Da categoria matérias jornalísticas sobre os agrotóxicos estabeleceram-se outras quatro, ordenando-se em matérias favoráveis e desfavoráveis a esses compostos, factuais e relacionadas às técnicas de produção alternativa, completando-se oito categorias. Nos demais veículos constantes deste estudo, por não apresentarem anúncios comerciais de agrotóxicos, analisaram-se somente as matérias jornalísticas sobre esses produtos, bem como as suas subdivisões. Avaliaram-se, ainda, os gêneros dessas matérias, classificando-as em cartas, notas, notícias, reportagens, Informes Publicitários SEBRAE e reportagens de capa, sendo mensurados de acordo com as técnicas de análises de conteúdo. Investigaram-se também as fontes de informação das matérias jornalísticas sobre os agrotóxicos bem como os recursos comunicativos utilizados pela mídia impressa, com a finalidade de atrair os leitores a essa temática. Observou-se predominância das matérias de incentivo ao consumo dos agrotóxicos, à exceção dos Informativos Publicitários SEBRAE, publicados pela revista Globo Rural. Estes salientaram as matérias relacionadas às técnicas alternativas, principalmente as que abordaram a produção orgânica de alimentos. As mensagens que versaram sobre os agrotóxicos foram mais frequentes nos veículos agropecuários, os quais definiram a agenda dos jornais e revistas de informação geral. As fontes de informações governamentais, das instituições de pesquisa e universidades públicas demonstraram a sua participação nas políticas que favorecem o uso e a permanência das corporações desses produtos no Brasil. No corpus desse estudo, constituído de 20.723 páginas, constatou-se apenas um relato que denunciou a internação por intoxicação provocada por agrotóxicos de pelo menos seis trabalhadores rurais. A representação dos agrotóxicos no universo amostrado não aludiu a algum movimento social ou grupos de combate a esses compostos.

Palavras-chave: agrotóxicos; comunicação; ecologia; jornalismo; meios de comunicação.

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. **Jornal Pessoal: uma metalinguagem jornalística na Amazônia**. Tese (doutorado). 2008. Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/5095>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

Resumo: Este trabalho tem como título *Jornal Pessoal: uma metalinguagem jornalística na Amazônia*. O objeto estudado é o jornal alternativo do sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto. O periódico circula há 20 anos, em Belém do Pará. A hipótese examinada é a de que a publicação faz metalinguagem jornalística assentada nos princípios da verdade, da ética, da liberdade e do fazer jornalismo de rua. O problema gerador da investigação partiu da seguinte indagação: por que recorrer ao estudo da metalinguagem jornalística por meio de um jornal alternativo se a grande imprensa, considerada como paradigma de jornalismo, possui elementos metalingüísticos? O objetivo central é refletir sobre a importância da mídia alternativa no processo de

construção de um jornalismo direcionado efetivamente para a sociedade. A base teórica e de interpretação se valeu do conceito de metalinguagem, uma segunda linguagem que analisa uma primeira, a linguagem-objeto. Os estudos dos teóricos no âmbito internacional como Habermas, John Downing, Carnap, Jakobson, Barthes, Jesús Martín-Barbero e Nelson Traquina, além dos de pesquisadores brasileiros como Bernardo Kucinski, Ciro Marcondes Filho, Perseu Abramo e Nelson Werneck Sodré foram fundamentais para dar conta, à luz das teorias da comunicação, da linguagem e da história da imprensa, das etapas e objetivos propostos. A metodologia se pautou na análise qualitativodescritiva da produção do periódico, especificamente aquela que se volta para a linguagem jornalística nos seus 20 anos de existência. Das 400 edições existentes, foram selecionadas 40, ou seja, extraiu-se o percentual de 10% da amostra em cada grupo de 100 exemplares, visando traçar um perfil do metajornalismo do Jornal Pessoal. O trabalho se insere no âmbito da Comunicação, sub-área Jornalismo, especificamente no que diz respeito à mídia alternativa. Atualmente, nos encontros de pesquisadores no Brasil e exterior, tal expressão vem ganhando força dada à possibilidade de abrigar os mais diversos objetos alternativos. Os resultados obtidos são relevantes para o campo da Comunicação, pois lançam um novo olhar para a mídia alternativa que deve ser destituído de preconceitos como o de associar esses meios a um tipo de imprensa menor, marginal; mostram também a necessidade dos estudos na área voltarem-se à história da imprensa com a finalidade de entender o processo de transformação pelo qual passou a produção jornalística dentro do contexto do capitalismo, e, por fim, a singularidade desta pesquisa de doutoramento que foi o de examinar, pela metalinguagem jornalística operada por um jornal alternativo, os excessivos desvios de natureza ética da grande imprensa na Amazônia, especificamente em Belém do Pará, que comprometem a consolidação de um jornalismo cidadão.

Palavras-chave: Mídia alternativa; Metalinguagem jornalística; Jornalismo cidadão; Amazônia; Pinto, Lucio Flavio -- 1949-; Jornal Pessoal; Jornalismo -- Belem, PA; Jornalismo – Linguagem; Imprensa alternativa -- Belem, PA.

GERAQUE, Eduardo Augusto. **Reportagens atravessadas: um mergulho, via Teoria Geral dos Sistemas, na cobertura da poluição atmosférica feita por jornais brasileiros e mexicanos.** Tese (doutorado). 2006. 243 f. Programa de Pós-Graduação em Integração na América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-12092007-162600/pt-br.php>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Resumo: O jornalista, como ator social e mediador de sentidos, não pode estar ausente o debate ambiental. Ter uma visão de mundo sistêmica é a única forma de conseguir produzir reportagens impregnadas de transversalidade, caminho que torna possível o oferecimento ao leitor de toda a complexidade contemporânea. Esse volume aborda a questão da poluição atmosférica tanto em São Paulo, como na Cidade do México. A discussão do jornalismo a partir dos periódicos Reforma, La Jornada, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo é feita com base da Teoria Geral dos Sistemas. Esse cabedal teórico, usado no jornalismo por vários autores, surgiu na ecologia. Como a visão de mundo da imprensa, no caso do jornalismo sobre meio ambiente, não está sistêmica, essa tese tenta, além de defender a necessidade de uma visão transversal da realidade ambiental, apresentar uma proposta prática, em forma de reportagensaio, como forma de colaborar com o desenvolvimento da cobertura sobre os graves problemas ambientais existentes em todos os quatro cantos do mundo neste início de milênio.

Palavras-chave: Cidade do México (DF); jornalismo; meio ambiente; poluição atmosférica; reportagem-ensaio; São Paulo (Brasil); Teoria Geral dos Sistemas.

CAMPOS, Pedro Celso. **Jornalismo ambiental e consumo sustentável: proposta de comunicação integrada para a educação permanente.** 2006. Tese (doutorado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp031097.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Resumo: Em virtude da responsabilidade social que lhe é inerente, o jornalismo deve voltar-se para a educação ambiental permanente. Para tanto, é necessário que os estudantes travem contato, na Universidade, com uma abordagem sistêmica indispensável à compreensão das relações entre os fenômenos, não só no que se refere ao meio ambiente – aqui tratado especificamente a partir do consumo sustentável – mas em relação ao próprio ensino, como instância de educação libertadora, para vencer os preconceitos, romper os paradigmas do racionalismo estabelecido, refundar a ética e rever o conceito de objetividade. A pesquisa, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, comprova que o jornalismo ambiental, tal como praticado hoje, não conduz à reflexão, não estimula a visão crítica, não explica as causas e consequências das informações e não abre espaço para a livre manifestação do receptor, atado que está a compromissos incompatíveis com a biofilia, isto é, com a Vida e com a Paz. Estuda-se, também, o conceito de integração como forma de chegarmos à cooperação solidária entre a mídia, a Universidade, os poderes constituídos e a sociedade em busca de uma educação ambiental que vá além dos muros escolares, que supere as abordagens pontuais e isoladas, que possa despertar a consciência ecológica ao nível da cidadania, o que se fará dotando o jornalismo do necessário viés educativo,

a partir do aprofundamento, da investigação, da interpretação contextualizada, mediante as várias ferramentas à disposição do profissional, destacando-se, entre elas, a própria abordagem sistêmica presente na recente proposta do Jornalismo Literário Avançado e das histórias de vida. Por isso o trabalho também examina a questão dos gêneros do jornalismo e as teorias da comunicação, através dos quais o discurso jornalístico é apresentado. O aprofundamento sobre a temática ambiental se dá através do exame mais detalhado sobre o fenômeno do consumismo e a sustentabilidade, fatores de importância fundamental na abordagem da crise ecológica. São examinadas, ainda, propostas pró-ativas a favor de uma estética da cultura da paz, do ecodesenvolvimento, do eco-socialismo etc, todas assentadas no conceito de ecologia profunda, envolvendo o respeito intrínseco à natureza e aos animais, muito além do marco antropocêntrico, de inspiração liberal.

Palavras-chave: jornalismo; educação ambiental; consumo sustentável; integração; sistema; cidadania.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de Oliveira. 2005. **“Paixão pela natureza”, atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000.** 2005. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/6163>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Resumo: Esse trabalho analisa as condições sociais de emergência e as dinâmicas de participação na defesa de causas ambientais no estado do Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000. As mobilizações ambientalistas ocorridas em tal estado no início dos anos 70 são consideradas pela literatura pertinente como um dos marcos principais do nascimento do ambientalismo no Brasil, devido ao caráter precursor das associações e lideranças que participavam de tais mobilizações. Trata-se de demonstrar que elas também são representativas da configuração de um militantismo de reconversão profissional para atuação nas mais diferentes esferas sociais. Tal caracterização do ambientalismo como uma “área de atuação profissional” está relacionada ao fato de se tratar de uma causa cuja emergência e consolidação foi influenciada por variáveis exógenas e, mais especificamente, pela pressão e formulação de diretrizes ambientais nas instâncias internacionais. Ela resulta também da conformação das forças sociais e políticas que participaram das mobilizações e organizações nos diferentes momentos de sua constituição. Ela está respaldada em concepções militantistas da formação e do exercício profissional, segundo as quais a “profissão” sempre implica a capacidade ou a competência de associar os recursos adquiridos durante o processo de escolarização à “realidade” e à “prática” política. Todavia, as mobilizações ambientalistas ocorridas a partir da década de 70 e sua expansão nos anos oitenta se caracterizam pela diversificação dos padrões de utilização da formação escolar e universitária como instrumento de politização para a atuação profissional em diferentes esferas de atividade. Passa-se de uma situação em que as predisposições e os recursos para tal militantismo resultavam da bagagem cultural e política vinculada ao meio familiar, para uma outra na qual eles resultam das inserções dos dirigentes em diversas redes de organizações e de “movimentos sociais”. Com isso, as gratificações obtidas com tal militantismo e as bases que sustentam e dão acesso ao exercício profissional nessas diversas esferas de atividade se encontram diretamente ligadas à vinculação simultânea dos dirigentes em tais redes sociais. Por isso, os objetivos e as intervenções associativas nas instâncias de proteção ambiental têm se caracterizado por um elevado grau de atomização e de segmentação e são muito difíceis de serem conciliadas, sendo que quando isso acontece é de forma muito circunstancial e provisória.

Palavras-chave: ambientalismo; meio ambiente; movimentos sociais; natureza; problemas ambientais; Rio Grande do Sul.

LEITE, Marcelo. **Biologia total: hegemonia e informação no genoma humano.** 2005. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005. Disponível em: < <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280489>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

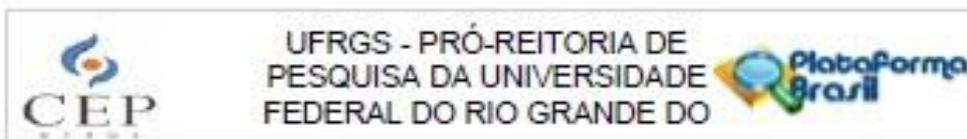
Resumo: A tese central deste trabalho é que a aceitação pública despertada pelo Projeto Genoma Humano só se explica pelo uso político e retórico de um determinismo genético crescentemente irreconciliável com os resultados empíricos da pesquisa genômica atual. A complexidade verificada no genoma humano e em suas interações com o meio desautoriza a manutenção de uma noção simples e unidirecional de causalidade, contrariamente ao pressuposto na idéia de gene como único portador de informação, esteio da doutrina do determinismo genético. Um complexo de metáforas informacionais e/ou lingüísticas continuo vivo nos textos publicados por biólogos moleculares na literatura científica, notadamente nos artigos veiculados nos periódicos de alto impacto Nature e Science de 15 e 16 fevereiro de 2001, respectivamente. Tais metáforas inspiram um tipo de discurso ambíguo que modula nuances variadas de retórica determinista, conforme se dirija aos próprios pares ou ao público leigo. O campo da genômica ainda está longe de rejeitar a conjunção problemática das noções de gene pré-formationista e de gene como recurso desenvolvimento/na base da metáfora do gene como informação. Essa fusão inspirada pela terminologia cibernética propicia uma versão asséptica de gene, distanciada da natureza, puramente sintática, móvel e virtual o bastante para circular desimpedida nos circuitos de produção de valor como recurso genético passível de garimpagem e de

patenteamento. Críticos da tecnociência devem desafiar o campo da genômica a reformular drasticamente as metáforas que dão suporte a seu programa hegemônico de pesquisa.

Palavras-chave: Projeto de Genoma Humano; Sociologia; Ciência - Aspectos sociais; Ciência - Aspectos políticos; Ciência - Aspectos morais e éticos; Biologia; Filosofia; Genomas; Genética; Biologia - Ensino médio; Biotecnologia; Biologia molecular; Teoria da informação.

Fonte: Dados da Pesquisa

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Os tipos Ideais do Jornalismo ambiental brasileiro
Pesquisador: Iza Maria Tourinho Girardi
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 02085218.9.0000.5347
Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.099.617

Apresentação do Projeto:

A pesquisa intitulada "Os tipos Ideais do Jornalismo ambiental brasileiro", de autoria de Roberto Villar Belmonte, é um projeto de tese do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, sob a orientação da Profa. Dra. Iza Maria Tourinho Girardi. Tem como tema abordar os tipos Ideais do Jornalismo ambiental brasileiro, analisado tanto por uma teoria descritiva (o jornalismo ambiental como ele é) quanto por uma teoria prescritiva ou normativa (o jornalismo ambiental como ele deveria ser). Caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa, com a realização de entrevistas em profundidade e a técnica de análise será a análise de conteúdo. Como principal resultado a pesquisa buscará contribuir com a construção de uma teoria prescritiva para o jornalismo ambiental a partir de uma teoria descritiva sobre os cinco tipos Ideais de jornalismo ambiental praticado no Brasil.

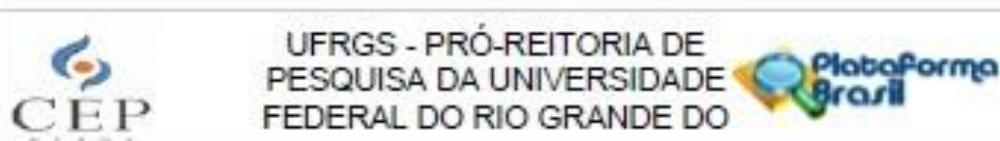
Objetivo da Pesquisa:**Objetivo Geral:**

Contribuir com a construção de uma teoria prescritiva do jornalismo ambiental a partir da análise dos tipos Ideais do jornalismo ambiental praticado no Brasil, levando em conta a relação dos seus protagonistas com os interesses econômicos mobilizados pelas questões ambientais.

Objetivos Específicos

- Identificar as mídias, os projetos e os jornalistas dos cinco tipos de jornalismo ambiental

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro
 Bairro: Farróupilha CEP: 90.040-060
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE
 Telefone: (51)3308-3738 Fax: (51)3308-4085 E-mail: etica@propesq.ufrgs.br



Continuação do Parecer: 3.098.817

praticados no Brasil;

- Entender como os jornalistas que cobrem temas ambientais no Brasil lidam com a tensão entre o jornalismo como serviço público e o jornalismo como negócio;
- Problematicar limites e possibilidades de uma teoria prescritiva para o jornalismo ambiental no Brasil.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Segundo Formulário Plataforma Brasil: "Os procedimentos adotados neste estudo poderão envolver riscos ou desconfortos mínimos para o (a) senhor (a), como sentir cansaço enquanto estiver respondendo as perguntas do questionário. As informações prestadas serão utilizadas na pesquisa e posteriormente em livro sobre o jornalismo ambiental brasileiro. O nome dos informantes não será revelado".

Benefícios:

Segundo Formulário Plataforma Brasil: "Os benefícios da pesquisa para o(a) senhor(a) poderão ser percebidos quando os resultados das pesquisas forem publicados mostrando a contribuição da mesma para a construção de uma epistemologia e de uma ética do Jornalismo Ambiental".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa parte do seguinte problema de pesquisa "Quais são os tipos ideais que podem ser identificados no jornalismo ambiental praticado no Brasil a partir de uma teoria descritiva e como essa compreensão pode contribuir para o avanço de uma teoria prescritiva?" Segundo os pesquisadores, é possível encontrar cinco tipos de jornalismo ambiental praticados no Brasil, que possuem responsabilidades comuns, porém práticas diferenciadas. Este jornalismo "têm em comum o compromisso com a verdade e com a preservação dos bens naturais, porém atuam de maneira diferenciada no campo jornalístico, uns mais próximos das grandes reportagens investigativas, outros mais alinhados à formação por meio da divulgação de boas práticas". Além disto, ainda segundo os pesquisadores, há diferenças também nos saberes dos profissionais (reconhecimento, procedimento e narração) e na função atribuída a si pelos jornalistas que cobrem as relações sociedade-natureza. Os autores destacam cinco tipos ideais de jornalismo ambiental: jornalismo ambiental de ciência; jornalismo ambiental de sustentabilidade; jornalismo ambiental independente; jornalismo ambiental educativo; jornalismo ambiental ativista, ou ecojornalismo. "Segundo Girardi, Loose e Silva (2018), o jornalismo ambiental requer contextualização, pluralidade de vozes, saber ambiental, cobertura sistêmica, apresentação de soluções e

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 do Prédio Anexo 1 de Reitoria - Campus Centro
 Bairro: Farroupilha CEP: 91.040-060
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE
 Telefone: (51)3308-3738 Fax: (51)3308-4085 E-mail: etica@propesq.ufrgs.br



UFRGS - PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO



Continuação do Parecer: 3.099.817

responsabilidade com a mudança do pensamento diante das injustiças e desigualdades ambientais". A pesquisa será realizada por meio de pesquisa bibliográfica, entrevistas em profundidade e análise de conteúdo. As entrevistas serão mediadas por computador e realizadas com dois representantes de cada tipo de jornalismo ambiental existente no Brasil, selecionados a partir do conhecimento prévio do pesquisador, totalizando dez informantes. Primeiramente, os participantes receberão dez perguntas por e-mail. Na sequência, após o recebimento das repostas, o pesquisador entrará em contato com os entrevistados para aprofundar as questões. Também será solicitado aos participantes da pesquisa, fornecer cópia das três melhores reportagens sobre questões ambientais já produzidas. É destacado no projeto de pesquisa que, sempre que possível, a entrevista será presencial, mas, em função do alto custo do deslocamento, a maioria delas será realizada via Skype ou outro software similar.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto está acompanhado dos seguintes documentos de apresentação obrigatória: Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos; Formulário de Informações Básicas sobre Projeto de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – Formulário PB; Roteiro de Entrevista semiestrutura; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

Recomendações:

Não há pendências.

Recomenda-se aprovação.

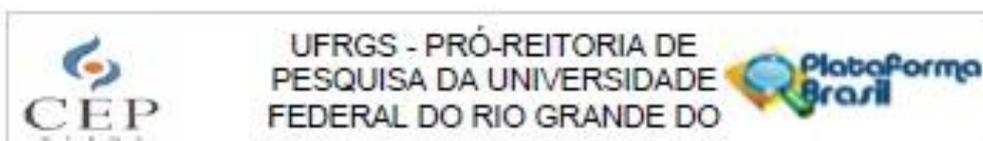
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

- No Formulário Plataforma Brasil, nos Itens Riscos e Benefícios, sugere-se revisar a redação, substituindo o vocativo "o (a) senhor(a)", por participante, já que o Formulário Plataforma Brasil não é documento a ser entregue ao entrevistado, mas sim, registro da pesquisa no sistema da CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **SOLICITAÇÃO ATENDIDA**

- Esclarecer/Incluir, no item "4.2 Entrevista em profundidade", do Projeto de Pesquisa, como será realizado o encaminhamento do TCLE (leitura/aceite/obtenção da assinatura) para os participantes da pesquisa (entrevistados). Incluir esta informação também no Formulário Plataforma Brasil, no item "Metodologia Proposta". **SOLICITAÇÃO ATENDIDA**

- Conforme Resolução 510/16, os entrevistados denominam-se 'participantes', ou seja, fazem parte da pesquisa. Nos documentos apresentados, muitas vezes, a denominação utilizada é

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro
Bairro: Fierroplita CEP: 91.040-060
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3306-3736 Fax: (51)3306-4085 E-mail: etica@propesq.ufrgs.br



Continuação do Parecer: 3.096.617

Informante; sujeito. Alterar. SOLICITAÇÃO ATENDIDA

- No Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, mencionar a Informação de que, Conforme Res. 510/16, os registros da pesquisa devem ser guardados por 5 anos. SOLICITAÇÃO ATENDIDA

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1246167.pdf	13/12/2018 09:44:39		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo.pdf	13/12/2018 09:41:38	ROBERTO VILLAR BELMONTE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado.pdf	13/12/2018 09:41:25	ROBERTO VILLAR BELMONTE	Aceito
Cronograma	Cronograma_Belmonte.pdf	31/10/2018 10:35:35	Iza Maria Tourinho Girardi	Aceito
Folha de Rosto	IzaMaria.pdf	31/10/2018 10:15:39	Iza Maria Tourinho Girardi	Aceito

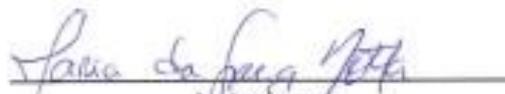
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 21 de Dezembro de 2018


Assinado por
MARIA DA GRAÇA CORSO DA MOTTA
(Coordenador)

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 do Prédio Anexo 1 de Reitoria - Campus Centro
Bairro: Farroupilha CEP: 91.040-060
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3306-3738 Fax: (51)3306-4085 E-mail: wtoe@propeq.ufrgs.br